

CONQUISTAS E IMPASSES DO SOCIALISMO

seleção de textos inscritos na tradição da
ORGANIZAÇÃO REVOLUCIONÁRIA MARXISTA — POLÍTICA OPERÁRIA

ORGANIZADORES Eduardo Stotz e Samuel Warth

Publicação integrante do
Projeto 50 anos da POLOP (1961-2011)

CVM
Centro de Estudos Victor Meyer

Rio de Janeiro, 2011



Copyright © 2011
Centro de Estudos Victor Meyer

Organização
Eduardo Stotz
Samuel Warth

Produção editorial
Anverso Editorial

Revisão
Rafaella Lemos
Silvia Rebello

Capa, projeto gráfico de miolo e diagramação
Aron Balmas

(Este livro segue as novas regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.)

Todos os direitos reservados ao Centro de Estudos Victor Meyer.
É vetada a reprodução por qualquer meio mecânico, eletrônico, xerográfico etc.,
sem a permissão por escrito da editora, de parte ou totalidade do material escrito.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C763

Conquistas e impasses do socialismo : seleção de textos inscritos na tradição da Organização
Revolucionária Marxista - Política Operária / organizadores Eduardo Stotz e Samuel Warth.
- Rio de Janeiro : CVM, 2011.
352p.

Autores dos textos: August Thalheimer, Erico Sachs, Eduardo Stotz, Victor Meyer
Inclui bibliografia

ISBN 978-85-63320-05-6

1. Socialismo. 2. Capitalismo. 3. Proletariado. 4. Filosofia marxista. I. Stotz, Eduardo Navarro, 1951-
II. Warth, Samuel. III. Organização Revolucionária Marxista - Política Operária. IV. Centro de Estudos
Victor Meyer.

11-1078.

CDD: 320.531

CDU: 321.74

CVM
Centro de Estudos Victor Meyer

Esta obra é dedicada à memória dos companheiros

Erico Sachs

Victor Meyer

José Luiz Homem da Costa

Alice Helga Werner

Luís Carlos da Silva (Tavares)

e a toda militância que luta por um Brasil Socialista.

Nossos agradecimentos a Pery Falcón, Eliza Tiekó Yonezo,

Orlando Miranda e Ceici Kameyama.

SUMÁRIO

- 7 **Introdução** — *Eduardo Stotz*
- 21 **August Thalheimer**
- 23 *Vinte anos após a Revolução de Outubro*
- 27 *Existe “imperialismo soviético”?*
- 33 **Erico Sachs**
- 35 *O comunismo nacional nas democracias populares*
- 43 *Coexistência pacífica e luta de classes*
- 53 *Política Operária e as divergências sino-soviéticas:
restabelecer os ensinamentos de Marx e Lenin*
- 69 *Subsídios para uma análise da situação internacional*
- 89 *A cisão no campo socialista*
- 103 *Sobre a avaliação da URSS*
- 115 *Qual é a herança da Revolução Russa?*
- 183 *A crise do socialismo polonês*

- 201 **Eduardo Stotz**
203 *A Revolução Chinesa: 30 anos de história*
- 231 **Jornal Política Operária**
233 *Burocracia tcheca ameaça socialismo*
- 237 **Victor Meyer**
239 *A Rússia Soviética na década de 1920:
primeiro enfrentamento do problema da transição*
- 261 *O bloqueio da acumulação socialista*
281 *O enigma do chamado “socialismo real”*
- 305 *Bases históricas da instabilidade da economia soviética:
um retorno aos anos 1930*
- 333 *Novas tecnologias e divisão do trabalho:
relendo A Ideologia Alemã*
- 341 *Um olhar sobre Cuba*

Rio de Janeiro, Mês de Maio de 1962

AS ESQUERDA

POLITICA

A BURGUESIA

Para a Esquerda Revolucionária não se trata de transferir o processo de transferência da liderança política para a classe operária, mas de lutar contra a burocracia e a burguesia, como um movimento de substituição da liderança política.

deixa aberta a possibilidade de acordarmos com eles, desde que comecemos a delimitar uma frente nacional.

INTRODUÇÃO

representa a possibilidade de uma revolução socialista. Caso a solução seja dada pela burguesia, a burguesia operária aplica medidas de caráter racional. E finalmente não é a possibilidade de uma revolução socialista que se encontra ainda a possibilidade de este e a hipótese de resolução de um processo revolucionário que se encaminha para a solução socialistas.

Entre essas e outras opções vale lembrar que há vários setores do capitalismo brasileiro. E nas eleições em São Paulo, onde se realizaram essas eleições e a queda de uma solução política para o caso político do

4 - Comprar agora, saber se as Esquerdas não escolher entre as possibilidades burguesas, indicando uma outra solução dentro das possibilidades que favoreça mais os socialistas ou se não se apresentar com uma política operária clara e racional. Uma política que seja capaz de que não se deixe de lado o desenvolvimento de suas próprias possibilidades. Uma política que seja capaz de que não se deixe de lado o desenvolvimento de suas próprias possibilidades.

ANO III

São Paulo, 22 de janeiro de 1964

O outro lado

Neste número: América Latina em marcha

(Página 3)

Burguesia latino-americana negocia com imperialismo

(Página 2)

Camponeses mobilizam-se contra escravidão

(Página central)

As lutas de classe e as Forças Armadas

(Página)

À 2 de janeiro último, o povo cubano comemorou o passageiro do 5º aniversário da Revolução. Como dos outros países, o Primeiro Ministro Fidel Castro pronunciou um discurso que é ao mesmo tempo um balanço das realizações da Revolução e uma visão de suas perspectivas.

Os problemas que a Revolução enfrenta no ano posterior ao soberano ao decorrer do do sobredito período são os seguintes: os discursos de Fidel, os problemas das possibilidades, assim como as possibilidades e as chances para a economia cubana em 1964.

Fidel trata também dos grandes problemas internacionais e da posição de Cuba face ao mundo, e da situação da guerra entre o capitalismo e a luta pelo mundo.



... não devemos ao povo o que fazemos, a organização que o próprio povo faça. Vamos nos organizar para transformar o momento presente em um programa socialista e mobilizar seus próprios destinos.

INTRODUÇÃO

Eduardo Stotz

A presente coletânea sobre o socialismo, que o Centro de Estudos Victor Meyer faz chegar às mãos dos leitores interessados neste tema controverso mas candente, é uma seleção de textos inscritos na tradição da Organização Revolucionária Marxista — Política Operária, mais conhecida pela sigla PO ou Polop.

Escolhemos publicar esta coletânea pela atualidade de um debate sobre o socialismo, evidenciada nos fatos e consequências da crise econômica mundial que, desde 2008, afeta os países capitalistas em seu centro hegemônico.

De um ponto de vista mais amplo, a crise propicia o questionamento da ideia em voga de que a História teria chegado ao fim na década de 1990, com a derrota e o desmoronamento da URSS e do sistema socialista frente ao imperialismo — a forma superior do capitalismo em nossa época.

Certamente é impossível ignorar que os trabalhadores de todo o mundo, diante da derrocada do socialismo e submetidos a uma exploração aparentemente sem limites, passaram a assimilar a ideia de que sua existência social está aprisionada ao sistema capitalista.

Contudo, a vitória do capitalismo não suprimiu as contradições internas desse sistema. Parece-nos importante assinalar

a permanência da contradição entre capital e trabalho, apesar da importância cada vez maior do desenvolvimento técnico-científico e do conhecimento social vinculado à disseminação universal da automação. Vivemos a atualidade sempre mutável da tendência, apontada por Marx nos esboços de *O Capital*, de que se a riqueza social depende fundamentalmente da ciência, continua a ser medida pela bitola estreita da exploração da mais-valia.

Surpreendentemente, a palavra socialismo, desacreditada em quase todo o mundo, reapareceu proferida nos lábios dos porta-vozes políticos da reação burguesa americana. Trata-se da acusação da liderança republicana contra a intervenção do Estado promovida pelo governo democrata de Barack Obama, destinada exatamente a salvar o sistema capitalista da depressão econômica nos EUA. É a expressão da falência do pensamento burguês neoliberal, incapaz de admitir a necessidade do Estado como prestador em última instância e mesmo, no limite, da nacionalização de empresas grandes demais para falir e comprometer o funcionamento da economia capitalista.

Podemos dizer, portanto, que 163 anos depois da publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, o espectro do comunismo continua a rondar o mundo e a tirar o sono da burguesia. Para afugentá-lo e restabelecer a confiança dos investidores capitalistas, as lideranças políticas dos EUA e da União Europeia procuram destacar o caráter temporário e corretivo da intervenção estatal; além do mais, deixam patente que os custos da salvação dos bancos e das empresas combalidas pela crise serão socializados para a maioria dos povos das nações nela implicadas, mediante corte nos salários, redução de benefícios sociais e desemprego.

O temor da burguesia procede da própria experiência do confronto entre os EUA e a URSS, no qual o mercado e o pla-

nejamento foram contrapostos como instituições fundamentais de cada um dos sistemas subjacentes a esses países. No socialismo, porém, a estrutura e os métodos do planejamento econômico estão intimamente relacionados, porque expressam as relações sociais entre trabalhadores que detêm a propriedade coletiva dos meios de produção. A suposição é a de que a classe operária, em aliança com os trabalhadores da cidade e do campo, tenha conquistado o poder mediante a quebra da máquina estatal burguesa. Somente então a produção social e cultural pode ser orientada, por meio do planejamento, para a satisfação das necessidades sociais. O exemplo de Cuba, examinado nesta coletânea no artigo de Victor Meyer datado de 1999, é, apesar do bloqueio imperialista e da situação de escassez relativa em que se encontra o povo, uma demonstração da vitória da lógica do socialismo sobre a do capitalismo.

A atual crise mundial criará a oportunidade histórica de retomar o debate sobre o socialismo como alternativa ao sistema capitalista, na medida em que o movimento operário venha a enfrentar as consequências desta crise com maior radicalidade. Para tanto, serão necessárias lideranças capazes de aprender com as experiências do sistema socialista. O estudo das obras produzidas sobre esse sistema no campo do marxismo e o debate sobre o seu significado para o futuro são condições desse aprendizado.

Os textos selecionados neste livro têm o intuito de contribuir para esse processo de aprendizagem. Eles representam uma prática política que compreende um período mais longo do que o da existência da Polop, entre sua fundação, em 1961, e sua dissolução, em 1985. E, em função da importância que têm para o entendimento das posições da Polop sobre o socialismo, incluímos alguns textos escritos fora desse marco temporal.

Vale a pena inserir aqui um parêntese para uma breve anotação das origens e características da linha estratégica da Polop, desconhecida da maioria dos ativistas e militantes por conta de sua trajetória ter acontecido, na maior parte do tempo, sob a clandestinidade imposta pela ditadura militar (1964–1985).

Entre 16 e 19 de janeiro de 1961, um grupo de jovens militantes revolucionários se reuniu em Jundiaí, São Paulo, para fundar uma organização revolucionária que recebeu o nome de Organização Revolucionária Marxista — Política Operária. A Polop surgiu da aproximação entre vários pequenos coletivos de marxistas que tinham em comum, principalmente, a rejeição à linha política do PCB. Por haver tomado a iniciativa de estabelecer contatos pelo país e divulgar material de propaganda, o grupo Juventude Socialista da Guanabara (ou “Grupo do Rio”) é apontado como o principal articulador na fundação da organização. A revista *Movimento Socialista* teve um papel importante no trabalho político de articulação, que permitiu a aproximação entre o “Grupo do Rio” e “grupos de distinta origem, como a pequena Liga Socialista Independente, de inspiração luxemburguista, de São Paulo, membros da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, ex-trotskistas e egressos do PCB e do PSB. Os contatos se ampliaram pelo Brasil afora, com a participação de vários grupos, a exemplo dos grupos de Salvador e Ilhéus”.¹

As ideias básicas em torno das quais se reuniu o grupo de militantes que fundou a Polop em janeiro de 1961, em Jundiaí, permaneceriam como referências ao longo da história da organização: a condenação à política de colaboração de classes, então comandada por PCB, PSB e PTB; a defesa do caráter

¹ Trecho extraído do projeto *Memória da Política Operária: organização e acesso público aos acervos*, disponível em <http://www.centrovictormeyer.org.br/>

socialista de qualquer futura revolução no Brasil; o reconhecimento do papel da classe operária como força aglutinadora de uma frente dos trabalhadores da cidade e do campo; a defesa da construção de um partido representativo da classe operária, em oposição aos partidos burgueses e reformistas; a crítica às deformações burocráticas dos Estados do chamado campo socialista, mas solidariedade a esses países em seus conflitos com o sistema imperialista.

Tais ideias tomaram formas variadas nas intervenções políticas da Polop nas diversas conjunturas e no intenso debate interno que acompanhou a história da organização.

Pode-se dizer que a Polop nasceu inspirada no exemplo da Revolução Cubana de 1959, dada a importância da dominação imperialista na América Latina. No entanto, do ponto de vista teórico, prevaleceu, por conta do amadurecimento das relações capitalistas no Brasil, uma tradição oriunda da esquerda revolucionária alemã, equidistante do sectarismo polarizado por stalinistas e trotskistas na URSS e no movimento comunista internacional.

O encontro e a fusão da cultura revolucionária de “dois mundos” expressa naquelas influências foi o desafio assumido por Erico Sachs, um dos quadros da Polop (conhecido por seus pseudônimos Eurico Mendes, Eurico Linhares e Ernesto Martins) com experiência anterior no movimento comunista internacional no período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial.² Por seu intermédio, chegou-nos a contribuição de August Thalheimer, que enfrentou, como um dos dirigentes da oposição no Partido Comunista alemão e membro

² Uma biografia de Erico Sachs foi escrita por Victor Meyer e republicada em 2009, sob o título “Ernesto Martins, Erico Czaczkes Sachs”, no livro *Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. Salvador: CVM, 2009.

da Internacional Comunista, a questão do governo operário-camponês, a ascensão e a derrota do fascismo, o nascimento do sistema socialista e a mudança nas relações de força no plano internacional.

Embora a obra *Marxismo e Existencialismo* tenha sido publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* em 1947, tendo outra edição na revista *Movimento Socialista* nº 2, em dezembro de 1959, a contribuição política de Thalheimer somente veio a ser conhecida mais tarde, no final dos anos 1970, com a publicação de alguns artigos em dois números da revista *Marxismo Militante*, periódico da Polop que circulou nos anos da ditadura militar. Ao destacarmos a relevância da contribuição de Thalheimer, estamos explicando o motivo de iniciar este livro com um trabalho de sua autoria, datado de 1937.

Também extrapolamos os limites do marco final do período de existência da Polop, ao inserirmos na coletânea vários textos escritos por Victor Meyer nos anos 1990. Trata-se do reconhecimento prestado a esse militante e dirigente falecido prematuramente em 2001, aos 52 anos de idade, por suas contribuições para a compreensão da crise e do desmoronamento do sistema socialista. O último texto inserido neste volume remete ao comunismo, uma fase a ser conquistada após o socialismo, ou seja, depois da expropriação da burguesia e o consequente fim da exploração do homem pelo homem. Como assinalou Lenin na obra *O Estado e a revolução*, nessa fase ninguém mais poderá dispor, a título de propriedade privada, dos meios de produção e, portanto, controlar as condições de vida de qualquer pessoa. Mas Victor Meyer faz essa análise sob o ângulo do desenvolvimento das forças produtivas geradas pelo capitalismo no final do século XX, cuja expropriação tornará possível um avanço superior dessas mesmas forças, na direção da fase superior da sociedade comunista. Com esse

texto, também reafirmamos a ideia de que a História não acabou e a luta pela superação do capitalismo na perspectiva do comunismo continua na ordem do dia.

Escolhemos ordenar os textos na ordem cronológica por autor, de modo a facilitar o entendimento do contexto e das tomadas de posição de cada autor em cada momento histórico.

Pelos temas tratados e pelo método adotado, percebe-se a possibilidade de uma teoria ou de uma reflexão sistemática acerca das experiências do socialismo de Estado, como denominou Thalheimer, ou socialismo tutelar, na interpretação de Victor Meyer, uma conceituação mais adequada e à altura do significado histórico de um processo marcado por heroísmo, tragédia e traições. Fato é que não estamos mais nas condições de luta do século XIX, quando falar do socialismo ainda representava referir-se apenas às correntes de pensamento político atuantes sob essa denominação na sociedade europeia da época.

Como será possível constatar durante a leitura, esta obra compõe um todo integrado, tendo como centro a experiência da Revolução Russa, em diversas análises do começo, desenvolvimento e fim do sistema socialista, tal como entrou para a História.

A centralidade da análise da URSS na coletânea — e daí a importância do texto “Qual é a herança da Revolução Russa?”, de Erico Sachs — se deve ao fato de que grande parte dos problemas da transição para o socialismo foi colocada por esta experiência numa escala mundial: a transição em países que (como a URSS) partiam de um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, vendo-se obrigados a implementar a chamada acumulação socialista primitiva; a questão do controle operário da produção e da participação no planejamento econômico; a degenerescência burocrática da ditadura do

proletariado; o stalinismo; o problema das chamadas democracias populares dentro do sistema socialista; a situação do cerco imperialista à URSS e a subordinação do movimento comunista internacional à política externa desse país; a divisão do mundo e a coexistência pacífica com o imperialismo; e as rivalidades nacionais entre os países do sistema socialista, particularmente entre a URSS e a China.

Por outro lado, as análises consideram o confronto entre os dois sistemas rivais durante o século XX, demarcando também a importância do sistema socialista para a luta anticolonial e anti-imperialista e a configuração do mundo tal como o conhecemos hoje. Não podemos deixar de mencionar o enfrentamento e a derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial, e a limitação do caráter belicoso do imperialismo norte-americano no período subsequente, quando a URSS alcançou a paridade no armamento nuclear.

A revolução socialista na Rússia propiciou — apesar do atraso do país do ponto de vista capitalista e da pesada herança semifeudal a ser liquidada — a construção inicial do socialismo. A experiência significou um passo histórico fundamental, pois evidenciou a possibilidade de organizar uma sociedade sem a anarquia da produção, a desigualdade social e a insegurança estrutural do trabalho impostas pela propriedade privada e pela concorrência capitalistas. Esse é o destaque da breve comunicação “Vinte anos após a Revolução de Outubro”, de Thalheimer, que inicia a coletânea de textos.

No texto “Existe ‘imperialismo soviético?’”, Thalheimer defende a ideia de que a Revolução de Outubro conduziu à passagem do capitalismo privado para o socialismo de Estado. O autor levanta, contudo, a possibilidade de uma transição inversa, argumentando que, para isso acontecer, os meios de produção teriam de passar às mãos de uma **nova** (grifo do

autor) classe capitalista, que teria em suas mãos o poder do Estado. Como aponta Victor Meyer no escrito “O enigma do chamado ‘socialismo real’”, foi isso o que aconteceu progressivamente ao longo das décadas de 1970 e 1980, quando uma parte da burocracia dos órgãos de planejamento, dos ministérios e de grandes empresas, sustentada pelo restabelecimento da economia de mercado ocorrido naquele período, finalmente abdicou do socialismo em 1991, assumindo ela própria a condição de uma classe capitalista.

Cabe perguntar, contudo, diante do descrédito gerado pelo desmoronamento do socialismo e pelo surgimento da nova classe emergente: a experiência do socialismo tutelar tem algo a comunicar para a luta futura da classe operária?

O questionamento sobre se o socialismo do futuro tem algo a aprender com as experiências do passado perpassa todos os textos da presente coletânea, dado o entendimento comum de que o socialismo precisaria expandir-se e, portanto, os ensinamentos de cada processo nacional teriam de ser avaliados pelos movimentos revolucionários situados no bloco capitalista. Tal pergunta deixa entrever também que as experiências dos povos são únicas, pois o tempo histórico é irreversível e as condições de desenvolvimento social, desiguais. As formas concretas de luta e de organização da classe operária são inventadas, criadas nas próprias lutas, frutos de experiências coletivas num nível alto de amadurecimento político. O mesmo vale para as instituições de poder, como referidas na Comuna e nos Sovietes.

O sistema socialista foi o resultado de um processo histórico que teve como força irradiadora a Revolução de Outubro de 1917. Apesar do atraso material e político desse ponto de partida, o socialismo pôde enfrentar o imperialismo, favorecendo novos processos revolucionários em escala mundial.

Essa compreensão permitiu à Polop evitar o subjetivismo vigente em certas correntes de esquerda que, pretendendo corrigir a História, acabaram por defender visões sectárias sobre os rumos das lutas de classes em qualquer lugar do mundo. Ao mesmo tempo, a Polop se posicionou como uma organização de comunistas e militantes da Revolução Mundial. Assim, distanciar-se do socialismo tutelar e combater a burocracia não equivaleu a lutar contra o sistema socialista, aliando-se às forças da contrarrevolução. Por isso, a superação da degenerescência burocrática na URSS e no campo socialista foi sempre pensada como parte da expansão da Revolução, principalmente nos países industrializados do Ocidente, com vistas à conquista de um patamar histórico mundial mais elevado.

No texto “Qual é a herança da Revolução Russa?”, depois de fazer um notável, amplo e profundo balanço da experiência soviética, situando as particularidades dessa Revolução, Erico Sachs (Ernesto Martins) assinala a degenerescência da ditadura do proletariado em ditadura burocrática como um problema para nós. O malogro da democracia socialista é — pelo lado negativo, é verdade, mas precisamos lidar com o fato de que, como disse outrora Hegel, a História avança pelo lado ruim — a lição mais importante a ser enfrentada pelos revolucionários em todo o mundo. Por não se tratar de um princípio abstrato, o autor afirma nas páginas finais do texto que a democracia socialista requer a criação de condições prévias, “criadas **antes** da Revolução, que o proletariado transformado em classe dominante possa aproveitar” (o grifo é nosso).

Nesse sentido, queremos chamar atenção para o importante aspecto da formação do proletariado russo, geralmente não avaliada com maior cuidado. É correto considerar que a Guerra Civil (1918–1921) teve um peso muito forte no enfraquecimento da ditadura do proletariado, pela dispersão da classe

operária e o afastamento das lideranças em relação às bases, processo que se tornou irreversível, a partir da década de 1930, com a coletivização e o ingresso de milhares de ex-camponeses nas fileiras do novo proletariado industrial. Porém, não se pode esquecer — como Erico Sachs ressalta no mesmo texto — ao analisar o ponto de partida da Revolução Russa, que o proletariado naquele país, apesar de ser um dos mais revolucionários de sua época, não passou pela experiência de luta e de organização sob a democracia burguesa, do ponto de vista sindical e político. Ou seja, não pode contar com essas “condições mais favoráveis da luta pelo socialismo” referidas por Friedrich Engels na introdução à reedição da obra *A luta de classes na França, de 1848 a 1850*, de Karl Marx, datada de 1895 e considerada o seu testamento político.

Se não resta dúvida de que a democracia burguesa, formal ou representativa, é a forma de dominação mais favorável à luta de classes do proletariado, destacar a importância da experiência democrática não equivale a assumir uma perspectiva democratista, a fazer apologia da “democracia como valor universal”. Engels, na introdução anteriormente citada, enfatizou a participação no parlamento burguês e em instâncias executivas, sobre as quais o partido social-democrata alemão pudesse exercer controle direto como forma de medição de forças e instrumento de luta, delineando a tática revolucionária nas condições da democracia burguesa. A derivação reformista da social-democracia alemã nos anos seguintes à morte de Engels foi alvo de contundente crítica de Rosa Luxemburgo, que enfatizava naquela contribuição do companheiro de ideias e lutas de Marx a decisiva importância da mobilização independente da classe operária. Ao mesmo tempo, ela apontou os limites da democracia representativa para viabilizar a ampla e livre participação das massas trabalhadoras e seu pa-

pel de constranger as lutas de massa à legalidade instituída nos acordos parlamentares, em nome da suposta maioria ou vontade popular definida à margem da História.

Nos termos propostos por Erico Sachs, do enfrentamento desse desafio e, portanto, do desenvolvimento da classe operária enquanto classe para si dependerá o nível da futura democracia socialista do porvir, na luta pelo socialismo neste século XXI.

VINTE ANOS APÓS A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO³

August Thalheimer

A opinião contemporânea se dividiu incisivamente sobre a Grande Revolução Francesa de 1789, a revolução burguesa *clássica*. Nenhum pensador — político, soldado, filósofo ou poeta — pôde ignorá-la, o maior evento histórico de todos os tempos. Ele apoiou ou se opôs. Em qualquer caso, ele aprendeu.

Muitos que de início se tornaram entusiastas, mudaram sua atitude com o passar do tempo. Alguns, como o grande poeta alemão Schiller, ficaram horrorizados com o terror revolucionário, a execução do rei, o governo dos jacobinos — de fato, com os eventos nos quais a Revolução atingiu seu ponto mais alto. Aqui eles mostravam o reacionarismo do movimento burguês daquele tempo.

Outros, como Beethoven, separaram-se do movimento revolucionário quando Napoleão vestiu o manto imperial e reprimiu a revolução em casa, a fim de levá-la externamente sob

³ Texto escrito em 1937 e originalmente publicado no *The New Leader*, Londres, em 05/11/1987 sob o título “Twenty Years After the October Revolution” e traduzido para o português por Sérgio Antão Paiva.

a ponta da espada. Para ficarem fiéis a suas próprias ideias, esses homens rejeitaram a Revolução como ela se desenvolveu.

A Revolução Russa de 1917 é um evento de muito maior importância histórica decisiva. Apesar de não ser a revolução socialista ou proletária *clássica*, é a *primeira* a ter sucesso num grande país.

Por que a sua significância é maior que a da Revolução Francesa? Porque a Revolução Francesa, uma revolução burguesa, substituiu o sistema feudal anacrônico de exploração pela exploração capitalista. Mas a Revolução de Outubro marca a transição de um longo período histórico de exploração do homem pelo homem, baseado na propriedade privada dos meios de produção, para um período no qual a exploração acaba, instituem-se a propriedade comum dos meios de produção e o avanço do socialismo.

Por essa razão, todo homem inteligente é compelido a decidir-se sobre a questão.

Hoje, vinte anos após a Revolução de Outubro, podemos ver que, como no caso da Revolução Francesa, muitos mudaram sua atitude em relação a ela. E, mais uma vez, por diferentes motivos. Existem muitos cujo entusiasmo inicial era apenas a excitação superficial da juventude, que se encolhe diante das realidades severas da Revolução. Essa rejeição da realidade mostra pobreza de entendimento.

Talvez o significado real do que está acontecendo atualmente mostre-se mais claramente na atitude dos partidos num país onde a revolução proletária toma a forma mais aguda da luta de classes, guerra civil e terror — a Espanha. Lá vemos de social-democratas de direita a republicanos burgueses em aliança com o Partido Comunista. Por outro lado, vemos um partido marxista, o POUM, o qual, no interesse da luta contra o fascismo, luta pela revolução proletária e, por isso, torna-se objeto do terror

governamental e do Partido. Lá também vemos uma massa de trabalhadores revolucionários aderindo ao anarcossindicalismo.

Trinta mil revolucionários estão nas prisões da Espanha Republicana, cuja política é fortemente influenciada pelo Partido Comunista Espanhol, dirigido pelo Partido Comunista da União Soviética.

Na própria União Soviética, a velha guarda dos bolcheviques foi varrida. Os líderes mais proeminentes da Guerra Civil foram mortos sob a alegação de que eram traidores.

É possível traçar um paralelo entre a trajetória da Revolução Francesa de 1789 e a Revolução de Outubro na Rússia? Podemos dizer que a Revolução de Outubro está agora numa escala descendente de desenvolvimento? Deve a classe operária internacional excluir o país da Revolução de Outubro como uma força revolucionária?

Aqui podemos responder apenas brevemente. O seguinte nos parece a essência da matéria.

Não pode haver nenhuma comparação entre a trajetória da revolução burguesa e a da revolução socialista. Todos os paralelos entre uma e outra levarão ao erro.

Na União Soviética, a revolução socialista não está declinando. Está longe de ser “liquidada”. Mas está numa séria crise, uma crise de *dores de crescimento*. A economia socialista se desenvolveu e cresceu a uma terrível velocidade. O que Marx chamou de base econômica — nesse caso uma base socialista — foi construída. Mas a “superestrutura política”, as formas e métodos do Governo Soviético, não cresceram com ela. Por quê?

Porque no período mais crítico — o período quando sacrifícios eram necessários, a época mais perigosa para a segurança do Estado operário internamente e externamente — a construção de uma economia socialista tinha que ser levada a cabo por métodos que agora se tornam mais ou menos desneces-

sários. Mas esses métodos estão ainda sendo usados hoje em dia, e por isso eles encontram uma crescente oposição pelas massas. As massas avançaram culturalmente com o desenvolvimento da economia socialista e agora exigem da burocracia governante mais independência, de acordo com o que já foi vencido pela economia socialista.

Essas massas se tornaram articuladas. As amarras da liderança burocrática se tornaram uma camisa de força. Mas nunca existiu uma classe governante que tenha compreendido quando aqueles a quem lideraram e educaram tornaram-se aptos a falar e agir por si próprios, até que os alunos expulsaram seus antigos professores. Parece ser uma lei da natureza que os órgãos que obstruem o maior crescimento de um organismo decaem e apodrecem antes que eles possam ser liberados. A crise de crescimento na qual a União Soviética se encontra agora indica alguma decadência e corrupção que obstruem um desenvolvimento posterior.

Pelo bem da Revolução de Outubro, nós não concordamos com o coro oficial que, dentro e fora da União Soviética, celebra o vigésimo aniversário com a gratificação do regime stalinista. Nós celebramos esse famoso aniversário na luta pelo avanço na democracia soviética em princípios socialistas. Nós lutamos pelo próximo estágio do Estado Soviético e preparamos a revolução proletária ao redor do mundo.

EXISTE “IMPERIALISMO SOVIÉTICO”?⁴

August Thalheimer

O esforço de expansão da União Soviética no decorrer da Guerra e após o seu final colocou-se à luz como fato indubitável. A União Soviética conquistou no decorrer da Guerra novos territórios e, após a Guerra, continuou evidentemente seu esforço de expansão em diferentes direções.

O fato do esforço de expansão da União Soviética é, assim, incontestável, sem controvérsia.

Mais duvidosa é a *explicação* desse fato. Disto trata-se aqui.

Para as evidências, seja aqui apenas preliminarmente destacado que o esforço de expansão da União Soviética não é tão novo, como a muitos poderia parecer. Ele não é uma propriedade exclusiva do período stalinista. Quando, por exemplo, em 1921, a Polônia de Pilsudski empreendeu o ataque contra a União Soviética e esta respondeu com um contra-ataque que levou o Exército Vermelho diante das portas de Varsóvia, exis-

⁴ Excerto do documento “Princípios e conceitos fundamentais da política internacional após a Segunda Guerra Mundial”, escrito em inícios de 1946. Traduzido do alemão por Sérgio Antão Paiva.

tiu indubitavelmente do lado russo a intenção não apenas de tomar a Polônia, mas também de avançar até a Alemanha. Isso foi sob Lenin. Apenas a derrota do Exército Vermelho diante de Varsóvia impediu a realização desse plano. Sobre a diferença de métodos entre Lenin e Stalin, será ainda falado.

Em todo caso, deduz-se daí que o esforço de expansão soviética remonta até o período leninista. Apenas a União Soviética não tinha ainda força para isso. Agora ela a tem visivelmente, dentro de limites mais determinados, e a utiliza.

Mas e as palavras de Stalin, de que a União Soviética não queria “extensão de fronteiras em solo estrangeiro”? Elas são mais ou menos tão válidas quanto as declarações da Carta do Atlântico de renúncia à incorporação de territórios nesta Guerra.

Também aqui ganha-se clareza por meio da investigação dos fatos objetivos essenciais que determinam a política externa soviética, e não por meio das intenções subjetivas e declarações de Stalin e de outros políticos soviéticos.

Para atingir essa clareza, é imprescindível um esclarecimento dos conceitos fundamentais.

Todo imperialismo é política de conquista. Mas nem toda política de conquista é imperialismo.

A política de conquista andou de mãos dadas com todas as formações sociais até hoje existentes. Ela não falta nem mesmo nos tempos do comunismo primitivo, em que ocorria que uma união de tribos organizadas em moldes comunistas submetia, dominava e explorava outras organizadas nos mesmos moldes (Espartanos e Helotes, o Império Inca etc.).

A política de conquista imperialista é um fenômeno historicamente muito recente. Ela corresponde à formulação leninista do caráter monopolista do capitalismo. A marca que a diferencia da política de conquista dos períodos iniciais do capitalismo e que lhe é particular é a *exportação de capital* (não

apenas a exportação de mercadorias) para países de formações econômicas pré-capitalistas como motivo e objetivo principais dessa política. Com isso, a exportação de mercadorias não cessa de ter papel, mas este não é mais essencial e exclusivo como antes.

Não é de se admirar — aliás, é a coisa mais natural do mundo — que o entendimento burguês procure explicar os fatos decorrentes da expansão da União Soviética com suas próprias formas de pensamento, isto é, com as formas burguesas de pensamento de seu tempo, construindo assim um “imperialismo soviético” como explicação para esses fatos. Admirável apenas é que alguns assim chamados marxistas caem nessa “explicação”, em vez de colocar as mais simples questões sobre os fundamentos econômicos desse suposto “imperialismo soviético”.

Porém, basta colocar simplesmente aqui as questões essenciais para diagnosticar o “imperialismo soviético” como a teoria sem sentido que ela é.

Onde está na União Soviética o capital excedente existente no próprio país, que precisa ser exportado?

Não seria resposta bastante dizer que na União Soviética não existe capital privado. Poderia ser o capital estatal, que procurasse colocação no estrangeiro por não ser aplicável no próprio país.

Mas os fatos dizem reconhecidamente o exato contrário. A União Soviética não apenas não tem excesso de capitais, que ela pudesse exportar, como, além disso, tem necessidade gigantesca de ingresso de capitais. Bastaria aqui a referência aos esforços da União Soviética para obter bilhões em créditos dos Estados Unidos para acelerar a reconstrução do próprio país.

Também a Inglaterra toma créditos enormes dos Estados Unidos, mas eles servem visivelmente para a reconstrução da

sua exportação de capitais e mercadorias. O caso aqui é totalmente outro.

Em geral, a ideia do “capital excedente” está ligada à forma econômica capitalista e não é transferível para as formas econômicas socialistas. O capital é “excedente” num dado país apenas sob o ponto de vista histórico da valorização do capital, quer dizer, quando o seu investimento no próprio país não é possível, porque ele não traz mais-valia adicional ou porque é utilizado mais lucrativamente fora do país. Para uma economia socialista, faltam ambas as possibilidades, porque ela não é orientada para o objetivo de lucros crescentes (na forma geral da mais-valia), mas sim na satisfação de necessidades sociais. Os meios de produção podem aqui ainda ter a forma dinheiro e ser, além disso, denominados de “capital”, mas eles não são mais capital no sentido próprio do termo. Não é mais a mesma categoria histórica. Os limites de propriedade das formas econômicas capitalistas para o emprego do capital não existem mais para uma economia socialista — a lei salarial capitalista, que, em última instância, detém o mercado capitalista em seus estreitos limites, está aí abolida. A quebra dos limites capitalistas para o consumo das grandes massas da população é agora a propulsão básica para a transição de uma forma econômica para outra.

E onde estão na União Soviética as mercadorias excedentes às necessidades internas que são canalizadas para o estrangeiro? É conhecido que a produção de meios de consumo na União Soviética se situa ainda muito aquém das necessidades mais limitadas da população. Ainda domina lá a “fome de mercadorias”.

Podemos, assim, encarar de pronto o “imperialismo soviético” como uma expressão abusiva das formas de pensamento burguês sobre a União Soviética.

Outra tentativa de interpretação se refere a que simplesmente se trataria de uma retomada e de um desenvolvimento da centenária política externa czarista. Essa tentativa de explicação ganha ainda uma pintura de evidência, porque a liderança política da União Soviética acentua em suas declarações a própria continuidade com a política externa czarista e a direção da guerra (por exemplo, a lembrança da derrota da Rússia na Primeira Guerra Mundial, a declaração de Stalin a respeito da entrada da União Soviética na guerra contra o Japão como revanche pela derrota da Rússia Czarista contra o Japão na guerra de 1904–1905 etc.).

Porém, também essa tese não resiste a nenhuma prova.

Na política de conquista czarista dos últimos séculos, misturavam-se uma série de motivos, enraizados na estrutura social da velha Rússia. Para os grandes proprietários de terras feudais e para os funcionários dirigentes, provenientes dessa classe, tratava-se de ganhar novos territórios para a exploração feudal e feudal-burocrática. O capital comercial nascente na Rússia procurava ganhos comerciais por meio de exportação de manufaturas russas e importação de matérias-primas dessas regiões. No século XX, incorporaram-se finalmente a esses motivos ainda existentes o novo motivo da expansão imperialista, sustentada mais por capital emprestado do que por capital próprio: assim por dizer, o imperialismo a crédito.

Onde estariam esses motivos econômico-sociais na Rússia Soviética de hoje?

O motivo imperialista nós já eliminamos: a classe dos grandes proprietários de terras feudais e a elite burocrática dela derivada desapareceu, assim como o grande comerciante russo como corporificação do capital comercial.

Os fundamentos sociais também mudaram basicamente em relação aos tempos da política externa czarista, e com isso também os motivos sociais e objetivos da política externa.

Um fator, entretanto, permaneceu o mesmo, como já observou I. Dallin: a geografia, isto é, o fundamento natural do processo social.

São essas condições geográficas da política exterior, igualmente existentes em todas as formações sociais, e a fraseologia “patriótica” requentada dos políticos soviéticos que produziram a aparência de uma simples retomada e desenvolvimento da política externa centenária do czarismo. Contudo isso é uma falsa aparência.

Finalmente, seria possível ainda uma explicação, que considera, ao contrário, que a economia da União Soviética desde o princípio não era socialista, mas capitalista de Estado, ou que realmente começou como socialista, mas que atualmente é entendida como em transição para o capitalismo de Estado. O aparecimento do “imperialismo soviético” seria naturalmente um fenômeno dessa transição.

Essa questão não pode ser respondida a fundo aqui. Apenas seria dito sucintamente o seguinte:

Os traços históricos da transição da economia capitalista para a socialista são dois: primeiro, a passagem dos meios de produção decisivos, da propriedade da classe capitalista, para a propriedade coletiva da classe operária, por ora na forma do Estado por ela dominado; segundo, a passagem da produção da mais-valia como motivo e objetivo decisivo da produção para a produção para o atendimento das necessidades sociais.

O COMUNISMO NACIONAL NAS DEMOCRACIAS POPULARES⁵

Erico Sachs

Há certa contradição no fato de o processo de democratização nos países do Bloco Soviético, agrupados em torno da URSS, realizar-se na forma de um movimento comunista nacional, pois a democracia visada pelas diversas oposições, que se manifestaram durante a luta, é legitimamente socialista. As reivindicações levantadas têm o objetivo de dar às massas maior participação na administração pública, como medida prática de desburocratização. A palavra de ordem sob a qual se desenrola a luta da vanguarda é a volta ao leninismo.

Se chegamos a um estado de coisas em que o proletariado de países nos quais o capitalismo foi virtualmente destruído levanta novamente reivindicações de caráter nacionalista, deve-se isso unicamente à correlação de forças lá criadas. O chamado comunismo nacional não é um programa e tampouco

⁵ Texto originalmente publicado na revista *Novos Tempos*, nº 2, out./nov. de 1957. Escrito sob o pseudônimo Eurico Mendes.

uma teoria. É um produto prático do stalinismo, destinado a superá-lo.

O fenômeno é tão antigo quanto as próprias democracias populares. Na maioria desses países a revolução foi trazida de fora, pelo Exército Vermelho. Isso por si não explica o caso, como mostra o exemplo da Iugoslávia, mas traçou desde o início as linhas gerais do desenvolvimento. Não demorou, entretanto, para que se fizessem sentir as consequências do desvio de parte da renda nacional desses países para a URSS sob a forma de reparações das chamadas sociedades mistas e de Tratados Econômicos desfavoráveis. Não é possível, também, explicar o comunismo nacional unicamente por essas razões, pois ele surgiu igualmente na China, onde esse fator não chegou a se verificar e subsiste na Europa Oriental (Alemanha, Tchecoslováquia), onde essa fase já foi superada. A causa maior e primitiva da rebelião nacionalista, parece-nos, foi a aplicação de padrões de um socialismo russo (stalinismo) em países de estrutura social, cultura e tradições completamente diferentes.

Abstraindo, no momento, o fato de já estarem superados esses mesmos métodos na própria União Soviética, onde se iniciou aberto processo de reformas, que se manifesta, não só pelas mudanças políticas e administrativas, como também pela gigantesca reestruturação econômica (descentralização) — cujos efeitos sociais não tardarão a se fazer sentir —, foram os seguintes fatores que possibilitaram o surgimento do stalinismo:

Depois de 1923, quando se evidenciou a estagnação da Revolução Mundial, impôs-se à Rússia Soviética a necessidade da industrialização, da realização de uma acumulação socialista primitiva, como condição de sobrevivência num mundo capitalista hostil. Isolada e boicotada, não podia contar com ajuda material do exterior, em forma de créditos, investimen-

tos ou assistência técnica. O processo de industrialização requeria o constante e radical sacrifício do nível de vida da sociedade e a transformação de milhões de mujiques em operários industriais. A estes faltaram as premissas mais elementares para o modo de vida industrial e o processo de produção mecanizado. Os constantes sacrifícios materiais exigidos nutriram e reforçaram a oposição primitiva dessas massas contra o novo modo de vida, oposição que se manifestava numa resistência passiva contra as máquinas, o horário de trabalho e a disciplina industrial em geral.

Nessas condições não restava muito lugar para a democracia econômica e administração obreira. “Liberdade é o conhecimento da necessidade”, dizia Engels, mas as massas de camponeses que, voluntariamente ou sob pressão, deixaram uma vida semiasiática para integrar-se num moderno processo de produção industrial pouco ou nada podiam contribuir para a administração de uma fábrica, necessitando, no início, frequentemente de métodos drásticos para poder integrar-se na marcha da produção. Foi aí que surgiu a hierarquia burocrática, que de seu centro em Moscou determinava e regulava os mínimos detalhes de produção de uma empresa situada a milhares de quilômetros de distância, na Sibéria ou na Ásia Central.

A influência da burocracia crescia na medida dos primeiros sucessos industriais. A precária situação material da Rússia Soviética daquele tempo e a não existência de uma democracia econômica restringia as já estreitas bases da democracia política, que já involuíram nos anos da Guerra Civil e da intervenção imperialista. As lutas de frações e, especialmente, os métodos com que foram travadas por todos os lados acabaram com a democracia interna do Partido Comunista. A União Soviética caiu sob o domínio absoluto da burocracia,

que a administrava política e economicamente, imprimindo-lhe as suas feições próprias. É verdade que, mesmo em comparação a padrões ocidentais, a administrava mal e deficientemente, gastava muito papel em *ukases* e energia humana, esbanjava os recursos, matava as iniciativas e consumia parte desproporcionalmente alta da renda nacional. Mas é verdade também que conseguiu a obra de transformar o país agrário mais atrasado da Europa em sua primeira potência industrial. E quando os povos soviéticos, na Segunda Guerra, conseguiram aguentar e rechazar o impacto das divisões blindadas nazistas, equipadas pela indústria alemã, eles sabiam que todos os sacrifícios não eram em vão.

O papel progressista da burocracia no campo econômico só perdurou, todavia, enquanto não havia outra alternativa. Esta surgiu no próprio processo de industrialização. Criou-se um proletariado industrial qualificado. Formou-se uma intelectualidade soviética com seus novos quadros técnicos e administrativos. O analfabetismo foi vencido e o nível cultural dos povos soviéticos cresceu incessantemente. Das universidades soviéticas saem hoje mais estudantes formados do que das norte-americanas. As bases materiais para a democracia socialista estão criadas.

O problema, entretanto, não é de hoje. Já antes da guerra notou-se crescente choque entre esses novos fatores na vida soviética e os velhos métodos burocráticos. “Fenômenos históricos, mesmo os mais importantes, não sabem distinguir a hora em que têm de deixar o cenário”, disse Mehring, o biógrafo de Marx. A burocracia não o sabia e foi justamente esse o “erro” de Stalin.

Daqui em diante só podia conservar os velhos métodos contra a crescente oposição das novas forças surgidas na sociedade soviética, o proletariado e a intelectualidade, que ti-

nham aceitado os padrões stalinistas como transitórios e de emergência, e que lutavam, consciente ou inconscientemente pelo restabelecimento da democracia socialista em nível mais alto. Não foram só os velhos bolcheviques que fizeram oposição. Estes serviram mais como bodes expiatórios. Toda a nova geração, saída das escolas, tinha de ser domada de novo. Daqui em diante Stalin só podia conservar o velho *status quo* à base de terror e de sangue. É esse o segredo das constantes ondas de expurgos, liquidações e processos monstros, das quais Khrushchev nos contou uma parte.

Quando os Exércitos Vermelhos penetraram na Europa Central, implantaram um sistema político que, dentro de poucos anos, devia copiar as feições do modelo russo. Os planos de produção das fábricas Zeiss, na Alemanha Oriental, tinham de ser aprovados por Moscou. Os operários da SKODA, na Tchecoslováquia, deviam ter tão pouca voz ativa na administração da sua empresa como os seus colegas nos Urais. Os métodos da acumulação primitiva foram implantados em países que, devido às suas tradições industriais, dispunham de uma base de saída mais elevada para iniciar uma produção socialista. Das massas desses países, habituadas a um nível de vida mais alto, exigia-se uma aproximação ao nível de vida soviético. A situação econômica desses países foi agravada pela intromissão direta da burocracia russa. A situação política se tornou insustentável devido à implantação dos métodos políticos do stalinismo em países com um proletariado que, ao contrário do russo, contava com fortes tradições democráticas, sindicais e de cogestão obreira. Para completar o quadro, implantavam-se os métodos de expurgos e processos monstros para vencer a crescente resistência do proletariado e da própria vanguarda comunista em cada país, sob o domínio dos stalinistas russos e locais. Foram os melhores quadros

dentro dos Partidos Comunistas que sentiram primeiro os perigos do alienamento da classe operária.

O comunismo nacional não é outra coisa senão a manifestação concreta das contradições criadas entre os métodos stalinistas surgidos na União Soviética e as necessidades do fortalecimento do socialismo nas democracias populares. Representa ele o esforço de vencer o abismo criado pelos stalinistas entre a classe operária das democracias populares e a União Soviética. Fortalece ele o campo socialista em seu conjunto — e isso, no momento, só pode ser feito contra a resistência da burocracia soviética.

Na prática, o comunismo nacional revela dois aspectos, é composto de duas forças: o elemento proletário, consciente e comunista, que se opõe à burocracia soviética e seus satélites nacionais, porque luta pela democracia socialista e pelas relações à base de igualdade entre países socialistas. A outra força é representada pelo elemento pequeno-burguês e contrarrevolucionário, que apoia a oposição comunista, porque vê em sua vitória uma etapa vencida na luta pela restauração de formas sociais burguesas. Existe o perigo de a força contrarrevolucionária tomar a liderança. Isso se pode dar quando a resistência interna e externa do stalinismo às reformas se mostra tão estúpida e brutal que torna antagônica toda uma classe operária e toda uma nação, como aconteceu na Hungria. O proletariado húngaro desesperado, sem uma liderança comunista, aceitou os *slogans* nacionalistas pequeno-burgueses, renunciando à ideia da reforma socialista. Destruindo as bases da democracia popular húngara, não havia mais o que reformar — estavam abertas as portas para a contrarrevolução.

A alternativa para o caso húngaro foi demonstrada na Polônia. Gomulka, ao contrário de Nagy e Kadar, preparou com seu grupo, conscientemente, a luta contra os stalinistas, à base de

um programa de reformas socialistas. Organizou a oposição dentro do Partido, mobilizou os operários de Varsóvia e outros centros industriais e aceitou o apoio pequeno-burguês como força auxiliar. O resultado foi o completo isolamento dos stalinistas poloneses, e os soviéticos não se viam com força moral para impedir o processo de democratização.

A precária aliança entre comunistas e oposição pequeno-burguesa tem de desmoronar quando o comunismo nacional tomar de fato o poder. Chega o momento em que as águas se dividem: de um lado, os reformadores socialistas; de outro, as tentativas de volta a formas sociais burguesas. Na Iugoslávia, foi o caso Djillas que representou a pedra de toque. Na Polônia, parecem ter sido as eleições que iniciaram nova fase. Na China, assistimos recentemente à rebelião dos Ministros pequeno-burgueses do governo de Pequim, que pretendiam aproveitar-se da discussão interpartidária para fortalecer as suas posições à custa dos comunistas. Em todos esses casos, tanto Tito como Gomulka e Mao Tse Tung tomaram medidas que garantissem a continuação das reformas pelo caminho socialista.

As forças contrarrevolucionárias têm mais chances quanto mais as reformas socialistas demorem a ser realizadas e quanto maior tornar-se o abismo que o stalinismo criou entre as democracias populares e a URSS. O que restabelece a unidade do campo socialista não são unicamente os gestos amigáveis por parte de Moscou nem as viagens de Khrushchev, que aconselha os stalinistas tchecos e alemães, em conversações particulares, a mudar as suas atitudes, porque as coisas não podem continuar assim. A única maneira de superar o antagonismo explosivo, acumulado dentro do Bloco Oriental, é dar aos operários nacionais a liberdade de decidir de maneira soberana quais os métodos mais apropriados para o desenvol-

vimento socialista dos seus países. Isso em parte dependerá do ritmo do processo de desestalinização na própria União Soviética, que ainda está longe de ter atingido o seu auge. Mas desde já ficou demonstrado que o movimento comunista nacional pode vencer etapas nessa direção. Ele não desaparecerá enquanto os métodos stalinistas continuarem a ser empregados. É ele um legítimo produto do stalinismo. Só desaparecerá vencendo, quando a Comunidade Socialista, à base de direitos iguais dos seus componentes, for criada, como reabilitação formal do internacionalismo proletário — o nosso aliado mais poderoso na hora da luta final.

COEXISTÊNCIA PACÍFICA E LUTA DE CLASSES⁶

Erico Sachs

Com a suspensão do bloqueio ianque parece afastado o perigo imediato que pairava contra Cuba. O *status quo* nas Caraíbas, isto é, a existência da Revolução Cubana, foi assegurado temporariamente e o povo e o governo da Ilha podem dedicar-se novamente às tarefas internas.

O imperialismo amarrou as mãos com as declarações de não intervenção de Kennedy. Não tenhamos ilusões, entretanto. O perigo imediato foi afastado, mas o latente continua. O que assistimos presentemente não é outra coisa senão um intervalo entre dois *rounds* de uma luta em que os dois blocos adversários concordam tacitamente em não usar armas suicidas. Ambos os lados procurarão mudar o *status quo* com os recursos da Guerra Fria, alterar as relações de força a seu favor para enfrentar o próximo choque aberto em condições mais favoráveis.

Tudo indica que será o imperialismo que tomará a iniciativa para isso, pois a mera existência de Cuba Revolucionária é uma constante ameaça ao seu domínio no continente.

⁶ Texto originalmente publicado na revista *Política Operária*, nº 5, jan./fev. de 1963.

A forma pela qual Kennedy reafirmou as garantias de não intervenção, dadas pela primeira vez na nota de 27 de outubro, mostra que Washington conscientemente deixou uma porta aberta que lhe permitisse voltar ao ataque quando julgar ter chegado a hora. Declarou Kennedy, por ocasião da suspensão do bloqueio, após Havana ter concordado com a remoção dos aviões *Ilyuchin*: “De nossa parte, se as armas ofensivas forem eliminadas, se for conseguida uma inspeção adequada e se Cuba não for empregada como base ofensiva para a propagação do comunismo, haverá paz nas Caraíbas”.

A ressalva da “propagação do comunismo”, evidentemente, não é feita gratuitamente. Ela será lembrada na hora em que os Estados Unidos julgarem mudadas as relações de forças e assim se sentirem libertados dos compromissos tomados. É essa a forma sob a qual a chamada “coexistência pacífica” se realiza, não só nas Caraíbas (onde é pouco pacífica), mas em escala mundial.

No caso concreto de Cuba, a mudança do *status quo* não depende somente das relações entre as grandes potências: União Soviética e Estados Unidos. Dependerá, talvez mais diretamente, do desenrolar das lutas de classes em todo o continente, pois a Revolução Cubana surgiu e existe como vanguarda da Revolução Latino-Americana, com a qual o seu futuro está inseparavelmente ligado. Um enfraquecimento das forças revolucionárias no continente reforça automaticamente a pressão imperialista contra a Ilha, um ascenso das massas coloca o imperialismo na defensiva. Um aguçamento das lutas de classes e um reforço palpável do movimento revolucionário nas cidades e no campo representam, portanto, uma condição indispensável para o crescimento do apoio das massas latino-americanas à Revolução Cubana.

Vemos, aqui, portanto, dois fatores que se empenham a favor da Revolução Cubana. De um lado, os recursos materiais

do campo socialista, no qual se destacam agora mesmo o potencial militar e a pressão diplomática da União Soviética. De outro, as massas exploradas do continente, que se lançam na defesa da Revolução Cubana à medida que tomam consciência de classe, e cuja única arma é a luta de classes.

Seria o caso de supor que esses dois fatores se completam mutuamente, pois trata-se de duas forças que lutam contra o mesmo inimigo — o imperialismo — e pelo mesmo objetivo — o socialismo no mundo. Na prática, essa coordenação das forças não se dá, todavia, sem atritos e contradições, e as discussões em torno do caso cubano são um novo caso de teste para um reexame das relações entre os países socialistas e o movimento revolucionário no mundo capitalista, na luta comum.

O primeiro atrito é criado pela tentativa de um governo socialista impor a sua tática na luta contra o imperialismo ao conjunto das forças revolucionárias, que lutam em condições totalmente diferentes. Voltando ao caso cubano, encontramos uma análise de Boris Ponomarev, do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, publicada no *Pravda*, que procura tirar as lições da crise (usamos uma versão da AFP). Veremos as conclusões a que chega.

Ponomarev começa exaltando o governo soviético por ter salvado a paz e evitado a guerra termonuclear. Poderíamos deixar de lado esse argumento duvidoso, destinado a impressionar a opinião pública pequeno-burguesa na Europa e nos Estados Unidos (os resultados são igualmente duvidosos), mas acontece que a exaltação pacífica não se limita a isso. Dirigindo-se ao movimento operário propriamente dito, Ponomarev repete a batida tese de que a revolução social nos países capitalistas pode agora ser feita por meios pacíficos. “Os dirigentes que esquecem ou ignoram a existência dessas possibilidades

pacíficas não fazem senão frear o desenvolvimento do processo revolucionário”, diz o articulista.

E por que a razão de ser, nos dias de hoje, daquelas “possibilidades pacíficas revolucionárias”, as mesmas que já provocaram o sarcasmo de Lenin e de toda uma geração de marxistas nos dias áureos em que vivia e pregava Bernstein? Ponomarev nos antecipa a resposta a essa pergunta. É por causa da “coexistência pacífica”.

Quem põe em dúvida as possibilidades pacíficas da Revolução é acusado de sabotar a política de coexistência pacífica da União Soviética, é acusado de querer empurrar a humanidade para a guerra termonuclear.

A coexistência pacífica aparece hoje como a preocupação número um da política externa soviética. O que significa isso na prática?

Significa, obviamente, que os dois sistemas sociais deste Globo são obrigados a coexistir, a não ser que entrem em choque aberto, em guerra. Pregar a coexistência pacífica não significa outra coisa senão assegurar ao regime adverso que não se cogita usar a guerra “quente” como meio de luta na disputa dos dois sistemas. Pois, é claro — e isso os dirigentes soviéticos não negaram —, a longo prazo, a luta tem de terminar com a vitória de um sistema sobre o outro. O próprio Khrushchev disse aos americanos, durante a sua visita aos Estados Unidos: “Seus netos viverão sob o socialismo...”.

Trata-se, portanto, de um argumento a ser usado de governo para governo, de um país socialista a um país burguês. Isto é, faz parte da *linguagem diplomática*, da troca de notas e demais gentilezas de um Ministério do Exterior, que países socialistas são obrigados a sustentar enquanto forem minoria neste mundo.

Como todos os argumentos diplomáticos, sua importância não deve ser sobre-estimada. Eles variam com o tempo e com

as necessidades e só servem de cobertura para fatores materiais. Ter-se evitado uma guerra nuclear até hoje, deve-se antes de tudo ao fato de a União Soviética ter construído um potente arsenal de foguetes e cabeças nucleares, que ameaçam os centros dos países imperialistas.

Se, entretanto, um governo socialista usa a mesma linguagem da “coexistência pacífica” no trato com as massas exploradas, as classes oprimidas do mundo imperialista, o argumento deixa nessas circunstâncias de ser diplomático e se torna *ideológico*. Com quem é que a classe operária e seu movimento revolucionário nos países capitalistas devem coexistir? Com o campo socialista? Isso seria uma redundância, pois eles são aliados na luta pelo socialismo. Então, com a sua própria burguesia e com o imperialismo? Isso é a renúncia à revolução e a autolimitação a um mero movimento de reformas. Mas é exatamente o que Ponomarev recomenda na prática.

Não pretendemos fazer do camarada Ponomarev um bode expiatório. Ele fala em nome do CC do poderoso Partido Soviético, cuja política ele defende. A tese por ele defendida não é nova. Enfrentamos aqui uma variante do neorreformismo staliniano, que já foi abalado durante a vida do próprio Stalin pela Revolução Chinesa e, posteriormente, de novo pela Revolução Cubana. O que se defende é nada mais e nada menos do que a velha submissão do movimento comunista mundial à política externa da União Soviética.

No fundo, os herdeiros ainda partem das premissas do velho Stalin. O progresso da Revolução Mundial é idêntico à expansão do poderio soviético. Os movimentos comunistas, portanto, representam uma força auxiliar da União Soviética no mundo capitalista. E como a União Soviética aparece, em tempos de paz, no cenário internacional por intermédio da sua diplomacia, o movimento internacional está sendo for-

çado a levar em conta as atividades diplomáticas russas em primeiro lugar.

Mas nós não somos diplomatas, companheiros. Ainda não fizemos a nossa revolução e a experiência mostra que nenhum dos PCs que seguiram essa política se mostrou capaz de fazer a sua revolução. Só a fizeram partidos que se rebelaram contra a linha oficial, como o chinês e o iugoslavo, ou comunistas que não estavam no partido oficial, como em Cuba.

Lenin já verificou que o oportunismo da direita e o ultraradicalismo da esquerda se alimentam mutuamente. Como não pode deixar de ser, a acomodação soviética encontra o seu complemento no outro extremo. Se os trotskistas, da chamada Quarta Internacional, falam hoje de uma “guerra atômica revolucionária”, eles se encontram num papel análogo ao dos anarquistas, há meio século, que não tinham perspectiva histórica para enfrentar o reformismo oficial e começaram a apelar para bombas, mais modestas então.

Mais séria, sem dúvida, é a oposição que se nota no próprio campo socialista, frente à estratégia política dos soviéticos. Mas também aqui convém andar cautelosamente nas apreciações. A China, que levanta às vezes objeções muito justas aos aspectos ideológicos da política externa soviética, inutiliza o impacto de sua argumentação pela sua atuação política prática, que igualmente tem repercussão desfavorável sobre o movimento revolucionário. Já que nós falamos em estratégia revolucionária global, temos de levar em conta os prejuízos que a recente disputa fronteiriça ainda terá sobre o movimento revolucionário na Índia e nos países vizinhos do Sudeste asiático. Também os comunistas chineses colocam os aspectos nacionais da sua política acima das necessidades do movimento internacional. Quem paga o pato são os comunistas indianos, divididos na ocasião numa ala reformista, que apelou

simplesmente para a defesa da pátria burguesa latifundiária, e uma ala revolucionária, que procurou apoio nos chineses, mas que ficou completamente desorientada com a situação criada, que atrasa a luta revolucionária naquele país.

A crítica iugoslava, ao contrário, já vem do lado oposto. Belgrado deu muita ênfase às relações democráticas entre países socialistas, mas na prática renunciou a defender esse ponto de vista. A versão iugoslava do marxismo-leninismo visa a justificar, antes de tudo, a permanência do seu país fora do bloco socialista e serve igualmente para dar cobertura ideológica à sua política externa. É isso, apesar das divergências existentes, que as três versões do marxismo-leninismo, oferecidas por Moscou, Pequim e Belgrado, têm em comum. Trata-se de teorias influenciadas em grau maior ou menor por uma política prática em que o elemento da política externa não é o menos importante.

Isso explica a nossa atitude crítica frente às teses oficiais. Para nós, vale ainda a máxima de Lenin: não há teoria revolucionária sem prática revolucionária, e vice-versa.

A experiência de quase meio século de existência de países socialistas num mundo capitalista mostra que é preciso levar em conta a diversidade das condições e dos métodos de luta reinantes nos dois campos. Não há dúvida de que o proletariado no poder, constituído como classe dominante e dispondo do seu próprio Estado, tem uma visão diferente da do proletariado que ainda luta pelo poder. Mas ainda, a curto prazo, o proletariado no poder pode ter interesses próprios a defender, que temporariamente se choquem com os interesses do proletariado do mundo capitalista.

Vemos um exemplo vivo: em 1937–1938, o Partido Comunista da Argélia rompeu com o Partido francês e com o Kominintern, porque estes, no decorrer da sua política da frente

popular e da aliança com a “burguesia progressista”, se negaram a apoiar a luta de independência dos argelinos. O segredo da reviravolta do comunismo oficial estava no pacto franco-soviético, que, aliás, falhou na hora crítica.

Outro exemplo: a política soviética na Europa, em 1945, visava a assegurar à União Soviética um máximo de segurança militar que impedisse uma nova invasão de seu solo por forças imperialistas.

Conseguiu esse intuito mas, em troca, essa política impediu a revolução na Europa Central e Ocidental. É evidente que, a longo prazo, não há contradições de interesses entre os países socialistas e as massas exploradas do mundo capitalista, pois ambos visam ao mesmo objetivo final. Mas a característica do neorreformismo stalinista era, em princípio, a mesma de qualquer reformismo: sacrificar o objetivo final a interesses imediatos.

Não é esse o único gênero de choques de interesses que se pode dar. Igualmente pode um país, onde o proletariado já tomou o poder, querer a todo custo romper seu isolamento e solucionar suas dificuldades internas, exigindo para isso do movimento revolucionário nos países capitalistas, uma ofensiva, inclusive o movimento insurrecional, no momento em que as condições ainda não são maduras. Os resultados serão igualmente nefastos, pois encorajarão aventuras que atrasam o movimento no seu conjunto. Essa tendência se manifestou, às vezes, durante os primeiros anos da existência do Estado Soviético.

O que decorre dessa experiência é que toda a classe operária nacional tem de forjar o seu movimento e a sua vanguarda dentro dos padrões e tradições de seu país; tem que aprender a resolver os seus problemas e orientar a sua luta de classes coordenando as suas forças com as forças revolucionárias dos

países vizinhos e em escala mundial; tem que ter a liberdade de formular e defender os interesses do seu proletariado, a fim de estar apta para contribuir de fato para uma estratégia global revolucionária.

Hoje parece ter passado definitivamente a época do chamado monolitismo, quando os comunistas do mundo inteiro procuravam “falar russo”. Os debates dentro do campo socialista o demonstram, embora os métodos de discussão ainda não se tenham livrado dos vícios do passado.

No mundo capitalista aí fora, muitos que sentem falta da tutela do “velho” do Kremlin procuram ainda um substituto. Para nós, que não sentimos falta do paternalismo passado, que nunca conseguimos viver em coexistência com a burguesia nem com o imperialismo, e que nunca escondemos que travamos a luta de classes, essa questão não se coloca mais.

Para nós, trata-se de criar um partido tão marxista, tão imbuído da sua missão histórica e tão enraizado nas suas massas, como eram os partidos nos países que já fizeram a sua revolução.

POLÍTICA OPERÁRIA E AS DIVERGÊNCIAS SINO-SOVIÉTICAS: RESTABELECER OS ENSINAMENTOS DE MARX E LENIN⁷

Erico Sachs

As divergências sino-soviéticas representam, sem dúvida, o choque mais sério e de maior alcance que o movimento comunista mundial sofreu nos últimos anos. Provocadas por um conflito entre dois países socialistas, as discussões penetraram rapidamente no terreno ideológico, levantando o problema da interpretação do marxismo-leninismo nas lutas de classe em escala global.

As críticas levantadas pelos chineses à estratégia e à tática do movimento comunista mundial tiveram bastante repercussão para penetrar nas bases dos PCs nos cinco continentes e iniciaram um debate que promete tornar-se um balanço de uma experiência de luta de quase meio século, iniciado pela Revolução Russa, ultrapassando, desse modo, as prováveis intenções dos seus autores.

⁷ Texto originalmente publicado na revista *Política Operária*, nº 7, out. de 1963.

Por isso mesmo não podemos nos esquivar, como comunistas brasileiros, de tomar posição. O que está em jogo são também a estratégia e a tática do movimento revolucionário no país e o futuro da revolução socialista brasileira.

Dissemos que foram contradições entre países socialistas que deram início aos debates. Foram essas que levaram as discussões ao campo teórico e que obrigaram os comunistas chineses a torná-las públicas.

O ponto capital nos debates é, sem dúvida, a interpretação soviética da política da “coexistência pacífica”. Nos documentos oficiais chegados a nós, os comunistas chineses não rejeitam a “coexistência pacífica” como tal. Eles a admitem nas relações entre países ou grupos de países com sistemas sociais diferentes, como uma “política de paz”, destinada a evitar ou adiar uma nova guerra. Suas objeções são a que a coexistência pacífica seja aplicada: 1º entre nações opressoras e oprimidas; 2º nas relações entre classes antagonicas da mesma nação.

Em outras palavras, os chineses afirmam que a coexistência pacífica não pode prejudicar a luta dos povos coloniais, semicoloniais ou subdesenvolvidos contra o imperialismo e, segundo, que não pode prejudicar a luta do proletariado dos países capitalistas pela revolução e pela destruição da sociedade exploradora. É nesse ponto e em nenhum outro secundário (se é lícito chamar o imperialismo de “tigre de papel” ou se uma análise correta requer assinalar que o tigre tem “dentes nucleares”) que vemos o problema fundamental, e é justamente nesta questão decisiva para o futuro do comunismo mundial que os chineses contarão com o apoio dos verdadeiros leninistas.

Os documentos chineses apresentam uma vasta argumentação teórica, que hoje está bastante divulgada. Mas eles se apoiam também em experiências recentes e vivas, uma das

quais merece especial atenção. Nós todos ainda nos lembramos do afamado “Espírito de Camp David”, de vida curta. Quando, em consequência do equilíbrio das forças militares dos dois campos, Khrushchev durante sua visita aos Estados Unidos conseguiu de Eisenhower uma declaração conjunta de profissão de fé pacifista, esse gesto diplomático foi tomado como ponto de partida para uma linha política. Eisenhower, por ocasião das suas viagens em redor do mundo foi saudado em nome do “Espírito de Camp David” não só por dirigentes dos PCs francês e italiano, mas igualmente por latino-americanos, os quais se recusaram a hostilizar o expoente máximo do poderio imperialista norte-americano de então, que se dirigiam a ele em termos de “coexistência” e de “paz”. Mais tarde, quando o “Espírito” se desfez sob o impacto de um foguete antiaéreo, derrubando um avião norte-americano sobre território soviético, se falou de boca pequena nas direções dos partidos sobre erros cometidos em relação a Eisenhower. Mas poderá ser considerado simples “erro” um comportamento das direções dos maiores PCs da Europa e da América Latina, que não é isolado, não é casual, mas que já é um sistema consagrado? Afinal, antes do “Espírito de Camp David” tivemos já o “Espírito de Ialta e Teerã”, e quem nos garante que os acordos nucleares de Moscou não produzam “Espíritos” semelhantes?

Que não se trata de “erros” isolados, mas sim de uma prática reformista sistematizada que domina hoje a liderança da maioria dos Partidos Comunistas, sobre isso os chineses não deixam dúvidas. Esse reformismo se torna mais nítido ainda quando passamos para a segunda parte da sua crítica à aplicação da coexistência pacífica nas relações de classe.

A coexistência pacífica aplicada nas relações internas encontra o seu prolongamento no desenrolar pacífico das lutas de classe, na luta pacífica por certas reformas e na vitória pa-

cífica do socialismo. Na prática, toda reforma da sociedade burguesa é vista como um passo na direção do socialismo. A conquista de posições (preferencialmente governamentais) é justificada pela necessidade de apoiar e colaborar com correntes burguesas “progressistas” contra as mais reacionárias. Para não assustar os aliados burgueses, são suprimidos os aspectos revolucionários e os objetivos socialistas da luta da classe operária e dos comunistas, e é evitado todo ataque direto contra a sociedade burguesa como tal.

É claro que semelhante política só pode ser seguida mediante renúncia a uma educação revolucionária das massas, e isso significa a propagação de ilusões sobre o caráter de classe da sociedade e do mundo em que vivemos. Começa-se a espalhar ilusões sobre a possibilidade de combater o imperialismo e a ameaça de guerra sem luta revolucionária contra o sistema capitalista. Acaba-se espalhando ilusões sobre o caráter do imperialismo, aumentando, de um lado, o seu poderio e sua estabilidade perante as massas, e assegurando, de outro lado, que a paz poderá ser mantida mediante acordos internacionais que os imperialistas assinam. Tanto no cenário interno como em escala internacional, as massas estão sendo, desse modo, desarmadas pacificamente para a fase decisiva de luta.

Os chineses definem essas atitudes como uma política social-democrata, que está sendo executada em escala mundial em nome de um movimento comunista. Também nesse ponto só podemos concordar com eles. O que caracteriza a política social-democrática, após a cisão de 1914, é a total renúncia à luta contra a sociedade burguesa. O que cindiu o movimento operário em comunistas e social-democratas é justamente o problema da tomada do poder. Os social-democratas limitavam a sua luta por melhorias da situação da classe operária dentro da sociedade burguesa e lutavam para tomar conta do

Estado burguês, prometendo chegar, desse modo, gradativa e pacificamente, ao socialismo. Os comunistas que, ao contrário, se organizavam para reviver o conteúdo revolucionário do movimento e que, conforme as palavras de Lenin, para isso tinham de “restabelecer, antes de tudo, a doutrina de Marx sobre o Estado”, partiram da experiência já formulada de que a luta pelo socialismo pressupõe a destruição do Estado burguês e a implantação de um Estado Operário e Camponês, sob a forma da ditadura do proletariado. A conquista do poder pelo proletariado só podia ser produto de uma revolução e não de reformas graduais. A luta pelas reformas só tinha sentido para os comunistas na medida em que mobilizasse as massas em torno de objetivos próprios e opostos aos das classes dominantes, despertasse a confiança nas suas próprias forças, lhes desse consciência de classe e as preparasse para a batalha final. Revoluções — salientava Lenin, nas suas polémicas contra os reformistas da Segunda Internacional — somente em casos excepcionais se podiam dar como atos pacíficos. Os comunistas, todavia, não podiam basear sua estratégia em casos de exceção, mas tinham de educar e armar as massas para enfrentar a violência que as classes dominantes usavam na História para defender os seus privilégios.

Tudo isso os chineses também dizem nos seus documentos. Do mesmo modo como Lenin tinha de “desenterrar” a doutrina de Marx, em 1917, para restabelecer o conteúdo revolucionário do movimento operário, os chineses “desenterraram” hoje os ensinamentos de Lenin, abandonados pelas lideranças do movimento comunista internacional e ignorados por milhões de comunistas educados na fase “pacífica”.

Uma coisa, porém, os chineses não explicam: como pôde acontecer que todo um movimento comunista, fundado em oposição ao reformismo social-democrático chegasse ao pon-

to de hoje defender na prática as mesmas posições reformistas e social-democráticas?

É essa uma pergunta que se impõe. Não somente para nós, que já sentimos as consequências da situação existente e estamos empenhados na formação de um novo partido revolucionário, como também para aqueles companheiros que ainda entregam as suas energias em tentativas de reformar o Partido oficial, porque acham que as divergências têm de ser resolvidas dentro deste Partido.

Pequim não responde ainda a essa pergunta. Começando a elaborar pouco a pouco as suas posições em documentos sucessivos, os chineses estão longe ainda de ter dito a sua palavra definitiva. As definições se estão dando na medida em que se desenvolvem os debates, que ainda estão no início. Mas é justamente para esses debates que nos devemos preparar.

É voz corrente — e não somente em escala nacional — que o atual reformismo não é mais que um produto da nova orientação de Khrushchev. “Nos tempos de Stalin as coisas não eram assim...”, ouve-se de boca pequena até entre os altos funcionários do Partido.

Trata-se, evidentemente, de uma explicação mais que simplória. Nos tempos de Stalin, discussões em torno dos problemas fundamentais do comunismo, como se estão dando agora, eram desconhecidas. Os críticos foram taxados de “traidores”, “agentes nazistas”, “trotskistas” etc., e toda derrota sofrida pôde, desse modo, ser transformada monoliticamente em vitória a longo prazo.

Foi justamente na época de Stalin que se inaugurou no movimento comunista a política de colaboração de classes. Foi justamente nos tempos áureos de Stalin, na crise revolucionária do pós-guerra na Europa, que os dois maiores partidos comunistas do Ocidente, o francês e o italiano, desempenharam

o mesmo papel que os social-democratas tinham representado em 1918. Em vez de liderar as massas para a revolução, eles a sufocaram. Líderes burgueses (geralmente como Ministros do Trabalho) ajudaram a reconstituir a sua economia em decomposição — e foram chutados depois de terem prestado seus serviços como pacificadores de massas radicais. Foi justamente a incapacidade dos comunistas, sob liderança de Stalin, de dar ao capitalismo europeu o golpe de misericórdia (os chineses fizeram sua revolução contra a vontade de Stalin) que provocou a atual crise no movimento comunista mundial. Coube a Khrushchev herdar essa crise, assim como herdara a política de “coexistência pacífica” inaugurada por Stalin.

O fato de localizarmos a origem do reformismo numa época mais remota — o fracasso de 1945 pressupõe naturalmente que tenha havido uma prática reformista anterior — também ainda não responde a pergunta das causas do reformismo no movimento comunista, mas aproxima do problema. Não podemos neste lugar entrar numa análise do fenômeno Stalin em si. Só queremos deixar claro que não pretendemos tampouco fazer de Stalin uma espécie de bode expiatório para os males que afligiram o movimento comunista nas últimas décadas, como hoje está sendo usado. O que nos interessa nesta discussão são determinados aspectos da política stalinista em relação ao movimento internacional. Em segundo lugar, queremos enfrentar o problema de um ângulo para nós já histórico, isto é, como parte de uma geração que tem que continuar a luta à base de condições já encontradas, tomando-as como ponto de partida.

Fato é que as mudanças qualitativas do movimento comunista internacional se deram na fase stalinista, isto é, na fase em que a Internacional e, posteriormente, os PCs, submetidos a uma rígida centralização política de Moscou, subordinada

ram sua atuação às necessidades da política externa da União Soviética. Esse processo não se deu sem profundas e prolongadas lutas internas no movimento comunista. Ele foi possibilitado pela pouca experiência e pela estreita dependência dos PCs do mundo inteiro — quase todos eles formados depois da Revolução Russa —, que estavam atrelados a Moscou. Arrastados primeiro às lutas internas do Partido Soviético, nas quais as duas correntes principais, Stalin e Trotsky, procuraram usar os partidos estrangeiros para seus fins faccionais, eles saíram da batalha com lideranças fiéis à facção vencedora do Partido Soviético. De outro lado, o aventureirismo e o sectarismo dos primeiros anos do pós-guerra, as doenças infantis do jovem movimento comunista tinham impedido a sua penetração na classe operária dos países industriais. Com a estabilização relativa do capitalismo europeu, o isolamento da Revolução Russa e a ameaça fascista, perderam-se as perspectivas revolucionárias a curto prazo na Europa. Moscou tirou dessa situação a conclusão de que os Partidos Comunistas que se haviam mostrado incapazes de avaliar a situação do proletariado russo mediante a revolução no Ocidente tinham agora que renunciar a sua estratégia, tática e linguagem revolucionária, numa tentativa diferente para aliviar a situação da União Soviética dentro do mundo capitalista. A tarefa principal que eles receberam foi fazer alianças para apoiar governos que pudessem vir a ser aliados da União Soviética numa provável guerra contra a Alemanha nazista. Iniciou-se a política de colaboração de classes, conhecida sob o nome de Frente Popular.

Não se pode afirmar, certamente, que essa primeira experiência reformista tenha sido bem-sucedida. A Revolução Espanhola foi sacrificada. O Partido francês se mostrou incapaz de assegurar o funcionamento do tratado franco-soviético, assinado por Laval. O movimento operário francês, que atingira

seu auge em 1936, três anos mais tarde não estava mais em condições de sustentar uma greve geral. Na véspera da guerra, os comunistas europeus enfrentaram a sua crise mais dura. A situação mudou somente quando o Exército Vermelho alterou o destino da guerra, despertando novamente o elã revolucionário das massas proletárias europeias ocidentais. Mas, nesse momento, os seus partidos comunistas não tinham mais uma liderança marxista-leninista.

Da parte dos líderes soviéticos, a revolução socialista europeia foi substituída pela política de “coexistência pacífica” — em moldes como os chineses a criticam hoje —, na qual a diplomacia soviética reconhecia a existência de zonas de influência. Bastaria isso para explicar o fracasso da política externa de Stalin, que deixou para a União Soviética e para todo o campo socialista uma Europa burguesa, reerguida e remilitarizada, sob liderança germano-americana.

A fase do monolitismo stalinista passou. Hoje já se discute, já se diverge e se está procurando uma saída para a crise. Sinal são as divergências sino-soviéticas.

A superação da crise passa pela fase da chamada desestalinização. A desestalinização começou cronologicamente com a rebelião do Partido Comunista iugoslavo, atingiu o auge na própria União Soviética e teve as suas repercussões nas democracias populares europeias. Ela encontra hoje uma continuação necessária nas críticas chinesas que, sem mencionar Stalin, estão demolindo toda uma estratégia e uma tática reformistas, criada no passado em escala mundial. Os diversos componentes que contribuíram e que continuam a contribuir ativamente para esse processo de desestalinização, não agem no mesmo nível nem estão de acordo entre si a respeito do papel que estão desempenhando. O processo de desestalinização não consiste numa atuação consciente e uniforme de todo

o campo comunista no sentido de um retorno do movimento às bases leninistas (mesmo se houvesse esta atitude subjetiva, perdurariam ainda as divergências a respeito da aplicação do leninismo às condições de hoje). Entre as facções que contribuem ativamente para superar a herança stalinista, a situação é determinada por motivos materiais e pela sua posição objetiva.

Os iugoslavos, por exemplo, que viam ameaçada a sua revolução pela imposição de estreitos padrões soviéticos, iniciaram a redemocratização com a cogestão operária nas fábricas. Na política externa, todavia, escolheram o caminho mais oportunista, procurando explorar o antagonismo entre os dois campos mundiais, socialista e capitalista, mesmo quando as portas já estavam abertas para uma volta à comunidade socialista. Esse oportunismo na política externa se reflete igualmente na sua atitude em relação à luta de classes em escala mundial, em que defendem posições mais direitistas.

Na própria União Soviética, a desestalinização se impôs pela necessidade de superar os pontos de estrangulamento da economia socialista na cidade e no campo, criados pelo domínio de uma burocracia superada. Na União Soviética, a desestalinização é sinônimo de desburocratização, num processo mais lento, no qual os poderes e os privilégios da burocracia estão sendo eliminados gradativamente. Essa evolução, que é acompanhada de lutas internas e que se manifesta frequentemente sob a forma de um conflito de gerações, não atingiu ainda, visivelmente, o campo das relações externas, tanto com o mundo capitalista como com o movimento revolucionário no mundo exterior.

Na China, ao contrário, foi justamente o problema das relações externas que deu a sua contribuição para a desestalinização. Partindo de uma posição objetiva completamente diferente da europeia e enfrentando problemas diferentes,

os revolucionários chineses, em troca, têm mostrado pouca compreensão para com os aspectos da desestalinização europeia, principalmente em relação às questões da necessidade do levantamento do nível de vida nos países socialistas ocidentais e de sua redemocratização interna. Mas isso não impediu que eles tomassem a iniciativa para um dos aspectos mais importantes para nós do processo geral: o do restabelecimento do marxismo-leninismo nas lutas de classes em escala mundial.

Para o mundo burguês, esse fenômeno é incompreensível: trata-se de simples desintegração do campo comunista. Não pode simplesmente compreender (tampouco como certos “comunistas”) que é essa luta interna que rejuvenesce, reforça e revitaliza o comunismo mundial, e que essa luta se tornou simplesmente indispensável para que o proletariado possa enfrentar a batalha final contra o capitalismo.

Nós, comunistas, temos de ter consciência de que, como movimento vivo, como um fenômeno social e histórico, o nosso crescimento e desenvolvimento está submetido às mesmas leis dialéticas que regem a sociedade inteira.

O movimento comunista, tal como foi fundado pela geração de Lenin, tomou pé em consequência da primeira revolução proletária vitoriosa. Com isso, fincou-se um marco na História humana: o socialismo, pela primeira vez, transformou-se de ciência em ação. Com isso encerrou-se também, definitivamente, toda uma fase do movimento socialista, tal como as primeiras gerações de marxistas o tinham ajudado a criar e que se caracterizava pela sua atuação principalmente educativa, propagandística e organizativa no seio de um proletariado que ainda não podia colocar a questão do poder. De outro lado, esse marxismo pré-leninista se limitava virtualmente à Europa, com fracas repercussões no resto do mundo.

Os leninistas levantaram a bandeira da Revolução Socialista Mundial. Isso, nas condições dadas, era uma afirmação histórica. Era inevitável que o país, que realizava a primeira revolução vitoriosa (socialista), tomasse a liderança desse movimento revolucionário. Mas, poucos anos depois, tornou-se evidente que a revolução não ultrapassaria nem as fronteiras da velha Rússia Czarista. O proletariado dos países industriais não estava pronto ainda para responder aos apelos que vinham do Oriente da Europa, e as vanguardas comunistas ocidentais refletiam essa situação pela sua fraqueza numérica e sua inexperiência. Incapazes ainda de preencher no seio do proletariado o mesmo papel de liderança que os bolcheviques desempenharam na Rússia, começaram a ceder à tentação de querer imitar a sua tática e a sua terminologia, em vez de procurar aplicar o marxismo-leninismo às condições locais específicas.

De outro lado, o fato de ter a revolução iniciado no país mais atrasado da Europa naquela época enfraqueceu desde o início as bases materiais da Revolução Mundial. A Revolução Russa e o movimento comunista internacional estavam em dependência mútua. Se na primeira fase o isolamento da República Soviética fez com que se encorajassem todas as tentativas de levar a revolução para o Ocidente, para aliviar a situação do proletariado russo, os fracassos dessas tentativas tinham forçosamente de provocar uma reação. Ela veio na medida em que a União Soviética, em vez de enfrentar o mundo capitalista unido, pôde começar a aproveitar-se das contradições inter-imperialistas, procurando alianças com uma parte do imperialismo contra outra.

Essa reação às fraquezas da primeira fase da Revolução Mundial, que do ponto de vista dialético corresponde a uma negação, se deu sob a forma do stalinismo. É nessa fase que

verificamos o “socialismo num só país” se opondo às necessidades da Revolução Mundial; o apoio à “burguesia progressista” em países imperialistas, em vez de luta de classes; alianças com países imperialistas, em vez de guerras revolucionárias e, finalmente, o avanço do Exército Vermelho como substituto às revoluções proletárias.

A reação a esse período também já está evidente. Trata-se da negação da negação; da volta do leninismo num nível mais alto, do prosseguimento da Revolução Mundial apoiada em bases materiais muito superiores.

Essa superação do stalinismo, a reconquista da unidade do movimento comunista mundial em bases revolucionárias, que atualmente presenciamos e na qual tomamos parte ativa, é possível materialmente porque:

- durante a fase do stalinismo, a União Soviética se tornou a segunda potência do mundo, capaz de enfrentar militarmente o atual gendarme do mundo capitalista, os Estados Unidos;
- a Segunda Guerra Mundial criou um campo socialista que alterou profundamente as relações de força, principalmente com a Revolução Chinesa;
- os ensinamentos do marxismo-leninismo tiveram uma divulgação tão vasta que os antigos monopólios revolucionários foram removidos, como mostra a Revolução Cubana, que teve uma contribuição própria a dar.

O fator material mais importante para a futura unidade revolucionária do movimento comunista está nas relações mundiais de força. Hoje a União Soviética não pode mais orientar sua política externa pelas contradições interimperialistas numa futura guerra. A contradição fundamental que domina em última instância as relações internacionais é entre socialismo e imperialismo. A integração defensiva do imperialismo é um fato comprovado em todos os momentos de crescimento

de tensão. Em todas as crises mundiais os *fronts* já estão delimitados: a OTAN contra o Campo Socialista.

Se houver uma guerra, a vitória do socialismo só se imporá mediante a derrota militar de todos os países imperialistas. E só se evitará essa guerra se a Revolução Mundial continuar a expandir-se e se se modificarem as condições de tal modo que qualquer resistência do antigo regime não passe de mero suicídio.

Essa perspectiva pode parecer distante. Por enquanto, os dirigentes da União Soviética se orientam no sentido de um entendimento com os Estados Unidos e um apaziguamento do imperialismo. Essas tentativas são acompanhadas por outras de aproximação com burguesias de países menores que, nas horas de desaforo, costumam revelar conflitos com os Estados Unidos. Para isso, os partidos comunistas que se prestam a essa política estão sendo usados nos termos da “coexistência”. O fracasso de toda essa política se tornará evidente logo que as fases do desaforo derem lugar a um novo agravamento das relações internacionais. E virá o dia em que os dois mundos se enfrentarão face a face. A tarefa dos comunistas é preparar o proletariado antes que chegue esse momento decisivo.

Qual é o nosso papel como *Política Operária* nas divergências do movimento comunista internacional do qual fazemos parte?

Em primeiro lugar, devemos-nos empenhar conscientemente na luta pela unidade do movimento comunista em bases revolucionárias, tanto em escala nacional como internacional.

Nacionalmente, já estamos empenhados em nossa luta em prol de um partido revolucionário do proletariado brasileiro com bases marxistas-leninistas. No cenário internacional, nós nos faremos sentir na medida em que esse partido tomar corpo. Pela importância política que o país tem hoje para o movimento

revolucionário, podemos ter certeza de que um tal partido terá repercussão internacional. Mas, para que o proletariado possa influir, diretamente, na frente comunista mundial, terá de participar de uma coordenação das forças latino-americanas. É na América Latina que se encontra hoje um dos campos mais férteis do marxismo-leninismo, onde florescem tais grupos revolucionários. Do Chile até a República Dominicana, a discussão entre revolucionários e reformistas está em pleno curso. Finalmente, sempre devemos ter em mente que a Revolução Cubana não foi somente um acontecimento que sacudiu o continente e iniciou, nesta parte do mundo, a luta pelo socialismo em novas bases; ela é também a revolução que usa a linguagem mais bem compreendida pelas massas exploradas do continente.

Em segundo lugar, devemos ter consciência de que a maior contribuição que o proletariado brasileiro pode dar é a revolução socialista. É essa que deve ser a meta declarada e aberta do novo partido revolucionário, meta que não deve ser abandonada em nenhum momento da luta. É sob essa bandeira que se organizará a classe operária do país, se despertará sua consciência e a levará à luta final. Esse objetivo só poderá ser alcançado em oposição à presente política externa soviética, que se faz sentir nas lutas de classes, mediante a atuação do PCB.

Se falamos em oposição à política externa soviética, não nos referimos às tentativas de entendimentos diplomáticos, que visam a evitar ou adiar uma guerra mundial, como, por exemplo, os recentes acordos de cessação dos testes nucleares de Moscou. Nós nos opomos a que esses entendimentos se realizem às custas do movimento comunista internacional, que a luta revolucionária contra o capitalismo e o imperialismo seja abandonada em prol de um “Espírito” pacífico qualquer.

Em terceiro lugar, temos de lembrar que não é de hoje que a *Política Operária* defende essas posições, formuladas des-

de as discussões preliminares nos primórdios de sua formação. Se a Revolução Cubana confirmou as nossas teses sobre o caráter da revolução latino-americana, as críticas chinesas à aplicação da “coexistência pacífica” em escala mundial nos mostraram também que nesse terreno não estamos sozinhos. Como não estamos sozinhos na luta pelo restabelecimento dos ensinamentos de Marx e de Lenin, como ponto de partida indispensável para um desenvolvimento da teoria e da prática revolucionárias. Essa luta se trava mundialmente, tanto em Pequim como em Santiago do Chile; tanto em Havana como nos subúrbios operários de Paris e na Universidade de Moscou; na revista de Sweezy como nas colunas da *Política Operária*: é a nova internacional dos leninistas que está a vir.

A simultaneidade desse fenômeno nos revela que as sementes plantadas pelos revolucionários do tempo de Lenin não se perderam. Elas deram frutos nas terras mais antigas e nas mais novas do mundo. Mas é justamente a variedade das colheitas que impede que elas fiquem à mercê de um só cultivador. Quando falamos de uma nova internacional de leninistas, não temos em mente um centro que exerça uma tutela sobre o resto. Essa doença infantil mataria hoje qualquer movimento vivo. O restabelecimento do marxismo-leninismo militante depende atualmente da capacidade criadora dos seus porta-bandeiras, que têm a sua contribuição a dar e só podem dar na luta de classes. É à base dessas contribuições vivas que se formará a nova linha da solidariedade internacional do proletariado.

SUBSÍDIOS PARA UMA ANÁLISE DA SITUAÇÃO INTERNACIONAL⁸

Erico Sachs

1) O mundo continua dividido em dois campos. Suas fronteiras separam dois sistemas econômicos, sociais e políticos opostos e irreconciliáveis. De um lado, o sistema capitalista-imperialista, baseado na exploração e em relações de produção anárquicas; de outro lado, o sistema socialista, que nos diversos países se encontra em níveis diferentes, mas que tem como denominador comum o fato de estarem derrubadas as velhas classes dominantes e que desenvolve ou tende a desenvolver a produção em bases coletivistas e planificadas. Essa contradição fundamental continua, em última instância, a determinar as bases da atual política internacional.

2) Só existem dois “mundos”, pois entre capitalismo e socialismo não existe terceira ordem social. A terminologia do “Terceiro Mundo” tem a sua origem em teorias e conceitos

⁸ Texto originalmente publicado na revista *Marxismo Militante*, nº 7, mar. de 1980. Escrito sob o pseudônimo Ernesto Martins.

burgueses, visa velar a contradição internacional fundamental e desviar dela.

O assim chamado “Terceiro Mundo” é parte integral e inseparável do mundo capitalista. Sua parte subdesenvolvida é objeto de exploração imperialista. As duas partes não passam de dois lados de uma só medalha, inseparáveis, porque a perda das regiões subdesenvolvidas implicaria para o capitalismo uma morte por sufocamento. Inseparáveis também, porque sem o domínio imperialista, a parte subdesenvolvida, mais tempo menos tempo, escolherá o caminho do socialismo para superar o seu atraso.

3) A contradição fundamental nas relações internacionais foi desencadeada pela Revolução de Outubro na Rússia e se tornou predominante e aguda com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos e a União Soviética se confrontaram diretamente como potências líderes dos dois blocos.

Os dois blocos são expansivos, apesar de temporariamente um dos dois se encontrar na defensiva. O expansionismo imperialista é inerente ao seu caráter explorador, que continuamente exige novos mercados de mercadorias e para investimentos. É particularmente expansivo, porque não pode conformar-se com o surgimento de um campo socialista, que subtraiu grande parte do mundo ao seu controle e que ameaça a sua própria existência. O campo socialista é expansivo, porque a sua extensão pelo mundo é parte da natureza do socialismo. Sua vitória definitiva e seu desenvolvimento para formas mais altas de comunismo só é possível em escala mundial. De imediato, o cerco do capitalismo freia o crescimento do campo socialista. Não é só o fato de o bloco socialista ser obrigado a gastar grande parte de seu produto social para fins de defesa, o qual faz falta na acumulação interna. Básico é o fato de o

comércio externo com os países capitalistas não poder substituir uma divisão de trabalho socialista em escala mundial.

4) Hoje, os dois campos, o socialista e o imperialista, se enfrentam à base de um “equilíbrio de forças” militares, chamado também de “empate”. Essa situação está sendo reconhecida por ambas as partes, que oficialmente reconhecem as fronteiras mútuas e a coexistência, e que se empenham em diminuir tensões perigosas existentes ou, pelo menos, mantê-las sob controle. A atual situação é o resultado do fortalecimento contínuo do campo socialista, atualmente em condições de revidar militarmente qualquer agressão imperialista.

Não foi sempre assim, mas depois de a União Soviética ter contornado a fase crítica do monopólio atômico norte-americano, tecnicamente está em condições de destruir a fortaleza, até há pouco inviolável, do imperialismo no continente americano. A capacidade de “destruição mútua e múltipla” representa a base material da atual coexistência.

O imperialismo norte-americano levou anos para reconhecer esses fatos. Suas intenções eram outras. Já durante a guerra, quando os Estados Unidos e a União Soviética publicamente ainda se apresentavam como aliados, o Pentágono já tinha elaborado os seus planos de pós-guerra. Estes previam um cerco militar da União Soviética, no Ocidente baseado na França; no Oriente, na China; e ao Sul, no Iraque e no Irã. Na realidade criada pelo pós-guerra não foi possível materializá-los. A França não estava disposta a servir como base militar dos Estados Unidos. No Extremo Oriente, a Revolução Chinesa liquidou os planos dos estrategistas americanos. Na segunda fase do planejamento militar do Pentágono, a França foi substituída pela Alemanha Ocidental e a China pelo Japão. País derrotado e ocupado, a Alemanha Ocidental se revelou ser uma base militar ideal e uma consequência da nova situação foi a fundação

da República Federal e a criação de um novo exército alemão. No Japão, porém, os planos não puderam ser realizados com a mesma presteza. Por um lado, porque a potência de ocupação norte-americana em 1945 precipitadamente tinha decretado a completa desmilitarização do país vencido. Por outro, porque o povo japonês, ainda sob o choque de Hiroshima e Nagasaki por muito tempo resistiu a qualquer forma de remilitarização. O vácuo assim criado foi preenchido, por falta de outra alternativa, pelo estacionamento de tropas e unidades de frota no país e pela criação de um sistema de bases no Pacífico. No Oriente Médio, os planos pareciam realizáveis até a década de 1950, quando uma série de revoluções nacionalistas árabes mudou as relações de força na região e obrigou os estrategistas americanos a tornar mais modestas as suas ambições.

Enquanto a vulnerabilidade do planejamento americano não se tornou pública e notória, as preparações materiais e psicológicas para a guerra progrediram. A Guerra Fria tinha começado e o campo socialista se encontrava na defensiva. Não passou um dia sem que um general americano não ameaçasse bombardear uma capital de um país socialista. No início da Guerra Fria, para as chancelarias ocidentais era segredo de polichileno que o Pentágono considerava o ano de 1953 crítico para um confronto militar com a União Soviética.

Uma mudança nas relações de força começou a esboçar-se quando a União Soviética fez explodir o seu primeiro engenho atômico. Em seguida, antes dos Estados Unidos ainda, realizou a primeira explosão de uma bomba de hidrogênio. Foi um choque para a burguesia mundial. Seus peritos políticos e militares procuraram explicar os sucessos soviéticos com “espionagem” e continuaram a manifestar sua confiança na superioridade do Ocidente, respectivamente na sua aviação estratégica, em condições de levar a bomba atômica a qualquer

lugar do mundo. Também essa superioridade se tornou ilusória, porém, quando em meados da década de 1950 o primeiro esquadrão estratégico aéreo atravessou os céus de Moscou, durante as comemorações da Revolução. Definitivamente enterrados estavam os planos de ofensiva do Pentágono, quando em fins da década de 1950 o primeiro Sputnik soviético penetrou no espaço e quando a União Soviética soube demonstrar dessa maneira que dispunha de foguetes melhores do que os americanos. Demonstrou que estavam em condições de descarregar a arma nuclear em qualquer clube particular de imperialistas americanos e revidar qualquer agressão com a mesma moeda.

A Guerra Fria tinha começado sob a bandeira do “reprelamento” (*containment*) do comunismo, fórmula diplomática sob a qual Foster Dulles entendeu o restabelecimento das fronteiras da União Soviética de 1939. É evidente que isso não representava a meta final do imperialismo americano, que sonhava com a eliminação do comunismo da face da Terra. Na medida, porém, em que o fortalecimento material da União Soviética não podia mais ser ignorado, os acentos tônicos mudaram. Entrou para o primeiro plano a doutrina da “retaliação maciça” (*massiv retaliation*), na qual os Estados Unidos ameaçavam com a guerra atômica nuclear caso a União Soviética mandasse avançar as suas tropas em direção ao Ocidente. A União Soviética não tinha a menor intenção de invadir o Ocidente, mas a nova doutrina já revelava caráter defensivo. Mas mesmo essa fórmula diplomática não pôde ser sustentada no decorrer das mudanças nas relações de força internacionais. A estratégia política e militar dos Estados Unidos passou por várias alterações, mas, forçada a se conformar com o equilíbrio militar, aceitou finalmente a coexistência — embora a interpretasse à maneira deles. No terreno militar surgiu a fórmula

da “resposta flexível” (*flexible response*). Com isso, os Estados Unidos queriam deixar claro que não pretendiam transformar qualquer conflito militar em guerra atômica, mas tomariam uma posição adequada em cada caso. Entre os aliados europeus ocidentais surgiu, assim, a suspeita de que os Estados Unidos pretendiam usar armas nucleares somente em caso de ataque direto ao seu território.

A relação de forças entre os blocos mudou radicalmente. Sinal evidente é o fato de a União Soviética estar em condições de transportar tropas cubanas — pelo ar e pelo mar — a Angola e à Etiópia, sem que os Estados Unidos pudesse evitá-lo. Durante os anos 1950, quando as tropas americanas ocuparam o Líbano a fim de evitar a formação de um governo de esquerda naquele país, a União Soviética ainda teve de assistir passivamente à invasão, pois não tinha presença militar no Mediterrâneo.

5) O fortalecimento do campo socialista se deve principalmente à rápida reconstrução e ao crescimento interno da União Soviética no pós-guerra, e isso tem como efeito que um perigo agudo de guerra está eliminado a prazo. A posição dos Estados Unidos, por outro lado, sofreu desgastes no seio do próprio bloco que lidera.

Se Jimmy Carter iniciou a sua gestão sob o signo da “proteção dos direitos humanos” e continua querendo exportar essa mercadoria pelo mundo afora, ele visa antes de tudo dispor de um instrumento para que os Estados Unidos revejam a iniciativa diplomática frente à União Soviética. Mas não é só isso. Da mesma importância é para os Estados Unidos consolidar a sua liderança no mundo capitalista, que sofreu no decorrer dos últimos anos.

A posição dos Estados Unidos ficou evidentemente abalada pelo desfecho da guerra do Vietnã, sem o qual não se compreenderia uma crise interna, como Watergate. Não foi

somente o fato de um país pequeno e subdesenvolvido no Sudeste da Ásia ter podido enfrentar o poderio militar do imperialismo mais forte o que afetou o prestígio dos Estados Unidos entre os seus aliados. A guerra mostrou que os Estados Unidos não são imunes contra tensões políticas e sociais internas. Essas tensões atingiram proporções que tornam improváveis intervenções estrangeiras diretas norte-americanas em futuro próximo. Com isso foi abalado o papel dos Estados Unidos como o “policial’ do mundo.

Por trás das fraquezas políticas há mudanças básicas na economia mundial capitalista. Quando se formaram, no pós-guerra, os sistemas de alianças militares, políticas e econômicas do Ocidente, a liderança dos Estados Unidos era absoluta e acima de qualquer contestação. A economia americana realizou naquele momento mais da metade do produto industrial do mundo capitalista. O capitalismo europeu deve a sua sobrevivência à ajuda norte-americana (se abstrairmos os erros cometidos pelo campo oposto). Mas o único fator que ficou constante na situação de hoje é a liderança militar. Sem a proteção militar norte-americana, a Europa hoje também não poderia ser defendida. No terreno econômico, a Alemanha Ocidental e o Japão se recuperaram, fazendo hoje uma concorrência eficaz aos norte-americanos no mercado mundial e no próprio mercado interno dos EUA. A última crise mundial revelou essas fraquezas da aliança ocidental. Ela revelou antes de tudo que o crescimento da produtividade das indústrias alemã e japonesa foi maior e mais intensivo do que o da norte-americana. Os Estados Unidos ainda não perderam a sua liderança no terreno da produtividade (e provavelmente não perderão, pois estão reagindo), mas a dianteira do passado, que permitiu garantir um alto nível de vida à sua classe operária, diminuiu sensivelmente. No passado, a superioridade

de material do imperialismo norte-americano se manifestava na sua moeda, o dólar forte. Este atualmente está rolando de uma crise para outra. No decorrer de uma década, o dólar desvalorizou-se pela metade em relação ao marco alemão, por exemplo, e essa política monetária ultimamente foi fomentada pelo governo americano, para que os Estados Unidos pudessem concorrer com seus aliados no mercado mundial.

O enfraquecimento das posições econômicas dos Estados Unidos tem naturalmente as suas consequências políticas. Não só no relacionamento com os imperialistas aliados, no qual a luta pela concorrência se torna aberta, mas também nas relações com seus satélites do mundo subdesenvolvido. Conflitos públicos surgiram, por exemplo, quando o governo militar brasileiro, aproveitando-se das mudanças de relações de força interimperialistas, concluiu o Tratado Atômico com a Alemanha Federal. Até agora, tanto alemães quanto brasileiros resistiram à pressão norte-americana. Na África, é a expansão dos movimentos de libertação, de orientação socialista em escala crescente, que força tanto norte-americanos como europeus a concessões. O imperialismo procura “neutralizá-lo”, indo de encontro às reivindicações dos movimentos de libertação da Rodésia e da Namíbia. Pela mesma razão, se veem forçados a condenar o *apartheid* e se distanciam publicamente do seu aliado natural, a África do Sul.

Essas outras contradições não nos devem fazer cair na tentação de supor uma desagregação do sistema de alianças do mundo capitalista. Para compreender melhor as contradições do campo inimigo, temos de ver mais de perto a situação do imperialismo, as mudanças pelas quais está passando e a realidade que enfrentamos.

6) De todos os teóricos marxistas, foi inegavelmente Lenin que mais sistematicamente estudou o fenômeno do imperia-

lismo. Sua obra continua ponto de partida indispensável da análise do imperialismo. Temos de estar cientes, entretanto, que também o imperialismo sofreu mudanças — principalmente em consequência da Segunda Guerra Mundial — que Lenin não podia prever. Assim, para Lenin, a época do imperialismo se caracterizava pela divisão do mundo em colônias. O desenvolvimento posterior mostrou que o imperialismo podia existir também sem a carga gravosa do domínio colonial direto.

Em segundo lugar, Lenin supôs que as potências imperialistas fossem forçadas a realizar redivisões periódicas do mundo, que guerras interimperialistas eram inevitáveis. A situação no fim da Segunda Guerra Mundial mostrou, entretanto, que o imperialismo não estava mais em condições de se expor a semelhantes abalos, e guerras interimperialistas deixaram de ser um fator na política mundial.

O fator decisivo dessas mudanças foi a expansão do campo socialista, que avançou até o centro da Europa, e o aumento do perigo de revoluções socialistas em países desenvolvidos e subdesenvolvidos do mundo capitalista. As contradições interimperialistas passaram a um segundo plano, em vista da expansão do campo socialista e de ameaças de novas revoluções. Esse novo fenômeno foi caracterizado por diversos autores como “integração” ou “associação” imperialista. August Thälheimer falou da fase da “cooperação antagônica” do imperialismo. “Antagônica” porque as contradições insolúveis entre os diversos imperialismos continuavam a existir, mas em última instância prevalecia a “cooperação” pela manutenção do sistema contra o perigo revolucionário latente. Isso exclui a possibilidade da solução das contradições interimperialistas mediante guerras.

A história do pós-guerra mostrou que a “cooperação antagônica” pode reger igualmente as relações entre potências

imperialistas e países subdesenvolvidos. Um exemplo típico nesse sentido forneceram os países produtores de petróleo no Oriente Próximo. Determina também as relações dos países latino-americanos com os Estados Unidos. O satélite subdesenvolvido rebela-se contra determinadas formas de exploração. A cooperação é restabelecida, não só porque a potência imperialista dispõe de meios de pressão, e sim também porque representa uma proteção para a posição e os privilégios das burguesias nativas.

Uma terceira mudança que o imperialismo sofreu relaciona-se às formas de exploração de países subdesenvolvidos. Imperialismo é exportação de capitais, mas até a crise de 1929 e até a Segunda Guerra os investimentos de países imperialistas se centraram quase exclusivamente nos setores primários e terciários de países subdesenvolvidos. Ferrovias, abastecimento de energia, portos, prestações de serviços urbanos e naturalmente a exploração de matérias-primas eram os objetivos principais. Esporádicos investimentos no setor de transformação se limitavam à indústria leve, têxtil e alimentos. Depois da Segunda Guerra Mundial, quando a industrialização de vastas regiões subdesenvolvidas se tornara fato consumado, o capital internacional começou a investir diretamente na produção, inclusive na indústria pesada. Criou-se uma comunidade de interesses entre burguesias imperialistas e nativas. Dessa maneira o capital internacional começou a controlar indústrias inteiras e processos de industrialização, criando um novo sistema de dependência através do monopólio da tecnologia moderna, sob seu controle. Também aqui encontramos um fenômeno novo, não existente nos tempos de Lenin, a do capitalismo subdesenvolvido dependente.

A exploração econômica mediante investimentos não se limita a regiões subdesenvolvidas. Durante todo o pós-guerra os

imperialistas mais fortes investiram nas economias dos seus aliados mais fracos. Os Estados Unidos o fizeram na Inglaterra, Alemanha, França etc. A Alemanha e a Inglaterra fizeram o mesmo na Holanda, Bélgica etc. Dessa maneira, o mundo capitalista se tornou uma espécie de pirâmide, posta de cabeça, na qual os países mais fracos aguentam o peso dos mais fortes.

7) No campo socialista também se deram mudanças. Primeiro, a fase inicial stalinista tinha de ser superada. Essa se caracterizou pela reprodução fiel do modelo econômico soviético pelos novos países socialistas, que exigiu sacrifícios materiais imensos às suas populações. Característicos dessa época eram também os métodos brutais, com os quais a União Soviética aproveitou o seu predomínio no bloco, concluindo tratados comerciais desiguais e apropriando-se de uma parte do produto social dos seus aliados. Característica era também a imitação dos métodos stalinistas na política interna, que levava a processos monstros contra comunistas.

Essa fase estava superada em fins da década de 1950, e a mudança na Polônia com Gomulka representou um marco nesse processo. Foi seguida por uma reorganização do relacionamento entre países socialistas à base de cooperação e divisão de trabalho socialistas. Durante o período de transição, a União Soviética pagava às democracias populares uma espécie de reparação, que devia indenizá-las pelas injustiças sofridas no passado. Essas mudanças no relacionamento dos países socialistas reforçaram o campo todo e ajudaram o seu desenvolvimento — embora, como mostrou o caso da Tchecoslováquia, o problema do relacionamento com os aliados continuasse a existir e os métodos de solução continuassem extremamente duvidosos.

Em segundo lugar, os países socialistas sofreram uma série de cisões, o que indubitavelmente enfraqueceu o campo.

O caso precedente foi o da Iugoslávia, em 1948, e não deixou de ser uma reação ao empenho da União Soviética em impor os seus métodos de política interna aos países aliados. A Iugoslávia, entretanto, não estava em condições de desenvolver uma política externa alternativa. Em virtude da sua fraqueza, teve de se contentar em equilibrar-se entre os blocos e criou uma colaboração estreita com o chamado campo “neutralista”. Não chegou a reintegrar-se no bloco quando, no decorrer da “desestalinização” de Khrushchev, a União Soviética ofereceu penitência.

Vale a pena mencionar de passagem que o comportamento da União Soviética em relação à Iugoslávia teve uma analogia nas relações entre a Iugoslávia e a Albânia, outro confronto no campo socialista. A Albânia rompeu com a Iugoslávia e rompeu em seguida com a União Soviética, quando esta restabeleceu relações amigáveis com a Iugoslávia.

A superação do período stalinista no Bloco Soviético não se deu sem sérios abalos. Menos brusca se deu a passagem na Polônia, onde um governo comunista pôde seguir ao anterior sem maiores conflitos. Mais trágicos foram os acontecimentos da Hungria, onde todas as frações comunistas perderam o controle dos acontecimentos e forças abertamente contrarrevolucionárias tomaram a liderança da rebelião. A intervenção soviética representou o último recurso para a manutenção do socialismo naquele país.

A mesma coisa não se pode dizer dos acontecimentos na Tchecoslováquia, em 1968. De um lado, Praga mostrou quão explosiva se pode tornar a desestalinização quando adiada durante anos. Por outro lado, a “abertura” da vida política na Tchecoslováquia nunca chegou a tomar formas contrarrevolucionárias, como na Hungria em 1957. Apesar de fortes influências pequeno-burguesas, a política de reformas ficou no qua-

dro de uma política comunista e não chegou a pôr em questão a constituição socialista do país. Nessas circunstâncias, a intervenção soviética tornou-se grave erro histórico que prejudicou a causa do comunismo no mundo inteiro.

O golpe mais grave que o campo socialista sofreu foi a desintegração da aliança entre a União Soviética e a China. Não teria sentido querer procurar hoje uma responsabilidade unilateral pelo acontecido. Fato é que os dois lados travam o conflito com métodos burocráticos, continuam a travá-lo assim, passando por cima dos interesses básicos da classe operária internacional e da Revolução Mundial.

A China naturalmente tem pleno direito de determinar o seu caminho de construção do socialismo, mesmo cometendo erros. A resposta soviética dada por Khrushchev, chamando técnicos e especialistas de um dia para o outro, evidentemente não era apropriada para solucionar divergências de opinião. A reação dos comunistas chineses, entretanto, foi da mesma miopia e ajudou a transferir os desentendimentos para o campo das contradições nacionais. Hoje é o imperialismo que tira proveito do conflito entre as duas potências comunistas e graças a ele pôde reforçar a sua presença no Extremo Oriente.

O caminho que a China escolheu no confronto com a União Soviética leva em medida crescente a posições duvidosas no cenário internacional. Ao contrário da Iugoslávia, a China não pode alegar uma posição de fraqueza. Mostrou-se incapaz, simplesmente, de elaborar uma alternativa às duvidosas pretensões de liderança russa nas lutas de classes internacionais. Não é por acaso que, na eclosão das divergências com a Albânia, usou os mesmos métodos que Khrushchev já tinha utilizado contra ela — chamou os técnicos e suspendeu a ajuda.

8) O equilíbrio de forças militares, ou o “empate” militar entre os blocos, eliminou os perigos imediatos de uma nova

conflagração mundial. Isso, todavia, não significa que enfrentamos uma fase pacífica de relações internacionais. As contradições básicas da existência de dois sistemas sociais e econômicos opostos no globo só podem ser solucionadas pela destruição de um e pela vitória de outro.

O que é decisivo não é só o fato de a existência de um sistema socialista num quarto do globo tirar mercados de exportação e de investimentos ao sistema imperialista e impor freios à sua expansão. Decisivo, sobretudo, é que a existência do campo socialista representa um constante desafio à velha ordem e encoraja os oprimidos do mundo capitalista a rebelar-se contra a sua situação. Não dá descanso ao imperialismo.

Para o mundo socialista, por outro lado, o cerco capitalista representa uma barreira, que se manifesta em toda nova elaboração de seus planos de desenvolvimento e de crescimento. A obrigação de gastar grande parte do seu produto social em medidas de defesa economicamente não produtivas tem um efeito imediato sobre o nível de vida de seus habitantes. Os gastos para a defesa representam para os países socialistas uma carga muito maior do que para o imperialismo. Eles têm de dedicar para a sua segurança externa uma soma equivalente à do armamento das potências imperialistas, embora o produto social do campo socialista não represente a metade do dos países imperialistas.

Apesar disso, a corrida armamentista já se tornou um fardo também para o Ocidente, principalmente depois da crise de 1973. Para isso contribuiu também o fato de a União Soviética até agora ter estado em condições de produzir todas as armas modernas com as quais foi ameaçada e que hoje os dois blocos tecnicamente estão em condições de se destruir mutuamente. Essa espécie de corrida armamentista ficou sem sentido para o imperialismo, pois não superou o empate militar.

Esse estado de coisas criou as premissas para o controle recíproco e para limitações parciais de armamentos, como chegaram a ser realizados em SALT-1 e como estão sendo negociados em SALT-2. Isso, porém, de maneira alguma significa que um dos dois lados tenha abandonado a esperança de alterar o equilíbrio militar existente em escala mundial a seu favor, pois essa é a única maneira de vencer o ponto morto. O controle e as limitações só se referem a armamentos que os dois lados podem produzir.

Para o imperialismo, apesar de todas as decepções sofridas até agora, a esperança de superação do atual empate só pode estar no terreno militar. Já que o rearmamento até agora não cumpriu as suas finalidades, só resta aguardar o surgimento de superarmas, que superem tudo o que foi criado até agora e que possam eliminar todos os sistemas de armas existentes. Essa fé na função decisiva da técnica, os imperialistas norte-americanos têm em comum com os nazistas da Segunda Guerra, que na última hora da derrota ainda acreditavam que as suas “armas milagrosas” poderiam mudar os rumos da História. Trata-se das mesmas limitações filisteias da mesma classe de uma sociedade burguesa.

Para o campo socialista, a expectativa de uma mudança nas relações internacionais (quando abstrairmos de seu contínuo “progredir e ultrapassar”) está em novas revoluções em países capitalistas. A região decisiva para tal mudança nas relações de força em escala mundial é formada pelos países industriais do Ocidente. Não só porque revoluções nos países industriais do Ocidente privariam o imperialismo americano dos seus aliados mais importantes, e sim, também, porque seu potencial industrial altamente desenvolvido estaria a serviço da Revolução Mundial. Uma Europa Ocidental Socialista, integrada ao campo socialista, seria um golpe mortal para o imperialismo norte-americano.

Ainda não chegamos a esse ponto, mas cada revolução num país subdesenvolvido, que estreite o espaço vital do imperialismo, representa um passo nessa direção.

9) Falamos de choques de interesses, que periodicamente surgem entre a política externa de potências socialistas e o proletariado combatente (e movimentos de libertação) do mundo capitalista. Trata-se de um fenômeno natural que também teria lugar se a União Soviética e outros países socialistas não tivessem passado pelas deformações internas que conhecemos. (O que seria diferente, provavelmente, seriam os modos de solução dessas contradições.) Fato é que a política externa de um país socialista é encarregada, em última instância, de evitar perigos externos e facilitar a construção do socialismo. Os interesses históricos do proletariado do mundo capitalista consistem no combate ao sistema de exploração, em enfraquecê-lo e derrubá-lo em situações revolucionárias. É evidente que a prazo os interesses do proletariado nos países capitalistas e os das potências socialistas coincidem, pois o inimigo é o mesmo e o mesmo é o objetivo da destruição do capitalismo mundial.

Os pontos da partida, porém, podem ser diferentes. Novas revoluções podem tornar críticas as relações entre países capitalistas e socialistas, ameaçar relações comerciais e até provocar perigos agudos de guerra. Nos últimos anos antes da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a preocupação principal da União Soviética no terreno externo era evitar a formação de uma frente única dos países capitalistas contra si, e para isso procurou aproveitar as contradições interimperialistas, a fim de se beneficiar do apoio de uma nação imperialista contra a outra, em caso de ser atacada. Hoje, diminuíram as possibilidades do aproveitamento das contradições interimperialistas e a de uma aliança com uma fração contra a

outra desapareceu, mas ainda existe o problema de não ariscar prematuramente as relações com o mundo capitalista, manter as conquistas até agora conseguidas e de não procurar perigos de guerra. A contradição de interesses também não é fenômeno novo, mas durante os primeiros anos do Estado Soviético foi tratada de outra maneira do que posteriormente. Na época de Lenin (e até o fim da década de 1920), a conclusão de tratados e alianças com países capitalistas não levou nem ao abandono dos objetivos revolucionários do proletariado nos referidos países nem a um abandono da linha fundamental na luta de classes diária pelos seus Partidos Comunistas. Existiu uma divisão de trabalho entre a política externa e o movimento revolucionário.

Essa situação mudou radicalmente na década de 1930, quando a União Soviética, sob Stalin, visou uma aliança com o imperialismo ocidental (primeiramente com a França). Daí em diante, o PCF foi colocado e se colocou a serviço da política externa soviética, e só o podia fazer em detrimento da própria luta de classes e sob o abandono das suas próprias tradições revolucionárias. O PCF entrou numa aliança com um partido burguês, os chamados radical-socialistas, de Daladier, que representavam uma fração do capital francês. Isso tinha de levar o proletariado francês ao caminho do reformismo. O PCF foi tão longe em sua política de colaboração de classes que chegou a se recusar a continuar apoiando a luta de libertação nas colônias. Um resultado dessa nova linha foi a cisão do PC da Argélia. (Na Índia, o PC seguiu uma linha semelhante. Essa atitude o condenou à impotência nos anos do pós-guerra.)

A nova linha de colaboração de classes que se realizou sob a bandeira da “Frente Popular” deu numa derrota para o proletariado francês. O movimento que começara como Frente Única Proletária contra o fascismo (PCF-SFIO e sindicatos) e

que alcançou o seu auge em 1936 com as greves e ocupações de fábricas foi esvaziado pela aliança com os radicais e deixou profundas decepções entre as massas operárias, que mergulharam em prolongada passividade política. Em 1938, os sindicatos não estavam mais em condições de realizar uma greve geral e o governo tinha passado para as mãos dos radicais burgueses, que se sustentaram com o apoio da direita e que concluíram o acordo com Hitler, em Munique, em 1938.

A França deu o exemplo clássico de Frente Popular, mas não foi o único que levou a uma derrota da classe operária. Na Espanha, foi sacrificada uma revolução inicialmente vitoriosa e trouxe quase quarenta anos de ditadura das mais sinistras. Em outros países, as consequências não foram tão graves, pois o proletariado não tinha tantas conquistas a perder... Mas também lá a sua ação independente de classe foi sacrificada ao apoio de uma burguesia “democrática” e “progressista”.

A Frente Popular para nós não é mero passado histórico. Ela marcou decisivamente os Partidos Comunistas no mundo inteiro. Formou uma tradição de subordinação dos Partidos Comunistas nacionais sob a política externa da União Soviética, do abandono de uma política revolucionária adaptada à realidade do próprio país e, finalmente, trouxe para dentro do movimento comunista a tradição de alianças e de colaboração de classes. Essas tradições seguiram caminhos próprios. Hoje, os Partidos Comunistas que chegaram à conclusão de que não podiam mais ser manobrados por Moscou, como o italiano e o espanhol (os chamados eurocomunistas em geral), e que procuram uma linha independente, não encontram alternativa senão aprofundar as posições reformistas, de colaboração de classes numa crescente adaptação à política parlamentar burguesa. É esse, evidentemente, um resultado das tradições criadas dentro dos Partidos Comu-

nistas com a política das Frentes Populares, das quais não sabem libertar-se. A oposição de Moscou ao eurocomunismo, além disso, não se relaciona ao oportunismo da política interna dos referidos partidos, e sim às suas veleidades de independência e seu distanciamento dos métodos políticos da burocracia soviética. Não estão porém em condições de formular uma crítica revolucionária frente ao problema na burocracia soviética e se limitam a uma argumentação de caráter parlamentar-burguês. O Partido Comunista Português, por sua vez, que foi o primeiro a abolir a ditadura do proletariado do seu programa, em 1974, nunca provocou a ira dos atuais dirigentes soviéticos, pois sobre a sua fidelidade externa também nunca deixou dúvidas.

Foi também a Frente Popular que marcou a suspensão da divisão de trabalho entre movimentos revolucionários em países capitalistas e a política externa soviética, que ainda representava uma herança dos tempos de Lenin. A estratégia da diplomacia tornou-se orientação para os PCs e refletiu-se na sua argumentação diária. O Manifesto de Paz de Estocolmo, o “Espírito de Camp David” e a “coexistência pacífica” tornaram-se palavras de ordem, que fizeram esquecer as tarefas de um movimento comunista.

Lutamos contra os preparativos de guerra dos imperialistas, mas isso não é idêntico a uma pálida “luta pela paz”, que não poderá ser conseguida sem a destruição final do imperialismo. Apoiamos a coexistência, pois não temos interesse numa nova guerra mundial. Não podemos, porém, aplicar nem paz nem a coexistência nas relações entre as classes de uma sociedade baseada na exploração, tampouco como nas relações entre países dominantes e dominados. O vocabulário diplomático não é apropriado para preparar as massas oprimidas e exploradas para luta pela sua emancipação.

A referida divisão de trabalho é necessária, porque as potências socialistas não podem fazer a revolução por nós. Isso somente os movimentos revolucionários nos nossos países conseguirão. Mas a divisão de trabalho é igualmente necessária porque o movimento revolucionário nos países capitalistas não está em condições de garantir a segurança e a defesa imediatas do campo socialista. Essa é uma tarefa que cabe a ele próprio e com os meios que estão a sua disposição. Onde se encontram os interesses dos dois lados, as potências socialistas apoiarão ativamente as novas revoluções, como acontece atualmente em Angola e na Etiópia. É essa comunidade de interesses, assim como essa colaboração em escala internacional, o que se definiu como Revolução Mundial nos tempos de Lenin. Pressupõe-se que ambas as partes se respeitem mutuamente e que estejam em condições de encontrar um denominador comum. É essa também a base da solidariedade internacional e não a submissão de uma parte à outra.

Vivemos hoje numa época em que, como nunca dantes, as lutas de classes nacionais são inter-relacionadas com a política mundial e com o relacionamento de forças em escala internacional. Para poder enfrentar essa situação, temos de retomar a experiência do Leninismo e tirá-la do esquecimento. Essa herança tem que ser aproveitada criticamente, desenvolvida e aplicada de forma criadora às particularidades de cada país e à situação mundial a fim e criar novos pontos de partida para o enfraquecimento dos problemas das lutas de classes internacionais de hoje.

A CISÃO NO CAMPO SOCIALISTA⁹

Erico Sachs

O recente desempenho da política chinesa, a viagem de Deng-Xiaopin aos Estados Unidos, a agressão chinesa ao Vietnã e a política externa de Pequim, que não é de hoje, levantam a pergunta sobre o papel que a China desempenha no quadro da divisão do mundo em dois campos antagônicos. É evidente que a atual política de Pequim não desmente a contradição fundamental de nosso globo em dois sistemas sociais e políticos irreconciliáveis, como pretendem os “terceiro-mundistas”, por exemplo. Muito pelo contrário, a confirma. A China, simplesmente, procura aproveitar as contradições existentes em escala mundial em proveito próprio passando com isso por cima de todos os interesses da Revolução Mundial e do proletariado internacional.

É verdade que a União Soviética também já agiu dessa maneira e, vistas as coisas por este ângulo, as duas maiores potências do mundo socialista poucas razões teriam para se recriminarem mutuamente. Só queremos lembrar a traição da Revolução Es-

⁹ Texto originalmente publicado como anexo ao texto “Subsídios para uma análise da situação internacional”, na revista *Marxismo Militante*, nº 7, mar. de 1980.

panhola, em 1936, o terror staliniano dirigido contra os próprios companheiros, o sufocamento violento de soluções próprias nos países aliados, a política externa, que sacrificou a revolução socialista na Europa Ocidental, em 1945–1947 etc. Se hoje países governados por comunistas conhecem conflitos armados de fronteira e se soldados comunistas são obrigados a atirar contra seus semelhantes, aí temos o prosseguimento de uma tradição criada na época mais negra da história da União Soviética.

A China alega que a origem do conflito com os dirigentes soviéticos esteve na retirada dos técnicos e a suspensão repentina da ajuda por Moscou, na década de 1960, fato que prejudicou e atrasou profundamente a sua construção socialista. É uma acusação válida e uma denúncia justificada. Acontece, todavia, que a própria China já repetiu esse ato condenável pelo menos três vezes. Em relação a Cuba, quando suspendeu o fornecimento de arroz, em meados dos anos 1960, em relação à Albânia e ao Vietnã, em 1978.

Os paralelos não acabam aqui. As duas potências tiveram reações semelhantes quando países socialistas vizinhos pretendiam unir-se em federações, para juntarem os seus esforços na construção.

Tal foi a atitude da União Soviética em relação à tentada Federação Balcânica, em 1945, tal a atitude da China em relação a uma federação dos povos da Indochina, presentemente. As duas potências preferem tratar isoladamente com países mais fracos. A Federação Balcânica não tinha chances de realização contra a vontade soviética. A China usou o Camboja para torpedear uma Federação Indochinesa. Ambas as potências se utilizaram das animosidades nacionais, herdadas das antigas sociedades exploradoras, para esse fim.

Se as duas potências socialistas não têm como se recriminar, assim mesmo surgiu um fator novo nas relações entre paí-

ses comunistas. Nova é a “expedição punitiva”, que excede tudo que já se ouviu da boca de dirigentes comunistas. Expedições punitivas são ações de grandes potências contra países menores — somente um mais forte pode punir um mais fraco — e lembram de uma maneira deveras infeliz a política colonial das potências europeias, como a expedição punitiva contra a Rebelião dos Boxers, na China, no início do século. A última vez, que essa terminologia (salvo engano) surgiu na linguagem diplomática foi na Revolução Mexicana, quando tropas de Pancho Villa desrespeitaram a fronteira norte-americana.

No caso do Vietnã, a expedição punitiva visava confessadamente dar uma “lição” ao vizinho comunista, isto é, prejudicar sensivelmente a sua construção socialista. Quando os “comunicados da vitória” falavam orgulhosamente de matança de 10 mil “inimigos”, esquece-se facilmente de que se trata da morte de operários e camponeses que recentemente ainda combateram e venceram o exército do imperialismo mais poderoso do mundo, numa guerra revolucionária, que nas últimas décadas simbolizou e mobilizou em escala mundial a resistência contra a agressão imperialista.

Por que esse procedimento brutal da China contra o Vietnã? Qual a origem do conflito entre os dois países? Em primeiro lugar, como já mencionamos, a China resiste à formação de uma federação no Sul, que abranja os três países da antiga Indochina, que seria capaz de seguir uma política própria. Em segundo lugar, cita-se frequentemente o perigo do “cerco” da China — no Norte, a União Soviética, no Sul, uma federação aliada à Moscou. É problemático, entretanto, qual o papel que o Vietnã podia desempenhar num “cerco” desses. Militarmente, o Vietnã é forte na defesa do seu território, mas não é uma força ofensiva, que possa ameaçar a China. (Deixando de lado aqui se Hanói se prestaria a uma aventura desse gênero.)

Mas, antes de tudo, é preciso ver que a recente orientação pró-soviética de Hanói já é resultado da política chinesa. O Vietnã, desde o início do conflito sino-soviético, procurou manter equidistância entre dois lados, revelando extremo cuidado para não se deixar envolver. Achou prejudicial o modo como foi travado o conflito e nocivo para sua própria luta. Aguentou pacificamente quando o conflito começou a se fazer sentir sobre o seu próprio esforço de guerra e só à meia voz se queixava amargamente do fato de os chineses dificultarem o trânsito de trens russos com armamentos, sob pretextos puramente formais. A China teve de respeitar a equidistância vietnamita enquanto durou a guerra da libertação. Terminada a guerra e especialmente depois da reunificação das duas metades do Vietnã, colocou a liderança em Hanói perante a alternativa de adesão às suas posições ou de aguentar consequências de uma piora das relações. Aproveitou o Camboja para fazer pressão contra Hanói. A irresponsabilidade dos dirigentes do “comunismo da idade da pedra” impôs a Hanói uma guerra de desgaste na fronteira e ameaçou tornar-se um ônus permanente para o país já desgastado por trinta anos de guerra de libertação. A isso vieram pressões diretas chinesas, acompanhadas por incidentes armados na fronteira Norte, sob o pretexto de maus-tratos da maioria chinesa. (Os chineses no Vietnã fazem parte, em sua maioria, da pequena burguesia proprietária que resiste às medidas progressivas de socialização.) A conclusão do tratado entre Hanói e Moscou foi resultado concreto dessas pressões externas.

Se as grandes potências do mundo socialista — como já salientamos — não têm como se repreender mutuamente, nem as suas relações com seus vizinhos menores nem com a classe operária dos países capitalistas, como então devemos orientar-nos nos conflitos entre elas?

Como comunistas devemos orientar-nos pelos interesses da Revolução Mundial, isto é, devemos apoiar todos os acontecimentos, todos os fatores, que favoreçam a expansão ou preparem o caminho de revoluções nacionais, proletárias ou de libertação nacional e que enfraqueçam o mundo capitalista, respectivamente, o campo imperialista. Da revolução faz parte também o fortalecimento dos países socialistas, que já destruíram a antiga ordem exploradora dentro das suas fronteiras; trata-se de posições que devem ser mantidas e consolidadas.

Lenin, em 1917, já salientara que era dever das revoluções vitoriosas ajudar a luta pelo poder do proletariado nos países capitalistas. Naquele momento, colocou o problema ainda de um ponto de vista moral. A experiência, até agora, mostrou que tal moral revolucionária rege, sobretudo, as relações externas de revoluções novas, que têm relativamente pouco a perder (a construção socialista ainda não entrou no primeiro plano das preocupações). Revoluções novas veem antes de tudo o problema da sua sobrevivência ligado à destruição da ordem capitalista nos países vizinhos. A experiência mostrou igualmente que o isolamento prolongado de uma revolução (da russa entre as duas guerras; o isolamento voluntário da China, desde 1961, e, principalmente, com a Revolução Cultural) no meio de um cerco capitalista coloca o problema da sobrevivência em termos nacionais em primeiro plano.

Essa preocupação de sobrevivência num mundo capitalista fez a União Soviética, antes da guerra, sacrificar a Revolução Espanhola e mandar os PCs colaborarem com as “burguesias progressistas” das potências democráticas da Europa Ocidental, aliados potenciais contra a Alemanha Nazista. Mas foram igualmente os problemas da sobrevivência nacional que fizeram a União Soviética levar o socialismo até o centro da Europa, com o desfecho da guerra. Na medida em que o Exército

Vermelho avançava, tinha de socializar os meios de produção e destituir as antigas classes dominantes nos países conquistados. Impedido pelas necessidades de sua segurança, ela não podia agir de outra maneira, embora isso tenha se dado de uma forma que não encorajava a revolução do Ocidente da Europa. A direção soviética não soubera avaliar corretamente a nova situação criada com a derrota das potências do Eixo, erro pelo qual está pagando caro hoje.

A nova situação criada, que se cristalizara logo nos primeiros anos do pós-guerra, caracterizou-se principalmente pelo fato de a União Soviética não poder mais aproveitar-se das contradições interimperialistas para enfrentar os perigos de uma nova guerra. Não podia mais aliar-se a uma fração de imperialistas contra a outra. Ela só podia contar com seus próprios recursos e os dos seus aliados no campo socialista. Hoje vemos a União Soviética apoiar novamente as revoluções e os movimentos revolucionários no mundo capitalista. Apoiou e continua apoiando materialmente a construção socialista de Cuba e no Iêmen do Sul. Apoiou decisivamente as revoluções em Angola e na Etiópia. Também hoje age impelida pelos interesses de sua segurança nacional, em confronto com o imperialismo em escala mundial. Também nesse caso, em última instância, não pode agir diferente, pois é parte ativa num conflito de dois sistemas mundiais irreconciliáveis, dos quais só um poderá sobreviver e só sobreviverá se se expandir em escala mundial e eliminar o outro da face da Terra. De maneira que, apesar de todos os momentos de acomodação e de tentativa de conciliação, de atenuação dos antagonismos com o mundo imperialista, a burocracia soviética não pode deixar de empenhar-se latente e constantemente na expansão do campo socialista. Sua limitação é o risco de precipitar uma nova guerra mundial.

A China escolheu um caminho diferente e ela o pôde escolher justamente porque existe a União Soviética como potência em condições de enfrentar o imperialismo americano. É este fato que lhe permite tirar proveito do antagonismo existente entre os dois sistemas sociais.

Depois da morte de Mao Tse Tung houve uma mudança qualitativa na política interna chinesa. Abandonou-se a linha esquerdista da manutenção de tradições e valores guerrilheiros, com sua autossuficiência, que levou a uma estagnação econômica incapaz de solucionar os problemas internos mais preeminentes. Não temos razões de querer criticar esse aspecto da política chinesa, mesmo se o pêndulo agora bater em direção oposta e revelar traços direitistas. O socialismo na China sobreviverá também à fase do extremo oposto. Não temos razões também para criticar o fato de Pequim ter decidido procurar créditos no Ocidente capitalista. Os créditos e a tecnologia ocidentais servirão à construção socialista e à industrialização. Nesse sentido, e com bastante atraso, a China se encontra hoje num estágio histórico do seu desenvolvimento análogo ao da União Soviética no início dos Planos Quinquenais. O que devemos criticar em política externa é o preço que está disposto a pagar e que já está muito alto, quando se reconhece como aliada contra o “social-imperialismo”.

Na política externa chinesa não há essa quebra qualitativa, que se observa na interna. De Mao Tse Tung, passando pelo “Bando dos Quatro”, a Deng e Hua, existe uma continuidade, e a atual linha de política externa é uma consequência lógica da visita de Nixon e Kissinger a Mao.

O conflito com a União Soviética foi iniciado pela liderança chinesa sob a bandeira da luta contra o “neorrevisionismo”. Pequim acusava os dirigentes soviéticos de “antileninismo”, de colaboração com o imperialismo norte-americano, de ter

concordado com a divisão do mundo em “zonas de influência”. Embora possa ter reinado essa impressão, a realidade desmentiu essa acusação e mostrou que o respeito da zona de influência não passava de uma questão de relações de forças. A guerra do Vietnã já o tinha demonstrado e, com o apoio das revoluções africanas, a União Soviética interveio ostensivamente na zona de influência alheia, quando se sentiu bastante forte para isso. Com o desenrolar do conflito, mudou a tônica da argumentação chinesa. Foi erguida a bandeira da luta contra o “social-imperialismo”. Podia parecer, então, que aí se tratava de uma reedição de uma antiga tática ultraesquerdista em escala mundial — pelo exemplo da famosa teoria do social-fascismo da Komintern —, mas o alcance prático foi muito maior, pois afetava as relações entre potências socialistas. Não sabemos também até que ponto os dirigentes chineses acreditavam na existência de um “social-imperialismo”. Nesse caso, teriam de acreditar também que a União Soviética é realmente um país capitalista e suas explicações sobre a propalada contrarrevolução havida (a morte de Stalin) não convencem. Em todo caso, quando se repete bastante uma afirmação, acaba-se acreditando nela e de modo não muito diferente se tinha dado o caso com o “social-fascismo” dos anos 1930.

No início do conflito, quando Pequim ainda nutria a esperança de atrair Partidos Comunistas de importância e formar uma espécie de Internacional não oficial, procurou afirmar-se como novo centro da Revolução Mundial, ressaltando o propalado caráter não socialista da União Soviética. Essa parte “teórica” da argumentação chinesa nunca pôde ser levada a sério. Há, aliás, um precedente no conflito da Iugoslávia com a União Soviética. Também a Iugoslávia tinha ensaiado uma teoria de “capitalismo do Estado”, que existiria na URSS, mas somente enquanto durou o conflito aberto. Com a visita de

Khrushchev a Belgrado, a Rússia tornou-se novamente socialista. A experiência mostra que, nesses casos, a teoria tem bases oportunistas, ela surge e desaparece em função de uma linha política pragmática, que tem primazia absoluta.

Hoje o aspecto “leninista” da argumentação chinesa passou para um segundo e para um terceiro plano e é sentido unicamente na medida em que não disturbe as relações com o Ocidente. A nova “teoria dos três mundos” não serve para outro fim senão o de denunciar a União Soviética como a “superpotência mais perigosa” e o inimigo número um da humanidade.

Desde então, a China polícia sistematicamente a política soviética no mundo inteiro e toma por princípio uma posição antagonica nas diversas regiões do globo. Se anteriormente atacou Moscou por ter concordado em estabelecer “zonas de influência” com o imperialismo americano, o apoio soviético a revoluções africanas é hoje denunciado como “expansão do social-imperialismo”. Desse modo, criou-se a situação paradoxal em Angola, em que a China apoia as forças ligadas ao Ocidente e à África do Sul. Na Revolução da Etiópia apoiou os separatistas da Somália e da Eritreia. No Afeganistão, denunciou o movimento nacional-revolucionário. Na Europa, apoia o rearmamento e a CEE, por se tratar de alianças potenciais na luta contra o “social-imperialismo”. Apoiava igualmente e pleiteia a presença militar norte-americana no Japão, no Pacífico Sul e no Oceano Índico e, finalmente, Deng propôs, nos Estados Unidos, uma aliança sino-norte-americana contra a União Soviética. Não há dúvidas de que a política externa chinesa desempenhe atualmente um papel contrarrevolucionário em escala mundial.

Como devemos encarar esse aspecto da questão? Evidentemente devemos rejeitar e combater, na medida das nossas forças, a atitude chinesa em si e suas possíveis repercussões no seio da esquerda. As nossas diferenças com a política exter-

na soviética, no presente momento, se ligam a medidas concretas de interpretação de uma tática comunista em diversos países. Em relação à chinesa não temos nem essa margem de desacordo. A nossa oposição a uma aliança sino-americana, dirigida contra o campo socialista, deve ser total e absoluta. Assim mesmo devemos tomar o cuidado de, nessa rejeição e nesse combate, não contribuir para desmoralizar, nos olhos do proletariado, o comunismo mais ainda do que o procedimento chinês já o fez. Devemos poder explicar a um operário medianamente politizado a situação e fazê-lo compreender os fatores que contribuíram para criá-la.

Não queremos repisar neste lugar a já conhecida problemática, criada pelo fato de a Revolução Mundial ter começado no país mais atrasado da Europa, na Rússia Czarista, enquanto o proletariado dos países capitalistas avançados ainda estava embalado por ilusões democráticas. Quero chamar atenção apenas sobre o fato de que também o internacionalismo proletário necessita de uma base material para prosperar e vingar e se tornar algo mais do que um lugar-comum. Essa base material é o proletariado, como classe amadurecida e politizada, cujo peso específico lhe assegure o papel dirigente, não só na revolução como também na fase da construção socialista. A Revolução Chinesa venceu como revolução agrária. O proletariado chinês, que teve um papel de destaque até 1927, aproximadamente, foi derrotado e sangrado em seguida pela repressão violenta de Chiang Kai-Shek e não teve papel maior nas lutas posteriores. A Revolução Chinesa foi do campo para as cidades, e o elemento ativo e fisicamente liderante era o camponês. A hegemonia proletária dessa revolução, que no início era burguesa (a Nova Democracia de Mao Tse Tung) e que se transformou em socialista, estava assegurada pela liderança comunista, pelo Partido. Mas este não podia fugir às lideran-

ças ideológicas das bases camponesas e isso em medida crescente em que o movimento se expandiu. O camponês não é propriamente a base material do internacionalismo proletário. Para isso, seus modos de vida e de produção não contribuem. Sua ideologia é formada em torno da terra, da região, da “sua gente” e, se sair de uma sociedade burguesa desenvolvida, pode atingir o horizonte da nação. Na Revolução Chinesa, desde o início, estavam presentes elementos da xenofobia, que se confundiam com a luta contra a opressão estrangeira. Não era viável lá, por exemplo, a presença de estrangeiros na direção revolucionária, como se deu na Revolução Russa, com Djerzinski, Kuusinen e muitos outros, no início.

Mas também na Revolução Russa a tradição camponesa chegou a influir decisivamente. Apesar de ter se realizado sob hegemonia do proletariado industrial das cidades, este se esgotou fisicamente, em especial durante a Guerra Civil. A nova classe operária, criada durante a construção socialista, consistia em camponeses mandados para as fábricas. Tratava-se da primeira geração de operários industriais na época pós-revolucionária. Quando Stalin morreu, havia na União Soviética 40 milhões de operários recém-criados, que não tinham mais ligação direta com o proletariado revolucionário e rebelde da Rússia Czarista. Isso explica muita coisa no desenvolvimento da ditadura do proletariado na União Soviética — até hoje — e não é por acaso que o nacionalismo grão-russo teve um auge durante a Segunda Guerra Mundial, pois eram camponeses e camponeses transformados em operários que sustentaram a resistência contra o invasor fascista. Não explica tudo, porém, pois a liderança soviética, na primeira fase do confronto, não podia e, na última, não queria travar uma guerra revolucionária. O nacionalismo russo, os Aliados ocidentais podiam aceitar.

Elementos de nacionalismo entraram na política externa tanto da Rússia como da China. Mas já salientamos que há uma diferença, que tem a sua origem na situação objetiva dos dois países. Enquanto a União Soviética, no seu papel de potência socialista mais forte, canaliza para si a hostilidade ativa do mundo imperialista e é obrigada a apoiar revoluções socialistas fora das suas fronteiras, a China hoje pode aproveitar-se da situação criada. Mas o pode aproveitar somente enquanto a União Soviética não for posta em perigo. Se esta sucumbir a uma ofensiva do imperialismo, seria a China que teria de canalizar e aguentar o ódio do mundo capitalista — e ela, pelo seu grau de desenvolvimento, estaria em situação mais desvantajosa para se defender. É evidente que o papel atualmente desempenhado pela China na política mundial não só enfraquece o mundo socialista todo como tem algo de suicídio.

A atual situação, ela será transitória ou a longo prazo? Não acreditamos que as tendências suicidas se imponham entre as forças criadoras de uma nova sociedade. A prazo vencerão os interesses sociais, econômicos e políticos comuns nessa parte do mundo, que já quebrou as cadeias do capitalismo. A médio prazo, entretanto, só vemos duas possibilidades de superar o atual impasse. Uma se daria se o imperialismo reforçar a sua pressão sobre todo o mundo socialista, de maneira que recorde todos os seus componentes (da Albânia, passando pela URSS, até a China) dos seus interesses vitais de sobrevivência. Mas isso, convenhamos, representa uma possibilidade bastante vaga no momento. O imperialismo aprendeu e prefere a divisão do campo socialista. Outra possibilidade é a de que a revolução prossiga para países com um proletariado desenvolvido, que exerça a hegemonia ideológica e física e que renove as bases materiais do internacionalismo proletário. Tal revolução repercutiria na política interna e externa do mundo socialista inteiro.

Para nós, o campo socialista é um só e nossa tarefa é lutar pela sua unidade. Unidade para nós não significa monolitismo, o que não passa de um produto artificial da burocratização do movimento comunista. Divergências e diferenças de concepção são próprias de um movimento vivo e criador e não contradizem uma ação comum e coordenada contra o inimigo comum, o capitalismo mundial e o imperialismo.

Esse ponto de vista nosso poderá parecer para muitos uma pretensão inócua frente às forças atuantes na política mundial. Mas trata-se de uma posição de princípios que não podemos deixar de defender, mesmo como minoria insignificante, e que se tornará força material com o desdobramento das lutas de classes em escala internacional.

SOBRE A AVALIAÇÃO DA URSS¹⁰

Erico Sachs

À Comissão Stalin, em Berlim.

Caros companheiros,

nesse espaço de tempo tive a oportunidade de ler o documento que vocês levaram ao Seminário e, com isso, entendi melhor o seu ponto de vista. No momento, não me é possível um aprofundamento maior sobre o seu material, como seria exigido, mas, como os companheiros de Frankfurt pedem uma posição, gostaria de, ao menos resumidamente, lançar alguns problemas básicos. Já que a discussão não deve se concluir com isso, ainda será possível opinar sobre as questões de forma mais detalhada.

O ponto de partida dos debates foi a questão se uma classe operária “teria existido” ou não no tempo crítico até 1921, portanto, até o início da NEP. Creio que foi tomada na polêmica uma posição bastante parcial. À negativa de alguns oradores, vocês se contrapuseram com um “sim” absoluto, mas no seu

¹⁰ Texto originalmente publicado em *Zirkular*, nº 1, out. de 1971 — órgão de discussão da organização Política Operária alemã. Tradução de Sérgio Antão Paiva, em maio de 2010.

trabalho vocês afirmam que o proletariado russo, que antes da guerra ainda era forte e montava a 2,5 milhões, no ano de 1919 já havia baixado para 1,3 milhão de operários ativos na produção. Uma parte grande estava desempregada e outra parte voltou para o campo, mas apenas isso não explica a diminuição. O fato é que uma parte significativa da classe operária, depois da tomada do poder e em consequência da Guerra Civil, não voltou de maneira nenhuma para as fábricas, pelo menos não como operários. Eles se transformaram em sustentáculos diretos do poder soviético na administração e nas Forças Armadas etc. Não dispomos de nenhuma estatística concreta, mas é de se admitir que essa parte não apenas teve um significado numérico, mas que se tratava, além disso, da parte mais ativa e consciente da classe operária, que também no passado dirigira a classe e tivera um papel de vanguarda. Abstraindo-se do número não insignificante deles que não sobreviveu à Guerra Civil, também é claro que a parte da classe operária que deixou os locais de produção não se transformou de um dia para o outro em burocratas stalinistas ou pré-stalinistas, mas a problemática e o ponto de vista dessa parcela tinham que ser outros que não os dos operários fabris. Ela tinha antes de tudo que garantir a existência do poder soviético, que estava sempre em perigo nos primeiros anos e vivia de medidas relacionadas com as necessidades imediatas e com a própria preservação. O poder soviético estava em perigo em cada batalha da Guerra Civil e, quando foi vitorioso, os sinais do levante de Kronstadt mostraram que a vitória militar contra a contrarrevolução ainda não representava nenhuma garantia de sobrevivência da ditadura do proletariado. Como não chegar à NEP, que foi a mais ousada de todas as medidas destinadas a salvar e a suprir as necessidades — ou, como se queira, a mais monstruosa de todas as medidas sem princípios que vocês imputam a Lenin?

Parece-me, porém, que vocês opõem à realidade russa desses anos os princípios dos quais vocês partem. Se não, não fica claro como vocês chegam à conclusão em seu documento de que apenas a Oposição Operária, contra todas as frações do Partido, tomou uma posição socialista consequente. É verdade que a Oposição Operária defendia princípios socialistas, de como a ditadura do proletariado “deveria parecer”. Esses princípios não foram negados pela maioria do Partido, mas tratava-se concretamente do fato de que não existiam as bases da possibilidade de realização de uma ditadura proletária correspondentes às condições das lutas de classes dos países industrializados do Ocidente, na situação dada na Rússia (e isso inclui o isolamento da Rússia Soviética). Isso esclarece também a vida curta da Oposição Operária. Se ela tivesse tido uma razão de ser histórica — no sentido de que seu ponto de vista tivesse representado uma solução para o problema —, ela não teria se desmanchado tão rápida e silenciosamente. O seu desaparecimento não pode ser simplesmente explicado pelas “medidas repressivas” (embora elas tenham existido). Movimentos que são ancorados na realidade não desistem sem luta, e outras oposições no interior do Partido resistiram mais tempo sob medidas repressivas mais fortes.

A sentença de morte da Oposição Operária foi o levante de Kronstadt, que mostrou que o poder soviético não estava em condições de garantir as necessidades materiais imediatas de vida da população. E isso retirou as últimas bases em que se assentavam os princípios ocidentais e socialistas que, nas condições russas de então, teriam que ser ilusões. Uma parte da Oposição Operária acabou por se transformar nos apoiadores mais acríticos de Stalin, depois que ela se convenceu de que não se caminhava pela via por ela proposta. E a outra

parte, que fez oposição também mais tarde, o fez não mais do ponto de vista da velha Oposição Operária.

Sob essas circunstâncias, admira-me que vocês próprios não enxerguem essas contradições. Mais ainda, quando vocês no documento descrevem a situação da classe operária muitas vezes de forma bem realista. E quando vocês (páginas 71–72) citam Deutscher e Lorenz como testemunhas, no sentido de que os Comitês de Empresa não estavam em condições de manter a produção nas empresas e que eles constantemente eram levados à tentativa de solucionar os problemas da miséria existente de forma a sofrer o mínimo — não como classe, mas simplesmente como empresa —, então me admira que vocês próprios não tirem consequências da descrição da situação. Esse “fechamento de olhos” diante da situação real da Rússia Soviética e das bases materiais da Revolução Russa observa-se no documento já quando se afirma que a classe operária estava à frente do Partido, quando ela, em seguida à tomada do poder em 1917–1918, caminhou espontaneamente para a socialização e não se satisfaz com o controle da produção. Também esse pensamento precisou ser refutado simplesmente pela História, pois como se poderia entender então o restabelecimento parcial da iniciativa privada durante a NEP?

A mesma posição vocês tomam também na questão das teses de Preobrajensky. É claro, e todo mundo concordará com vocês e com Preobrajensky, que na acumulação socialista não deveriam ser empregados “os mesmos métodos de opressão, o mesmo sistema de expropriação e de força”. A classe operária alemã de forma alguma teria achado necessário colocar essa questão assim, se ela tivesse feito a revolução. Mas afirmar isso ainda hoje no caso da Rússia produz algo meio ingênuo. Na Rússia, a ditadura proletária tinha a tarefa imediata de recuperar a industrialização no tempo mais curto para

poder sobreviver dentro de um cerco capitalista. E essa industrialização só podia se dar às custas da “exploração dos camponeses”. E, mais além, ser realizada apenas com uma parte dos camponeses que vieram para as cidades e formaram o novo proletariado. Mesmo abstraindo as estreitas relações existentes entre a classe operária russa e os camponeses, vocês acreditam hoje realmente que a população soviética teria aguentado esse sacrifício sem coação e violência? Apesar de Preobrajensky ser uma das cabeças mais geniais desse período, tendo formulado a necessidade da acumulação socialista primitiva da maneira mais clara, suas esperanças de ausência de coação e violência eram antes de tudo um traço ingênuo, um sonho ideal de um revolucionário. E quando não se enxerga isso também não se entende a posição de Bukharin, que, não sendo de modo algum um ideólogo do campesinato, havia ficado do seu lado nos conflitos de classe da Rússia revolucionária. Porém, Bukharin não tinha nenhuma ilusão sobre a necessidade da coação e da violência que tinha que resultar das condições existentes na Rússia para alcançar a coletivização, como pressuposto para a industrialização. Ele temia que o poder soviético não sobrevivesse ao rompimento das relações entre a cidade e o campo. O que Bukharin desejava no terreno econômico, os chineses puderam realizar sob melhores condições nos primeiros 12 anos.

A China não era mais um país socialista isolado num ambiente capitalista, não tinha essa pressa de recuperação, e a vizinhança da União Soviética era um escudo de proteção para a sua própria existência.

A União Soviética não havia resolvido seus problemas vitais em 1927–1928 e podia-se contar nos cinco dedos quanto tempo restava para se preparar para uma nova intervenção imperialista. Sob essas circunstâncias, Stalin teve razão: de um

lado, assumiu as teses de Preobrajensky sobre a industrialização; de outro lado, confirmou em parte os temores de Bukharin. Em parte, porque o terror que ele atçou contra os camponeses foi tão grande que eles não podiam mais pensar em “romper” com o poder operário. Mas Stalin foi ainda além do “ter razão”. Ele fez da violência e da opressão um sistema e da necessidade uma virtude, mesmo quando as relações já haviam mudado. Esses são os aspectos intra-russos do stalinismo, que nós sempre criticamos. E a experiência da guerra mostra que não se trata aqui de uma crítica do ponto de vista de princípios abstratos, pois na guerra, de início, os camponeses (especialmente na Ucrânia) colaboraram com o regime de ocupação alemão e, quando eles adotaram outra posição, isso foi, antes de tudo, por mérito dos ocupantes. Quando eles lutaram de novo contra a ocupação inimiga, não foram as palavras de ordem socialistas que os impulsionaram, mas sim as patrióticas.

Se nós quisermos medir a realidade russa sob o ponto de vista dos princípios socialistas ocidentais, então deveríamos começar pela crítica da distribuição de terra ao camponês individual em 1917–1918, como Rosa Luxemburgo o havia feito ainda na cela da prisão, quando estava isolada do mundo exterior. Mas, sem essa distribuição de terra, não teria havido nenhuma revolução, e aí começaram as contradições. Mas, mesmo que nós tomemos a conduta da classe operária no momento da tomada do poder, vemos que a coisa não se desenvolveu conforme as ideias ocidentais.

A Revolução de Outubro não foi, como vocês próprios observaram, um ato espontâneo da classe (como a Revolução de Fevereiro de 1905 e a Comuna de Paris). Ela não foi, por exemplo, um coroamento de uma onda de greves de massa, e também não foi necessário para a tomada do poder o chamado à

greve geral (Trotsky explicou depois que a sociedade russa já estava suficientemente desorganizada). Na prática, até a existência e a posição dos sindicatos pôde ser ignorada na insurreição. A Revolução Russa não se comportou, desde o início, da forma como se esperaria de uma revolução num país ocidental. A relação entre Partido e organizações de massa da classe operária foi, desde o início, diferente daquelas que conhecemos no Ocidente. Isso também teve efeitos na estrutura interna do Partido. Thalheimer, agora não sei mais onde, disse uma vez que a estrutura da organização bolchevique facilitou o processo de degeneração que se seguiu. Isso não era uma crítica mas uma constatação, pois as lutas de classes na Rússia formaram o partido proletário que era necessário sob as circunstâncias. Ele foi o produto da luta de uma classe operária que praticamente não conhecia nenhuma tradição e experiência democráticas. Ele não fazia cerimônias no sentido da democracia parlamentar nem no sentido da auto-organização ou da prática sindical.

As experiências organizatórias e formas de organização desenvolvidas pelo partido bastaram para derrubar a burguesia num momento crítico, mas não para muito mais. O fato é que ele, também no momento da tomada do poder, não se comportou de acordo com os “princípios socialistas ocidentais”.

Podemos ir ainda adiante, se quisermos. Visto da lógica da luta de classes, uma revolução proletária é produto das crescentes contradições do capitalismo desenvolvido. A História mostrou que se trata de uma lógica formal encarar dessa forma a questão. Pode-se afirmar que o capitalismo não teria mais nenhuma possibilidade de desenvolvimento na Rússia? Certamente que não, e o ritmo da expansão capitalista nos anos anteriores à guerra mostra isso. E quando em seu documento vocês indicam que ele já se desenvolvia como capital

monopolista, isso não seria ainda nenhum impedimento absoluto para um crescimento posterior, como mostra a experiência dos países subdesenvolvidos, onde o capitalismo toma a mesma forma. A situação revolucionária que ocorreu em 1917 foi, em grande parte, o produto da revolução burguesa incompleta, da sociedade burguesa inconclusa. E, apenas sob essas circunstâncias históricas concretas, pôde o fator subjetivo, a minoria revolucionária, ter um papel tão decisivo, de uma forma que é impensável na Europa Ocidental industrializada. Mas o desenvolvimento futuro da Revolução foi o preço que a História exigiu.

Eu espero que vocês não me entendam no sentido de estar criticando o fato de que os bolcheviques, sob essas circunstâncias, tenham tomado o poder. Eles não podiam se comportar de outra forma. Como revolucionários, eles cumpriram o diabo do seu dever e, quando se mostrou que a classe operária ocidental ainda não estava madura para repetir a Revolução Russa num nível superior, eles não podiam mudar nada e qualquer lamento sobre o porquê de a Revolução Mundial ter-se comportado assim e não de outro jeito é um passatempo ocioso. Mas a Revolução Russa só é explicável pela situação internacional e pelo desenvolvimento do capitalismo ocidental, e assim os bolcheviques também a entenderam. Isso também explica parcialmente por que os males e as limitações dos primeiros anos não foram levados tão a sério. Aceitou-se que a expansão da onda revolucionária para o Ocidente ajudaria o proletariado russo a superar seus problemas aparentemente insolúveis. Quando essas esperanças se distanciaram e tornou-se claro que não se podia contar com o auxílio externo, então os problemas internos tomaram outras proporções e começaram, especialmente após 1923, as lutas de fração com toda a sua intensidade.

No que concerne à questão das alternativas, creio que durante a discussão alguma coisa já foi explicada. A última intervenção de R. esclareceu que vocês agora veem as alternativas possíveis dentro do processo de burocratização resultante. Quanto a isso, eu gostaria primeiramente de observar que Thalheimer e Brandler não negaram, em princípio, essa maneira de colocar o problema. Em sua posição contra Stalin, eles sempre deixaram claro que, apesar de acharem correta a estratégia de construção socialista dele e da maioria do Partido, criticavam os seus métodos. E crítica significa colocar alternativas. Eles ressaltaram mais de uma vez que os métodos de Stalin promoviam o processo de burocratização, em vez de freá-lo e controlá-lo politicamente. Isso significa que eles enxergaram alternativas. Eles rejeitaram sua ditadura pessoal e isso significou que eles de maneira nenhuma eram da opinião de que a degeneração burocrática precisava tornar-se necessariamente a ditadura pessoal de Stalin com todas as suas consequências. E, abstraindo-se totalmente das alternativas que eles indicaram para a política externa russa do dia a dia, sua posição sobre as questões soviéticas internas era também tudo menos fatalista. Ao contrário, tomando hoje nas mãos as brochuras da IVKO de 1937, o otimismo com o qual foi vista na época uma alternativa ao stalinismo enquanto tal pode até surpreender.

As brochuras foram escritas numa época em que ficou claro que o papel progressista que Stalin havia desempenhado terminara. O terror instituído por ele na época era a luta contra as tendências progressistas desburocratizantes e uma luta desesperada da cúpula dos burocratas contra o restabelecimento da democracia socialista do período leninista em um novo patamar e sobre as novas bases materiais alcançadas, que lhe possibilitariam um melhor funcionamento em relação ao que

fora alcançado no passado. Era o momento no qual uma parcela crescente do Partido Comunista, consciente ou inconscientemente, exigia a restituição dos “poderes plenos extraordinários”, que tinham sido dados à cúpula partidária na época das lutas de fração e do 1º Plano Quinquenal. Sob essas circunstâncias, o “otimismo” de Thalheimer e Brandler era, no mínimo, tão fundamentado quanto as expectativas dos revolucionários russos em relação ao desenvolvimento revolucionário da Europa Ocidental nos primeiros anos depois da guerra. Por que as tendências progressistas da luta contra a burocracia não prevaleceram, Thalheimer veio a esclarecer depois. No seu *Revolução da Arte e Arte da Revolução*, que foi escrito em 1948, ele expôs, entre outras coisas, o modo como no período stalinista foram criadas as bases materiais para o socialismo.

O país foi industrializado e uma nova classe operária surgiu (quando Stalin morreu, havia na União Soviética cerca de 40 milhões de operários industriais!). Mas, sob o regime stalinista, ela cresceu como uma classe operária atomizada. Tratava-se de milhões de camponeses que foram transformados em operários industriais sem possuir nenhuma ligação com o velho proletariado nem dispor de órgãos de classe próprios que formulassem seus novos interesses de classe, os defendessem e os pudessem levar para sua consciência. Essa nova classe operária fez submergir com o tempo o resto do núcleo antigo, que no passado ainda havia intervindo de forma revolucionária nos acontecimentos. O enérgico terror stalinista fez a sua parte para efetivar um corte de gerações, sufocando cada nova liderança no embrião. Era um novo fenômeno que surgia ali e que precisava ser compreendido. Não se trata aí de um fenômeno soviético isolado. Ele surgiu também, sob outras circunstâncias e com outras consequências, em outros países.

Não sei se o exemplo pode ser significativo, mas esse foi certamente o caso de países subdesenvolvidos capitalistas. Observando-se o desenvolvimento da classe operária brasileira, ou especialmente da Argentina, nos últimos cinquenta anos, verifica-se como uma classe operária pequena, porém com disposição revolucionária, dos anos do primeiro pós-guerra, foi inundada por uma massa relativamente grande de novos operários, sem que pudesse transferir para eles a consciência revolucionária. A consciência de classe decaiu e adquiriu, respectivamente, as formas getulista e peronista. Ainda que tais comparações entre a situação da classe operária de países socialistas e capitalistas devam ser tratadas com todo o cuidado, não é possível negar os paralelos. O fato é que a atomização da nova classe operária na União Soviética é o pressuposto para a continuidade do domínio da burocracia, e ainda permite a ela continuar a exercer o papel de tutora dos trabalhadores. De fato, parece-me também que — como mostram os últimos acontecimentos na Polônia — estão colocados limites para esse processo de atomização da classe operária, os quais são naturalmente muito determinados pelas especificidades nacionais — assim, numa perspectiva mais ampla, “a Polônia não está perdida”.

Caros companheiros, tenho clareza de ter enfrentado os seus argumentos apenas em parte. Mas prefiro desenvolver o resto dos problemas nas discussões posteriores. No momento, escrevo apressado e, por isso, também não me é possível ser breve.

Gostaria ainda de entrar aqui apenas numa questão que R. lançou, numa carta a G. Ele acha que “as seitas discutiram entre si” no feriado de Pentecostes, mas eu não creio que se deva lidar com o problema dessa forma. É claro que cada geração precisa trabalhar seu entendimento da situação por sua pró-

pria conta, assim como sua consciência revolucionária ou o “seu marxismo”, e esse também é o caso aqui na República Federal,¹¹ ainda mais porque existe um corte de gerações na esquerda revolucionária. Também é compreensível, e veremos isso sempre de novo, que a nova geração coloque a questão “da forma como ela aparece” e procure alternativas que poderiam ter nos poupado a realidade atual. Mas há naturalmente uma diferença entre colocar alternativas à luta diária e defini-las a partir de um inconformismo com a realidade existente. Nós só podemos avançar sobre o solo dos fatos consumados. Para os companheiros mais velhos, que já viveram essa situação mais de uma vez, isso pode parecer frequentemente um desperdício de tempo e, assim, a transferência e a avaliação de experiências revolucionárias não acontecem também sem contradições. Mas como essa transferência e essa avaliação são necessárias, não apenas para entender a situação real mas também para poder transformá-la, queremos lidar com essas contradições dialeticamente, como um processo de amadurecimento, no qual há sempre menos espaço para o sectarismo. E se nós tivermos clareza disso, não nos será difícil desenvolver a discussão de um modo produtivo.

¹¹ Refere-se à antiga Alemanha Ocidental [N do T].

QUAL É A HERANÇA DA REVOLUÇÃO RUSSA?¹²

Erico Sachs

“Do que se trata é de uma sociedade comunista não como se desenvolveu sobre as bases que lhe são próprias, mas, pelo contrário, tal como acaba de sair da sociedade capitalista; uma sociedade que, por consequência, em todos os aspectos, econômico, moral, intelectual, apresenta ainda os estigmas da antiga sociedade que a engendrou.

(...)

“Mas estes defeitos são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como acaba de sair da sociedade capitalista, após um longo e doloroso parto. O direito nunca pode ser mais elevado que o estado econômico da sociedade e o grau de civilização que lhe corresponde.”

(Karl Marx, *Crítica ao Programa de Gotha*)

¹² Texto originalmente divulgado em edição mimeografada pela organização Política Operária, 1981. Incluído posteriormente no livro *Qual a Herança da Revolução Russa? e Outros Textos*, SEGRAC, Belo Horizonte, 1998.

O que representa hoje a União Soviética para o proletariado mundial? Essa pergunta continua a preocupar as vanguardas teóricas e de luta em quase todos os países, tanto nos que já se livraram do domínio capitalista como naqueles que ainda aspiram a essa meta. As respostas variam de “socialismo” a “capitalismo de Estado”, incluindo até mesmo “potência imperialista igual às outras”. Mas aí se trata de definições de extremos. Entre elas há uma série de nuances.

A União Soviética de hoje certamente não corresponde à imagem que os revolucionários marxistas de todas as gerações fizeram de uma sociedade socialista. Trata-se de um sistema burocrático, com uma hierarquia levada ao excesso, com uma carência de democracia socialista em todos os níveis, sistema que deixa pouca ou nenhuma margem para a iniciativa e autogestão das massas trabalhadoras.

Não há dúvidas também de que a União Soviética passou por profundas mudanças desde os dias de Lenin. Mas o que significam essas mudanças qualitativamente?

A Revolução Russa e a tomada do poder pelos bolcheviques representaram algumas das transformações mais radicais e mais profundas da História da humanidade. Estudando essa revolução, inclusive a sua fase pós-revolucionária, verifica-se que ela passou por uma série de estágios diferentes, mas nunca sofreu uma contrarrevolução. Surgem dificuldades quando se pretende provar o contrário, de um ponto de vista marxista. Trotsky, em diversas versões, afirmara que a Revolução Russa sofrera um “termidor”. Mas o termidor — paralelo tirado da Revolução Francesa e que marca o fim do domínio dos jacobinos — implicou a passagem do poder da pequena burguesia para as mãos da burguesia propriamente dita, isto é, significou uma mudança do regime de classes. E quem teria realizado esse “termidor” na União Soviética? A burocracia? Neste

caso, a burocracia seria uma classe — afirmação que o próprio Trotsky sempre rejeitou. Essa contradição no seu esquema interpretativo do desenvolvimento pós-revolucionário da URSS, ele nunca chegou a superar.

Mais frágil ainda é o esquema dos maoistas. Segundo eles, houve uma contrarrevolução por ocasião da morte de Stalin. A burocracia representa a “nova classe”, que tomou o poder e restaurou o capitalismo na União Soviética. Trata-se aí de afirmações puramente polêmicas, sem nenhuma tentativa analítica.

Todos esses esquemas explicativos (há outros) não nos podem satisfazer e não satisfarão a ninguém habituado a raciocinar com categorias marxistas. Já salientamos que não encontramos na história da URSS nenhum momento de contrarrevolução que tenha alterado as bases de classes da sociedade. Isso poderá parecer estranho, em vista das críticas ao sistema soviético atual, que esboçamos no início. Mas, para compreender o fenômeno da União Soviética de hoje, não se pode partir de esquemas preconcebidos de revolução e de socialismo (esquemas que, na maioria das vezes, em nenhum lugar foram comprovados). Para compreender o desenrolar da Revolução Russa é preciso, antes de tudo, estudar as suas particularidades, as condições concretas nas quais se realizou. Tentaremos esboçá-las em seguida.

O PONTO DE PARTIDA

Ao contrário do que esperavam os pais do socialismo científico e toda uma geração de revolucionários marxistas, a primeira revolução proletária vitoriosa não se deu num dos países industriais mais avançados do Velho Mundo, e sim num dos mais atrasados, a Rússia. Lenin chegou a explicar esse fato com a “teoria do elo mais fraco”, mas, antes de se tornar uma

teoria, tratava-se de uma justificativa “a posteriori” de um evento histórico.

Para Lenin, a Revolução Russa seria a espoleta da revolução no Ocidente. A insurreição do proletariado russo seria imitada a curto prazo pela classe operária da Europa Central e Ocidental, onde se formava uma crise revolucionária, depois de quatro anos de guerra interimperialista. Era esse argumento que ajudava Lenin a convencer frações reticentes do próprio Partido Bolchevique a passar para a revolução proletária. Quando Lenin discutia com Kamenev sobre as “Teses de Abril”, as primeiras greves dos metalúrgicos alemães, ainda sob o estado de guerra, pareciam confirmar os seus argumentos perante as bases. Em seguida, quando a data da insurreição já estava sendo discutida no Comitê Central, a revolta da Marinha de Guerra alemã reforçava os argumentos de Lenin.

Seria pura especulação querer discutir se Lenin teria se decidido pela insurreição caso tivesse sabido de antemão que a revolução proletária na Rússia ficaria isolada. O que se pode supor, pelos debates travados então entre os bolcheviques, é que ele teria tido muito mais dificuldades para convencer seus companheiros. Em todo caso, pode-se concluir que Lenin não estava despreparado para a eventualidade de um isolamento da revolução. Mais de uma vez, usou nos seus discursos a ressalva: “se o proletariado ficar sozinho”... Estava mais bem preparado do que Trotsky, que, desde 1905, na elaboração de sua teoria da revolução permanente, declarou: “sem o apoio estatal direto do proletariado europeu, a classe operária da Rússia não poderia continuar no poder e transformar o seu domínio temporário numa ditadura estável e prolongada...” (*apud* Isaac Deutscher. *Trotsky, o Profeta Armado*). Na véspera da Insurreição de Outubro, Trotsky reafirmou essa convicção, mas tanto ele como Lenin estavam

convencidos de que o proletariado europeu não deixaria a Revolução Russa sozinha.

Por trás dessas preocupações e elaborações teóricas havia um problema material bastante convincente: a classe operária russa, uma ilha num mar de população camponesa, seria capaz, por sua própria força, de manter o poder conquistado e transformar a sociedade em bases socialistas?

Já dissemos que a Rússia era tida como um dos países mais atrasados da Europa. Isso, em outras palavras, quer dizer um dos países de capitalismo menos desenvolvido, com uma sociedade burguesa mais incipiente. Mas também os revolucionários russos, como todos os marxistas, partiram da premissa de que era o capitalismo, com a sua concentração de capitais, divisão do trabalho, tecnologia, nível de distribuição e de comunicação, que criava as condições para a construção de uma sociedade socialista.

Esse desenvolvimento estava atrasado no reino dos czares. E havia agravantes. A própria História e as tradições russas se desenvolveram de uma maneira diferente das da Europa Ocidental. A história russa não conhecia a luta entre as cidades e o campo, não conhecia a luta da burguesia urbana, dos artesãos e da plebe contra a nobreza feudal, que marca a história europeia durante séculos e que criou uma consciência burguesa, culminando com a Revolução Francesa e com a Revolução Industrial Inglesa.

A Rússia tinha sido separada da Europa por quatro séculos de dominação mongol. Tinha conhecido, dessa maneira, o regime do despotismo oriental, que deixou raízes profundas, mesmo depois da independência. Os czares, que reunificaram a Rússia depois da expulsão dos conquistadores, herdaram uma máquina administrativa e burocrática criada durante o domínio mongol, e se empenharam imediatamente em su-

focar o desenvolvimento autônomo das poucas cidades independentes que mantinham relações com a Liga Hanseática do Norte da Europa.

Um reflexo e um instrumento desse desenvolvimento era a Igreja Russa. O que dominava era a tradição de Bisâncio. A Igreja Ortodoxa Russa não foi tocada pelas correntes protestantes ou, em seguida, pelo aburguesamento da própria Igreja Católica.

A industrialização russa era recente. Iniciada e realizada principalmente pelo Estado, em consequência das derrotas sofridas na Guerra da Crimeia, e visando a uma “modernização” da sociedade que permitisse enfrentar o poderio militar do Ocidente. Que o resultado desse esforço foi insuficiente, mostraram duas guerras: a de 1904 contra o Japão e a Guerra Mundial de 1914.

Na hora da Revolução, em 1917, 80% da população ainda viviam no campo. Num país de 140 milhões de habitantes, os camponeses representavam uma massa cinzenta, simbolizada pelo mujique. Alheio à política e à organização social, cultivava a terra nos curtos meses de verão à base de uma agricultura arcaica. No longo inverno russo, dormia perto do fogão da cozinha, como encarnação da inércia. Hoje, já se esqueceu o que era uma aldeia russa antes da Revolução. Para lembrar-se, bastaria voltar aos romances de um Tolstoi. Mas esse camponês, por outro lado, se distinguia por uma sede insaciável de terra. Dessa terra que já havia sido das suas comunidades, do “mir”, e de que os grandes proprietários tinham se apossado com o apoio dos governos czaristas. O futuro da Rússia dependia, nas palavras de Lenin, de quem iria dar a terra aos camponeses: se a burguesia ou o proletariado.

A classe operária russa era jovem e pequena. As estimativas, no momento da Revolução, não ultrapassavam de 3 milhões de

operários industriais, mas os dados mais frequentemente citados referem-se a 2 milhões e meio (Zinoviev, mais tarde, fala em 6 e 8 milhões, mas aí inclui camadas marginais e lumpen, com o intuito de “reforçar” o caráter proletário da Revolução). Era um proletariado excepcional, rebelde, com capacidade de luta e de sacrifício. Uma das vantagens para a sua luta era o alto grau de concentração, como em Petrogrado, onde havia fábricas com 40 mil operários (Fábrica Putilov). Conquistara a liderança na luta política da sociedade russa. A “hegemonia do proletariado” não era mais um postulado teórico, e sim um fato que ia possibilitar a Revolução de Outubro. Ao mesmo tempo, ainda estava muito ligado ao campo; em grande parte tratava-se da primeira geração de operários industriais. Nos anos de desemprego e de miséria, também depois da Revolução, muitos operários, mesmo qualificados, voltavam às suas aldeias, onde um pedaço de terra permitia a subsistência.

O proletariado russo, um dos mais revolucionários da sua época, todavia não tinha tido nenhuma experiência de autogestão. Praticamente não tinha conhecido nenhuma fase de vida democrático-burguesa. (Com exceção de fevereiro a outubro de 1917.) Não tinha desfrutado daquelas “condições mais favoráveis da luta pelo socialismo” de que falava Engels. Essa falta de experiência democrática ia dificultá-lo em seguida no manejo dos instrumentos da democracia socialista. Concomitantemente, não conhecia sindicatos, se abstrairmos uma pequena minoria, os ferroviários. Isso, de certo modo, facilitou a luta revolucionária, mas, da mesma maneira, tornou-se um obstáculo após a Revolução, quando o proletariado tornou-se classe dominante.

Clara Zetkin, a dirigente comunista alemã, um dia perguntou a Lenin se a Revolução não teria sido facilitada pelo fato de a grande maioria do povo russo ter sido analfabeta. Depois de

ligeira hesitação, Lenin concordou, mas acrescentou que era muito difícil construir o socialismo com analfabetos.

O FATO CONSUMADO

Em 1920–1921, depois de quase quatro anos de guerra civil e intervenção armada de 14 países capitalistas, dois fatos estavam consumados. Em primeiro lugar, a onda revolucionária, que tinha abalado a Europa Central e que alimentara a esperança dos bolcheviques no sentido de um alastramento da revolução para o Oeste, tinha se esgotado. O capitalismo europeu sobrevivera e cercava a República Soviética, que ficara sozinha e tinha de resolver os seus problemas por conta própria.

Em segundo lugar, depois da derrota da contrarrevolução, os problemas econômicos e sociais acumulados (mas tidos como secundários durante a Guerra Civil) vieram à tona, exigindo soluções imediatas. Um sintoma extremo dessa situação foi o levante do Kronstadt, quando os marinheiros, aliados fiéis da Revolução de 1917, se rebelaram contra o poder soviético.

O esforço de guerra tinha deixado a República Soviética em ruínas. Para ter uma ideia da devastação causada, basta ter em conta que, em 1921, a renda nacional era um terço da de 1913, o último ano da paz. A produção industrial tinha caído, no mesmo período, para um quinto; a mineração do carvão, para um décimo; a produção de ferro, para um quadragésimo. Ao mesmo tempo, a população de Moscou ficou reduzida à metade e a de Petrogrado a um terço em relação a 1913.

Não menos alarmante era a situação social. Da pequena classe operária russa, nem 50% continuavam em fábricas e usinas. A sua parte mais ativa, com a tomada do poder, saí-

ra da produção para ocupar funções políticas e administrativas no novo Estado e, em seguida, forneceria os comandantes e comissários políticos para um exército de camponeses, que no auge da Guerra Civil chegou a contar com 5 milhões de combatentes; ou formava unidades de elite (divisões proletárias) como dorso das forças revolucionárias. A antiga classe operária tinha se esgotado fisicamente na Revolução e na Guerra Civil, e o que restava era justamente a parte menos dinâmica e menos politizada. Com a reconstrução que se iniciava, a lacuna tinha de ser preenchida e o foi com centenas de milhares, e posteriormente milhões, de camponeses, vindo a qualidade política da classe a sofrer novas alterações.

Quando os bolcheviques tomaram o poder, não pretendiam, por enquanto, no campo econômico, passar além do “controle da produção”, isto é, deixar as fábricas funcionando com seus antigos donos, mas sob controle operário e cogestão. A ideia não deu certo. Os donos geralmente fugiram espontaneamente ou os operários os fizeram fugir. Mas nem os operários nem os bolcheviques estavam preparados para gerir o parque industrial. O problema foi encoberto pela guerra civil, quando a produção se limitou praticamente ao esforço de guerra. As cidades tinham de ser abastecidas com o produto do camponês, mas não produziam artigos industriais para dá-los em troca de cereais. Instaurou-se a requisição forçada de trigo. O sistema foi batizado de “comunismo de guerra”. Eliminava em grande parte a circulação de dinheiro e o pagamento dos operários se deu, na maioria das vezes, em espécie. Como sempre acontece em casos semelhantes, surgiram teorias que pretendiam transformar a necessidade em virtude. Segundo essas, o comunismo de guerra era tido como um passo na construção do socialismo. A realidade não o comprovou. O camponês aguentava as requisições porque eram tidas como

provisórias, enquanto a volta dos grandes proprietários de terras, que acompanhavam os exércitos brancos, seria duradoura. O sistema não resolvia, tampouco, a situação nas cidades, que passavam fome, porque a quantidade dos alimentos requisitados era insuficiente. O descontentamento crescia. Em 1921, notava-se um aumento da influência menchevique nas fábricas — já tida como morta entre os operários industriais.

A saída do impasse preconizada por Lenin estava na chamada Nova Política Econômica, mais conhecida como NEP, conforme a sigla russa. A cidade, doravante, pagaria ao camponês o produto do seu trabalho. Foi estabelecido um sistema de quotas. A requisição armada foi abolida. Ao mesmo tempo, foi criado um espaço para a iniciativa privada na economia, tanto na produção quanto na distribuição das mercadorias. O Estado proletário se assegurou o domínio das indústrias chaves, mas o caminho estava aberto para o restabelecimento da economia de mercado. Mesmo as indústrias estatais tinham de respeitar as leis do mercado. Foi uma tentativa de reconstruir a economia soviética no quadro do célebre “um passo atrás, dois adiante” de Lenin. Ele mesmo caracterizava o sistema instalado como “capitalismo de Estado”, que só não virava capitalismo pura e simplesmente porque se dava sob o domínio da ditadura do proletariado.

Hoje não há mais dúvidas de que essa solução tirou a Revolução do beco sem saída, mas, ao mesmo tempo, a NEP tornou-se um terreno fértil para as lutas de facções no interior do PCUS nos anos que se seguiram.

AS PRIMEIRAS OPOSIÇÕES

Pode-se dizer que as oposições no seio do Partido Bolchevique surgiram com a própria Revolução. A formação de um governo

puramente bolchevique já encontrou resistência de uma parte do Partido e, se esse não passou de um episódio, deve-se sobretudo à atitude míope e arrogante dos mencheviques e social-revolucionários de direita, que não exigiram menos do que o afastamento de Lenin e Trotsky do governo como preço para a colaboração. (Os social-revolucionários de esquerda chegaram a integrar temporariamente o governo.)

A primeira oposição de envergadura foi a de Bukharin, a dos chamados “comunistas de esquerda”, por ocasião do Tratado de Brest-Litovsk. Bukharin, que nesta ocasião podia contar com o apoio dos social-revolucionários de esquerda, exigia a guerra revolucionária contra a Alemanha, a fim de levar a revolução para o Ocidente.

A guerra revolucionária contra países capitalistas, em princípio, fazia parte da doutrina bolchevique da revolução proletária. Em 1920, Lenin e Trotsky tentaram materializá-la no conflito com a Polônia, mas o Exército Vermelho foi derrotado às portas de Varsóvia. Em princípios de 1918, entretanto, tanto Lenin como Trotsky sabiam que a jovem República Soviética não estava em condições de enfrentar a máquina militar alemã, ainda intacta na Frente Oriental. Os camponeses russos, esgotados e cansados por quatro anos de guerra imperialista, desertavam em massa do exército para não perder a vez na distribuição das terras. Havia divergências entre Lenin e Trotsky, mas não se podia falar naquela ocasião de uma oposição trotskista. As divergências giravam em torno da tática a seguir durante as negociações. Trotsky pretendia resistir ao máximo às exigências dos militares alemães para mostrar à classe operária do Ocidente que a Revolução Russa não estava de jogo com cartas marcadas com a monarquia dos Hohenzoller e que Lenin não era “agente alemão”, como afirmavam os social-patriotas dos países aliados. Trotsky exagerou essa

tática, mas finalmente, nas votações decisivas, aliou-se a Lenin contra Bukharin.

Seguiram-se os anos da Guerra Civil e de intervenção estrangeira. Não havia oposição no seio do Partido. As poucas que surgiram, como a Oposição Militar de Stalin e Voroshilov, se relacionavam com o emprego maciço de “especialistas militares” (oficiais do antigo exército czarista), política defendida por Trotsky e endossada por Lenin, mas não tiveram consequências na vida partidária.

As oposições que nos interessam aqui, isto é, aquelas que questionaram a estrutura econômica, social e política da República Soviética, e que marcaram profundamente o seu futuro desenvolvimento, surgem com o término da Guerra Civil, num momento em que as esperanças de uma revolução no Ocidente tinham passado. Foi justamente quando o PC soviético chegou a tomar consciência de que tinha de solucionar o problema da manutenção do poder sem ajuda externa. E o que levamos em conta como oposições não são meras divergências de opinião na cúpula ou nas bases do Partido, mas a existência de facções organizadas, com disciplina própria, que procuram sustentar os seus pontos de vista, apesar de derrotadas em Congressos, contra a maioria do Partido.

A primeira dessas oposições, a do “Centralismo Democrático”, surgiu em 1920, liderada por Osinsky e Sapronov. Sua formação se liga principalmente ao restabelecimento das direções responsáveis de um só homem nas empresas estatais. Até então, as fábricas e demais empresas industriais tinham sido dirigidas por conselhos compostos por representantes dos operários, sindicais e técnicos. O sistema não aprovou na tarefa da reconstrução e mais adiante veremos por quê. Mas o caso das direções das empresas só representava o cume de um fenômeno geral na sociedade soviética — o do restringi-

mento da democracia socialista dentro e fora do Partido a favor das atividades dos “especialistas”. A facção do “Centralismo Democrático” representou a primeira forma de protesto organizado dentro do Partido, mas não estava em condições de apresentar uma alternativa viável. O que propunha era a conservação de métodos que, no passado, não tinham solucionado os problemas mais urgentes da sobrevivência da jovem República. Sua plataforma estava enriquecida ainda com reivindicações obviamente utópicas, como o abastecimento gratuito para os trabalhadores à base de um igualitarismo total etc. Por isso mesmo, o “Centralismo Democrático” não sobreviveu ao 9º Congresso de forma organizada.

Repercussão maior dentro das fileiras do Partido obteve a “Oposição Operária” de Kollontai e Shliapnikov, que também se tornara conhecida no Ocidente.

A Oposição Operária procurara igualmente elaborar uma alternativa à tendência do restringimento da democracia socialista. O eixo de sua argumentação e plataforma se situava na exigência da entrega da reconstrução e da administração da economia soviética aos sindicatos. Argumentava que eram os sindicatos as organizações de massa que conglomeravam a classe operária e, portanto, eram os órgãos mais indicados para a realização da ditadura do proletariado e para garantir, na prática, a democracia socialista.

Essa tentativa foi combatida frontalmente por Lenin, Trotsky e quase toda a liderança bolchevique. Embora tomassem posições diferentes na questão sindical, estavam uníssomos na argumentação sobre a incapacidade dos sindicatos soviéticos de assumir essas responsabilidades econômicas. Não negavam que, em princípio, os sindicatos tinham um papel de destaque na construção de uma sociedade socialista, mas a receita da Oposição Operária se chocava com a realidade soviéti-

ca, com o despreparo cultural e técnico das massas, com seus sindicatos recém-formados e sem tradições.

Foi Trotsky quem mais enfaticamente investiu contra a Oposição Operária, pois defendia justamente o extremo oposto na discussão. No passado, à procura de uma solução para os problemas econômicos candentes, tinha defendido a proposta da “militarização do trabalho”. Esbarrou com a resistência da maioria do Comitê Central e dos próprios sindicatos, evidentemente, e abandonou esse ponto de vista. Agora, no 10º Congresso do Partido, no qual a discussão sindical atingira o auge, e no qual também a Oposição Operária apresentara suas teses, defendia a posição de “estatização dos sindicatos”. Novamente não se impôs contra a maioria, que sob a liderança de Lenin rejeitou os dois extremos. É preciso ver, porém, que tanto a plataforma da oposição como as teses de Trotsky ainda partiam da premissa da continuação da política do comunismo de guerra. Esta, porém, recebeu logo em seguida o golpe mortal pelo levante dos marinheiros de Kronstadt. A revolta armada mostrou o quanto os bolcheviques estavam atrasados na solução dos problemas mais urgentes do país e varreu as teses opostas da mesa do Congresso. A Oposição Operária caiu na passividade frente à realidade da NEP, instituída pelo Congresso. Deixou de atuar como uma facção dentro do Partido. Posteriormente, os seus remanescentes se cindiram em duas tendências. Uma, liderada por Kollontai, chegando à conclusão de que, nas condições russas, as suas concepções ideais de construção socialista não correspondiam à realidade, se colocou à disposição de Stalin. A outra ala, sob a liderança de Shliapnikov, nas lutas internas futuras iria juntar-se a Trotsky.

BUROCRACIA X DEMOCRACIA SOCIALISTA

Lenin já definira a Rússia Soviética como “ditadura do proletariado com deformações burocráticas”. Nos últimos anos de sua vida, dedicou-se à luta contra essas deformações, contra os métodos de Stalin na Secretaria-Geral do Partido e no Controle Operário e Camponês, da mesma maneira como havia se oposto às soluções “administrativas” de Trotsky. O caso não é tão simples para poder-se afirmar que Lenin havia querido abolir a burocracia. Esta era composta por especialistas e o proletariado soviético precisava de especialistas nos mais diversos ramos para se manter no poder e assegurar o funcionamento de sua máquina estatal. Sobre essa necessidade, toda a liderança do Partido e do Estado em pouco tempo estava de acordo. O próprio Trotsky, que nas lutas internas posteriores iria levantar a bandeira da luta contra a burocracia, em 1921 ainda dizia numa discussão com sindicalistas: “Burocracia (...) não foi uma descoberta do czarismo. Representava toda uma época no desenvolvimento da humanidade”, época ainda não encerrada, e que seus males surgiam “em proporção inversa ao esclarecimento, aos padrões culturais e à consciência política das massas”.

Deutscher resume a argumentação de Trotsky, que pleiteava que um serviço público competente, hierarquicamente organizado, tinha seus méritos, e que a Rússia sofria não dos excessos, mas sim da falta de uma burocracia eficiente. Usou esse argumento repetidamente, dizendo que, em prol da eficiência, era necessário conceder certos privilégios limitados à burocracia. Fez-se, desse modo, porta-voz dos grupos administrativos, e isso mais tarde permitiu a Stalin classificá-lo, com certa lógica, como o “patriarca dos burocratas” (*apud* Isaac Deutscher, *Trotsky, o Profeta Armado*).

O problema que Lenin colocava era “quem controla quem”: os comunistas os burocratas ou vice-versa, e citava como exemplo a administração da cidade de Moscou.

O que era essa burocracia? Evidentemente, ela englobava então muitos operários e revolucionários, mandados para a administração pública a fim de romper a resistência da velha máquina estatal, para transformá-la em instrumento da ditadura do proletariado. Nas condições russas, entretanto, a “quebra da máquina de Estado burguesa” e a formação de uma nova, proletária, não podia ser realizada sem um aproveitamento intensivo da antiga burocracia herdada do passado. Era composta de “especialistas”, que, bem ou mal, administravam profissionalmente. Esse processo se deu em diversos níveis nos diversos setores. Só não se deu praticamente no setor de segurança e repressão, que o novo regime teve de criar. Mas já se dera maciçamente nas Forças Armadas, onde, durante a Guerra Civil serviram 40 mil ex-oficiais czaristas, vigiados por comissários políticos. Na Justiça, a situação não era muito diferente, pois não havia muitos juízes e bacharéis revolucionários, e os poucos disponíveis se dedicavam à repressão de elementos contrarrevolucionários. As necessidades cresciam quando se tratava de assegurar o abastecimento das cidades, o funcionamento dos meios de transporte e, não por último, garantir a gerência das fábricas e dos meios de produção em geral. Os novos administradores e funcionários públicos “vermelhos”, como eram chamados, se misturavam com burocratas antigos e traquejados, e não podiam deixar de aprender o seu ofício com eles. Na medida em que aprendiam, absorviam tradições da burocracia russa.

A realidade russa naquela fase da Revolução fez com que a meta de Lenin de “cada um ser temporariamente burocrata” (*O Estado e a Revolução*) para evitar o surgimento de uma má-

quina burocrática não passasse de um objetivo remoto. O problema concreto e imediato era da sobrevivência da Revolução e isso agora dependia do funcionamento e da eficiência do novo Estado. Isso, por razões já indicadas, a classe operária russa não estava em condições de garantir diretamente. Não estava em virtude do seu reduzido tamanho em relação à população global e não estava em virtude de seu nível cultural herdado dos tempos do czarismo. Ela só podia garantir esse funcionamento mediante o controle exercido sobre a burocracia, e exercia esse controle, bem ou mal, por intermédio do Partido.

Nessas condições — e temos de ter consciência disso — os soviets, órgãos da democracia socialista, falharam na Rússia como órgãos do poder proletário na fase pós-revolucionária. Tiveram o seu papel como órgãos do Duplo Poder e da Insurreição, mas não conseguiram enfrentar as tarefas da manutenção da ditadura proletária nem as da recuperação econômica. Nessas circunstâncias, a burocracia tinha um papel necessário a desempenhar na manutenção do poder proletário e na construção do socialismo. O problema posto por Lenin, todavia, perdurava: quem controla quem?

OPERÁRIOS E CAMPONESES

No decorrer das discussões sobre a questão sindical, Lenin se dirigiu a Trotsky dizendo:

O camarada Trotsky fala do Estado Operário. Permita-me dizer que isso é pura abstração (...) Não se trata de um Estado completamente operário e aí está o X da questão (...) Em nosso país o Estado não é na realidade operário, e sim operário e camponês.

“Operário e camponês” — eis aí o “X da questão” que os sucessores de Lenin tiveram de enfrentar na prática. O próprio Lenin via a realização da ditadura do proletariado, nas condições soviéticas, depender do funcionamento da “Aliança Operário-Camponesa”. Essa preocupação, a do relacionamento do proletariado urbano com a imensa maioria dos camponeses, estava sempre presente na estratégia de Lenin, desde as discussões sobre o Programa Agrário da Social-Democracia Russa até a redação do seu Testamento, no qual receava a divisão do Partido em uma fração operária e outra camponesa.

A atitude do camponês foi decisiva durante a Guerra Civil. No início, cansado de qualquer guerra e satisfeito com o pedaço de terra recebido pela Revolução, ele procurava não envolver-se com a Guerra Civil. O motivo para defender a Revolução com a arma na mão foi fornecido pelos Exércitos Brancos, que procuravam restabelecer as grandes propriedades da antiga nobreza. Aí o mujique despertou, e isso permitiu a organização de um Exército Vermelho de milhões de camponeses comandados por operários.

Já assinalamos também que foi essa ameaça de perda das suas terras que fez o camponês se conformar mesmo com as requisições de cereais durante o comunismo de guerra — mas somente enquanto durava a Guerra Civil e a ameaça de retorno dos grandes proprietários fundiários.

O camponês não era socialista nem raciocinava em termos de coletividade. Sua ânsia de terra própria fez dele um individualista extremo. Esse traço, além do fato de ter sido a Revolução que lhe dera a terra, representava os dois polos extremos do comportamento do camponês. Não é anedota, mas a voz preva-lente no campo e citada por vários autores era que os bolcheviques eram gente boa, pois tinham distribuído a terra, mas os comunistas eram gente má, pois queriam coletivizar a terra...

Com o fim da guerra e o esgotamento da política baseada nas requisições de cereais, o descontentamento no campo começou a tomar formas violentas. Kronstadt só era o cume do iceberg. Entre 1920 e 1921, registraram-se mais de 130 levantes camponeses na Rússia Central. A NEP, afinal de contas, não era outra coisa senão uma política de apaziguamento do campo.

O que significava a NEP para o camponês?

Em princípio, consistia de um só decreto, o que aboliu as requisições. A entrega dos excedentes da produção agrária era regulamentada por preços e quotas fixas. Mas esse primeiro decreto tinha consequências. De nada adiantava pagar ao camponês em dinheiro, se ele não conseguia comprar o que precisava. O que ele precisava era de artigos industriais, de tecidos, de sapatos a ferramentas e instrumentos de trabalho. Eram justamente esses artigos que faltavam numa situação em que a indústria produzia um quinto do volume de 1913. Iniciou-se o período de reconstrução, que se apoiou em dois pilares principais: a indústria estatal, o setor socializado, que abrangia as grandes empresas; e o setor privado, de iniciativa particular. Este nunca chegou a ultrapassar 20% da produção global, mas era essencial para o abastecimento do campo, já que incluía grande parte do setor de serviços.

Outra consequência da NEP foi a mudança na estrutura da Aliança Operário-Camponesa. A distribuição das terras, evidentemente, não tinha produzido relações igualitárias no campo. Era inevitável que um camponês recebesse mais do que outro ou recebesse terras melhores que as de seu vizinho. No princípio, os bolcheviques se apoiavam nos chamados camponeses pobres, que durante a Guerra Civil ajudavam nas requisições. Com a NEP, esse eixo tinha de mudar. O camponês pobre não dispunha de excedentes de produção necessários para o abastecimento das cidades, ele produzia sobretudo

para a subsistência. Só o camponês médio e o *kulak* (camponês rico, que empregava mão de obra) dispunham da produção necessária. Já que o intercâmbio agora transcorria à base de uma economia de mercado, era inevitável fazer concessões periódicas para incentivar a produção. Assim, por exemplo, as quotas em espécie foram paulatinamente substituídas por impostos em dinheiro. Os camponeses tinham de vender o seu produto para poder pagar os impostos. Posteriormente, foi liberalizado o estatuto rural, facilitando o emprego de assalariados e, finalmente, tolerava-se que os camponeses mais ricos arrendassem terras de vizinhos menos afortunados para estender a produção.

Todas essas concessões foram feitas, a princípio, para assegurar o abastecimento das cidades e permitir a reconstrução da economia urbana. O poder soviético, longe de criar forças produtivas superiores à velha sociedade capitalista, ainda estava empenhado em atingir o nível econômico do período anterior à guerra. Mas a pobreza dos recursos econômicos da jovem República Soviética foi tal que qualquer concessão a uma classe ia em detrimento da situação de outra — partindo da premissa de que as duas classes fundamentais da sociedade soviética eram constituídas por operários e camponeses. Não há dúvida de que as concessões aos camponeses iam em detrimento da situação material dos operários industriais. Preços mais altos para os cereais significavam pão mais caro nas cidades. Mas não concedendo aumentos, os camponeses não produziam as quantidades necessárias de trigo — e os operários ficavam sem pão.

Essa situação, temos de ter em mente, se quisermos compreender a origem das lutas de facções que se desenrolaram de 1923 em diante. Anos mais tarde, em 1928, quando a luta interna atingia o seu auge, corria uma piada de gosto político

duvidoso nas antessalas do Komintern: com Trotsky, o operário ia bem e o camponês ia mal; com Bukharin, o camponês ia bem e o operário ia mal; com Stalin e a “Linha Geral do Partido”, todos estavam na merda...

Lenin tinha qualificado a NEP como “recuo”, mas a imensa maioria do Partido, que aceitara essa alternativa, não tinha ideia alguma das consequências dessa nova política. Em pouco tempo, enfrentara o problema do pulular do capitalismo agrário no campo (através do *kulak*) e do surgimento de uma nova burguesia nas cidades (os chamados “homens da NEP”). Nem tinham ideia ainda de como e quando esse recuo seria superado, para poder dar o passo para frente. Hoje, esquece-se facilmente que a construção de uma economia em bases socialistas ainda não tinha precedentes. Nenhuma tentativa de conquista de poder pelo proletariado tinha ido tão longe. Naquele momento, ainda não estava comprovado, historicamente, que a classe operária estava em condições de organizar uma economia em bases coletivistas, além dos padrões capitalistas. E o proletariado russo tinha de comprovar os postulados teóricos dos clássicos do marxismo num dos países mais atrasados da Europa, representando ele mesmo uma ilha num mar de economia camponesa. Queremos lembrar esse fato antes de entrar nas lutas de facções propriamente ditas, lutas internas que se desenvolveram à base da problemática que a NEP criara, lutas que marcaram decisivamente a face e as estruturas internas da primeira ditadura do proletariado vitoriosa.

A PRIMEIRA OPOSIÇÃO TROTSKISTA

Queremos assinalar aqui o que já assinalamos antes, que a divergência no seio do Partido ainda não constitui oposição no sentido de facção partidária. Todo comunista só pode agir

conforme a sua consciência de revolucionário. Ele tem de decidir se uma divergência com a linha política é tão grave que impossibilita uma militância comum ou se se submete ao centralismo democrático porque acha que o denominador comum, objetivo da luta comum, mais do que a divergência momentânea, é principal. Vista desse ângulo, a divergência é um direito do comunista militante e não pretendemos aqui aplicar os padrões stalinistas posteriores (mas não só stalinistas) de que qualquer divergência só pode ser remediada por uma “autocrítica” formal.

Já mencionamos também que não vemos nas divergências de Trotsky por ocasião de Brest-Litovsk uma luta de facção. Tampouco nas divergências de Lenin e Trotsky sobre a questão da militarização do trabalho ou da estatização dos sindicatos. Todas essas questões foram debatidas dentro dos padrões da democracia partidária e a minoria se submeteu à maioria.

Qualitativamente diferente tornou-se a divergência entre Lenin e Trotsky sobre a questão da planificação da economia soviética, mas as consequências só apareceram depois da retirada de Lenin da vida política — em virtude de sua doença e morte posterior.

Enquanto Lenin participava da direção do Partido e do Estado, se opunha às concepções de Trotsky sobre as possibilidades de uma planificação global da economia soviética. Argumentava que, durante a NEP, uma espécie de capitalismo de Estado, com a existência de 20 milhões de unidades agrícolas particulares, não havia possibilidade de uma planificação global da economia. Lenin acusava Trotsky de formalismo administrativo. Defendia o ponto de vista de que o *Gosplan* (órgão estatal de planificação) só poderia elaborar planos setoriais, mas não globais. Para tal, tinha de ser cria-

da ainda uma infraestrutura, no decorrer da época da reconstrução. O único setor da economia em que admitia uma planificação global era o da eletrificação. Foi quando lançou a célebre palavra de ordem “eletrificação + ditadura do proletariado = socialismo”.

Isaac Deutscher, na sua biografia de Trotsky, quis dar a impressão de que Lenin, no seu leito de morte, aceitara o ponto de vista de Trotsky sobre a planificação, da mesma forma como já teria aceitado implicitamente a “teoria da revolução permanente”. Tais tentativas do autor ameaçam diminuir o valor histórico de sua obra. Em geral, ele não esconde as fraquezas das posições de Trotsky e só podemos atribuir esse deslize ao seu empenho constante de defender a pessoa de Trotsky das calúnias posteriores, que o stalinismo levantou contra o fundador do Exército Vermelho. Fato é que Lenin, impossibilitado de intervir no Congresso do Partido, onde pretendia dar combate aos métodos burocráticos de Stalin, procurou o apoio de Trotsky para a denúncia dos acontecimentos na Geórgia. As relações entre Lenin e Trotsky tinham sido tensas, principalmente devido às divergências em torno da questão do planeamento. Facilitando a reconciliação, Lenin não fez mais do que conceder a Trotsky que se poderia ter feito mais em matéria de planeamento. Mas isso tampouco adiantou. Trotsky, em vez de enfrentar Stalin, preferiu fazer um “compromisso podre” (Lenin) com ele e as preocupações do fundador da República Soviética sobre os acontecimentos da Geórgia e os métodos de Stalin não encontraram porta-voz.

Tudo isso, entretanto, não passava de uma introdução a uma problemática posterior, em que os conceitos de Trotsky sobre a planificação conservam sua importância.

No que diz respeito à liderança bolchevique, assistimos, com a NEP, a mudanças de posições fundamentais. Um exem-

plo é o caso de Bukharin. Porta-voz dos “comunistas de esquerda”, logo depois da Revolução, tornou-se expoente de um curso de direita, que defendia uma política de “socialismo a passo de lesma”, com receio de pôr em perigo a Aliança Operário-Camponesa.

Zinoviev e Kamenev, por sua vez, que formaram a *troika* com Stalin na política de contenção dos camponeses, passaram-se em seguida para o lado de Trotsky, para formar a Oposição Unida.

As rivalidades e os antagonismos pessoais, sem dúvida, desempenharam seu papel na luta interna em torno da sucessão de Lenin. Assim, a aliança Zinoviev-Kamenev-Stalin foi motivada em grande parte pela resistência dos velhos bolcheviques contra uma liderança de Trotsky, cujo passado não estava esquecido e que, por sua vez, em suas atitudes pessoais, nada fizera para superar a desconfiança existente. Por outro lado, não se pode dar importância em demasia às relações pessoais. Sinal é que o antagonismo entre Zinoviev e Trotsky ficaria superado quando se tratou de criar uma frente única contra Stalin. As causas eram mais profundas. Não há dúvidas de que Trotsky e Stalin representavam dois polos, duas concepções antagônicas numa luta que iria abalar os fundamentos do Partido e do Estado Soviéticos.

1923: O ANO DECISIVO

Mais radical de todas, porém, foi a mudança ocorrida na posição de Trotsky. Todos os historiadores registram um ponto de rompimento, uma “cesura” na sua atuação na fase pós-revolucionária. Há ligeiras divergências quanto ao momento. E. H. Carr, na sua *História da União Soviética (O Interregno)*, registrando o caminho de Trotsky para a oposição,

está inclinado a localizar o ponto de rompimento em 1923. Isaac Deutscher, no seu *Trotsky, o Profeta Desarmado*, o coloca no decorrer do ano de 1922:

Ao acompanharmos as dissensões no *Politburo* e examinarmos a participação que nelas teve Trotsky, somos surpreendidos pela modificação que ocorreu no próprio Trotsky em cerca de um ano. Na primeira metade de 1922 ele falava principalmente como o disciplinário bolchevique; na segunda já estava em conflito com os disciplinários. O contraste se evidencia em muitas de suas atitudes, mas torna-se mais evidente quando lembramos que no início do ano ele acusara, em nome do *Politburo*, a Oposição dos Trabalhadores, perante o Partido e a Internacional. Não obstante, já no fim do ano ele parecia adotar opiniões até então defendidas pela Oposição (e pelos decemistas)(...)

Trotsky, a princípio, atacou-os e advertiu-os de que os bolcheviques não deviam, em circunstância alguma, opor-se aos líderes do Partido em termos de “nós” e “eles”. Não obstante, no curso de 1922, Trotsky parecia ter adotado a maioria de suas ideias e uma atitude que o levava a argumentar contra a maioria do *Politburo* em termos de “nós” e “eles”.

No mesmo ano, em 1922, chocara a liderança bolchevique e o próprio Lenin, recusando ser nomeado Vice-Presidente do Conselho de Comissários do Povo, isto é, substituto de Lenin na chefia do governo. Muito se especulou sobre as causas dessa renúncia, mas ela só se tornaria compreensível no quadro da futura passagem de Trotsky para a oposição.

Que se dera com Trotsky? Que foi que provocou esse ponto de ruptura? Não nos podem satisfazer, certamente, as explicações de Deutscher, no sentido de que Trotsky teria vivido um conflito entre “autoridade e liberdade”.

Para nos inteirarmos da situação de Trotsky, temos de voltar ao problema fundamental da Revolução Russa — o seu isolamento. A Rússia Soviética tinha de resolver os seus problemas aparentemente insolúveis de força própria, sem o auxílio do proletariado vitorioso de países mais adiantados. O futuro desenvolvimento mostrou que não eram propriamente insolúveis, mas os métodos exigidos nas condições russas para garantir a manutenção do poder e assegurar o salto qualitativo para uma economia em bases coletivistas assustou uma geração de líderes comunistas, educados nas tradições do marxismo ocidental. Na medida em que a Revolução avançava nesse caminho, surgiram grupos de oposição no seio do Partido, que, ou não se conformavam com o preço e os sacrifícios exigidos por semelhante desenvolvimento ou simplesmente não acreditavam mais numa perspectiva socialista sem uma revolução no Ocidente. Trotsky foi um dos primeiros na cúpula do Partido posto diante dessa situação. Não pretendemos explicar a sua atitude pela sua “teoria da revolução permanente”. Ela só é explicável pela realidade russa de então. A teoria da revolução permanente, aliás, não passa de uma tentativa de interpretação do processo revolucionário mundial vista de um ângulo russo. Fato é que há um momento em que Trotsky não queria mais tomar responsabilidades pelo futuro desenvolvimento e destino da revolução. E isso, forçosamente, o levou para o campo da oposição.

Antes de chegar a esse ponto de ruptura definitiva, ocorreu uma evolução no Ocidente que chegou a unir temporariamente as facções hostis do Partido russo. Na segunda metade de 1923, esboçou-se a possibilidade do surgimento de uma situação revolucionária na Alemanha. O futuro desenrolar dos eventos mostrou que essa perspectiva era ilusória, mas por muito tempo a liderança soviética aceitou a ficção do levante dos operários alemães a curto prazo. Quando esse prazo ven-

ceu e a realidade não confirmou as expectativas, os comunistas alemães tiveram de bater em retirada, enfrentando uma crise interna. Mas quem mais se apegou à ficção de uma “situação revolucionária” na Alemanha, a ponto de se tornar uma ideia fixa, foi Trotsky. Até hoje, um dos axiomas do trotskismo internacional é constituído pela “situação revolucionária de 1923”, que teria sido jogada fora. Na luta interna no PC soviético, que agora recrudescer, os acontecimentos alemães tiveram um papel de destaque: “com Lenin, em 1917, a Revolução Russa; com Zinoviev, Kamenev e Stalin, em 1923, o desastre alemão”, este tornou-se um dos argumentos favoritos de Trotsky.

Foi justamente o caso alemão que enterrou definitivamente qualquer esperança a médio prazo de poder vencer as dificuldades internas mediante a ajuda do proletariado vitorioso no Ocidente. Se o ponto de ruptura para Trotsky não tinha sido atingido ainda, agora o fora.

A primeira oposição trotskista, que se formara ainda em fins de 1923 em torno da chamada “Plataforma dos 46”, saiu sem a assinatura de Trotsky e sem que intervisse nas discussões. Parecia até que hesitava se valeria a pena levar avante a argumentação na forma como fora formulada no documento. Os líderes mais conhecidos da oposição, Preobrajensky, Piatakov, Antonov-Ovseenko, defendiam posições originalmente formuladas por Trotsky. Os pontos fundamentais da Plataforma podem ser resumidos no seguinte:

- constata-se a existência de uma crise econômica e financeira, que a maioria do *Politburo* não sabe enfrentar por incapacidade política e econômica;
- constata-se a ausência de uma direção planificada e organizada da indústria;
- constata-se uma crescente burocratização e hierarquização da vida partidária, que paralisa os debates internos. A

medida proposta é suprimir novamente a resolução do 10º Congresso do Partido, que diz respeito à proibição de formar facções ou agrupamentos em seu seio.

Pode-se ver que a oposição de 1923 não está disposta a investir contra a burocracia como um todo. Critica a ineficiência burocrática e investe especialmente contra a burocratização da vida partidária. Da mesma maneira, não exige um restabelecimento da democracia operária em geral (como a Oposição Operária), mas exige a abertura de um espaço para si, mediante a revogação das proibições de formar facções, adotadas no 10º Congresso. As críticas são feitas em nome da eficiência do regime. (E. H. Carr caracteriza essa oposição como sendo de tecnocratas.) É em nome dessa eficiência que se exige planificação e industrialização. Certo ou errado, trata-se ainda da tentativa de elaborar uma alternativa à situação reinante naquele momento.

É o ângulo da crítica — a eficiência — que determina também o caráter social do apoio. A oposição de 1923 tinha as suas bases principalmente entre os quadros intelectuais do Partido, concentrados em Moscou, e entre a juventude, principalmente entre estudantes das Escolas Técnicas. No que diz respeito às massas trabalhadoras, a repercussão foi pequena.

Onde a Oposição teve menos êxito foi nas fileiras dos operários industriais, pois, embora defendesse os interesses da indústria, essa defesa ia mais a favor dos técnicos e dos administradores do que dos proletários da categoria (...) No seu programa político e econômico nem havia o que despertasse o entusiasmo dos operários, nem o que ia ao encontro dos seus interesses imediatos (...). (E. H. Carr. *História da União Soviética* [O Interregno])

A Oposição foi derrotada em duas fases. Na ausência de Trotsky, na 13ª Conferência do Partido, em janeiro de 1924, e finalmente com a presença de Trotsky, no 13º Congresso do Partido, em maio de 1924. Mas, com isso, a luta não terminou.

A OPOSIÇÃO UNIDA

Trotsky não havia sido derrotado há muito tempo, quando surgiu a cisão no seio da *troika*. Zinoviev e Kamenev entraram em oposição a Stalin, que, por sua vez, era apoiado por Bukharin, Rikov e Tomski. Novamente se coloca o problema dos antagonismos pessoais na liderança, mas queremos lembrar que a hostilidade entre Zinoviev e Trotsky, no passado, tinha predominado sobre todas as outras rivalidades no *Politburo*. Foram, por exemplo, Zinoviev e Kamenev que tinham exigido a exclusão de Trotsky do Partido, e foi Stalin quem se opôs a essa medida e a impediu. Para compreender a reviravolta de Zinoviev e Kamenev, é preciso levar em conta outros fatores. Veremos como Deutscher descreve a situação no 14º Congresso do Partido, na qual a facção dos leningradenses (Zinoviev) foi derrotada.

Se Trotsky tivesse mantido abertos os ouvidos para o que os leningradenses estavam dizendo, não poderia deixar de perceber imediatamente que estavam defendendo causas que ele próprio defendera e atacando as atitudes que atacara. Como opositoristas, começavam onde ele parara. Argumentavam a partir de suas premissas, retomavam os seus argumentos para levá-los mais adiante. Ele criticara a falta de iniciativa do *Politburo*, sua negligência com a indústria e sua solicitude excessiva para com o setor privado da economia. Os leningradenses fizeram o mesmo (...) Trotsky não podia deixar de concordar com os

argumentos que apresentavam (...) pois vinham do arsenal do internacionalismo clássico (...) Como ele, falavam da aliança profana entre o homem da NEP, o *kulak* e o burocrata; e, como ele, faziam um apelo para o renascimento da democracia partidária. Ele advertira o Partido contra a “degeneração” de sua liderança e agora a mesma advertência ressoava de forma ainda mais pungente e alarmante, nos protestos dos leningradenses contra o perigo “termidoriano”.

Além disso, Trotsky não apoiou a Oposição de Leningrado. As feridas causadas na recente luta de facções ainda eram profundas demais para permitir uma aliança imediata com Zinoviev. Haveria de passar mais de um ano para que se realizasse.

Quando se realizou e se formou finalmente a Oposição Unida, a aliança não se limitava às facções de Trotsky e de Zinoviev-Kamenev. Participaram igualmente Shliapnikov, o líder da antiga Oposição Operária, os remanescentes da democracia socialista e de outras oposições históricas, que continuavam vegetando em situação de semiclandestinidadade.

Qual era o denominador comum desses agrupamentos heterogêneos, que no passado tinham-se combatido mutuamente?

Procurando encontrar uma fórmula sucinta, poderíamos dizer que o denominador comum era o desespero com a realidade da situação pós-revolucionária. Um sintoma disso era o surgimento de uma terminologia do “termidor”, levantada originalmente pela Oposição Operária. O exemplo histórico da Revolução Francesa — a mais radical na História humana até o Outubro Vermelho — sempre estava presente no raciocínio dos bolcheviques. O desenrolar da Revolução Francesa, entretanto, já devido ao caráter de revolução burguesa, tinha de ser diferente da russa. Também na França, uma facção após outra abandonou as fileiras, mas a abandonavam à medi-

da que a Revolução se radicalizava e se aprofundava. Até que o radicalismo chegou aos seus limites possíveis e desembocou no terrível.

Na União Soviética, o caminho foi diferente. Revolução proletária num país predominantemente camponês, por muito tempo não pôde radicalizar suficientemente para ir ao encontro das aspirações da classe operária. Durante quase uma década, estava empenhada em reconstruir a economia do país, destruída na luta revolucionária, para criar as premissas para um futuro salto qualitativo, que as oposições de esquerda exigiam de imediato. Deutscher assinala na citação acima que Zinoviev-Kamenev, depois de Trotsky, buscavam os seus argumentos no arsenal do “internacionalismo clássico”. Mas esse arsenal estava num nível de abstração que tinha de ser adaptado às condições concretas da realidade soviética.

Está claro, além disso, que parte da oposição sabia perfeitamente que o caminho da Revolução Russa não ia conforme os preceitos do “internacionalismo clássico”. O próprio Trotsky, no passado, tinha defendido medidas, como a militarização do trabalho, a estatização dos sindicatos, que teriam horrorizado qualquer “internacionalista clássico”. (Stalin, posteriormente, as pôs em prática.) Em princípios de 1922, ainda no 12º Congresso, Trotsky dirigia-se da seguinte maneira à classe operária soviética:

Pode haver momentos em que o governo não lhes pagará salários ou em que lhes pagará somente a metade deles, quando os trabalhadores terão de emprestar (a outra metade) ao Estado.
(*apud* Isaac Deutscher)

Agora, na Plataforma da Oposição Unida, o aumento salarial dos operários industriais abria a lista das reivindicações. As concessões mútuas necessárias para encontrar um denominador comum entre os diversos agrupamentos da Oposição Unida por si só já impediram que esta se apresentasse como alternativa à política da maioria. Para a Oposição Operária e grupos similares, a reivindicação salarial era indispensável. Para Zinoviev e Kamenev, era mais expressão de seu imediatismo político. Para Trotsky, deve ter sido indiferente, já que não via mais perspectivas de a Revolução Russa isolada solucionar os seus problemas. Para ele, tratava-se agora de erguer bem alto a bandeira do “internacionalismo clássico”. Anos mais tarde, na sua biografia de Stalin, ele ia admitir que nenhum dirigente trotskista responsável acreditava naquela ocasião ser possível uma vitória da oposição.

Essa afirmação, aliás, não é de todo correta. Os tecnocratas entre os dirigentes trotskistas, como Preobrajensky e Piatkov, insistiram no seu programa defendido há muito e algumas reivindicações suas entraram na plataforma oficial. Assim, por exemplo, exigiam o fechamento de todas as empresas industriais não rentáveis. Mas qual era a empresa que funcionava rentavelmente sob um ponto de vista econômico? Qualquer operário tinha de sentir seu lugar ameaçado. Tal reivindicação contribuiu para neutralizar os efeitos da campanha salarial e cortou as possibilidades de penetração dos oposicionistas no proletariado.

A luta interna, desta vez, foi caracterizada por uma violência inédita. A oposição rompeu as regras do jogo, procurando mobilizar o descontentamento latente das massas fora do Partido. O que mais irritou os velhos bolcheviques foram os slogans oposicionistas que falavam de uma “aliança dos burocratas, homens da NEP e *kulaks*” para restabelecer o capita-

lismo na União Soviética. Os velhos revolucionários (que estavam incluídos entre os “burocratas”), que haviam lutado pela Revolução, que toleravam a NEP por motivos de força maior, mas que estavam procurando um caminho para superá-la, não perdoavam a Trotsky esses métodos de luta interna, e davam carta branca a Stalin para que aplicasse, por sua vez, medidas até então só utilizadas contra os inimigos de classe. Seria todavia totalmente irrealista querer explicar a derrota da Oposição Unida pelos métodos duvidosos do Secretário-Geral. Este teve atrás de si a maioria do Partido e era justamente por este fato que podia usar métodos abertamente discriminatórios e repressivos contra a oposição. E ele teve cuidado de lançar mão desses métodos só depois de a oposição ter ficado desmoralizada e isolada no seio do Partido.

O PAPEL DE STALIN

Stalin, sem dúvidas, foi o líder mais pragmático que a Revolução Russa produziu. Intelectualmente medíocre, um dos mais “russos” dos dirigentes, era provavelmente o menos influenciado pelo marxismo clássico, ocidental, e essa fraqueza se tornaria sua força nas condições peculiares da construção socialista na Rússia pós-revolucionária. A lenda do sinistro georgiano que planejava a sua ascensão a ditador incontestado da primeira revolução proletária vitoriosa desde o início, isso continua lenda. A personalidade de Stalin, não há dúvidas, marcou profundamente o desenvolvimento e a estrutura da sociedade soviética, até o ponto em que uma personalidade pode influir na História. Mas é preciso ver a figura histórica como produto da História. Stalin não criou a burocracia, nem mesmo a atribuiu o papel que ela teve na Rússia Soviética. Ele foi antes produto e chegou a se tornar prisioneiro da máquina

burocrática. Mas, antes de tudo, pelo seu caráter e pela sua formação, se prestou melhor para responder às necessidades da realidade soviética naquele período de isolamento do que os seus adversários nas lutas de facções.

O nome de Stalin está estreitamente ligado à chamada “teoria de socialismo num só país”, embora Bukharin apoiasse totalmente aquela fórmula e não faltem autores que atribuíram a este a paternidade. Para nós, isto há de ser um problema secundário. O que importa é o papel que a fórmula desempenhou.

Evidentemente, não se trata de uma teoria. Tratava-se, antes de tudo, de uma palavra de ordem, de uma perspectiva apresentada aos trabalhadores soviéticos, numa fase em que as esperanças de uma revolução no Ocidente tiveram de ser congeladas. A única possibilidade real era de prosseguir na construção socialista por força própria, enquanto não mudava a situação internacional. Hoje, visto em retrospectiva, é preciso reconhecer que a palavra de ordem teve um papel decisivo, que mobilizou uma geração de trabalhadores soviéticos para um esforço sobre-humano, suportando os sacrifícios de um nível de vida baixíssimo, para transformar um dos países mais atrasados da Europa em potência industrial. Quando foi lançada a palavra de ordem, ainda não tinha o conteúdo que mais tarde tomou. No início, a ênfase estava em “socialismo num só país”. Posteriormente, na fase do stalinismo propriamente dito, quando predominaram as considerações de política externa, o acento mudou para “socialismo num só país”. No início, também não se tratou de criar uma sociedade socialista acabada num só país (ou até do comunismo, como Stalin afirmara em 1937). Partiu-se simplesmente da premissa de que o proletariado no poder, mesmo isolado num só país, não poderia deixar de construir o socialismo. Eis a formulação original de Stalin:

Para acabar com o poder da burguesia e estabelecer o poder do proletariado num só país, isso não significa ter chegado à vitória completa do socialismo (...) Para chegar à vitória final do socialismo, para organizar a produção socialista, os esforços de um só país são insuficientes, particularmente de um país camponês como a Rússia; para isso se requerem os esforços dos proletários de vários países avançados.

Stalin levou a herança leniniana da NEP até as últimas consequências compatíveis com o sistema soviético. Quando chegou a tomar influência decisiva sobre a política econômica, em 1922 aproximadamente, a NEP mal tinha dado os primeiros passos. Em 1923, a produção industrial atingira 25% do nível de 1913, e isso já foi considerado um sucesso, pois duplicara no prazo de dois anos. Em 1926–1927, o nível de antes da guerra foi atingido. Isso explica, em grande parte, a derrota das oposições.

Completada a fase da reconstrução, e criada dessa maneira a infraestrutura necessária, colocou-se na prática o problema da superação da NEP e da criação de uma economia planificada. Isso supunha a supressão do setor privado na economia na cidade e no campo. Lenin já havia assinalado que, com 20 milhões de unidades agrícolas particulares, não era possível planificar a economia soviética. Sokolnikov, atuante no setor de desenvolvimento econômico, posteriormente constatou que a “indústria estava amarrada pelas condições reinantes na economia camponesa”.

A coletivização das terras tornou-se condição indispensável para o salto qualitativo em direção de uma economia socialista. Nesse intuito, Stalin encontrou uma nova oposição, a de Bukharin, que apoiara a sua política até então. Bukharin, como o próprio Stalin e, da mesma forma, Trotsky, sabiam

muito bem que o futuro da República Soviética dependia da industrialização. Mas, se para Trotsky a industrialização era um princípio, que independia das condições concretas, para Bukharin a industrialização intensiva naquele momento punha em perigo as relações entre campo e cidade, entre operário e camponês. Propunha como alternativa um “socialismo a passo de lesma”, que não pusesse em risco a Aliança Operário-Camponesa, como havia sido concebida durante a NEP.

Acontece que nessa altura, 1928–1929, as relações entre cidade e campo tinham atingido novamente um ponto crítico, que precipitou os acontecimentos. A autoconfiança dos camponeses tinha crescido com as concessões obtidas no passado. O poder e a influência do *kulak* havia aumentado. O campo se negava a vender as quantidades necessárias de cereais na base dos preços estabelecidos e ameaçava novamente de fome as cidades.

Para vencer o ponto morto, Stalin propôs originalmente a expropriação dos *kulaks* (que lideravam a resistência), transformando as suas terras em centros de irradiação para uma campanha intensiva de coletivização. Bukharin receava que essa medida não ia se limitar, na prática, aos *kulaks* e acabaria por atingir igualmente os camponeses médios, que dispunham de grosso excedente de cereais necessários para a alimentação das cidades. Stalin afirmava que o governo soviético dispunha de recursos para equipar e fornecer créditos para a transformação de 8% das terras cultiváveis em *colkoses* (cooperativas agrícolas socialistas). Pelos cálculos de Bukharin, os recursos mal chegariam a 6%.

Fato é que, naquela altura dos acontecimentos, a NEP tinha dado o que podia dar para o desenvolvimento econômico e qualquer futuro progresso em direção ao socialismo exigia a sua superação, que, por sua vez, pressupunha medidas

radicais. Stalin estava preparado para isso, tendo sido o único do velho *Politburo* disposto a arcar com as consequências em toda sua extensão. Era o único entre essa geração de líderes que não tinha escrúpulos de aplicar os métodos indicados para uma solução rápida do problema.

Silenciada a oposição da direita, lançou-se a campanha da coletivização da agricultura. Foi uma coletivização forçada, e outra não teria sido possível na escala em que foi realizada. O Estado Soviético não tinha recursos para demonstrar aos camponeses a superioridade da agricultura coletivizada. Não houve meias medidas. Em quatro anos, o campo soviético consistia em *colkoses* e *sovkoses* (fazendas estatais). Visto em retrospectiva, surge a impressão de que Stalin estava disposto a quebrar, de uma vez por todas, a resistência do camponês individualista. Os métodos utilizados já antecipavam o Stalin de épocas posteriores. Milhões de camponeses, que resistiam à coletivização, foram mandados para a Sibéria. Planos preestabelecidos coletivizaram região por região, com a ajuda de tropas de segurança. O preço foi caro: quase a metade da criação de gado, porcos e cavalos do país foi perdida. Os camponeses abatiam os animais na véspera da entrada nos *colkoses*.

Hoje, pode-se especular se haveria alternativas a essa política e até que ponto seriam alternativas. Mas isso não passa de especulação. Para nós, é importante ter clareza de que essa experiência soviética não pode ser generalizada como um princípio para a construção socialista. Outras revoluções, posteriores e que se deram em condições mais favoráveis, seguiram caminhos diferentes para levar o socialismo ao campo. Nosso problema aqui é levar em conta as condições particulares da construção socialista na União Soviética. Vista desse ângulo, a História confirmou a justeza da política de Stalin, no final da

década de 1920 e início da de 1930. A coletivização permitiu os Planos Quinquenais e a industrialização. Dez anos mais tarde, a União Soviética estava em condições de enfrentar e derrotar os exércitos do imperialismo mais agressivo e mais poderoso da Europa, o da Alemanha nazista.

Durante os debates dos anos 1920, Preobrajensky, um dos teóricos da oposição trotskista, defendera e fundamentara a teoria da “acumulação socialista primitiva”. Um dos esteios dessa teoria era a afirmação de que a classe operária soviética tinha que explorar o camponês para criar uma industrialização em bases socialistas. Significava que tinha de se apropriar do excedente da produção agrícola, sem poder fornecer valores correspondentes em troca. A maioria do Partido rejeitava essa teoria, considerada inapropriada numa fase em que se procurava contentar o camponês. O próprio Trotsky se distanciava dela, pois não queria fornecer razões para a acusação de “subestimar o papel do camponês”. Mas agora que a questão da acumulação socialista estava colocada, Stalin pôde implantá-la, independentemente de justificações teóricas; da mesma forma como pôs em prática os conceitos salariais manifestados por Trotsky em 1922 e a estatização dos sindicatos, bem como a militarização de fato do trabalho.

Será justo, portanto, falar — como o próprio Trotsky afirmara — que Stalin teria roubado o programa da oposição? Acreditamos que tal afirmação carece de fundamento. Em linhas gerais, toda a liderança bolchevique conhecia as premissas da construção socialista. O problema — como já mencionamos — era do quando e do como.

A começar pelo problema da planificação da economia. Levantado por Trotsky, em 1920, passou-se quase uma década para que as premissas fossem criadas. O mesmo tinha-se dado com a industrialização de base, isto é, a concentração dos es-

forços na criação de uma indústria pesada. Os recursos de investimentos da NEP eram limitados, e sua utilização precoce na indústria pesada teria privado o camponês dos produtos de consumo que ele esperava em troca dos produtos do seu trabalho. E sem esses fornecimentos agrícolas, a produção industrial teria desmoronado. Era um círculo vicioso, que só podia ser rompido por meios extraeconômicos. Mas mesmo essas medidas extraeconômicas só podiam ser tomadas depois de ser reconstruída a economia destruída pela Guerra Civil.

Por outro lado, do ponto de vista econômico, a coletivização completou o caráter socialista da Revolução. Dali em diante, a acumulação podia se dar em bases socialistas, eliminando a economia de mercado. E não foi gratuitamente que, quando esse ponto foi atingido, os antigos porta-vozes da oposição abandonaram Trotsky. Preobrajensky, Piatakov e Radek — só para citar os mais conhecidos — se colocaram à disposição de Stalin e da maioria do Partido. Isso não pode ser explicado pelas medidas de coação exercidas contra os oposicionistas. Velhos revolucionários, estavam habituados a enfrentar perseguições. O que pesou foi o fato de que estavam sendo postas em prática medidas que eles sempre haviam pleiteado teoricamente, mas tinham pleiteado como princípios, sem levar em conta as condições concretas. Como disse Preobrajensky mais tarde: “A coletivização é o ponto essencial. Será que a prevê? Não, não a prevê.” (E. H. Carr. *História da União Soviética [O Interregno]*)

Como resultado dessa nova situação, houve a desintegração completa das oposições surgidas durante a NEP. Zinoviev e Kamenev já haviam entregado os pontos. A oposição trotskista, apesar de resistir mais tempo, no final do 1º Plano Quinquenal, em 1934, tinha deixado de existir de forma organizada. Daí em diante, o trotskismo na URSS só serviria como bode expiatório de Stalin, em outra fase do stalinismo.

STALINISMO

Falamos de Stalin e do seu papel nas lutas de facções, mas essa fase do desenvolvimento da União Soviética não pode ser considerada ainda como stalinista. Nas lutas de facções, Stalin representava a maioria do Partido contra oposições minoritárias. Minoritárias tanto no conjunto do Partido quanto no meio dos chamados “velhos bolcheviques”, o núcleo proveniente das lutas na clandestinidade sob o czarismo e que incorporava a experiência da velha fração leninista. Apesar dos métodos administrativos que Stalin preferia usar nos debates internos, ainda vigoravam certos padrões democráticos e legalistas da vida partidária que tinham de ser respeitados. As medidas administrativas e repressivas não poderiam ter sido postas em prática sem a concordância e a convivência dos órgãos dirigentes, como o Comitê Central e o *Politburo*. Stalin tinha o apoio dessa maioria, mesmo levando em conta que as minorias estavam sub-representadas em todas as conferências e congressos, de 1923 em diante.

O que podemos chamar, então, de stalinismo? Evidentemente, não se trata de um conjunto de teorias que Stalin criou. Isso nunca foi a sua força e, além disso, conhecemos o menos-prezo com que tratou a teoria que contrariava a sua prática.

Stalinismo, na história da União Soviética, é a fase da ditadura pessoal de Stalin, a fase na qual ele reprimiu e eliminou sistematicamente os restos da democracia socialista ainda existentes e liquidou os antigos opositoristas, assim como todos os dirigentes da maioria do Partido considerados opositoristas em potencial. Nessa fase, substituiu-se toda a liderança do Estado e do Partido por criaturas absolutamente fiéis ou incapazes de fazer oposição, transformando-se, assim, o Partido em mero instrumento executivo da sua política.

É evidente que não existe uma linha divisória rígida que separe o stalinismo da fase anterior. Muitos elementos do futuro stalinismo já estavam presentes na atuação de Stalin no passado, desde a “pacificação” da Geórgia (que já havia enfurecido Lenin), mas o salto da quantidade em qualidade pode ser acompanhado.

A liderança e o prestígio de Stalin chegaram ao auge com a conclusão do 1º Plano Quinquenal. O fato de as metas do Plano terem sido atingidas e as bases da indústria pesada soviética terem sido criadas numa escala muito mais ampla do que qualquer oposição sonhara já teria garantido a ele um prestígio inédito e incontestado. A isso somou-se o fato de essa obra ter sido realizada em bases de acumulação socialista, eliminando definitivamente os restos dos setores capitalistas da economia soviética. Stalin foi festejado como o realizador da construção socialista, apesar dos imensos sacrifícios materiais que essa fase custou aos trabalhadores soviéticos. Ao mesmo tempo, havia a sensação predominante de que a situação crítica tinha sido superada, a época de sacrifícios ultrapassada e igualmente o estado de exceção que limitava a democracia socialista na vida diária.

A sociedade toda esperava uma volta aos padrões da democracia socialista. O Partido, que tinha conferido ao *Politburo* e, implicitamente, a Stalin poderes extraordinários nos anos críticos, esperava uma volta aos padrões leninistas de vida partidária. Nas fábricas de Moscou, Leningrado e outras cidades industriais, realizavam-se assembleias gerais dos operários, que discutiam condições de trabalho e maior participação dos trabalhadores no planejamento e organização da produção. A população esperava uma elevação do nível de vida, reivindicação levantada dentro do *Politburo* por Kirov.

Isso quer dizer que, no mesmo momento em que Stalin desfrutava de uma liderança inquestionada, enfrentava uma

oposição latente em quase todas as camadas da sociedade soviética contra a continuação dos seus métodos de governo e administração. Não se tratava de uma oposição organizada ou mesmo estruturada. Tampouco se dirigia contra a pessoa de Stalin; pelo contrário, as esperanças de uma vida melhor e do restabelecimento da democracia estavam concentradas na direção do Partido, que tinha conseguido resolver os problemas fundamentais no passado.

Hoje não está claro se Stalin naquela altura já tinha decidido sufocar essa tendência social ou se estava disposto a ir ao encontro dessas aspirações. Parece ter havido hesitações, ou, pelo menos, houve medidas contraditórias. Mas, em 1936, quando Stalin já estava preparando os processos monstros de Moscou, chegou a ser promulgada uma nova Constituição, cujo texto foi elaborado por uma comissão presidida por Bukharin. Tratava-se de fato da Constituição mais democrática até então adotada na URSS — embora não tenha chegado a ser colocada em prática.

Para enveredar pelo caminho da manutenção dos seus métodos políticos já consagrados no passado, Stalin tinha de lançar mão da repressão e, sobretudo, tinha de eliminar de antemão qualquer possibilidade de oposição por parte do Partido. E o Partido foi a primeira vítima do stalinismo.

O sinal foi o assassinato de Kirov em Leningrado. Secretário do Partido naquela cidade, tinha sido para lá enviado com o propósito de dismantelar a máquina montada por Zinoviev. Adepto de Stalin nas lutas de facções do passado, tornara-se porta-voz de uma “abertura”. Khrushchev afirmou no seu relatório no 20º Congresso — e ele não contou propriamente uma novidade — que Stalin estava conivente com a morte de Kirov. Mas o fato é que o assassinato político serviu como pretexto para desencadear uma onda de repressão nas fileiras partidárias.

rias. Começou pelo elo mais fraco, Zinoviev e Kamenev, mas isso não bastava. Primeiro, porque a corrente de democratização interna não era liderada nem por Zinoviev nem por Kamenev, que já tinham perdido toda a influência política. Segundo, porque essas medidas de repressão política agora tinham de despertar descontentamento e desconfiança, principalmente entre os velhos bolcheviques, que sabiam muito bem que os dois antigos opositores não tinham nada a ver com os atentados políticos. Além disso, a versão de Khrushchev, apresentada 20 anos mais tarde, já circulava naquele tempo entre os velhos bolcheviques.

Stalin, naquela altura dos acontecimentos, deve ter chegado à conclusão de que meias medidas não resolveriam o seu caso e só provocariam o surgimento de uma oposição organizada. A resposta que deu aos problemas que enfrentava consistia nos processos monstros contra expoentes das antigas oposições e da velha guarda. No decorrer de três processos, o mundo estarecido tomou conhecimento de que quase toda a liderança dos tempos de Lenin que tinha sobrevivido — com exceção de Stalin — tinha sido agente da polícia secreta do czar e instrumento e agente dos imperialismos alemão, italiano e japonês. Começaram a repressão e o terror físico maciço. Os velhos bolcheviques foram as primeiras vítimas, mas o terror se dirigia igualmente contra a geração nova no Partido e no *Komsomol*, que pleiteava reformas políticas e administrativas. Atingiu tanto a burocracia estatal econômica como a liderança do Exército Vermelho. Não precisamos entrar aqui em detalhes; há uma abundância de literatura e documentação a respeito. O que nos interessa aqui é o motivo desse terror, que, à primeira vista, parece não passar de ambições loucas de um ditador. Mas, também nesse caso, ambições somente não explicariam o fenômeno.

Não há dúvidas de que a personalidade de Stalin, seu caráter e seu nível intelectual desempenharam o seu papel. Já assinalamos que era ele a personalidade mais “russa” da liderança bolchevique, isto é, quem mais encarnava tradições históricas russas, inclusive aquelas a que Marx se referia como “despotismo oriental”.

Não há dúvida também de que o isolamento da Revolução foi uma premissa para o surgimento da liderança de Stalin. O fato de a Revolução ter precisado solucionar todos os seus problemas exclusivamente por força própria revalorizou tradições e métodos herdados da própria História. Lenin teria dito que a Rússia era um país cheio de tradições bárbaras e que, para combater essa barbárie, os bolcheviques em último caso teriam que lançar mão de métodos bárbaros. O que para Lenin era em último caso, isto é, uma exceção, para Stalin se tornou normal e rotineiro.

O ano de 1934 foi mais um ano decisivo para a União Soviética, não só no que diz respeito à transformação econômica, mas também ao terreno social. O 1º Plano Quinquenal já produziu centenas de milhares de técnicos, administradores e professores vermelhos, toda uma intelectualidade nova, saída da classe operária e identificada com a Revolução. Igualmente formara centenas de milhares de operários especializados que, em virtude do seu papel no processo de produção, já estavam em condições de ter voz na divisão de trabalho e no planejamento da produção nas empresas. Tudo isso implicou uma elevação do nível cultural e técnico nos centros industriais e a criação de uma base material para o funcionamento de uma democracia socialista em bases mais amplas. Esses fatores novos não só criaram condições para mudanças na estrutura soviética como impeliram nessa direção.

Stalin e sua equipe se decidiram pelo esmagamento dessas tendências novas, nas quais viram um perigo para o Estado

Soviético. Não estavam dispostos a correr riscos e abandonar os métodos que no passado tinham dado certo. O que tinha funcionado até então tinha igualmente de assegurar o futuro. Mas com essa atitude de um conservadorismo autossuficiente iam contra a corrente social e política. Para se impor nessa situação, necessitavam do terror em grande estilo, era preciso aterrorizar toda uma sociedade em desenvolvimento.

Não é raro na história do movimento operário (e na História em geral) que uma liderança criada em determinada época e sob determinadas condições de luta falhe e fique superada quando mudam a época e as condições. Raros, porém, são os casos em que tais lideranças tenham consciência das suas limitações. O casal Lafargue foi uma dessas raras exceções. Kautsky e Plekhanov são tidos como exemplos clássicos de marxistas de alto nível que não perceberam que certa fase da luta de classes estava superada.

Com Stalin, as coisas não se passaram de forma diferente. Tendo se tornado dirigente máximo do Partido numa época crítica, e completada que estava a Revolução de Outubro com a socialização do campo e o início da economia planificada, não percebeu, ou não quis perceber, que sua ação na liderança do Partido e do Estado tinha gerado situações e condições novas, que requeriam novos métodos. Sua situação, porém, era diferente da dos dirigentes de partidos operários no passado. Dispondo de poderes, estatal e de repressão, usou esses recursos para assegurar a continuidade do seu regime. Um Lenin, que representava o processo histórico, podia ficar no papel de *primo inter pares*. Para Stalin, que de certo momento em diante se opunha às tendências de desenvolvimento inerentes à sociedade soviética, essa situação já não era mais possível. A ditadura pessoal, por sua vez, tinha de marcar profundamente toda a estrutura da sociedade soviética. Apesar dos futuros

progressos econômicos, a superestrutura política e ideológica regrediu.

O QUE REPRESENTA A URSS HOJE?

Quando se procura definir o caráter da União Soviética hoje não se pode deixar de encarar o papel da burocracia, tal como o regime stalinista a deixou. As coisas evidentemente não se passaram de maneira tão simples como é descrita por certos autores (e pelo próprio Trotsky em certas polêmicas): antes de Stalin, democracia socialista; com Stalin, burocracia. Já mencionamos como Lenin enfrentou o problema. Ele não pretendia simplesmente abolir a burocracia, isso teria sido irreal. Sua preocupação era o controle do aparelho burocrático pelo Partido e as organizações de massas.

Lenin tinha plena consciência da necessidade da burocracia e via nela, nas condições russas, parte integrante do sistema soviético. Por isso mesmo falava de uma “ditadura do proletariado com deformações burocráticas”.

Aí coloca-se o problema de em que consistia a ditadura do proletariado na Rússia Soviética e de que maneira esta foi exercida. Já que a classe operária russa mostrou limitações para o exercício direto do poder (a falência dos soviets depois da tomada do poder), ela só podia agir indiretamente, por meio de um instrumento. Esse instrumento era o Partido Comunista. Cabia a ele exercer a ditadura em nome do proletariado, decidir os rumos da Revolução (construção do socialismo) e se utilizar da burocracia para a execução dessas tarefas. Uma das primeiras consequências dessa situação, que Lenin não havia previsto, foi uma paulatina fusão entre o Estado e o Partido. Isto explica, em parte, por que as lutas de facções no seio do Partido tomaram um caráter tão agudo.

As lutas de facções, por sua vez, diminuíram com sua intensidade a democracia no seio do Partido, isto é, burocratizaram lentamente a vida partidária. Stalin, na fase da ditadura pessoal, liquidou definitivamente os restos da democracia interna, tornando o Partido uma parte da máquina burocrática, uma parte privilegiada, encarregada de assegurar o cumprimento das decisões políticas tomadas na cúpula. O Partido, em vez de controlar a burocracia, tornou-se parte do sistema burocrático. Atingido esse ponto de desenvolvimento, não se pode mais falar de “deformações”. Trata-se de uma degenerescência do sistema.

Então, a burocracia tomou conta da ditadura do proletariado? Até que ponto isso modificou o caráter do Estado Soviético?

Trotsky, no seu livro *A Revolução Traída*, escrito já na fase da planificação e da acumulação socialista primitiva, afirma que a tendência do regime burocrático era estabelecer o sistema capitalista na URSS. Isto só mostra o grau de alheamento dos problemas reais da sociedade soviética a que chegou na fase posterior.

A burocracia soviética é um produto da Revolução de Outubro (da realidade russa e do isolamento na fase crítica). Ela exerce uma tutela sobre a classe operária soviética e a sociedade toda, e essa posição representa sua força e lhe garante privilégios materiais. Com seus privilégios e o espírito pequeno-burguês daí decorrente, pode querer imitar o modo de vida das classes dominantes do Ocidente (embora não passe de uma imitação caricatural), mas não pode “querer” restabelecer o capitalismo, pois isso destruiria as bases do seu poder, que consiste justamente na gerência de uma economia coletivizada e planificada.

Não faltam também os “teóricos” que falam da burocracia como uma “nova classe” e do sistema soviético como “capitalismo de Estado”. Evidentemente, não são categorias mar-

xistas que estão sendo usadas no caso. Capitalismo de Estado não deixa de ser capitalismo e não elimina a caça do lucro como força motriz do processo de produção. Além disso, não elimina a burguesia, distinta do Estado capitalista, embora reduza o seu campo de ação. Finalmente, não supera a economia de mercado. Nós vimos que Lenin chegou a caracterizar a economia soviética sob a NEP como capitalismo de Estado, embora um capitalismo de Estado sem precedente, pois se dava sob uma ditadura do proletariado. A NEP, entretanto, foi superada por uma acumulação socialista primitiva, cuja força motriz não era mais o lucro. Essa superação, justamente, foi realizada com a colaboração ativa da burocracia.

Trotsky, no livro citado em outras ocasiões, rejeitara a definição da burocracia como classe, mas escolhera um termo não menos infeliz. Procurou caracterizá-la como “casta”. Acontece que uma casta é um estrato social ainda mais fechado do que uma classe. De uma classe para outra pode-se passar. Milhões de camponeses, no mundo inteiro, se tornaram operários industriais, operários conseguem se passar para a pequena burguesia e pequeno-burgueses podem transformar-se em capitalistas — embora, na fase monopolista, isso seja mais raro. Mas, numa casta, se nasce e se morre. Isso, certamente, não corresponde à realidade da sociedade soviética, de onde anualmente saem centenas de milhares de novos técnicos, administradores, cientistas, etc. das universidades para se integrarem à burocracia. São filhos de operários e camponeses que não têm outra alternativa senão a integração no sistema, se quiserem exercer suas profissões. Integram a burocracia, começando por baixo, adquirindo privilégios na medida em que sobem, e eles progridem nesse caminho na medida em que provem sua eficiência e se adaptam ao sistema. Isso, certamente, não é uma característica da sociedade de castas.

Stalin desistira de querer controlar a burocracia através do Partido. Isso lhe teria forçado a fazer concessões que, a seu ver, teriam ameaçado a eficiência do sistema. Preferiu controlar a burocracia estatal (e o próprio Partido) através da polícia política, a NKVD. Seu sistema era simples: um diretor de uma fábrica tinha direitos e deveres. Os direitos consistiam nos seus privilégios. Os deveres, antes de tudo, no cumprimento do plano de produção elaborado para sua empresa. Se não conseguiu atingir as metas, seja por incompetência ou mesmo por motivos alheios a sua vontade (como falta de matéria-prima ou de mão de obra), era demitido, preso e acabava na Sibéria. Hoje, depois da “desestalinização” de Khrushchev, os métodos se modernizaram e se civilizaram. Mas, no fundo, o sistema continua o mesmo.

Stalin se opusera mesmo àquelas reformas modestas. Depois da vitória sobre o nazismo, quando a sua liderança e seu prestígio atingiram um novo auge (inclusive em escala mundial), novamente surgiu na sociedade soviética uma vasta tendência a favor de reformas, de democratização interna e de uma elevação do nível de vida. Milhões de soldados soviéticos, operários e camponeses fardados tinham conhecido o Ocidente, e essa experiência os fez questionar as próprias condições de vida em casa. A primeira medida de Stalin foi transferir para a Sibéria todos os soldados e oficiais que haviam caído prisioneiros e conhecido, dessa maneira, mais demoradamente, o nível de vida no Ocidente. Essa medida pôde passar despercebida pela grande maioria da população soviética que, naquele momento, ignorava quais dos seus filhos haviam morrido ou estado no cativeiro alemão. Só anos mais tarde, após a morte do ditador, os sobreviventes entre os prisioneiros de guerra puderam voltar às suas casas. Publicamente, Stalin de novo tomava atitudes conciliatórias frente às reivindica-

ções vindas de baixo, mas ele não se conformou com elas. Ano a ano, apertou de novo os parafusos. Na véspera da sua morte, estava preparando uma reedição dos Processos dos anos 1930, com a “descoberta” de uma “conspiração dos médicos do Kremlin”. Tudo indica que, nos seus últimos anos de vida, seu regime pessoal tenha tomado formas paranoicas, tendo chegado a desconfiar de seus colaboradores mais fiéis e próximos. A quase imediata libertação e reabilitação dos médicos acusados depois da morte de Stalin foi um primeiro passo para um processo de reformas que, acompanhado por lutas internas na cúpula do PCUS, durou até o fim da década de 1950.

Tratava-se de uma reforma do sistema burocrático, mas não de sua abolição. Foram eliminados os piores excessos do stalinismo, como o trabalho forçado e as arbitrariedades e a onipotência da NKVD. Na política econômica, foi conseguida em poucos anos uma radical elevação do nível de vida, principalmente pela elevação dos salários mais baixos. Conforme análises norte-americanas na época, a escala de salários na indústria, que antes tinha como base a relação de 1 a 5, ficou reduzida a 1 a 3. Todas essas medidas em conjunto conseguiram neutralizar as diversas oposições surgidas no pós-guerra. O que ficou de oposição, os chamados “dissidentes”, são em sua maior parte compostos por correntes burguesas, de liberais, como Sakharov, passando por eslavófilos abertamente reacionários, como Soljenitzin, sem qualquer enraizamento na massa.

O motivo da aparente passividade da classe operária soviética (dizemos “aparente”, pois nada sabemos dos conflitos e tensões que se dão nas empresas industriais daquele país) é que ela foi formada no decorrer do processo de acumulação socialista primitiva, sem ligação direta com o proletariado que fez a Revolução. Passada a fase da acumulação primitiva e da reconstrução após a Segunda Guerra Mundial, a União Sovié-

tica iniciou uma fase de crescente progresso material, que garantiu um nível de vida muito alto quando comparado com o passado. Pela primeira vez, os trabalhadores soviéticos estão colhendo os frutos materiais dos sacrifícios anteriores, e todas essas conquistas se deram sob esse sistema burocrático. Na experiência da grande massa trabalhadora, a ditadura do proletariado e o socialismo ainda é inseparável da tutela burocrática. E esta é aceita, apesar dos conflitos diários existentes, porque parece garantir as conquistas do socialismo.

A própria burocracia não é mais a mesma dos tempos da NEP. O elemento físico herdado da velha Rússia, evidentemente, não existe mais. A burocracia atual foi formada por escolas superiores e universidades. Racionalizou-se e modernizou-se, na medida em que um sistema burocrático é capaz de fazê-lo.

Assim mesmo, a burocracia já provou ser um obstáculo para a expansão das forças produtivas. Basta ver a diminuição do crescimento anual do Produto Interno Bruto da URSS na década passada e a persistência do problema agrário, até hoje não solucionado, que obriga o governo soviético a importar cereais do Ocidente. Isso tem de criar conflitos, cujas consequências ainda são imprevisíveis. A superação definitiva da degenerescência burocrática e o restabelecimento da democracia socialista na URSS dependerá em grande parte da expansão da revolução proletária para os países industrializados do Ocidente, isto é, para países onde o ponto de partida da ditadura do proletariado se situa em nível muito superior ao da Rússia em 1917. Semelhante revolução no Ocidente tornará impossível a sobrevivência do sistema burocrático na URSS. Uma das características essenciais do stalinismo é a de ter transformado em virtude o atraso e a miséria pelos quais a Revolução Russa passou; de ter apresentado o modelo soviético como o único válido para qualquer revolução proletária. Acontece que

na Rússia foi mais fácil fazer a revolução, mas as dificuldades posteriores foram infinitamente maiores do que seriam no Ocidente. E, nesse sentido, o stalinismo foi uma reação à colocação leniniana do problema. O próprio Lenin declara no seu célebre *O esquerdismo, doença infantil do comunismo*:

Também seria errado não ter em conta que depois da vitória da revolução proletária, mesmo que seja em apenas um dos países adiantados, se produzirá, com toda a certeza, uma radical transformação: a Rússia, logo depois disso, transformar-se-á não em país modelo, e sim, de novo, em país atrasado (do ponto de vista “soviético” e socialista).

É verdade que essas linhas foram escritas há mais de sessenta anos, pouco tempo depois da tomada do poder. Entretanto, a Revolução mudou profundamente a face da velha Rússia. Industrializou-a, tornou-a a segunda potência do mundo e elevou radicalmente o nível cultural de sua população. Mas, enquanto a União Soviética não superar as consequências do stalinismo, essa citação de Lenin continua válida.

Temos que ver o domínio burocrático na fase pós-revolucionária na Rússia como uma negação das tentativas falhas de resolver os problemas da manutenção da ditadura do proletariado com os métodos da democracia socialista. A negação da negação estará no restabelecimento da democracia socialista em nível mais alto, para o qual a própria fase anterior criou as bases materiais. E somente este salto qualitativo permitirá o desenvolvimento de uma sociedade socialista naquela parte do mundo.

August Thalheimer, à procura de uma definição para o nível de socialismo soviético, propôs “socialismo de Estado”. É uma definição contraditória — ele salienta — mas a contradi-

ção é do próprio desenvolvimento que a Revolução de Outubro percorreu.

A HERANÇA MUNDIAL DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

O isolamento em que a União Soviética vivia nos primeiros 25 anos da sua existência — como a única ditadura do proletariado vitoriosa, cercada e bloqueada pelo mundo capitalista — marcou não só as suas próprias estruturas sociais e políticas, mas deixou igualmente profundos traços no movimento operário internacional. Mormente porque a Revolução Russa se sentiu desde o início como vanguarda da Revolução Mundial e, até certo ponto, preencheu esse papel.

Acontece que a política externa de um país é sempre condicionada e, de algum modo, um prolongamento da sua situação interna. Isso diz respeito também a partidos, na medida em que têm uma política externa. A situação da URSS e do PCUS mudaram mais de uma vez em sua história.

O primeiro efeito da Revolução de Outubro, a curto e médio prazo, foi a divisão do movimento operário mundial, grosso modo, em reformistas e revolucionários, social-democratas e comunistas. Estes, formando-se em partidos independentes e reunindo-se numa Internacional, na maioria das vezes, não dispunham de experiência e tradição de luta próprias. Iam a Moscou para aprender com os revolucionários russos. Durante os primeiros quatro Congressos da Internacional Comunista, os leninistas, a começar pelo próprio Lenin, procuravam discernir, nos debates com os companheiros de outros países, quais eram os traços da Revolução Russa que tinham validade geral para a luta de classes em escala internacional e quais representavam particularidades russas. Tratava-se de um processo de aprendizagem do comunismo

mundial, que foi interrompido com a morte de Lenin e o início das lutas de facções.

O próprio Lenin, na sua última intervenção no 4º Congresso da IC, produziu um quase balanço, declarando:

Em 1921, no 3º Congresso, votamos uma resolução sobre a estrutura orgânica dos partidos comunistas, assim como os métodos e o conteúdo do seu trabalho. O texto é excelente, mas essencialmente russo, ou quase, na medida em que foi tirado das condições de vida russas. Eis o seu lado bom, mas também o seu lado mau. Seu lado mau porque estou convencido de que quase nenhum estrangeiro o pode ler; antes de afirmar isto reli essa resolução: primeiro, é demasiadamente comprida (...) Segundo, mesmo se a lessem ninguém a compreenderia, precisamente por ser demasiadamente russa. Não porque fosse escrita em russo — fez-se um esforço para a traduzir para todas as línguas — mas porque está inteiramente impregnada do espírito russo. E terceiro, se algum estrangeiro excepcionalmente a compreender, não a pode aplicar (...) Tudo o que se disse na resolução permanece letra morta. Ora, a menos que compreendamos esse fato, não podemos avançar. Creio que o mais importante para todos nós, tanto russos como camaradas estrangeiros, é que, após cinco anos de Revolução Russa, é nosso dever instruímo-nos (...) Estou persuadido de que devemos dizer, a esse respeito, não só aos russos, mas também aos camaradas estrangeiros, que o mais importante no período que se segue é o estudo. Nós estudamos no sentido geral do termo. Eles, porém, devem estudar no sentido particular, para compreender realmente a organização, a estrutura, o método e o conteúdo da ação revolucionária.

É um Lenin quase desconhecido para a geração de revolucionários posterior, um Lenin que exige que se estude a experiência da Revolução Russa, mas que se estude também cada

situação particular, para poder aplicar a experiência. “Nós estudamos no sentido geral do termo. Eles (os camaradas estrangeiros) porém, devem estudar num sentido particular...” Não basta querer imitar a experiência russa. Nem stalinistas nem trotskistas fizeram questão de divulgar este Lenin.

Na URSS, os epígonos estavam absorvidos pela luta interna e procuravam utilizar-se das seções estrangeiras da IC para fortalecer as suas posições. Conseguiram isso em virtude da irradiação que o Estado Operário e Camponês exercia sobre os revolucionários de todo o mundo e, dessa maneira, não foi difícil para a maioria do Partido Soviético dominar a IC — que continuava a falar russo.

Nesta altura, já podemos falar de uma segunda fase na história da Internacional. Oficialmente, ela se deu sob a consigna da “bolchevização” dos PCs estrangeiros. Na prática, implicava a intervenção do centro, em Moscou, nos partidos estrangeiros mais importantes, para impor direções de absoluta fidelidade à facção dominante na União Soviética. Essa fase não só interrompeu o processo da formação de PCs capazes de aplicar a experiência da Revolução Russa de maneira criadora nas lutas de classes nos seus países, mas transferiu para a Internacional a luta interna e a contínua burocratização, que estavam em progresso na sociedade soviética. O que caracterizava doravante a IC era a absoluta mediocridade teórica e o aventureirismo de esquerda (“teoria do social-fascismo”), que tivera seu desfecho com a vitória do fascismo na Alemanha.

A terceira fase na vida da IC inaugurou-se aproximadamente em 1934-1935. Era a da submissão da IC às necessidades da política externa do Estado Soviético. Dá-se sob o signo das Frentes Populares, na qual os PCs apoiavam as chamadas “burguesias democráticas e progressistas” contra a ameaça fascista. Não é preciso salientar aqui que essa política se deu

pelo preço do abandono completo da herança leninista. Ela coincide cronologicamente com a ditadura pessoal de Stalin. “Já que os PCs não sabem fazer a revolução, que nos ajudem pelo menos” — teria dito o Secretário-Geral, conforme mais de uma testemunha. Tratava-se praticamente de uma liquidação da Internacional como instrumento da revolução internacional. Até a dissolução formal foi só um passo.

Evidentemente, as ligações dos PCs com o centro de Moscou não pararam com a dissolução, mas continuaram de maneira bilateral. O fato novo foi o expansionismo soviético durante e em consequência da Segunda Guerra Mundial. Nas regiões e países onde o Exército Vermelho avançava, foi obrigado a expropriar as velhas classes dominantes e exportar o sistema socialista. Foram “revoluções” feitas de cima para baixo, nas quais pouca ou nenhuma iniciativa foi deixada para as classes operárias nacionais. Pois o que foi exportado não era só o socialismo, como também o sistema burocrático à semelhança do senhor soviético. As chamadas “democracias populares” — assim chamadas para não assustar os aliados ocidentais — nasceram, dessa maneira, com um sistema burocrático que a URSS tinha desenvolvido durante um quarto de século de isolamento. Foi essa a única maneira como Stalin concebia a expansão socialista. Mas, mesmo em tempo de vida de Stalin, houve revoluções genuínas, de força própria, como a iugoslava e, posteriormente, a chinesa. Todas essas revoluções se deram um caráter socialista contra os pareceres de Stalin, que tinha de conformar-se com os fatos consumados. As contradições inerentes ao sistema stalinista levaram à cisão do bloco oriental, com a rebelião da Iugoslávia e, posteriormente, da China. Tratava-se, entretanto, de rebeliões de burocracias nacionais contra o domínio da soviética, e isso, de antemão, não determinou a mudança dos métodos utilizados no confronto.

A política externa de Stalin, principalmente depois da guerra, fracassou, e o preço pago depois desse fracasso custou caro à União Soviética. Implicou a reconstrução do capitalismo na Europa Ocidental e trouxe consigo o espectro de uma Terceira Guerra Mundial. Custou caro também ao proletariado mundial, pois o não aproveitamento das situações revolucionárias na Europa Ocidental (Alemanha, França e Itália) e a colaboração dos PCs nos governos burgueses daqueles países neutralizaram a ação das classes operárias e permitiram o ressurgimento agressivo de uma força interimperialista em escala mundial. Uma Europa socialista, com seu potencial econômico e político aliado à União Soviética, teria enterrado para sempre as aspirações de domínio mundial do imperialismo americano. Desse ponto de vista, a política externa stalinista tinha um lado puramente contrarrevolucionário.

O fracasso da política externa mais o conservadorismo que o ditador revelara até os últimos anos da sua vida levaram à já mencionada “desestalinização”. Da maneira como Stalin foi apresentado em público por Khrushchev, os efeitos para o proletariado mundial foram duvidosos. Khrushchev, evidentemente, não soube explicar o papel histórico de Stalin (sem minar as suas próprias posições), e as suas “revelações”, da maneira como foram apresentadas e veiculadas, só contribuíram para desmoralizar o movimento comunista internacional em sua totalidade.

No extremo oposto das facções soviéticas (embora só fora das fronteiras da URSS) encontra-se o trotskismo, que se recomenda não só como alternativa histórica ao stalinismo, mas também como único e legítimo herdeiro da Revolução de Outubro e da IC.

No que diz respeito à figura de Trotsky como alternativa a Stalin, já tratamos do assunto. Restaria apreciar o seu papel

nas lutas de classes em escala mundial — na medida em que liderou uma corrente internacional do comunismo.

Há muito corre, à boca pequena, entre os adeptos da Quarta Internacional e suas cisões, a versão de que, nas lutas de facções no seio do PCUS, Trotsky teria falhado e se revelado “ingênuo”. Seu verdadeiro valor e sua importância teriam se revelado no exílio, como continuador das lutas revolucionárias dos bolcheviques contra os efeitos desagregadores do stalinismo em escala mundial. O próprio Trotsky, de certo modo, reforçou essas opiniões, quando anotou no seu diário, escrito no exílio, na França:

Para ser bem claro, direi o seguinte. Se eu não estivesse, em 1917, em Petersburgo, a Revolução de Outubro teria acontecido do mesmo modo — condicionada pela presença e a direção de Lenin (...) Enquanto o que eu faço agora é, na total significação da palavra, “insubstituível”. Não há nesta afirmação a menor vaidade. O desmoronamento das duas Internacionais trouxe consigo um problema que nenhum dos chefes dessas Internacionais tem possibilidade de enfrentar. As particularidades do meu destino pessoal me colocaram diante desse problema, armado dos pés à cabeça com uma séria experiência. Oferecer um método revolucionário à nova geração, por cima das cabeças dos chefes da Segunda e da Terceira Internacional, é uma tarefa que não tem, afora minha pessoa, homem nenhum que a possa cumprir. (Trotsky. *Diário do Exílio*. Grifo do autor.)

Em que consistia o papel “insubstituível” de Trotsky naquele momento?

Como coroação da sua atividade no exílio, Trotsky via a fundação da Quarta Internacional, que deveria continuar a obra da IC leninista. Mas, o que essa nova Internacional represen-

tava de fato? No momento de sua fundação, só abrangia uma fração da antiga oposição da esquerda internacional, que já havia sofrido duas cisões maiores. A primeira, quando Trotsky queria obrigar todas as seções nacionais a seguir a política do “entrismo”, isto é, de entrada nos partidos da Segunda Internacional. Essa cisão foi liderada pelos espanhóis, por André Nin, que, em seguida, se juntaram ao Bloco Operário e Camponês da Catalunha para formar o POUM. A segunda cisão, maior, se dá justamente em torno do problema da fundação da Internacional e é liderada pelos italianos, que a acharam uma aventura. Quando a Internacional foi fundada, finalmente, e nisso Trotsky se mostrou intransigente, suas “seções nacionais” variavam entre 50 e 200 militantes por país. Apesar dos seus títulos, às vezes pomposos, nenhuma das seções podia ser considerada um partido.

O próprio Trotsky justificou a fundação dessa Internacional como o fato de a IC, na sua constituição, em 1919, ter sido igualmente fraca. Mas, em primeiro lugar, a comparação não é séria. A fraqueza da IC, que pelo menos dispunha do PC soviético, dos espartaquistas alemães etc., não pode ser comparada com a “fraqueza” da Quarta, composta de seitas. A Internacional trotskista, quando surgiu, não passava de mera caricatura da IC. E caricatura ela continuou, copiando em miniatura os órgãos e a estrutura da IC, como os seus Comitês Centrais, Politburos etc.

Em segundo lugar, a IC foi fundada numa situação revolucionária na Europa Ocidental, quando se tratava de aproveitar uma situação histórica antes que ela se esgotasse. A Quarta Internacional foi fundada numa fase de franco descenso do movimento operário internacional. Sua história não é uma história de revoluções — nem sequer de tentativas de revoluções —, mas de prosaicas sequências de cisões, tentativas de reu-

nificações e de novas cisões, como um fiel reflexo da falta de perspectivas nas lutas de classes reais.

A tentativa de copiar a IC e de repetir a História não é casual. Representa a própria essência do trotskismo. Enquadrados na fórmula da “revolução permanente” — “teoria” pela qual Trotsky interpretou a Revolução Russa — os trotskistas pouco ou nada puderam contribuir de maneira criativa nas lutas de classes nos seus países, encarando-as estreitamente pelos padrões da Revolução Russa. Não é por acaso que tanto os trotskistas como os remanescentes do stalinismo no Brasil defendem no presente momento a convocação de uma Assembleia Constituinte.

O próprio Trotsky abriu caminho, em 1923, quando mediu os acontecimentos alemães pelos padrões do modelo russo. Em todas as suas polêmicas sobre os acontecimentos alemães, não há uma análise concreta que permita concluir que a situação tenha estado madura para a tomada do poder pelos comunistas. Mas, a todas as objeções levantadas pelos revolucionários alemães, ele respondia: “Esses argumentos ouvimos também na véspera da Revolução de Outubro na Rússia.”

Um papel análogo desempenhou em relação à Revolução Espanhola. Na Espanha, em 1936, ao contrário da Alemanha em 1923, houve realmente uma situação revolucionária, desencadeada pelo levante dos militares. O POUM representava naquele momento a força mais consequente no país, defendendo um programa de ação que poderia ser resumido em três pontos: formação de um Governo Operário, expropriação dos latifúndios e imediata independência para as colônias. Trotsky combatia o POUM (que ele considerava centrista) e o argumento que sempre voltava nas suas críticas era: “Em Petrogrado, em 1917, fizemos as coisas de maneira diferente.”

A Revolução Espanhola, porém, não era igual à russa, nenhuma outra o foi e nenhuma futura será. Toda revolução exige uma atuação criadora da sua vanguarda, a adaptação crítica de experiências do passado a uma realidade concreta. Para essa obra o trotskismo não seria capaz sem negar a si mesmo, pois ele também não passa de um ângulo russo da interpretação da Revolução Mundial — embora de outra época que o stalinismo. Desse ponto de vista, não passam dos dois lados de uma mesma medalha.

De nossa parte, rejeitamos absolutamente a campanha de difamação stalinista contra a figura histórica de Trotsky, que culminou em seu assassinato no exílio mexicano. Rejeitamos igualmente qualquer outra tentativa de diminuir o papel de Trotsky, ao lado de Lenin, na Revolução e na Guerra Civil. Concordamos com Trotsky quando ele salienta que “a presença de Lenin”, em 1917, em Petersburgo, já garantiu a Revolução, mas isso não diminui o papel que ele mesmo desempenhou, embora as razões sejam diferentes das alegadas no *Diário*. A figura de Lenin era decisiva porque ele se empenhou a vida toda pela formação de um partido de revolucionários, capaz de levar a classe operária à revolução. Trotsky nunca chegou a admitir isso.

Da mesma maneira, todavia, não vemos nenhum sentido em querer negar o papel de Stalin na fase de construção socialista na União Soviética e isso independe do seu desempenho político posterior. Para nós, tanto Trotsky quanto Stalin fazem parte do panteão das lideranças que a Revolução Russa produziu em suas diversas fases, independentemente das simpatias ou antipatias despertadas pelas figuras históricas. Isso é uma premissa indispensável quando se trata de aproveitar as experiências de um processo revolucionário concreto.

NÓS E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Essa problemática toda, em que diz respeito à nossa luta? É óbvio que os problemas que enfrentamos atualmente no Brasil são bastante diferentes, mas, assim mesmo, não podemos ficar indiferentes aos caminhos que o processo revolucionário mundial tomou desde 1917. Não podemos ficar indiferentes, em primeiro lugar, porque a Revolução Russa e seu desenvolvimento posterior marcaram profundamente o movimento operário no mundo inteiro, e isso sentimos na própria carne.

Em segundo lugar, a existência da União Soviética e do campo socialista é hoje um dos eixos fundamentais em torno do qual gira a política mundial e que influi nas lutas de classes em escala internacional e, conseqüentemente, nas lutas de classes em cada país.

Finalmente, não podemos ficar indiferentes, porque a experiência passada diz respeito ao nosso próprio futuro.

O que não devemos fazer, e isso foi um erro do passado, é ficar em função das lutas de facções de PCs em outros países (seja do PC soviético ou de qualquer outro — os rótulos podem mudar, mas o sistema é o mesmo). Nossa luta fundamental está em função da emancipação do proletariado em nosso país. Só assim podemos nos tornar um fator político e social nas lutas de classes reais. É a partir deste ângulo que podemos procurar compreender e absorver a experiência das lutas em outras partes do mundo.

Se nós queremos tirar lições para o futuro, temos de aprender a distinguir os aspectos especificamente russos da ditadura do proletariado das formas que ela tomará em outras revoluções, que se deem em outras circunstâncias. Uma lição já podemos tirar da Revolução Russa: a democracia socialista

não é um princípio abstrato, mas necessita de condições materiais criadas antes da Revolução que o proletariado transformado em classe dominante possa aproveitar.

Não se trata propriamente de uma novidade para marxistas. O próprio Marx já salientou: “do que se trata aqui não é de uma sociedade comunista como se desenvolveu sobre as bases que lhes são próprias, mas, pelo contrário, tal como acaba de sair da sociedade capitalista”. A experiência soviética só nos mostrou concretamente as consequências previstas teoricamente. No caso russo, porém, temos de levar em conta o grau incipiente do desenvolvimento do capitalismo: também o proletariado russo herdou “os estigmas da antiga sociedade que o engendrou”.

Nesse sentido, a experiência soviética ainda é a mais rica para nós (mesmo no sentido negativo). A China principiou de um ponto de partida mais baixo ainda. E os países industrializados, como a Alemanha Oriental ou a Tchecoslováquia, onde a revolução e a construção socialistas poderiam ter partido de um nível mais alto, não estavam em condições de apresentar uma alternativa, porque desde o início o modelo soviético lhes foi imposto de cima para baixo. Conhecemos os conflitos que esse fenômeno gerou e sabemos que o problema está longe de ser superado, como mostra hoje o caso da Polônia.

Atualmente, e há muito, a União Soviética perdeu sua força de irradiação revolucionária. Em consequência da sua política interna e externa, despertou inclusive hostilidade em vastos setores da esquerda mundial, que negam nela qualquer caráter socialista. (Em outros setores da “esquerda” essa hostilidade não passa de um anticomunismo velado por uma fraseologia radical.) Como revolucionários marxistas temos de evitar julgamentos emocionais e simplistas. Não podemos nos colocar no ponto de vista de querer rejeitar uma revolução porque

não gostamos da forma que tomou. Não podemos querer elaborar alternativas para fatos históricos. Disso, a própria História terá que se encarregar. A Revolução Mundial começou em 1917 em Petrogrado e, se ela tomou rumos não previstos pela geração que a fez, nem por isso deixou de ser um fator que mudou a face do globo. E é justamente por isso, pelo fato de o socialismo ter ultrapassado o estágio da propaganda e ter-se materializado em condições concretas, que perdeu a sua imagem imaculada para tomar formas históricas determinadas.

Sob a influência direta da Revolução de Outubro, criou-se um campo socialista que, apesar das suas contradições internas, liquidou o sistema capitalista nos seus domínios e constituiu uma ameaça permanente para o capitalismo e o imperialismo no resto do mundo. Assim como se formou, sob a influência direta e o exemplo da liderança soviética, é uma criação com uma cabeça de duas faces. A própria URSS não segue mais uma política de fomentar revoluções no mundo capitalista. Isso os PCs de orientação soviética demonstram diariamente. Mas, onde revoluções surgem de força própria e criam um fato consumado, a URSS é obrigada a apoiar e sustentá-las. Temos os exemplos de Cuba à Etiópia. São os interesses vitais da União Soviética que a impelem a apoiar a expansão do campo socialista. Também a burocracia não pode ignorar que a vitória definitiva do socialismo no mundo só pode se dar em escala mundial. O intercâmbio comercial com o mundo capitalista não pode substituir a divisão de trabalho socialista internacional. Nesse sentido, a URSS representa um aliado contra o imperialismo, principalmente no campo militar.

Se nós dissemos que a democracia socialista necessita de uma base material, deixada pela sociedade anterior, tocamos num assunto que nos diz particularmente respeito. O que para

a Rússia eram o atraso e as tradições semibárbaras, para nós são o subdesenvolvimento e as estruturas herdadas do passado colonial. Isso quer dizer que a revolução socialista no Brasil estaria condenada de antemão a sofrer degenerescências? Bem, não somos tão pessimistas.

Objetivamente, nenhuma nova revolução, e isso inclui a nossa, se dará em condições tão desfavoráveis como se deu a russa. Nenhuma nova revolução ficará mais isolada no mundo capitalista, pois hoje existe um campo socialista que, direta ou indiretamente, serve como escudo e apoio. Nenhuma nova revolução, inclusive a nossa, estará sob a pressão de precisar industrializar-se em tempo tão curto e exigir sacrifícios materiais tão grandes, como foi o caso da União Soviética nos anos 1920 e 1930, sabendo que tinha pouco tempo até enfrentar novamente a agressão imperialista.

Isso, porém, só é o pano de fundo. Especificamente, no que diz respeito ao grau de desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira, já está incomparavelmente superior ao existente na Rússia Czarista. O desenvolvimento brasileiro na indústria e a grandeza numérica de nosso proletariado são mais favoráveis do que tinham sido no reino dos czares, na véspera da sua derrubada. No momento da Revolução de Outubro, 80% da população vivia ainda no campo. No nosso caso, a população rural não ultrapassa 35%.

No que diz respeito ao campo, não lidamos com o tipo de camponês europeu, individualista. Entre nós, formou-se um proletariado rural, direta ou indiretamente assalariado, para o qual a propriedade individual da terra não terá o peso que teve na Rússia pós-revolucionária. Nesse terreno, temos a aprender mais com a Revolução Cubana do que com a russa.

O nosso proletariado não atingiu ainda o grau de disposição de luta revolucionária que caracterizou o russo sob o czarismo.

O caminho da formação da classe operária no Brasil indica outras características. O proletariado brasileiro já dispõe de certa estrutura sindical, que, embora atrelada, se tornou um fator social no país, que tem de ser levado em conta pela classe dominante. As lutas coletivas de massas dos últimos anos já mostraram a tendência para o rompimento das cadeias impostas. E isso indica também a importância que esse futuro movimento sindical livre terá para a formação política da classe. Tudo dependerá evidentemente do desenrolar das lutas e do grau de iniciativa e de participação das massas proletárias nelas. São esses os fatores que formam a classe, que desenvolvem a sua experiência coletiva e a sua capacidade de autogestão. São esses os fatores que possibilitam superar a situação na qual as vanguardas, formadas principalmente por elementos vindos da classe média, procuram falar pela classe operária.

É desse desenvolvimento do proletariado brasileiro que dependerá, em última instância, o nível da futura democracia socialista. Não há dúvida de que a revolução socialista brasileira terá que lidar com a herança do atraso em que a classe dominante nativa e o imperialismo deixarão o país. Não há dúvida também de que será preciso mais de uma geração para levar o seu povo, principalmente do interior, a um nível cultural e técnico que garanta o pleno desenvolvimento de uma democracia socialista, que leve ao definhamento do Estado e, com isso, ao definhamento de qualquer democracia. Mas limitações impostas por condições objetivas ainda não significam degenerescência. Nem o socialismo soviético estava automaticamente condenado à degenerescência. Esta, no caso russo, foi produto de fatores históricos concretos, que procuramos caracterizar.

Finalmente, no nosso caso, há o fator da consciência da problemática, do aproveitamento de uma experiência. “Liberda-

de é o conhecimento da necessidade”, já disse Hegel, no que foi apoiado reiteradamente por Engels. E esse conhecimento é um fator que evita que os próprios revolucionários se tornem vítimas das forças sociais cegas. E esse conhecimento, essas experiências, têm de ser transmitidos, não só a uma elite, mas à própria classe, na medida em que o nível de luta o permita.

Por isso, o atual nível de luta, ainda predominantemente econômico e incipiente do ponto de vista da atividade do nosso proletariado, não nos deve fazer perder de vista os objetivos finais. Foi isso que sempre distinguiu revolucionários de reformistas, mesmo quando se encontravam na mesma trincheira. Por isso, também, essa discussão para nós não é “abstrata”, não é privilégio de “teóricos” que “não têm nada a fazer”. Ela faz parte da formação de comunistas brasileiros, que saibam aplicar a experiência do marxismo vivo à realidade do seu país.

A CRISE DO SOCIALISMO POLONÊS¹³

Erico Sachs

Aos olhos de frações do proletariado em todo o mundo, os acontecimentos na Polônia contribuíram para aumentar as decepções acumuladas diante das experiências em curso de construção do socialismo. Ao longo do pós-guerra, a lenda heroica da Polônia e do seu exército, tornada mais viva nas frentes de luta contra o nazismo, foi sucessivamente desgastada pelas circunstâncias que envolveram a desestalinização na Rússia e na Europa Oriental, pelo conflito sino-soviético, pelas “operações punitivas” da China contra o Vietnã e, agora, pela crise polonesa. Para o operário que acredita no socialismo, o desencanto aumenta na medida em que a história real contraria princípios tão caros como os do internacionalismo e da solidariedade proletária.

Os ideólogos da burguesia e os meios de comunicação ligados às classes dominantes em todo o mundo capitalista se aproveitam desses fatos para apresentá-los, mais ou menos sutilmente, numa carga sistemática de propaganda anticomu-

¹³ Texto originalmente publicado na revista *Polêmica*, nº 1, jul. de 1982.

nista. Não é de se estranhar que se difunda, internacionalmente, uma tendência no sentido de ver o proletariado dos países socialistas numa situação de “opressão” em tudo semelhante à que é vivida pelos seus companheiros sob o capitalismo.

A situação se complica na medida em que vanguardas ditas comunistas, longe de conseguirem explicar os fatos e torná-los compreensíveis, desvendando os conflitos que têm cercado a evolução histórica do socialismo até nossos dias, antes se encarregam de apenas alimentar mitos, caindo numa fraseologia desvinculada da história real. Estamos a lembrar aqui não apenas dos reformistas mais distanciados da causa revolucionária, tais como os eurocomunistas, cuja prática já não se separa dos limites da ordem capitalista e cujas profissões de fé democráticas já não deixam dúvidas quanto a um interesse de apenas atenuar a exploração e a opressão vividas pelo proletariado no mundo capitalista. Estes, quando falam na libertação do proletariado polonês, o fazem sob a ótica da democracia burguesa.

O problema maior é que grande parte das correntes autodenominadas “revolucionárias” alardearam com tamanho simplismo a situação da classe operária polonesa, enquadrando-a no rótulo genérico da “opressão”, que não restaria outra conclusão senão a de considerar que a classe operária, aqui e lá, sob o capitalismo ou sob o socialismo existente, estaria igualmente oprimida. Passa-se por cima do fato de que o processo de socialização dos meios de produção, em andamento desde o pós-guerra, iniciou a emancipação econômica do proletariado polonês, permitindo-o atingir, antes da crise econômica, um elevado nível de vida. Esquece-se de que existe na Polônia um setor capitalista no campo que amortece fortemente as possibilidades de desenvolvimento da economia socialista naquele país. Os problemas concretos são deixados de lado. Em troca, fala-se genericamente na “opressão” da classe operária polonesa.

Mas não será com generalidades que se contribuirá para o desenvolvimento da consciência das lideranças operárias que, no nosso país, querem compreender e aprender as lições que a crise polonesa ensina. Aliás, o que interessa levar hoje a esses operários não é uma adesão superficial ao *Solidariedade* ou ao POUP¹⁴. Interessa, sim, esclarecer a natureza das contradições e o processo histórico que levou ao impasse atual do socialismo polonês. A compreensão do processo, na sua forma concreta e histórica, contribuirá para a formação da vanguarda operária no Brasil, muito mais do que as meras conclusões, bastante vazias, que têm marcado as publicações de grande parte da esquerda brasileira, sobre o assunto.

O que queremos colocar em discussão aqui são os problemas e entraves que se colocam no caminho da construção do socialismo na Polônia e as condições reais de desenvolvimento da consciência de classe dos operários poloneses.

Fato é que a política governamental, assumida por uma burocracia criada à imagem e semelhança da burocracia da União Soviética, preferiu não tocar no problema do setor capitalista da economia polonesa existente no campo. Esse fato, aliado a uma procura sistemática de capitais nos centros financeiros capitalistas, ao longo da década de 1970, levou à crise econômica e à revolta da classe operária. A plataforma do *Solidariedade*, ao reivindicar voz ativa para os operários e melhorias sociais, esboçava os rumos de uma reforma na sociedade polonesa e de um revigoramento do socialismo naquele país. Mas a classe operária, na sua justa revolta e ao longo da radicalização do conflito, assumiu posições que objetivamente facilitavam a organização política de forças interessadas na

¹⁴ Partido Operário Unificado Polonês (nome do Partido Comunista no país)
[Nota do Editor].

restauração do capitalismo (sindicatos rurais, igreja etc.). Por razões que serão analisadas adiante, o fato é que o *Solidariedade* não tinha uma consciência socialista. E quando se fala aqui em socialismo, é precisamente da emancipação do proletariado que se quer falar. A ausência de uma consciência socialista se expressava à medida que a classe operária favorecia a movimentação de forças que a prazo se voltariam contra ela própria.

Durante a crise, não se manifestou nenhuma força comunista organizada e em condições de canalizar a revolta operária rumo ao avanço do socialismo. A participação de muitos militantes do POUP no *Sindicato Solidariedade* mostra a sensibilidade dessas frações do Partido para com as reivindicações operárias, mas não veio representar na prática uma força comunista em condições de ser ouvida nacionalmente. Na vanguarda dos acontecimentos pesavam mais aquelas forças que representavam potencialmente a reação contra os interesses sociais e econômicos da classe operária. Mantido o processo nessas bases, em breve seriam abalados os sustentáculos do socialismo na Polônia.

Em linhas gerais, essa era a contradição presente da crise. A seguir, ela será analisada como resultado de fatores históricos que vêm se desenvolvendo desde bem antes do confronto recente.

PARTIDO E ESTADO

A República Popular da Polônia, como surgiu da Guerra Mundial, não foi resultado de uma revolução social. A revolução, na medida em que houve, foi feita “de cima para baixo”. O Exército Soviético, na sua marcha vitoriosa em direção a Berlim, teve de promover reformas, destruir estruturas sociais para

eliminar um inimigo potencial de classe na sua retaguarda. A primeira medida foi a liquidação das grandes propriedades de terra e sua distribuição entre os camponeses. A socialização da indústria se impôs em seguida para garantir um mínimo de reconstrução econômica.

A formação de um novo Estado polonês foi precedida por tenaz disputa entre a União Soviética e as potências ocidentais. Os Aliados pretendiam evitar a “sovietização” da Polônia, ou salvar pelo menos o máximo possível de interesses e influência para o Ocidente. A União Soviética se impôs, pois seus exércitos estavam presentes na Polônia e o Ocidente teve de se conformar com esse fato.

Moscou, desde o início, visava impor o seu “modelo” ao socialismo polonês. Não o fez, porém, sem se prestar a concessões. Em primeiro lugar, a fundação de uma democracia popular — termo desconhecido até então no vocabulário marxista — estava destinada a não assustar os Aliados Ocidentais. Evitou-se tudo que pudesse lembrar a ditadura do proletariado. Naquela época, a política externa da União Soviética, sob a chefia de Stalin, partiu da premissa de poder manter a aliança com as potências ocidentais também em tempos de paz, ilusão que só se perdeu com o início da Guerra Fria. Para as finalidades soviéticas, além disso, era indiferente se a constituição polonesa previa a imitação de uma Democracia Burguesa, com um parlamento (o Sejm) ou uma ditadura do proletariado. A democracia parlamentar na Polônia ficou no papel, da mesma maneira como na própria União Soviética os soviets, originalmente órgãos da democracia proletária, já estavam reduzidos a uma formalidade sem conteúdo e poder. O socialismo que a União Soviética exportava estava sob o signo do domínio burocrático, exercendo uma tutela sobre a classe operária do seu país.

A segunda concessão mais significativa foi em relação ao nacionalismo polonês, profundamente enraizado em todas as camadas da população, em virtude das desventuras da sua história passada, quando o país foi dividido três vezes entre potências vizinhas. Não só se restabeleceram todos os símbolos externos da soberania polonesa — bandeira, escudo e fardas dos seus soldados — como foram entregues ao novo Estado vastas regiões alemãs para serem anexadas, de onde a população civil, camponeses e operários, foi expulsa. Essa medida cabia perfeitamente no quadro da política de Stalin, no sentido de aproveitar as contradições nacionais — mesmo entre países socialistas — em proveito do próprio poder. Essa medida, entre outras, reduziu o movimento comunista na Alemanha Ocidental a uma absoluta insignificância, da qual até hoje não se refez. Mas isso é outro capítulo, que transcende o assunto a tratar.

O modelo soviético incluía o lado econômico. Na primeira fase, depois da reconstrução, iniciou-se uma industrialização forçada, segundo os padrões soviéticos dos anos 1930. A Polônia (como as demais democracias populares) estava construindo o seu “socialismo num só país”, transformando-se em poucos anos de um país agrário em um país industrial. A industrialização forçada, para que não havia as mesmas necessidades como houvera na União Soviética isolada entre as duas guerras mundiais, foi paga com grandes sacrifícios materiais dos trabalhadores poloneses, que não deixaram de manifestar o seu descontentamento crescente. A primeira revolta, em 1956, que levou Gomulka ao poder, selou oficialmente o fim dessa política econômica.

A Era Gomulka foi iniciada internamente com amplas reformas ou, pelo menos, com projetos nesse sentido. Nas relações externas, foi inaugurada a “divisão de trabalho socialista”

entre os países do bloco soviético, que culminou na formação do chamado COMECON, como é conhecido no Ocidente. Mas as reformas de Gomulka, da mesma maneira que as reformas de Khrushchev na URSS, chegaram a um ponto morto. Embora não houvesse uma volta às condições políticas dos tempos de Stalin, o peso e a rotina da burocracia se impuseram sobre as experiências novas (e nem sempre bem-sucedidas) e os parafusos foram novamente apertados. O salto qualitativo para uma democracia socialista, em que a classe operária exercesse diretamente o poder, não chegou a ser dado.

Gomulka, originalmente uma figura carismática para o proletariado polonês, na realidade foi incapaz de apresentar uma alternativa para o socialismo polonês e se desgastou lenta mas constantemente até que a tentativa do aumento dos preços de gêneros de primeira necessidade o derrubou em 1970.

Um traço particular do socialismo polonês representava a situação do campo. Nenhum governo polonês enfrentou de fato o problema da coletivização. Até hoje, 71% das terras estão em mãos de pequenos proprietários. Isso significa que há um importante setor capitalista no seio da economia polonesa. Esse setor, em vez de fornecer excedentes do produto do trabalho para a acumulação socialista, mostra-se, além disso, incapaz de cobrir as necessidades de alimentos do país, em virtude da sua baixa produtividade. O camponês da Polônia não age de maneira diferente do seu colega ocidental, e mesmo do russo na época da NEP. Visando o enriquecimento individual, ele procura elevar ao máximo os preços dos seus produtos. Quando o preço não compensa, ele restringe a produção. Quando o produto escasseia, ele o retém, procurando vendê-lo no mercado negro ou forçar um aumento dos preços oficiais.

A tentativa de Gomulka de decretar um aumento dos gêneros de primeira necessidade, em 1970, foi um ato de apazigua-

mento em direção ao camponês individualista. Mas o mesmo problema surgiu para o governo seguinte, o de Gierek, e também contribuiu para a sua queda. Foi igualmente herdado por Jaruzelski na tentativa de superar a crise e foi preciso declarar estado de sítio para que o governo tomasse a coragem para reajustar os preços.

Antes de chegar a esse ponto, Gierek tinha tomado as rédeas. Operário, mineiro da Silésia, tentou um caminho novo para superar o impasse. Querendo aproveitar-se da ainda existente conjuntura de prosperidade do capitalismo ocidental, ele e sua equipe planejaram a criação de uma indústria de exportações. Incrementando as exportações polonesas no mercado mundial, julgava poder contornar a questão da insuficiência da sua própria agricultura arcaica e financiar desse modo a importação de gêneros alimentícios, além de matérias-primas e de tecnologias necessárias ao desenvolvimento econômico. Dispondo de escassos recursos internos, lançou mão de créditos estrangeiros, tornando-se a Polônia, hoje, um dos países com a maior dívida externa *per capita*.

A conta de Gierek não deu certo. Aconteceu que a prosperidade reinante nos mercados capitalistas ocidentais acabou rapidamente, com a crise cíclica de 1974. Gierek tinha planejado a sua estratégia de construção socialista à base de fatores não planejáveis: o funcionamento do mercado capitalista. A primeira repercussão das falhas dessa concepção já se fizera notar em 1976, quando surgiram novas greves dos operários poloneses.

Não sabemos se Gierek e sua equipe estavam jogando na repercussão da economia ocidental ou se a inércia própria ao sistema burocrático impediu que se abandonasse o caminho escolhido. Fato é que o reinício da crise no mercado mundial, em 1980, teve resultados desastrosos para a economia polone-

sa. A estratégia de Gierek só conseguiu “importar” a crise econômica do Ocidente. E essa crise econômica interna tornou-se a espoleta que trouxe à tona todo o descontentamento acumulado da classe operária polonesa com as práticas do socialismo burocrático.

O SOLIDARIEDADE

O *Solidariedade* não é uma vanguarda. É um movimento de massas e reflete primordialmente o descontentamento e as reivindicações da classe operária polonesa e seu atual grau de consciência. Falar de *Solidariedade* implica pois falar do proletariado polonês, do caminho que percorreu até agora.

O proletariado polonês, como classe, não escapou do domínio ideológico do nacionalismo. Combativo e de ricas tradições de luta — basta ver Rosa Luxemburgo em *Greve de Massas...* —, o nacionalismo foi alimentado pelo fato de que patrões russos, alemães e austro-húngaros tenham assistido ao seu nascimento. E quem reprimiu a sua luta foram soldados e policiais das mesmas nacionalidades. A Polônia estava dividida e a burguesia polonesa propriamente dita era incipiente.

Rosa Luxemburgo, a fundadora do Partido Revolucionário Marxista da Polônia, via os perigos dessa influência nacionalista burguesa e dedicava todas as suas forças ao seu combate ideológico. No seu empenho, entrou em conflito com Lenin, que defendia o direito da autodeterminação até a separação dos povos oprimidos pelo czarismo. Rosa achava que uma separação da Polônia da Rússia não favoreceria a causa operária. O interesse histórico do proletariado polonês era combater junto com o russo pela revolução comum e por uma república socialista acima das fronteiras nacionais. Lenin não negava isso e assinalou mais de uma vez que não estava aconselhan-

do ao proletariado polonês o caminho da separação. Simplesmente via o direito de autodeterminação como meio de neutralizar o nacionalismo das classes dominantes dos povos oprimidos pelo chauvinismo grão-russo. Mas já naquela ocasião era patente que a tendência internacionalista de Rosa era minoritária entre o proletariado polonês. A grande maioria dos operários seguia o PPS, o Partido Socialista de Pilsudski, que pregava a causa nacionalista.

Na Revolução de 1905, os operários russos e poloneses ainda lutavam lado a lado. O inimigo, o absolutismo czarista, era comum. Havia, entretanto, diferença de métodos de luta. Enquanto na Polônia surgiram sindicatos como forma básica de organização de classe, na Rússia formaram-se sovietes como centros principais de mobilização das massas proletárias.

Por ocasião da Revolução de Outubro na Rússia, tornou-se óbvia a pouca penetração do internacionalismo, seja de forma luxemburguista ou leninista, na classe operária polonesa. Embora muitos poloneses tenham participado da Revolução e muitos integrassem o Partido Bolchevique até os escalões de liderança (Radek, Djerzinski, por exemplo), a maioria do proletariado seguiu Pilsudski na formação de um Estado independente. Essa nova República Polonesa, em seguida, tornou-se base da contrarrevolução e da intervenção estrangeira contra a Rússia Soviética. Contando com a passividade da maioria da classe operária, a Polônia invadiu a República Soviética por conta própria, tentando anexar a Ucrânia e outras regiões russas à “Grande Polônia”.

Os exércitos de Pilsudski foram derrotados e tiveram que refluir para a Polônia. Para os bolcheviques, colocou-se o dilema: satisfazer-se com a expulsão dos invasores ou penetrar na Polónia numa guerra revolucionária, apelando para o levante dos operários poloneses. Houve oposição no seio do Partido,

mas a maioria, com Lenin à testa, decidiu-se pela guerra revolucionária. O resultado é conhecido. O proletariado polonês não atendeu aos apelos internacionalistas e decidiu-se pela defesa da “pátria”. A derrota do Exército Vermelho às portas de Varsóvia obrigou a Rússia Soviética a concluir um Tratado de Paz que deixou vastas regiões ocidentais nas mãos da Polônia, regiões que só puderam ser incorporadas à União Soviética no final da Segunda Guerra Mundial.

Poucos anos depois, Pilsudski estabeleceu uma ditadura fascista na Polônia, que reprimiu o movimento operário polonês com a mesma brutalidade aplicada pelos seus congêneres italiano e alemão.

Quando em 1945 a República Popular da Polônia foi fundada, duas tradições pesavam para os remanescentes da velha classe operária, que tinham sobrevivido à guerra e ao terror nazista. Em primeiro lugar, uma tradição de organização sindical, que foi retomada rapidamente e que chegou a ser transmitida à nova classe operária, formada durante a industrialização. Segundo, uma tradição nacional de antirussismo e antigermanismo, enriquecida agora, paradoxalmente, por uma onda de antisemitismo latente. A isso se juntou um aumento da influência da Igreja nos centros urbanos, devido ao fato de a primeira geração da nova classe operária ter vindo do campo. A Igreja Polonesa, mesmo nos tempos feudais, foi um dos sustentáculos do nacionalismo. Católica Romana, era obrigada, no interesse de sua própria sobrevivência, a defender-se contra o protestantismo alemão e a ortodoxia russa, identificando-se muito cedo com a causa nacional.

É preciso ver, porém, que essas influências e tradições existiam em estado latente, sem ter ainda consequências imediatas para o proletariado. Seu papel, porém, tornou-se agudo na

medida em que crescia o descontentamento com as condições políticas e econômicas reinantes.

No início, os comunistas poloneses souberam neutralizar esses fatores adversos. Os operários se empenhavam na construção socialista que, como em outros países, tinha a sua época heroica. E mesmo quando crescia o descontentamento com os prolongados sacrifícios materiais, agravados pela crescente burocratização da vida social, a oposição operária se agrupava em torno de lideranças comunistas dissidentes do próprio Partido. Foi esse o caso de Gomulka, e ainda com Gierek. O movimento surgido em 1980, entretanto, desiludido com a experiência do passado, surgiu fora do POUP. Essa é a característica nova da oposição do *Solidariedade*. Doravante se falava de “nós”, o *Solidariedade*, e “eles”, os comunistas.

Qual papel do *Solidariedade*? Como julgá-lo dentro do contexto do socialismo polonês e do campo socialista em geral?

Em primeiro lugar é preciso salientar que as reivindicações levantadas pelos operários e aceitas no Acordo de Gdansk, quando postas em prática, grosso modo, significariam um progresso e um desenvolvimento para o Socialismo na Polônia. É responsabilidade histórica do POUP não ter aceito esse fato. De outro lado, porém, é preciso ver as limitações do movimento na solução da crise polonesa. Como já assinalamos, tendo surgido como movimento de massas, reflete, em primeiro lugar, o descontentamento das massas, e isso abriu espaço para a atuação de movimentos estranhos à classe, como o KOR e outros, que procuravam um confronto político. É de se perguntar, por exemplo, se o presente momento era propício para exigir uma redução radical das horas de trabalho. A crise polonesa não é de superprodução, como no Ocidente Capitalista, e sim de carência de produtos essenciais. A crise só poderá ser superada com um aumento da produção.

Evidentemente, qualquer operário polonês mais experiente sabe disso, mas a grande massa não está disposta a tirar as consequências racionais. A razão é que os sindicatos livres encaram o Estado como um “patrão” qualquer, e isto era o ponto fraco de sua tática, que acabaria por levar ao confronto aberto. Os sindicatos num Estado socialista, mesmo burocratizado, não podem comportar-se da mesma maneira como na sociedade capitalista. Lá eles tratam com uma classe dominante e antagônica, que em última instância tem que ser destruída, porque uma conciliação não é possível. Num Estado socialista, as contradições não podem ser tratadas como sendo antagônicas sem pôr em perigo sua existência. A tática sindical do *Solidariedade* se limitou a reivindicações, sem colocar uma alternativa socialista, recusando compartilhar da responsabilidade pela existência e pelo desenvolvimento da sociedade socialista.

Isso teria pressuposto a existência de uma consciência socialista, que o *Solidariedade* não tinha. Seu internacionalismo se limitava a pedir apoio e ajuda material em escala mundial, não se importando de onde vinha, seja do Vaticano ou da AFL-CIO. É claro que essa situação só se pôde dar em virtude do desencanto com a política míope seguida durante anos pelo POUP e o profundo fosso que se abriu entre o Partido e a classe operária da Polônia. Mas essa constatação em si não ajuda ainda a resolver o problema. Historicamente se criou um impasse, que nós não podemos querer superar mediante o sacrifício das bases socialistas da sociedade polonesa.

A falta de consciência socialista, ou simplesmente a falta de consciência de classe do *Solidariedade*, manifestou-se abertamente, pela primeira vez, por ocasião dos debates em torno da criação de um *Solidariedade Rural*. Sob pressão das massas operárias, o governo de Kania foi obrigado a conceder aos

camponeses proprietários o status de um sindicato, à base de direitos iguais aos urbanos. Na prática, isso significou aumentar os poderes de pressão do setor capitalista da economia polonesa. Um setor cujos interesses a curto e a longo prazo são justamente inversos aos da classe operária.

A tendência do reforço do setor capitalista não se limitou ao campo. Sob pressão do *Solidariedade*, o governo polonês foi obrigado igualmente a permitir a instalação de empresas particulares nas cidades com um máximo de 50 empregados.

Com o aguçamento das contradições entre o Partido e o *Solidariedade*, surgiram à tona as ilusões democrático-burguesas das massas. Era justo que o movimento exigisse a libertação dos seus companheiros presos durante greves e manifestações. Mas que o *Solidariedade* exigisse a libertação de todos os presos políticos, já não era. Sob essa pressão foram postos em liberdade terroristas de extrema-direita, condenados por atentados a bomba. E sob o manto protetor das liberdades democráticas, grupos anticomunistas e antissocialistas, que, em nome da soberania nacional, pregavam a volta ao capitalismo, podiam agir aberta e impunemente.

Na última fase do confronto, e sob a ameaça de uma greve geral, que nas condições da Polônia facilmente poderia tomar o caminho insurrecional, a parte mais radical do *Solidariedade* exigia um plebiscito sobre a futura Constituição da Polônia. É evidente que, nas atuais condições, isso significaria um voto pelo afastamento do POUP do poder. Embora esse não fosse o intuito da grande maioria dos membros do *Solidariedade*, na presente situação isso teria significado o restabelecimento ou a formação de partidos burgueses empenhados em movimentar a roda da História para trás.

Como pôde surgir uma situação dessas? Será que os operários poloneses se tornaram conscientemente antissocialistas

e contrarrevolucionários? Evidentemente que não e todas as tentativas de demonstrar o contrário só prosseguem no caminho da autossuficiência burocrática do passado, que criou situações como a da Polônia. Mas não podemos nos basear em intenções subjetivas para avaliar uma situação histórica. O que há é um profundo descontentamento e a revolta dos operários poloneses com a situação criada, mas não existe na Polônia uma vanguarda comunista que possa canalizar esse descontentamento da classe operária para o caminho consciente do desenvolvimento da sociedade socialista. E sem essa vanguarda, que na presente situação só poderia sair do POUP, o socialismo não é garantido.

As reivindicações de Gdansk serão um progresso se forem implantadas no quadro do socialismo real existente na Polônia. E isso significa no presente a manutenção do poder do POUP. A materialização das reivindicações de Gdansk significaria uma melhoria da situação social da classe operária da Polônia, um passo à frente na sua participação direta no poder. Implicaria uma reforma de toda a sociedade polonesa e, não por último, uma revitalização e reformulação do próprio POUP.

As reivindicações, porém, não poderão ser impostas à margem do POUP, nem como instrumento para desalojar o Partido do governo. O POUP, como todos os PCs nos países socialistas, bem ou mal — mais mal do que bem — representa os interesses históricos do proletariado e ainda é instrumento e um fiador da manutenção do socialismo. E enquanto não existir uma vanguarda alternativa, que mostre na prática a sua viabilidade, a derrubada e o afastamento dos PCs nesses países seria ato contrarrevolucionário.

Na Polônia, a solução da presente crise implica a manutenção do diálogo entre as partes, negociações que levariam à elaboração de um denominador comum. Diversas tentativas

nesse sentido foram feitas, mas nenhuma se impôs. Os sucessivos fracassos e o conseqüente agravamento das contradições devem-se aos dois lados em questão. A ala conservadora do Partido fez o possível para sabotar o Acordo de Gdansk e organizou provocações em diversas partes do país para enfraquecer os reformadores. De parte do *Solidariedade*, surgiu a ala radical, que, colocando em questão a liderança de Lech Walesa, procurou conscientemente um confronto, levantando reivindicações após reivindicações, sem dar tempo ao governo para se empenhar nas reformas economicamente necessárias para enfrentar a crise.

Quando Kania entregou o governo ao General Jaruzelski, ficou patente que o Partido, na atual situação, dividido em diversas facções, não estava em condições de encontrar uma saída. O prestígio de Jaruzelski forçou o *Solidariedade* mais uma vez à mesa de negociações, mas a sua insistência de exclusão dos comunistas na formação de um Conselho Econômico Nacional, sua reivindicação do plebiscito e a ameaça da greve geral criaram um ponto morto.

Não estamos aqui para justificar a instalação de regimes militares para a solução de problemas de países socialistas. Não é certamente essa a “linha justa”. No máximo podemos constatar que, no quadro de uma política errada há muito tempo, criou-se uma situação crítica que não deixou margem para alternativas.

Regimes militares, evidentemente, não são o instrumento adequado para uma ditadura do proletariado, mesmo levando em conta o caráter indireto com que o proletariado participa dessa ditadura. Não o são mesmo em se considerando que na Polônia as Forças Armadas são um prolongamento do Partido, com 85% dos oficiais (e 100% das altas patentes) comunistas inscritos. Temos um caso precedente na China, onde, na

última fase da chamada Revolução Cultural, Mao Tse Tung foi forçado a chamar o Exército para reprimir as forças desencadeadas e fora de controle. Mao, de certo modo, ficou prisioneiro da fração militar do Partido até conseguir desembarçar-se de Lin Piao.

A situação da Polônia não é a mesma da China e o próprio regime militar toma formas diferentes do precedente chinês. Se o General Jaruzelski usar o seu poder para continuar as negociações entre o Partido e o que restou do *Solidariedade*, mantendo as reformas, como prometeu, e restabelecendo o regime civil logo que a situação permitir, então os danos serão menos graves para o desenvolvimento da Polônia. Para o movimento comunista internacional, os danos já são um fato consumado. A evolução dos acontecimentos poloneses, não há dúvidas, comprometeu a revolução proletária do mundo inteiro.

Seria gratuito, evidentemente, querer explicar a crise polonesa limitando-se aos fenômenos internos daquele país. Os “erros” do POUP refletem o estado de coisas reinantes em quase todo o mundo socialista de hoje, que é uma herança do stalinismo e mesmo da fase pós-stalinista. As razões do mal são mais profundas e se encontram no caminho concreto que a Revolução Mundial tomou até aí, no isolamento prolongado da primeira revolução proletária vitoriosa e o papel que a União Soviética desempenhou na expansão do socialismo durante a guerra e no pós-guerra.

Ouve-se dizer que a raiz do mal estaria no fato de, no fundo, a situação da Polônia não estar “madura” para o socialismo, e que este tenha sido imposto pelo Exército Vermelho. Mas quem fala assim ignora a estreita ligação hoje existente entre as lutas de classes nacionais e a política mundial, isto é, as lutas de classes em escala internacional — como não existiu des-

de os dias da Revolução Francesa. A União Soviética não podia deixar de contribuir ativamente para a criação de um campo socialista. Se ela tivesse respeitado as estruturas capitalistas de seus vizinhos, a OTAN e o domínio imperialista se estenderiam até as suas fronteiras na Europa Ocidental e sobre todo os Bálcãs. E a Polônia, particularmente, sob um governo nacionalista e burguês ter-se-ia tornado novamente uma base latente da contrarrevolução mundial.

É evidente que havia alternativas de como introduzir o socialismo na Polônia e de como levar a sua revolução para a frente. Mas seria ingênuo supor que a União Soviética, sob o stalinismo, teria estado em condições para tal.

Nós não podemos deixar de avaliar os acontecimentos poloneses dentro de uma estratégia global sem renegar o nosso passado como comunistas e militantes da Revolução Mundial. Não nos podemos dar ao luxo de querer abrir mão voluntariamente de nenhuma posição, de nenhum país onde o socialismo tomou pé, independentemente dos caminhos e formas concretas que chegou a tomar. Criticamos e nos distanciamos claramente dos regimes burocráticos, porque comprometem e desmoralizam o comunismo perante vastos setores do proletariado mundial. Combatemos as forças que em escala mundial se identificam com o regime burocrático por sua subordinação a ele e pela correspondente inconseqüência na luta contra a ordem capitalista. Mas temos que enfrentar decididamente também aqueles setores de esquerda que, praticamente, pretendem corrigir a História, começando tudo de novo em nome de um “socialismo melhor e mais perfeito”. As melhorias e as perfeições serão obra do progresso da Revolução Mundial e não dos desejos subjetivistas das seitas existentes, que produzem receitas para as lutas de classe nos quatro cantos do globo.

A REVOLUÇÃO CHINESA: 30 ANOS DE HISTÓRIA¹⁵

Eduardo Stotz

“A China precisa de 200 bilhões de dólares para implementar o seu programa econômico”; “Japoneses pensam em formar um *pool* bancário para financiar a China”; “Feng defende concessões à burguesia nacional”. Essas foram algumas das manchetes estampadas na imprensa burguesa no começo do ano de 1979. Depois, manchetes desse tipo tornaram-se fatos cotidianos. A impressão que tais notícias nos dão é a de que a China, depois de ter vencido o imperialismo e a reação interna numa longa campanha revolucionária, capitula diante dela. Essa impressão é reforçada por outras informações, como as da “expedição punitiva” da China sobre o Vietnã e o alinhamento completo da China com a potência mundial do imperialismo, os EUA.

A estas alturas, a pergunta que assalta o espírito de todos os combatentes e simpatizantes da causa do socialismo é: estaria a China trilhando o caminho de volta para o capitalismo?

¹⁵ Texto originalmente publicado na revista *Marxismo Militante*, nº 7, mar. de 1980.

O alinhamento chinês com o imperialismo em matéria de política externa e o episódio da invasão do Vietnã já foram devidamente analisados pelo companheiro Ernesto Martins em seu “A cisão no campo socialista”, artigo cujas conclusões endossamos aqui. Particularmente interessa-nos desenvolver um aspecto importante dessas conclusões: as medidas de política interna não guardam uma relação direta com a política externa, ou seja, o alinhamento chinês em matéria de política externa não traz como consequência a afirmação de relações capitalistas no interior da China.

Procuraremos mostrar que as “concessões” ao imperialismo não afetam substancialmente o caráter e a direção socialista da economia, as relações de produção existentes na China. Trata-se de medidas voltadas sobretudo para enfrentar os dilemas e as contradições de fundo da sociedade chinesa que Mao Tse Tung e seu grupo não souberam resolver ao longo de 30 anos de revolução.

Não queremos com isso dizer que esteja afastado o perigo de um retorno à “via capitalista”. A introdução de elementos capitalistas por meio do sistema de concessões será um fato inquestionável. Por si só, esses elementos agem no sentido de solapar a base material do socialismo; seu efeito ideológico é o de ressaltar a “supremacia” dos métodos capitalistas sobre socialistas, da ótica do lucro e da concorrência sobre o princípio do planejamento e da produção social. Ademais, os representantes do capital imperialista pretendem “aguçar” o apetite consumista internamente em cada país socialista para contrapô-lo aos demais.

Mas esse perigo pode e será contornado na medida em que a introdução desses elementos capitalistas seja cercada e subordinada pelo planejamento e pela produção socializada, na medida em que o Estado dos Trabalhadores aproveite esses

elementos capitalistas para reforçar a acumulação socialista. Lenin já havia previsto uma situação dessas quando defendeu uma política de concessões ao capitalismo para retirar a Rússia do estágio de uma economia baseada na pequena propriedade. E ele sabia que se travaria uma luta entre o setor socializado e o setor privado na economia. Não poderia prever que esta seria uma das formas mundiais de luta entre os dois sistemas, tal como ocorre hoje.

Evidentemente, se a luta entre os dois sistemas assume tais características, isso se deve basicamente ao fato de que o imperialismo soube causar uma inversão dos rumos da Revolução Mundial, no sentido de se ter iniciado nos países mais atrasados. A História mostra que pagamos um preço para isso. As revoluções em países subdesenvolvidos produzem um “socialismo subdesenvolvido”, como disse Paul Baran, e nós seremos maus revolucionários se procurarmos encobrir esse fato. Evidentemente não podemos esperar que as revoluções se produzam nas condições históricas mais favoráveis, mas tentativas de transformar os males em virtudes não ajudam a vencer a crise (Erico Sachs. *Caráter e Caminhos da Solução Brasileira*).

OS LIMITES HISTÓRICOS DA REVOLUÇÃO CHINESA

Em primeiro lugar, é preciso considerar que a revolução socialista na China partiu e foi o desdobramento de uma revolução agrária, uma revolução cuja força motriz estava no campesinato e se voltava para a liquidação do regime feudal. Essa revolução agrária combinou-se com uma revolução anti-imperialista e, como não podia deixar de ser, deveria atacar também a reação interna. Esse duplo caráter da Revolução Chinesa tornou-se extremamente agudo por volta de 1935,

quando o imperialismo japonês invadiu a China e catalisou todas as contradições de fundo na sociedade chinesa. O Partido Comunista Chinês dirigiu essa revolução como um porta-voz dos interesses futuros de um proletariado industrial que havia praticamente desaparecido como classe com pequena expressão. Quando em 1949 completou-se o cerco da campanha sobre cidades e o Partido tomou o poder, os comunistas chineses defrontaram-se com a gigantesca tarefa de iniciar a construção do socialismo sem que as bases materiais para tal estivessem minimamente desenvolvidas. Foi em virtude do apoio da URSS e da existência de um bloco socialista na Europa Oriental que a China conseguiu dar os primeiros passos para o socialismo. Mas também aí, como na União Soviética, o primeiro passo era ainda a acumulação socialista “primitiva”, retomando a industrialização que havia sido bloqueada pela desmobilização do parque industrial da Manchúria pelos japoneses desde 1935. Essa fase de retomada sofreu uma brutal interrupção em 1960, quando, em virtude das divergências com o PC Chinês, Khrushchev ordenou a retirada de todos os técnicos (com os respectivos projetos de industrialização). Em consequência, toneladas de equipamentos enferrujaram e a nova classe operária teve que, em grande parte, retomar a penosa reta de volta ao campo. A “parada” não foi total, mas a recuperação do desastre demorou pelo menos cinco anos para voltar aos níveis anteriores. E o desastre se completou com um ano de seca e de reduzida colheita. Esse ato de grande potência da URSS marcou profundamente a consciência dos chineses.

Mao Tse Tung e a direção do Partido se interrogaram, com justa razão, se a URSS representaria efetivamente o internacionalismo proletário. Deixaremos essa questão das relações com a URSS por enquanto em suspenso. Interessa constatar

que a cisão sino-soviética ficou definitivamente selada a partir da retirada dos técnicos soviéticos, tendo levado o PCC a uma espécie de reedição chinesa do “socialismo num só país”.

Evidentemente, ao final do Plano de Doze Anos (1956–1967), o desenvolvimento das forças produtivas tinha sido razoavelmente grande se considerada a sociedade chinesa de antes da tomada do poder pelos comunistas: 50% dos distritos rurais contavam com eletricidade, que era desconhecida em 1950 — elemento importante para a coletividade agrária e a transferência da mão de obra para a indústria; 60% da população rural estavam alfabetizados e aptos, portanto, a receber o ensino técnico; a produção siderúrgica, que em 1948 não passava de 50 mil toneladas, o que é irrisório, passou a 18 milhões de toneladas. Em 1949 produziram-se 27 mil toneladas de fertilizantes; em 1966, 9 milhões. Essas mudanças no desenvolvimento das forças produtivas iriam refletir-se na estrutura social, com a formação de um novo proletariado industrial que, de 5 milhões em 1949, chegava a 40 milhões nos graus técnicos, semiespecializado e de artífices em 1966. Contudo, esses resultados da “acumulação socialista primitiva” eram muito frágeis ainda para um verdadeiro salto para o socialismo. A pressão demográfica e o peso da estrutura agrária ainda eram por demais acentuados face à indústria. Para consolidar os resultados do desenvolvimento das indústrias primitivas até então atingidos, seria necessária uma industrialização correspondente às dimensões do país e a conquista de novas terras, o cultivo intensivo, a regulamentação dos rios etc. Tudo isso seria impossível sem o auxílio de gigantescos meios técnicos e grandes investimentos. Mas, já por volta de 1962, a direção do PC chinês constatava que as metas do “Grande Salto para a Frente” não haviam sido atingidas e que a base material do socialismo estava insuficientemente desenvolvida.

Assim, a contradição geral da sociedade chinesa estava na existência de um Estado que representasse as relações socialistas de produção e no ponto de partida extremamente atrasado no plano material, devido ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. A herança feudal e a dominação imperialista ainda se projetavam sobre a Revolução com um peso muito grande.

O “CAPITALISMO DE ESTADO” E A MARCHA PARA O SOCIALISMO

Os dilemas das revoluções anti-imperialistas nos países que devem simultaneamente eliminar fortes heranças semifeudais estão em combinar o enfrentamento de tarefas ainda burguesas com uma direção geral socialista.

Na URSS, de 1921 a 1926, a combinação dessas duas linhas foi resolvida mediante a NEP, uma política na qual o setor socializado da economia e nas mãos do proletariado subordinava o setor capitalista; esse setor capitalista proveria os fundos necessários para o fortalecimento do setor socialista. Lenin acreditava que a formação de grandes empresas funcionando à base de certa liberdade de comércio seria um passo à frente em relação às heranças semifeudais, que caracterizavam a Rússia como um país de pequena produção.

Já no seu relatório sobre a experiência da NEP, Lenin dizia aos membros da Internacional Comunista que uma “política de recuo” não deveria ser vista apenas como uma peculiaridade russa. Todos os países que se preparam para a ofensiva contra o capitalismo, acrescentava ele, devem considerar essa necessidade.¹⁶

¹⁶ Trata-se do relatório “Cinco anos de Revolução Russa e as perspectivas da Revolução Mundial” apresentado no IV Congresso da Internacional Comunista, em dezembro de 1922.

As referências de Lenin eram, sobretudo, valiosas para a China, com a diferença de que ali a burguesia nacional participava de fato da Revolução, embora fosse uma classe vacilante entre o domínio dos feudais e do capital burocrático associado ao imperialismo. Na China, de 1948 (Proclamação da República Popular) a 1958, estabeleceu-se uma fase de transição, cunhada como a fase do “capitalismo de Estado”. Durante essa fase, o PCC estabelecia os Planos Quinquenais para desenvolver a indústria de base, ao mesmo tempo que procurava concentrar em suas mãos a direção de toda a economia. Assim, segundo a Constituição de 1954, ao lado da propriedade estatal e coletiva (propriedade cooperativada dos trabalhadores), existia a propriedade dos capitalistas — da qual o Estado participava e cuidava para que cumprisse o papel de “alavanca” para a acumulação socialista. Nessa participação do Estado nas empresas ainda capitalistas residia precisamente o “capitalismo de Estado”. Consistia na compra de toda a produção das fábricas de propriedade privada, monopolizando assim o comércio atacadista. Os lucros dessas fábricas somente poderiam ser reinvestidos nas empresas mistas; o Estado retirava uma parte sob a forma de impostos e destinava o restante para atender à remuneração do capital, aos salários, ao “custo do bem-estar da produção” (restaurantes, creches, moradias etc.) e ao fundo de renovação e ampliação do equipamento.

Mas esse “capitalismo de Estado” consistia também na fusão de fábricas — tarefa primordial —, pois a China dispunha de poucas empresas de grande envergadura. A maioria se desenvolvia com pequeno capital, maquinismo antiquado e primitivo e estava dispersa em lugares muitas vezes antieconômicos.

Por volta de 1956, Chu En-Lai afirmava em seu relatório ao congresso do PCC, que 99% das empresas capitalistas haviam sido integradas à operação mista privado-estatal.

Evidentemente, a “cooperação” da burguesia nacional não eliminava o antagonismo irremediável que a separava dos trabalhadores. Já em fins de 1951, o PCC fora obrigado a iniciar uma campanha contra o suborno, a evasão de impostos, o roubo da propriedade do Estado, a fraude e o roubo de segredos econômicos do Estado entre os círculos de negócios. Essa campanha voltou a recolocar-se em 1953. Quatro anos depois, sob o impacto da desestalinização na Rússia, o Partido iniciou uma campanha de livre debate em todo o país, julgando que o poder socialista já permitiria enfrentar as contradições de classe que se revelariam. Essa campanha, batizada por Mao como “Que Cem Flores Desabrochem”, deu ampla publicidade às queixas dos capitalistas e dos setores descontentes com o poder socialista. O caráter violento da crítica e sua generalidade, bem como as reivindicações dos capitalistas em participar das decisões políticas, obrigaram o Partido a encerrar abruptamente a campanha. Ao mesmo tempo, a direção do PCC começava a olhar a experiência da desestalinização na Rússia e principalmente na Europa do Leste com crescente receio.

As lições que Mao e seu grupo extraíram da situação do mundo socialista foram em grande medida negativas. Particularmente, começaram a criticar o modelo soviético de desenvolvimento do socialismo, ou seja, a industrialização mediante a criação prioritária de indústrias pesadas e em grandes unidades. Tem início então o chamado “Grande Salto para a Frente” na China, que abordaremos a seguir.

O GRANDE SALTO PARA A FRENTE

O Plano de Doze Anos sofreu, a partir de 1960, uma modificação política decisiva, fruto de uma crise de sérias

proporções na edificação socialista da China. Em 1960 coincidiram dois acontecimentos de terríveis consequências: a retirada dos técnicos soviéticos e três anos de secas e inundações que abalaram profundamente as relações entre a indústria e a agricultura e fizeram recuar todos os planos de industrialização. O governo teve que substituir a importação de máquinas, afetando assim o funcionamento de muitas instalações novas (particularmente na metalurgia), pela de produtos alimentares; a administração e os transportes foram monopolizados pela luta contra a ameaça da fome: os gêneros agrícolas tinham que ser encaminhados para as regiões mais duramente atingidas; nas cidades, tinha que se organizar um sistema de racionamento. Devido à baixa de consumo, o movimento cooperativo no campo sofreu um golpe brutal e, em certas zonas, recuou (Marco Macciò. “Partido, Técnicos e Classe Operaria na Revolução Chinesa” in *Textos de Apoio 1*. Porto: Portucalense, 1971).

De onde viriam os fundos necessários à continuidade da industrialização? Persistir nas prioridades à indústria pesada poderia introduzir a coletivização forçada, tal como havia ocorrido na URSS. A opção do Partido sob a liderança de Mao foi a de evitar a coletivização forçada. Pode-se dizer que preferiu o estabelecimento de uma “trégua” entre o campesinato amplamente majoritário e a minoria operária, pois a essas alturas um confronto de classes levaria seguramente à contrarrevolução. Como acrescenta Marco Macciò:

Os acontecimentos levaram a pôr a agricultura no primeiro plano: a indústria pesada devia produzir prioritariamente para a agricultura e não para o desenvolvimento das forças produtivas em extensão. Mas, e isto foi muito grave, o atraso da indústria pesada acabaria por se tornar virtude. Em vez de centralização

dos meios de produção, preferiu-se a sua dispersão em unidades relativamente autônomas. Tudo isto, transformado em verdadeiro “modelo”, não passava do atestado de falência na direção socialista. De fato, seria impossível manter um plano nacional que garantisse as proporções na fase de acumulação socialista. A planificação foi suspensa; decidiu-se fazer depender o programa de construções industriais das possibilidades agrícolas anuais.

Em termos políticos, isso significava um enfraquecimento do Estado proletário, mas a corrente de esquerda majoritária não se apercebeu das consequências desse ato. Estas iriam aparecer mais tarde no fracasso parcial das metas do Plano: a taxa de acumulação se reduz substancialmente entre 1961 e 1969.

A transformação do erro em virtude ocultava outro problema, mais de fundo, a saber: de que forma se garantem as relações socialistas de produção? O Partido, ao escolher o enfraquecimento da planificação socializada, passou a depositar suas esperanças na mobilização das massas, no desenvolvimento do seu espírito criativo. É claro que a planificação socialista somente poderia se desenvolver se a classe operária exercesse efetivamente o controle da produção. Mas o inverso não é verdadeiro — e disto não se deram conta Mao e seu grupo.

O COMUNISMO AGRÁRIO DE MAO

Depois do fracasso parcial do “Grande Salto para a Frente”, a linha do PC Chinês sob a direção de Mao Tse Tung reforçou o que haveria de ser o modelo socialista até o fim da Grande Revolução Cultural: “contar com as próprias forças ou a agricultura é a base e a indústria o elemento dinamizador do socialismo na China”. Em outros termos, isso significava que

a Revolução Chinesa, isolada, rompida com o bloco soviético e cercada por um mundo imperialista hostil, deveria progredir da comuna rural ao socialismo.

O estabelecimento das comunas populares tem por finalidade primordial acelerar o ritmo de edificação do socialismo; e o objetivo da edificação do socialismo é preparar ativamente a passagem para o comunismo. Pelo que vemos, a realização do comunismo, em nosso país, não é um acontecimento que pertença ao futuro longínquo. Devemos empenhar-nos em utilizar a forma das comunas populares a fim de explorar um caminho concreto de passagem ao comunismo (Resolução do CC de 29 de agosto de 1958: “Sobre o estabelecimento de comunas populares em regiões rurais”).

Essa perspectiva não é de todo estranha ao marxismo, embora muito pouco se tenha divulgado a respeito. Na Rússia pré-capitalista, foram os “populistas” que inicialmente levantaram o problema. Eles esperavam que a *obschina*, a comuna rural, fosse preservada, evitando assim o desenvolvimento do capitalismo — tratava-se de “saltar” essa etapa. Entre 1870 e 1880, a perspectiva camponesa não chegou a ser desdenhada por Marx. Escrevendo a Vera Zasulich, Marx dizia então que o seu esquema de desenvolvimento social e de revolução, tal como ele havia exposto em *O Capital*, aplicava-se à Europa Ocidental, e que a Rússia bem poderia evoluir de maneira distinta. Referências semelhantes foram feitas na carta de Marx à redação da revista russa *Otietschestvenie Sapiski* em fins de 1877 (ver Apêndice do Volume I, da edição mexicana de *O Capital*, Fondo de Cultura Econômica, 7ª edição). Mas, para que isso pudesse ocorrer, uma só condição era necessária: que a Europa Ocidental fizesse a sua revolução socialista antes que a Rússia sucumbisse ao ca-

pitalismo. Mas, desde o final do século, essa condição deixara de existir. Por isso, Plekhanov e Lenin romperam com o populismo e se dedicaram à tarefa de organizar o proletariado industrial como o único caminho da revolução socialista.

Se a perspectiva camponesa havia perdido sua base material e histórica na Rússia, esta poderia ressurgir na China mais de meio século depois. A Revolução Chinesa foi uma revolução camponesa que, ao chegar às cidades, pôde contar com o apoio da estrutura coletivista da URSS e de um sistema socialista em formação para evitar a passagem pelo capitalismo. Eis como Lenin havia colocado o problema no seu “Relatório da Comissão Nacional e Colonial” do II Congresso da Internacional Comunista (1920):

(...) podemos considerar como justa a afirmação de que o estágio capitalista de desenvolvimento da economia é inevitável para os povos atrasados, atualmente em vias de emancipação e entre os quais se observa depois da guerra um movimento para o progresso? Aqui, respondemos negativamente... A Internacional Comunista deve estabelecer e justificar sobre o plano teórico o princípio de que, com a ajuda do proletariado dos países avançados, os países atrasados podem chegar ao regime soviético, e passando certos estágios de desenvolvimento, ao comunismo, evitando o estágio capitalista. Não é possível indicar o avanço, os meios que são necessários para atingir este fim. Estes, só a experiência os mostrará.

Contudo, o rompimento com o bloco socialista retira à Revolução Chinesa uma das condições básicas para o “salto da comuna rural ao socialismo”.

Esse dilema histórico não poderia deixar de se refletir dentro do Partido. Com efeito, por volta de 1962, Kuo Chiao-Tang escrevia:

Depois do Grande Salto para a Frente de 1958, surgiu no nosso país uma tendência voluntarista do mesmo tipo daquela já criticada por Stalin. Havia pessoas que acreditavam que a Comuna Popular desfrutava de possibilidades infinitas. Trata-se de um voluntarismo, um voluntarismo que provocou um grande erro e uma séria crise na nossa edificação socialista.

Já então se delineava com nitidez a questão retomada por Teng Hsiao-Ping: *o caminho para o socialismo passa pela industrialização*.

Na verdade, o voluntarismo chinês cruzava-se com uma posição de isolamento e de ataque à União Soviética. Como não estava nos planos de Mao aceitar a integração no bloco soviético, é claro que devia adiar *sine die* as possibilidades de um rápido desenvolvimento das forças produtivas que constituíam na China a precondição do socialismo. Sua solução foi enfatizar a transição prolongada baseada no esforço gigantesco das massas. O voluntarismo estava precisamente aí: na crença do poder ilimitado das massas, de sua criatividade universal.

A GRANDE REVOLUÇÃO CULTURAL PROLETÁRIA

O que a direção do PCC sob a liderança de Mao convencionou chamar de Grande Revolução Cultural Proletária não é, como a imprensa burguesa deu a entender, uma revolução “cultural”. Esse aspecto é secundário. O caráter fundamental da Revolução Cultural foi político: tratou-se de uma luta entre a corrente ultraesquerdista, dentro da qual se incluíam Lin Piao e o chamado “Grupo dos Quatro”, mas também, e até certo momento, Mao, e a corrente direitista, da qual Liu Chao-Chi seria o expoente máximo e que incluía membros do PC como Teng Hsiao-Ping.

Quais as razões dessa luta política, que convulsionou a China de 1966 a 1969? Ao lermos os “Dezesseis Pontos da Revolução Cultural” (Manifesto Oficial do Comitê Central do PCC), encontramos a seguinte explicação: no caminho da construção do socialismo, formou-se uma corrente que ocupa postos dirigentes e segue “o caminho capitalista”.

O que significa isso? Ser um “partidário do capitalismo” era, segundo essa versão, defender a industrialização intensiva, com todas as implicações daí decorrentes; mas principalmente uma acentuação das desigualdades sociais inerentes a tal processo nas condições de atraso da China. O grupo “diretista” de Liao Chao-Chi defendia esse caminho pretendendo que a direção das empresas fosse confiada a “peritos”. Representava, assim, aos olhos do grupo de Mao, uma corrente que colocava o acento na economia e não na política. Não somente se projetavam os dilemas próprios da sociedade chinesa, mas igualmente a sombra do “modelo soviético” para o qual Liao e seu grupo voltavam os olhos.

Mas o grupo de Mao não parece ter tomado consciência de que a desigualdade social e uma certa tendência à burocratização seriam (e são) inevitáveis durante a fase de acumulação socialista.

Sweezy e Huberman puderam ver com mais clareza o problema em 1967. Na China, escreviam eles na edição de março da *Monthly Review*:

(...) existe um estrato privilegiado que está à frente do aparato político-econômico e esse estrato cresce devido a uma condição de atraso técnico e baixa produtividade de trabalho. No momento do triunfo da Revolução, a renda *per capita* na China era de 50 dólares por ano, e hoje não é mais do que o dobro desta cifra. É literalmente impossível aos cientistas, técnicos, diretores e

burocratas desempenhar efetivamente as suas funções com tal renda (os gastos de ofício, como provisões de espaço habitacional, acesso ao uso de automóveis etc. têm que estar, por suposto, na renda real). A sociedade tem à sua disposição o que requer para cumprir as funções. Aqui está a raiz da desigualdade e do privilégio em qualquer país que não alcançou um alto grau de desenvolvimento econômico. E por muito tempo, à medida que cresce a economia, crescem as diferenças dos privilegiados.

O problema, corretamente colocado, não é o de impedir o desenvolvimento da desigualdade, pois é impossível abolir por decreto, por um ato de vontade, a divisão do trabalho que se acentua com a fase de acumulação socialista primitiva — mesmo quando essa vontade envolve milhões de trabalhadores. Somente em uma fase subsequente, em que haja um enorme desenvolvimento das forças produtivas, existirá a possibilidade de *extinguir* essa desigualdade. Mas a China estava (e ainda está) muito longe disso. A solução provisória do problema estava em *limitar*, em *controlar* o poder desse estrato privilegiado, impedindo que consolidasse suas posições e a transformação dos interesses criados em direitos de propriedade hereditária.

O grupo de Mao não se deu conta das particularidades do desenvolvimento socialista nas nações atrasadas, de caráter semifeudal e semicolonial. Entenderam que a desigualdade gerava uma camada “empenhada na via capitalista” e procuraram descarregar suas baterias com todo o poder de fogo contra os julgados representantes da “via capitalista”. Acreditamos que o voluntarismo do grupo de Mao foi reforçado por uma série de fatores históricos, como o fracasso parcial do Grande Salto para a Frente, as tentativas da URSS em isolar o Partido Comunista Chinês no movimento comunista internacional etc.

Como se manifestou esse voluntarismo?

Manifestou-se na tentativa de resolver o problema da divisão do trabalho manual e intelectual mediante a “ida aos campos”, ao mesmo tempo que se substituía o ensino técnico pela propaganda política do pensamento de Mao; em vez de combinar — em proporções inevitavelmente desiguais nesta fase — o ensino técnico com o trabalho produtivo e a educação geral, o maoísmo nos brindou com a palavra de ordem “ir às massas”, a sua solução universal. Por outro lado, lutou e implantou em certa medida um igualitarismo que de fato não correspondia sequer à medida socialista da repartição segundo o trabalho, mas simplesmente ocultava a desigualdade e teria que alimentar uma reação contrária.

Estes não foram, como se poderia supor, simples “excessos” da Revolução Cultural, mas a sua própria essência.

O “primado da política” foi, em outro sentido, o invólucro do mais acabado espontaneísmo. De fato, está dito no Ponto 4 do Manifesto: “deixar que as massas se eduquem a si mesmas, no movimento”.

As massas deveriam, assim, encontrar, “elas próprias”, a sua direção, inclusive por meio de erros e desordens. Não há dúvida de que tal concepção, encontramos-la em Mao. Na fase socialista, diz ele, a luta de classes se *agudiza*. Então vejamos as consequências desse raciocínio. Em Tien Tsin, na fábrica têxtil nº 3, o secretário do Partido foi morto pelos Guardas Vermelhos. Em Lan-Chu, seiscentos Guardas Vermelhos foram seriamente feridos; em Xangai e Pequim, eram 30 vítimas entre os soldados. Estes são alguns dos acontecimentos ocorridos em 1967. Os “erros e desordens” eram sobretudo fruto de uma juventude revolucionária que seguia o pensamento do presidente Mao — e não propriamente das massas operárias.

O PAPEL DA CLASSE OPERÁRIA

A Grande Revolução Cultural Proletária, como falamos, foi sobretudo uma revolução política, destinada a transformar o caráter do Estado e alijar a corrente “revisionista” do Partido. Essa revolução não suscitou grandes energias revolucionárias entre as massas proletárias, e esse aspecto foi decisivo para o seu fracasso. Também na experiência chinesa se comprovou que, como dizia Lenin, “não se pode chegar ao socialismo senão através da classe operária”. Provavelmente Mao acreditava que a força motriz da Revolução Cultural devesse ser buscada entre as massas “menos corrompidas” pelos velhos hábitos e costumes e com uma disposição de luta inesgotável. Essa força não partiria, pois, da classe operária — a Guarda Vermelha de Mao foi recrutada entre os estudantes secundaristas.

Novamente em circunstâncias históricas diversas, o proletariado chinês passava a ser “representado ideologicamente”. A marca camponesa do Partido Comunista Chinês se sobressaía mais uma vez. Conviria aqui fazer um registro da história do Partido para dar conta da ambiguidade de Mao com relação à classe operária.

Fundado em 1921, com a presença de 12 delegados e chegando, em 1925, a 900 membros, o PC Chinês torna-se um partido operário, um partido de massas no fogo da insurreição. A classe operária chinesa, minoritária socialmente, tinha, entretanto, o mesmo elã revolucionário do proletariado russo. Não seria exagero afirmar que as insurreições de Cantão e Xangai, de 1925–1927, foram a reedição chinesa da Revolução de 1905 na Rússia. Diante da derrota das insurreições proletárias (para o que concorreu a tática ultrasquerdista do Komintern), o Partido se dividiu quanto às perspectivas estratégicas. As li-

ções que Mao extraiu da experiência revolucionária foram muito diversas das que Chen Tu-hsiu, até então líder do Partido e que abraçara desde então o ponto de vista de Trotsky. Chen propôs agir como os bolcheviques entre 1907 e 1917: recuar, entrincheirar-se e resistir, principalmente entre os operários industriais; recuperar e reconstruir os bastiões nas cidades que seriam os principais centros da futura Revolução; combinar o trabalho clandestino com a propaganda aberta e a agitação; lutar por “exigências parciais”, reivindicações salariais e liberdades democráticas; fazer pressão pela unificação da China e pedir uma Assembleia Nacional Constituinte; apoiar as lutas camponesas (Isaac Deutscher. *As Ironias da História*). Mao, ao contrário, iria sublinhar a revolução agrária, ainda que partilhasse com Chen da opinião de que a Revolução achava-se em declínio e que haveria um intervalo de calma. Foi essa linha que se impôs, mas sobre o aborto da alternativa que Chen delineara. Num primeiro momento, a posição de Mao havia sido isolada dentro do Partido, e Mao havia sido exonerado do Comitê Central. Em 1927, o próprio Mao se retira para a província de Hunan, de onde, com um pequeno grupo partidário armado, insta o Comitê Central a remover o Partido das cidades para a campanha. A vitória de Mao foi obtida então às custas da derrota do proletariado, que havia sido levado a golpes desesperados e levantes armados cuja única consequência foi a sua completa desorganização e desmoralização.

O pressuposto de Mao era de um prolongado impasse entre a revolução urbana derrotada e uma contrarrevolução parálitica, um equilíbrio demorado e instável entre o imperialismo dividido, a burguesia impotente do Kuomintang e a classe operária apática. O impasse permitiria que os camponeses desdobrassem suas energias revolucionárias e apoiassem os

comunistas e suas Bases Vermelhas. O campesinato surgia assim como um “proletariado de substituição”. Os fatos iriam demonstrar a justeza da linha estratégica de Mao, mas ainda novamente à custa de novas derrotas do proletariado. Lembremos que, por volta de 1935, a estratégia de Mao estava questionada: os camponeses exauridos por suas revoltas e esmagados pelas expedições punitivas (as “campanhas de cerco e aniquilamento” de Chiang Kai-Shek pareciam desmentir a análise de Mao e ameaçar completamente a sua linha. Enquanto isso, o proletariado de Xangai e de outra cidade costeira experimentava um despertar grevista e se revoltava, mas, faltando-lhe organização e liderança competentes, foi repetidamente batido. Mao e seu grupo, prosseguindo no isolamento com o respeito à classe operária, resolveu o impasse da luta camponesa por meio da Longa Marcha — uma lenda heroica mas extremamente pesada do comunismo chinês (ao fim da marcha, restavam 30 mil dos 300 mil guerrilheiros). Foi então que a invasão da Manchúria pelo imperialismo japonês permitiu um revigoreamento da estratégia maoista. Esta foi também a justificativa final do abandono do proletariado — pois os japoneses se entregaram a uma sistemática desindustrialização do parque da Manchúria, com o que a classe operária foi definitivamente afastada de cena.

A ambiguidade de Mao com relação ao proletariado estava em que compreendia perfeitamente o papel dirigente do proletariado, única força capaz de levar a revolução socialista, mas assumiu uma estratégia que relegava ao proletariado um mero papel ideológico. Essa ambiguidade apareceu com nitidez em 1949, quando, com a conquista das cidades, o Partido poderia resgatar a herança revolucionária do proletariado de 1925–1927. Em vez de tomar Xangai, pois Chiang Kai-Shek já não podia oferecer resistência séria, Mao preferiu aguardar.

Em conversações com Stalin, ele diria mais tarde que não estava, na ocasião, disposto a responsabilizar-se pela alimentação dos seus 6 milhões de habitantes!

Décadas mais tarde, o proletariado chinês estaria no centro da política nacional. A Revolução Cultural foi, sobretudo, um processo político que se desenrolou nas cidades — e, nestas, o verdadeiro palco foram as cidades industriais. Mais uma vez, entretanto, o proletariado não agiu como vanguarda.

O comportamento da classe operária durante a Revolução Cultural esteve marcado, como não poderia deixar de ser, pela confusão política. Chamado a uma campanha de depuração dos quadros “que trilhavam a via capitalista”, mas que, singularmente, falavam a mesma linguagem maoista e, sobretudo, eram quadros identificados com os seus problemas, o proletariado cindiu-se. A divisão foi notável, sobretudo em Xangai, durante fevereiro de 1967; em Wu-han, importante centro siderúrgico, quando ocorreram combates armados; em Cantão, em agosto de 1967, onde a luta armada beirou a guerra civil.

Se a cisão da classe operária foi um fato, esse fato não deve ser tomado como expressivo do conjunto das massas operárias. Para a maioria dos operários, a convocação à derrubada dos dirigentes “direitistas” soava abstrata ou então era encarada como um atentado contra si próprios. Os acontecimentos do ano de 1967 demonstraram que os operários estavam sendo manipulados em função de uma luta interna do Partido, apresentada por Mao e seu grupo como expressão da democracia proletária. Assim, em Wu-han, os operários formaram uma organização de massa, tida como “conservadora”, para defender os dirigentes partidários em que confiavam. Outra organização operária se lhe opunha. Na ponte do rio Yang Tse, essas duas organizações se defrontaram aberta e militarmente.

A PARADA NA REVOLUÇÃO CULTURAL

Por volta de 1969, começa a descer o pano sobre a Grande Revolução Cultural. Quais foram os fatores que levaram a Revolução Cultural a baixar o fogo?

No plano interno, acompanhando a cisão da classe operária, começa a haver um processo semelhante no Exército de Libertação. A corrente “ultraesquerdista” da Grande Revolução entende que a arbitragem do Exército, que até então procurara mediar os conflitos (evitando a degenerescência militar desses conflitos), passa a ser um alvo político. Mao Tse Tung, voltando de viagem do interior, ataca a direita e a esquerda. O tom de seus pronunciamentos é o de que a Revolução Cultural cumpriu seus objetivos.

Mas o fator político que catalisa todos os problemas internos da China é o confronto militar de fronteiras com a União Soviética. Começa uma reviravolta mais profunda, cujo sentido é difícil de perceber dado o caráter metafórico dos comunicados chineses — quando não o seu silêncio completo. Por volta de 1970, notícias divulgadas na imprensa falam de divergências entre Mao Tse Tung e Lin Piao, até então o segundo homem da hierarquia do Partido. As divergências dizem respeito à política internacional do PCC. De fato, em 1971, Mao convidara um time americano de pingue-pongue que estava no Japão para viajar à China; é o modo chinês de anunciar publicamente a aproximação com os EUA. Em julho, têm início conversações secretas para a viagem de Nixon à China. Essa abertura provoca a destruição e a eliminação de Lin Piao num misterioso episódio até hoje não explicado convincentemente.

A partir de 1969, a unidade interna do PCC passa a ser uma condição para a unidade do Exército. A luta de frações deve cessar. As massas já haviam dado a sua “contribuição” e os ex-

poentes da linha direitista haviam sido afastados dos cargos dirigentes. A partir de então os métodos de luta tornam-se velados, uma vez que a luta não cessou.

O ULTRAESQUERDISMO ESTÁ DESTINADO A FRACASSAR

Visto sob um prisma histórico, o voluntarismo chinês de Mao e seu grupo corresponde ao que Lenin chamava, em 1908, de “revisonismo de esquerda”. Na época, esse desvio não mereceu maior atenção por estar “ainda longe de se ter desenvolvido como o revisonismo oportunista” e por não ter “travado nenhuma batalha importante com o partido socialista de nenhum país” — razão pela qual Lenin limitou-se a combater o revisonismo de direita (Lenin. *Marxismo e Revisonismo*). Mas depois da cisão sino-soviética e da luta travada pelo grupo de Mao Tse Tung na China, esse revisonismo de esquerda transformou-se numa corrente internacional. Deixaremos para um capítulo à parte o caráter internacional do maoísmo. Por ora consideremos que, em virtude de sua substância ideológica e seu caráter de classe, o “revisonismo de esquerda” é incapaz de se contrapor com justeza e eficácia ao “revisonismo de direita” e está fadado a fracassar.

Com efeito, foi o voluntarismo, a superestimação do fator da vontade e da ação política, que conduziu os conflitos da classe na China quase até a sua ruptura. O desprezo pelas leis objetivas, pelo papel da economia, teria que conduzir a um socialismo em meio à miséria, coisa absolutamente incompatível com o marxismo desde pelo menos 1847. Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels enfatizaram a importância do desenvolvimento das forças produtivas para a transição ao comunismo:

(...) por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (...) é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundície anterior seria restabelecida (...)

O socialismo da miséria com que o maoísmo pretendia premiar as massas nada tem a ver com o marxismo. É mais o simulacro do marxismo, uma apropriação asiática, atrasada e camponesa do marxismo. Nesse seu traço “camponês”, quer dizer, nessa componente de classes pequeno-burguesa, que se baseia na própria vontade, na crença do poder ilimitado das massas, está também a explicação do fracasso político e histórico do maoísmo.

Foi essa posição da corrente maoísta que favoreceu o reerguimento da corrente “direitista”, daqueles membros do Partido que raciocinam sobre o socialismo em termos pragmáticos e sobretudo em termos de desenvolvimento material, voltando os olhos para a construção das bases econômicas de um socialismo à altura do século XX. É esse o sentido da famosa e tantas vezes amaldiçoada frase de Teng, “não importa qual seja a cor do gato”.

E nesse desfecho verificamos também o problema nacional das revoluções socialistas: o problema de atender às pressões das massas trabalhadoras por uma melhoria imediata em suas condições de vida. É importante não encarar esse sentimento coletivo dos trabalhadores como uma posição reacionária. Afinal, o motor do desenvolvimento econômico sob o socialismo repousa justamente aí, nessas necessidades básicas. Pretender, à moda da juventude pequeno-burguesa “revolucionária” europeia (mas também latino-americana), que o “consumismo” seja uma característica típica do capitalismo

é ignorar precisamente as diferenças elementares entre este sistema e o socialismo. A “sociedade de consumo” é um mito alimentado pelo imperialismo, uma vez que o motor dessa sociedade é a produção da mais-valia e, com ela, necessariamente, do subconsumo. Se o nível de vida dos trabalhadores é mais alto nos países imperialistas, isso se deve sobretudo à luta desenvolvida por aqueles, bem como ao temor manifestado pela burguesia diante do exemplo do socialismo.

O socialismo somente pode se desenvolver caso considere essas necessidades das massas trabalhadoras — e a contradição surge quando a base material da qual parte a revolução é muito estreita para satisfazer imediatamente essas necessidades. A contradição assinalada não se resolve senão em escala mundial, por meio da destruição do sistema imperialista e da transformação do socialismo num sistema mundial.

TRANSIÇÃO PACÍFICA DO SOCIALISMO AO CAPITALISMO?

Desde 1969 a corrente ultraesquerdista vinha sendo alvo de uma campanha de crítica dentro do Partido e fora dele. Em 1971, o expoente máximo dessa corrente, Lin Piao, é morto em circunstâncias misteriosas. A luta interna parecia chegar a um equilíbrio — sobressai-se nesse período a figura de Chu En-Lai, conhecido pela sua moderação. Entretanto, gradualmente, os maoístas vão perdendo terreno. Por volta de 1975, o PCC delineia o Plano Decenal, cuja característica principal está na inversão de prioridades até então vigentes. O quadro abaixo permite constatar essa inversão no peso dos investimentos definidos para a agricultura e a indústria, respectivamente:

ANO BASE	VALOR	PREVISÕES
1975	(em milhões de dólares)	Taxas de expansão (%)
PNB	323	8,4
Agricultura	86,1	4 a 5
Indústria	176,2	10 a 11
Serviços	69,7	6,2
População	935	1,8
PNB / <i>per capita</i>	345	6,5

Embora definido em suas linhas gerais em 1975, o plano somente veio a ser aprovado muito tempo depois e, ainda assim, algumas metas foram revistas (principalmente as taxas de expansão industrial). Evidentemente, as razões foram políticas. A luta entre frações dentro do Partido chegou ao seu desfecho em 1976, em seguida aos acontecimentos da Praça da Paz Celestial e a morte de Mao. Nesses acontecimentos, a fração de Teng deu uma demonstração de força, quando milhares de pessoas foram prestar homenagens funerárias a Chu En-Lai. A demonstração foi sufocada. Dois dias depois dos incidentes, Hua Kuo Feng é escolhido para liderar o Partido, sucedendo assim a Mao Tse Tung, que se encontrava afastado devido a aguda enfermidade. Os acontecimentos posteriores são conhecidos: Teng é afastado de todos os seus cargos. Cinco meses depois, morre Mao Tse Tung. É a vez de a ala esquerdista ser afastada. A corrente centrista (Hua) reabilita Teng e ataca a ala esquerdista. Em 1978, Teng Hsiao-ping encontra-se suficientemente fortalecido para iniciar a desmaoização da China e, finalmente, nesse ano, é reconhe-

cido como liderança máxima de fato do Partido. No meio da viagem de Teng aos EUA, Hua Kuo Feng faz autocrítica de suas posições nos acontecimentos de abril de 1976 (incidentes da Praça da Paz Celestial), o que não deixa dúvidas quanto à liderança real de Teng.

O importante a ressaltar nesta cronologia é o peso da política exterior para o desenvolvimento interno da economia chinesa. A abertura para o mundo imperialista — da qual a viagem de Teng é o selo dourado — passa a ser imprescindível ao desenvolvimento prático do Plano Decenal. O esforço para a modernização industrial parece basear-se em grande medida nos empréstimos e investimentos diretos dos países imperialistas.

Trata-se de uma retomada do “capitalismo de Estado” do período 1948–1958, mas em novas bases. De fato, a indústria se encontra já socializada, da mesma forma que o campo. O Estado dos Trabalhadores concentra em suas mãos todas as alavancas essenciais da economia. O sistema de “concessões ao capitalismo mundial” não afeta essas alavancas.

Não fosse assim, de onde viriam os fundos necessários para industrialização? Teria que haver um sacrifício maior da parte dos trabalhadores — seja da cidade, seja do campo. Evidentemente, pelo sistema de concessões, uma parte do excedente produzido pelos trabalhadores será subtraído para as mãos dos monopólios imperialistas. A prazo, porém, isso reforçará a acumulação socialista.

Um dos aspectos da nova situação é a “nova” política do Partido para com a burguesia nacional. Numa das mais recentes resoluções do Comitê Central (janeiro de 1979), foi decidido restabelecer os privilégios dos representantes da burguesia nacional interessados em colocar seus conhecimentos em favor da modernização. Não é uma nova política, mas sim a re-

edição das medidas da fase de “capitalismo de Estado”, com a diferença de que, agora, há uma *restituição* dos benefícios usufruídos naquela fase.¹⁷

Poder-se-ia pensar que esse é um sintoma da desagregação do socialismo e da retomada da via capitalista. Seria precipitado chegar a essa conclusão baseando-se apenas nos dados fornecidos pela imprensa burguesa. Devolução de privilégios não significa retorno da propriedade às mãos dos capitalistas. A suspeita é natural, pois o conjunto de medidas propostas pela direção do PCC caminha no sentido de privilegiar os técnicos em detrimento da participação dos comitês dos trabalhadores no âmbito das empresas.

Entretanto, a burguesia foi derrotada na China e perdeu a sua propriedade. A força da burguesia parece estar, como lembrava Lenin, nos hábitos, nos costumes, na capacidade empresarial que acumularam durante décadas. Numa nação atrasada como a China, essa capacidade não pode ser atirada na lata do lixo da História. O proletariado precisa apoderar-se da técnica capitalista mais avançada e colocá-la a serviço dos interesses da maioria dos trabalhadores para a edificação das bases materiais do comunismo.

¹⁷ Eis o que diz a resolução, conforme notícias veiculadas pelo órgãos de imprensa burguesa: devolver as residências particulares, restituir os depósitos bancários, títulos, ouro e outros bens confiscados durante os anos 1960 (isto é, durante a fase da Revolução Cultural), pagamento de juros acumulados durante mais de 12 anos sobre esses valores, bem como dos salários atrasados, com o aumento a que teriam direito depois da nacionalização de seus bens: pensões entre 50 e 60% dos salários para os que não possam trabalhar e, em caso de falecimento, essas vantagens seriam transferidas para os seus herdeiros. Não sabemos o montante e o que representa a devolução desses privilégios. De todas as medidas, a mais corrosiva para a revolução socialista é a devolução do privilégio da herança, ainda que não afete a propriedade dos meios de produção.

De qualquer maneira, seria simplificar os problemas da transição do capitalismo ao comunismo (ainda mais nos países subdesenvolvidos, com uma forte herança colonial) afirmar que está em curso na China a restauração do capitalismo. Caso isso fosse verdadeiro, teríamos que assistir a uma liquidação das conquistas da fase socialista — conquistas das quais as massas trabalhadoras não abrirão mão facilmente. Um aspecto importante — senão crucial, mesmo — da nova China é a força do proletariado industrial. Como vimos, a Revolução Cultural teve como palco as cidades industriais, e os Guardas Vermelhos somente puderam levar à frente as suas pretensões na medida em que se dirigiram ao proletariado. Terá que haver uma luta contra a propriedade social e os meios de seu controle — os comitês operários e as comunas populares. Em que pese todo o voluntarismo chinês, o coletivismo deitou raízes profundas. Numa sociedade onde cerca de 700 milhões vivem no interior e mais de 400 milhões nasceram desde 1949 e, portanto, foram educados sob o espírito do socialismo, a restauração capitalista será tanto mais dificultada. Uma luta de proporções mais amplas e agudas teria de ocorrer.¹⁸

¹⁸ A imprensa burguesa divulgou a notícia de que a nova direção do PCC desmobilizaria os comitês revolucionários. Esses comitês não devem ser confundidos com os órgãos de base dos trabalhadores. Foram criações da Revolução Cultural, como verdadeiros órgãos paralelos ao Estado e ao Partido. Dos CR participavam: 1/3 de representantes das organizações de massa, 1/3 de quadros do Partido e 1/3 de militantes e membros das Milícias Populares.

BUROCRACIA TCHECA AMEAÇA SOCIALISMO¹⁹

Jornal Política Operária

No conflito entre a liderança tcheca e o PCUS, é difícil ver quem tem razão. Para o *Pravda*, jornal oficial do Partido Comunista da União Soviética, a Tchecoslováquia está voltando ao capitalismo. Para o governo tcheco, é preciso unir “socialismo com liberdade”. Enquanto isso, os jornais da imprensa burguesa aproveitam a crise para alardear boatos, procurando ao lado de sua classe incentivar a contrarrevolução entre os tchecos. Não é só difícil encontrar a posição mais justa de um ou de outro lado, porque nem um nem outro a tem. Não há dúvida de que a democracia pregada por Dubcek e seus companheiros tem pouca coisa a ver com a autêntica democracia operária. Democracia operária não quer dizer misturar um pouco de “liberdade” e um pouco de ditadura do proletariado com um pouco de democracia parlamentar. Os liberais tchecos, representados por Dubcek, querem dissolver a representação operária num aglomerado

¹⁹ Texto originalmente publicado no jornal *Política Operária*, nº 19, ago. de 1968 — órgão central do Partido Operário Comunista.

de organismos de tecnocratas e pequenos proprietários. Mas a democracia operária só pode ser a própria ditadura do proletariado: liberdade para a classe operária e seus aliados que contribuíram para a edificação do socialismo, ditadura sobre os restos da burguesia e a reação que se corporifica em setores da pequena burguesia, do campesinato privilegiado e da burocracia. Uma democracia como “fim em si mesmo”, uma democracia que não seja instrumento da revolução, não tem o menor sentido aos ouvidos de um comunista.

Mas como surgiu essa tendência liberal?

○ SOCIALISMO NA TCHECOSLOVÁQUIA

A passagem ao socialismo na Europa Oriental se deu em meio a muitas deformações. Sua história ainda está por ser escrita, mostrando o caráter burocrático dos PCs sob influência do stalinismo. A presença do Exército Vermelho, se possibilitou a derrubada da burguesia em muitos desses países, não poderia substituir a ação do proletariado revolucionário. O resultado foi um socialismo sem uma dinâmica própria, sem o motor revolucionário que só pode ser dado pela própria classe operária. Na Tchecoslováquia, país de sólidas tradições democrático-burguesas (o que é uma das explicações para a força dos “liberais”), a transição se deu em 1948, num golpe de Estado apoiado nas milícias operárias que tinham se formado para combater o fascismo durante a ocupação nazista, na Segunda Guerra. O fato de a revolução socialista vir de fora e de a classe operária não ter arrancado pela violência o poder das mãos da burguesia marcou o socialismo tcheco-slovaco. Não houve lá uma ditadura do proletariado como a da Revolução Russa, que procurou se impor e romper com toda a ideologia burguesa. Os stalinistas tchecos até aceitaram uma

forma de coexistência pacífica com os partidos políticos da burguesia e da pequena burguesia, que durante estes últimos vinte anos existiram na Tchecoslováquia, apesar de impedidos de chegar ao poder. Desse modo, a burocracia tcheca teve de se manter governando de cima para baixo, apoiando-se em parte nas milícias operárias, em parte no aparelho de repressão. O governo tcheco socializou os meios de produção, mas sempre manteve as massas voltadas sobretudo para incentivos materiais, isso é, recompensas econômicas pelo trabalho e pelo desenvolvimento. Como os stalinistas soviéticos, os burocratas tchecos não se preocupam em aprofundar os estímulos morais e uma educação socialista das massas tchecas, como a desenvolvida em Cuba, por exemplo.

A QUEDA DE NOVOTNY

Agora, com a queda de Novotny e de seus companheiros burocratas, causada em grande parte por problemas econômicos que o país enfrentava, as deformações burocráticas se acentuaram. O grupo que substituiu Novotny, o de Dubcek, só é diferente do anterior porque é formado por tecnocratas e homens mais jovens e porque põe mais em perigo o futuro do socialismo na Tchecoslováquia.

Assim, o grupo de Dubcek propõe mais “eficácia do aparelho e na economia” mas também admite o restabelecimento da pequena propriedade a uma “abertura” para os partidos democrático-burgueses e pequeno-burgueses. Na verdade, está acontecendo na Tchecoslováquia uma briga entre duas burocracias de tipo diferente, uma mais perigosa que a outra. O fato de uma falar em “liberdade socialista” é apenas um episódio político da luta. E ninguém pode se esquecer de que o grupo de Dubcek insiste em desmobilizar as milícias operá-

rias tchecas, que são as únicas forças capazes de promover e sustentar uma verdadeira democracia socialista.

O PAPEL DOS SOVIÉTICOS

Mas o que propõe a URSS como alternativa? A volta de Novotny? Cadeia para Dubcek? Os atuais líderes da União Soviética só conseguem pensar nesses termos, e seus argumentos vão pouco além de tanques. É que a própria direção soviética representa um domínio burocrático que fala em nome da classe operária e que alimenta ilusões de classe nos partidos comunistas aliados e fala na União Soviética em “democracia de todo um povo”.

Naturalmente, é do interesse de todos os revolucionários barrar o caminho dos revisionistas tchecos. Mas a única garantia para isso seria a própria intervenção da classe operária.

P.O.C. lança a sua declaração política

Todas as condições de clandestinidade impostas pela ditadura não foram obstáculo para que a Organização Revolucionária Marxista POLITICA OPERARIA e a DISSIDÊNCIA LENINISTA realizassem o Congresso de Unificação, precedido de ampla discussão nas bases. Dos debates do Congresso resultou a Resolução Política da qual transcrevemos a parte inicial.

Se o golpe de abril trouxe alguma coisa de positivo foi a exigência que colocou de uma nova liderança da classe operária. As antigas direções, que ficaram na classe a reboque da burguesia, provaram não passarem a classe a facilidade. Mas para que surgisse uma nova vanguarda foi preciso que o velho partido comunista passasse por um longo processo de discussão e luta interna, era preciso separar as militâncias revolucionárias do aparelho de burocratas acomodadas. Essa discussão ideológica tomou conta de todas as outras organizações da esquerda,

que enfrentamos tanto uma saída estimulamos a saída em que n... mas armadas combatemos conjuntamente, o rio brasileiro

Nossa razão

O PAF pois à...
Luta p...
operari...
Ao cor...
partid...
cum...
e de

POLITICA OPERARIA
NA LUTA DE CLASSE
PARTIDO COMUNISTA

ANO III Rio de Janeiro-São Paulo, 27 de fevereiro a 4 de março de 1964 Nº 12

Este número:
Peru: revolução

VICTOR MEYER

do, no bojo das lutas de classe, um partido de massas da proletariado.

Mas esse partido terá de crescer junto com a penetração do marxismo na classe operária e o PARTIDO OPERARIO COMUNISTA traz consigo a responsabilidade de se considerar herdeiro de todas as tradições revolucionárias do movimento comunista brasileiro e da Internacional Leninista.

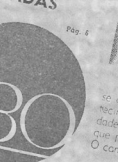
Temos consciência de que ainda não terminamos as divisões e reorganizações no meio da esquerda o reformismo tradicional do PCB permanece numa linha indefinida. Opondo à velha linha da luta armada, não oferece uma alternativa concreta para as lutas políticas e sindicais. Assim, a luta política

que, por isso, não pode ser considerada uma luta política, mas sim uma luta de classes.

Este período em que a luta política, sustentada pelo Partido Comunista Brasileiro, não é capaz de produzir efeitos individuais e coletivos, é o período em que a luta política, sustentada pelo Partido Comunista Brasileiro, não é capaz de produzir efeitos individuais e coletivos.

A Arte da insurreição

LUTA DE CLASSES E FORÇAS ARMADAS



Arrocho

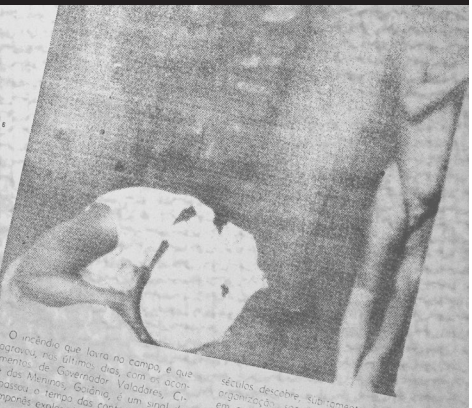
...o ministro e os partidos...
...os seus membros...
...o que favorece a preparação...
...a luta política...
...o movimento...
...a luta política...
...o movimento...

Liberdade para Guantânamo e Panamá

POLITICA OPERARIA

Partido Operário Comunista
Nº. 17
Fundação do Partido Operário Comunista

...a luta política...
...o movimento...
...a luta política...
...o movimento...
...a luta política...
...o movimento...



O incêndio que trava no campo e que se extinguiu, nos últimos dias, com a ocorrência da Morte de Governador Valadares, em um momento e tempo das comemorações. O corpo é exposto e humilhado durante...

...a luta política...
...o movimento...
...a luta política...
...o movimento...
...a luta política...
...o movimento...
...a luta política...
...o movimento...

A RÚSSIA SOVIÉTICA NA DÉCADA DE 1920: PRIMEIRO ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA DA TRANSIÇÃO²⁰

Victor Meyer

1. COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Quando ocorreu a Revolução Russa, em 1917, ainda não existia uma teoria marxista para o período de transição do capitalismo para o socialismo. No entanto, essa lacuna jamais poderia ser apontada como uma falha da doutrina, muito menos como dado indicativo de uma imprudência histórica dos marxistas em geral ou dos dirigentes russos em particular. A lacuna decorria, pelo contrário, do próprio método marxista — que orienta a teoria para interpretação da História real, para uma reflexão sobre as tendências objetivas e experiências

²⁰ Texto originalmente apresentado no Seminário “Marxismo e História” e publicado no *Caderno de Ciências Humanas*, ano I, dez. de 1989, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia da UEFS.

em marcha. Se a Revolução Russa foi pioneira, colocando pela primeira vez, de forma duradoura, o proletariado no poder, a teoria sobre a transição obrigatoriamente teria que estar ainda tateando. Para ser de outro modo, antecipando-se à História, a teoria precisaria ser especulativa e portanto antimarxista.

No máximo, Marx se permitiu escrever algumas poucas linhas, avançando apenas algumas considerações bastante gerais sobre o futuro problema da transição para o socialismo: essas poucas considerações concentram-se em um dos itens da sua *Crítica ao Programa de Gotha*. Recomendações mais específicas apareceriam na sua célebre análise sobre a Comuna de Paris, posteriormente endossadas por Lenin na obra *O Estado e a Revolução*. Mas a Comuna de Paris não poderia sustentar mais que algumas poucas recomendações específicas, dada a sua existência efêmera. É certo que os revolucionários russos, sob a liderança de Lenin, haviam realizado um esforço considerável para compreender o seu país e, em certa medida, antever os desdobramentos prováveis da revolução futura. Tais esforços, reunidos no Programa do Partido Social Democrata da Rússia, não podiam, porém, ultrapassar um certo nível de generalidade, e mesmo assim apenas parcialmente foram confirmados pelos fatos históricos: foi preciso que o próprio Lenin, já em 1917, portanto em pleno desencadeamento das forças revolucionárias, convocasse seus companheiros para uma urgente alteração de rumos, pois a revolução em marcha colocava tarefas inesperadas. As mudanças de orientação aparecem nas *Teses de Abril*.

Mas essa revisão programática de abril de 1917 limitava-se aos problemas gerais acerca do caráter da Revolução, do papel da classe operária, da atitude a ser tomada frente ao governo provisório formado pela burguesia russa, mencionando as tarefas para o futuro poder soviético novamente de forma

genérica. Somente nos anos seguintes à tomada do poder seria possível apreciar as condições históricas particulares nas quais transcorria a transição para o socialismo; somente a partir daí os primeiros passos rumo à teorização começaram a lançar alguma luz sobre as “leis” iminentes ao período de transição. Ao abordarmos o tema acima proposto, estaremos também debatendo as bases da teoria do período de transição, tais como foram lançadas na Rússia da década de 1920. Pelo alcance de suas elaborações teóricas, três personagens ocuparão o centro da controvérsia que tentaremos aqui retornar: Lenin em primeiro lugar, se bem que lembrando os limites das suas contribuições nesse campo, visto que saiu de cena em 1924; Preobrajensky e Bukharin em segundo lugar, respectivamente representando, no plano da teoria, as alas de esquerda e direita dos bolcheviques no poder.

2. O CONTEXTO HISTÓRICO

A hegemonia da classe operária na Revolução Russa, firmada nos eventos de outubro de 1917 e reafirmada em momentos críticos posteriores, não reduz a importância que tinha o elemento camponês na hora da Revolução, muito menos sua importância ao longo dos acontecimentos da década de 1920. Aliás, de tal modo importante era a presença do campesinato na sociedade russa, que se pode dizer que o problema central da transição, no período aqui considerado, foi precisamente o problema da relação entre operários e camponeses.

Logo em seguida à Revolução, 30 milhões de hectares foram ocupados e divididos pelos camponeses.²¹ Segundo Carr, na sua monumental *História da Rússia Soviética*, a ocupação

²¹ Cf. Rikov in “Informe sobre a Situação Econômica da Rússia”, apresentada no V Congresso da 3ª Internacional Comunista.

da terra pelos camponeses não decorreu de qualquer ação planificada por parte do novo poder político instituído pela Revolução: o poder soviético, em sua expressão organizada, estava limitado a uma pequena região da Rússia, assediado pelas forças contrarrevolucionárias de dentro e de fora do país. Foi a iniciativa dos próprios camponeses, no vasto território russo, que impôs a divisão da terra. Por isso mesmo, uma das condições para o êxito dos bolcheviques, na Guerra Civil e na consolidação do poder revolucionário, foi o apoio dado aos camponeses nessa sua ação espontânea. A revolução de fevereiro havia feito a pedra rolar pela encosta, e, até 1920, a obra camponesa se alastrou de forma incontrolável, modificando profundamente o campo russo. O quadro seguinte dá uma ideia do que ocorreu:

EVOLUÇÃO DO TAMANHO DAS PROPRIEDADES RURAIS 1917–1920

%

Propriedade	1917	1919	1920
Terra não arável	11,3	6,6	5,8
Terra arável até 4 desyatins	58,0	72,1	86,0
Terra arável de 4 a 8 desyatins	21,7	17,5	6,5
Terra arável de 8 desyatins	9,0	3,8	1,7

Fonte: E. H. Carr. *A Revolução Bolchevique*, 2ª vol., p.188.

Obs.: 1 desyatin = 1,2 ha

Em prolongadas discussões realizadas nos anos anteriores à Revolução, os bolcheviques já haviam concluído que a ocupação igualitária da terra pelos camponeses representaria uma luta legítima e progressista, pois levaria ao “desenraizamento

mento” irreversível do feudalismo. Contudo, Lenin sempre foi enfático em ressaltar que a equalização da posse da terra não representava a socialização, e sim, pelo contrário, “os anseios da burguesia mais radical”.²² O avanço da Revolução exigiria, pois, que se passasse da mera divisão igualitária da terra para a abolição da propriedade privada, com a formação de grandes unidades produtivas fundadas na coletivização. Como dar esse passo, que a teoria abstrata já previa como necessário? Impossível dá-lo de imediato, pois a onda revolucionária incontável avançava exatamente no sentido da repartição igualitária da terra. Entre 1918 e 1920, praticamente nenhum passo importante pôde ser dado rumo à coletivização no campo. Os dados seguintes ilustram a situação. O número de fazendas coletivas criadas no período era insignificante:

NÚMERO DE HERDADES SOCIALISTAS DE 1918 A 1920

1918	3.100 herdades socialistas
1919	3.500 herdades socialistas
1920	4.400 herdades socialistas

Fonte: E. H. Carr, op. cit.

A pulverização da propriedade rural provocou uma imediata queda na sua produtividade. Não obstante, o excedente agrícola obtido nessas condições, já reduzido em decorrência da baixa produtividade da nova estrutura agrária, tinha que suprir as necessidades de consumo da população urbana, tornadas prementes no contexto da Guerra Civil. O problema foi solucionado provisoriamente por meio das requisições forçadas decretadas pelo poder soviético: destacamentos

²² Lenin. *Sochineniya*, apud Carr, op. cit., p. 31.

de operários receberam delegação de poderes para requisitar alimentos compulsoriamente junto aos camponeses. Se não ocorreram rebeliões camponesas imediatas foi porque esses homens do campo preferiam ceder às requisições operárias a correr o risco de ver restabelecida a velha ordem, caso os contrarrevolucionários vencessem. Porém, tão logo cessada a Guerra Civil, e tão logo afastada a ameaça da restauração dos velhos latifundiários, os camponeses rebelaram-se contra as requisições e passaram a estocar produtos. A escassez de alimentos agravou-se.

Enquanto isso, a produção industrial caía nas cidades. A nacionalização das empresas industriais, que o poder soviético pretendia a princípio limitar aos casos de natureza punitiva, como represália a atitudes contrarrevolucionárias por parte dos antigos proprietários, acabou por generalizar-se: e foi generalizada por força da iniciativa própria dos operários, que tomaram para si a tarefa de gerir as indústrias. O resultado, no entanto, foi desastroso: os operários russos não haviam passado pelas experiências geralmente possíveis nas democracias burguesas, quando as ações sindicais e as atividades das comissões fabris propiciam um treinamento em matéria de autogestão. Implantou-se o caos industrial, ao mesmo tempo que a produção rural caminhava para a estagnação.

A nação russa caminhava para a dissolução. A Renda Nacional em 1920 caiu para um terço da Renda de 1913 (último ano anterior à participação da Rússia na Primeira Guerra Mundial). A produção industrial caiu para um quinto, ainda com relação a 1913. A classe operária industrial teve seu contingente drasticamente reduzido, conforme quadro a seguir:

OPERÁRIOS NA INDÚSTRIA

1913	2.600.000
1917	3.000.000
1918	2.500.000
1920-1921	1.480.000
1921-1922	1.240.000

Fonte: E. H. Carr, op. cit., p. 216.

Isaac Deutscher assim descreve a situação da Rússia bolchevique em finais de 1921:

Em fins do ano, o número de famintos se elevara a 36 milhões. Multidões incontáveis fugiam ante as tempestades de areia e os gafanhotos e vagavam num desespero sem objetivo pelas planícies enormes. Reapareceu o canibalismo...²³

A catástrofe econômica e as revoltas dos camponeses colocaram o Estado Soviético frente ao problema da própria sobrevivência. As discussões e decisões tomadas pelo novo Estado, nesse contexto, produziram uma radical mudança de rumos e ao mesmo tempo lançaram as bases para os debates teóricos mais consistentes sobre o problema da transição para o socialismo.

3. A CONTROVÉRSIA SOBRE OS CAMINHOS DA TRANSIÇÃO

O decreto que permitia a requisição forçada dos camponeses havia gerado a experiência que passou à História com o nome de “comunismo de guerra”. Isso se passou entre 1918 e 1920, e Lenin

²³ Isaac Deutscher, *Trotsky, o Profeta Desarmado*, p.15.

teria oportunidade para advertir que a situação então criada decorria de circunstâncias emergenciais de natureza militar. Cessada a Guerra Civil, o caos social e econômico mostrava dramaticamente que o socialismo não podia ser alcançado por mero decreto. De imediato, dizia Lenin, era preciso assegurar uma recuperação da capacidade produtiva da economia, e o primeiro passo devia ser a elevação da força produtiva da economia camponesa. Para elevar a força produtiva da economia camponesa, era preciso permitir que se desenvolvessem aquelas formas econômicas então existentes, incorporadas ao cotidiano da vida dos camponeses russos. A passagem para o socialismo haveria de ser um processo cujos primeiros passos estariam associados ao reconhecimento dos diferentes tipos de economia social existentes na Rússia, em decorrência da sua história anterior. Seria preciso conduzir o desenvolvimento das formas econômicas então existentes, mas conduzi-lo de modo a que o elemento socialista gradativamente conquistasse espaço.

Nessas considerações, Lenin se mostrava como discípulo de Marx. Afinal, Marx havia advertido, na *Crítica ao Programa de Gotha*, que os passos iniciais do socialismo não seriam dados como expressão de uma sociedade socialista erigida “sobre suas próprias bases”, mas sim como resultado do anterior desenvolvimento da velha sociedade de classes, de cujo ventre teria acabado de sair. No caso da Rússia, inclusive, pesava a singularidade de um socialismo que dava seus primeiros passos depois de sair do “velho ventre” de uma sociedade que sequer havia conseguido desenvolver plenamente o modo de produção capitalista. Segundo Lenin, cinco diferentes tipos de economia social estavam presentes na Rússia revolucionária: 1) a economia camponesa patriarcal ou natural; 2) a pequena produção mercantil; 3) o capitalismo privado; 4) o capitalismo de Estado; 5) o socialismo.

A Nova Política Econômica — a NEP — permitia o desenvolvimento dessas formas econômicas nas quais os camponeses russos demonstravam destreza, embora não as deixassem entregues a uma liberdade ilimitada: melhor seria dizer que a NEP permitia uma liberdade controlada para o desenvolvimento dos diferentes tipos de economia social existentes na Rússia; e esse controle visava exatamente o favorecimento do setor socialista. Evidente que se tratava de mecanismos iniciais de controle, pois a experiência posterior mostraria que novos e mais incisivos mecanismos seriam necessários para assegurar o futuro predomínio do setor socialista. Num primeiro momento, quais foram os mecanismos de controle? Simplesmente limitava-se o direito ao arrendamento das terras e limitava-se a utilização da mão de obra assalariada pelos camponeses mais ricos. Nas cidades, estimulava-se o capitalismo de Estado, isto é, a formação de trustes reunindo as empresas industriais arrendadas. Adiante ficaria claro que outros recursos seriam necessários para limitar o processo de “recriação” do capitalismo, então propiciado pela liberdade de comércio.

Mas os desdobramentos do debate e das teorias se dariam sem a presença de Lenin, morto em 1924. Duas seriam as grandes vertentes de interpretação do processo: pela esquerda, Eugênio Preobrajensky, partidário de Trotsky; pela direita, Bukharin.

Preobrajensky dizia, já num artigo publicado em 1921,²⁴ que um conflito fundamental lavrava na base da sociedade russa: o conflito entre os operários e os camponeses. Os camponeses eram o agente social do desenvolvimento da produção mercantil; a expansão da produção mercantil levaria for-

²⁴ “As perspectivas da NEP”.

çosamente a uma diferenciação social entre os camponeses, dividindo-os entre camponeses ricos e pobres. Os ricos (os *Kulaks*), enriqueceriam cada vez mais rapidamente com a NEP e em breve iriam exigir novas concessões. Era então possível prever que terminariam por empunhar o fuzil de infantaria contra o poder soviético. Também o pequeno comércio cresceria com a expansão das trocas: e os comerciantes também entrariam, mais adiante, em conflito com o poder soviético. O capital estrangeiro, de início sob controle, caminharia no sentido do açambarcamento da grande indústria e logo que pudesse se aliar às forças burguesas da Rússia. Esse desenvolvimento do pequeno capital é previsível — dizia Preobrajensky — porque essa sempre foi a lógica (já conhecida) do capital.

Mas ao mesmo tempo desenvolvia-se a “ilha” socialista. Como criar mecanismos para acelerar sua expansão e permitir que realizasse um salto de qualidade, de modo a poder desenvolver-se com suas próprias forças? A resposta, segundo Preobrajensky, estaria num processo que intitulou de “acumulação socialista primitiva”. Ou seja: através de sistemáticas taxações das rendas da pequena burguesia, se fortaleceria o fundo de acumulação que adiante permitiria o salto para a industrialização acelerada. Taxando o pequeno capital, o Estado Soviético estaria expropriando parte da mais-valia resultante da exploração agrícola e de todo o setor capitalista da Rússia Soviética, assegurando a acumulação socialista primitiva.

Esse quadro poderia ser caracterizado, teoricamente, sob um outro ângulo. Estariam em vigor, no interior da sociedade soviética, duas leis distintas: de um lado, a lei do valor, presidindo o desenvolvimento da produção mercantil e recriando capitalismo. De outro lado, a planificação, que preside o desenvolvimento da produção socialista. Essas duas leis, operando simultaneamente na mesma época e no mesmo país,

gerariam dois movimentos sociais, ambos de caráter expansivo e antagônicos entre si. No artigo citado, assim Preobrazjensky ilustrava a situação:

Processo socialista

Desenvolvimento
de relações de
produção capitalistas

A “ilha” socialista somente conseguiria crescer rapidamente, e suplantaria o setor capitalista, caso expropriasse parte do excedente criado no setor capitalista. Momentaneamente, havia uma trégua, expressa na Aliança Operário-Camponesa, mas essa aliança logo seria quebrada, dados os seus antagonismos internos. Sem a acumulação socialista primitiva, a “ilha” socialista não conseguiria promover a industrialização, indispensável para assegurar sua preponderância quando afinal se chocasse frontalmente contra o setor capitalista.

Bukharin, por outro lado, partia de outras premissas e chegava a conclusões opostas. Em primeiro lugar, não admitia que a pequena exploração camponesa fosse capitalista. A pequena exploração que não emprega trabalho assalariado, dizia Bukharin, “é certamente uma economia privada mas não é uma economia capitalista”.²⁵ No seu ponto de vista, a nacionalização da terra, decretada pelo poder soviético, impediria o retorno ao capitalismo, impediria a diferenciação social dentro do campesinato. Desse modo, Bukharin atribuía ao Estado Soviético um superpoder, um poder de árbitro do desenvolvimento social, capaz de intervir e reverter o processo caso algum perigo adviesse para a ordem revolucionária. Sob a proteção desse Estado superpo-

²⁵ “O Partido e o Bloco da Oposição”, 1926.

deroso, desse *Deus ex machina* sempre a salvo dos conflitos sociais decorrentes do fortalecimento do camponês rico, Bukharin lançou a consigna “Enriquecei!”, na expectativa de preservar a Aliança Operário-Camponesa num prazo longo. O socialismo avançaria lentamente — “em passo de lesma” como foi chamado na época — mas a harmonia da Aliança Operário-Camponesa seria preservada. Nessa perspectiva, o Partido Bolchevique não deveria tomar nenhuma medida que causasse ranhuras e riscos de rompimento na Aliança Operário-Camponesa: conclusão exatamente oposta à de Preobrajensky e à tese da acumulação socialista primitiva. Bukharin fazia a apologia do “produto nacional”, esquecendo-se de que o crescimento do produto nacional sob a NEP se fazia mediante acumulação de riquezas no setor capitalista e em detrimento da classe operária.

4. A TEORIA E A PRÁTICA

Ao se aproximar o final da década de 1920, a produção econômica na Rússia Soviética finalmente alcançava o nível de antes da guerra. A NEP havia confirmado as expectativas de Lenin e seus companheiros, que viam na nova política, nos idos de 1921, a alternativa para recuperar a capacidade produtiva da economia, passando pela elevação da força produtiva da economia camponesa. A Rússia revolucionária havia superado a catástrofe do início da década. Mas, simultaneamente, os prognósticos de Preobrajensky se confirmaram ao longo do período. Fortalecido pela NEP, o camponês rico seguia a velha lógica do capitalismo: quanto mais acumulava, mais queria acumular. Insatisfeito com as restrições da NEP, exigia a “Neo-NEP”.²⁶ Queria agora derrubar as restrições ao emprego de mão de obra assalariada.

²⁶ Isaac Deutscher. *Trotsky, o Profeta Banido*.

Os agitadores do Partido, mandados para o interior do país, eram espancados até a morte.²⁷ Como forma de luta, os camponeses voltaram a estocar produtos e a especular com os preços. Desse modo, ao mesmo tempo que comemorava a superação do caos econômico e social, a Rússia Soviética aproximava-se de um impasse. A essa altura torna-se aqui indispensável mencionar, mesmo que de passagem, a evolução das posições e das relações de forças dentro do partido único: durante a NEP, a ala esquerda esteve liderada principalmente por Trotsky (se abstraímos as oposições menos duradouras de Kolontay e de Osinski), enquanto a ala direita alinhava-se em torno de Bukharin. No plano teórico, as duas alas representavam-se especialmente pelos trabalhos de Preobrajensky e Bukharin, como já discutimos. Entre as duas alas extremas, alinhava-se a maioria do Partido e projetava-se a liderança cinzenta do Secretário-Geral.

Para a ala esquerda do Partido, a industrialização acelerada foi uma bandeira prática desde os primeiros tempos da NEP. Vistos os fatos na sua perspectiva histórica, deve-se questionar se teria sido possível realizar a acumulação socialista primitiva antes que a economia russa superasse a ameaça do colapso. Tudo indica que a industrialização imediata seria irrealista enquanto faltavam condições para assegurar aos operários “o pão e o combustível” — lembrando as singelas palavras de Lenin. Outra, porém, era a situação no final da década, quando a sociedade russa recuperava os níveis mínimos de civilização e quando os camponeses passavam a desafiar abertamente o poder soviético. Nesse momento, efetivamente ocorreu uma reviravolta nas relações de forças dentro do Partido: a maioria decidiu-se pela industrialização imediata, cuja condição seria naturalmente a coletivização do campo.

²⁷ Isaac Deutscher. Op. cit.

A acumulação socialista primitiva iria afinal se realizar: confirmava-se a teoria de Preobrajensky, mas apenas no seu sentido lato. Os métodos e o ritmo com os quais se deu a coletivização estavam muito distantes do que esperava o autor da *Nova Econômica*. Talvez seja difícil localizar um precedente histórico no qual as lutas de classes tenham se dado de forma tão violenta como naqueles momentos, na Rússia Soviética. Em apenas quatro meses, metade das 24 milhões de propriedades rurais haviam sido coletivizadas. O camponês acuado reagiu no limite do irracionalismo, abatendo metade dos rebanhos existentes no campo russo. Isaac Deutscher assim descreve o quadro:

Os coletivizadores espantaram-se a princípio com essa forma de “guerra de classes” e observaram, impotentes, os camponeses “médios” e até mesmo os pobres, participarem dessa carnificina, até que a totalidade da Rússia rural se transformasse num matadouro imenso. Começou assim o estranho carnaval presidido pelo desespero, no qual a fúria enchia os caldeirões das cozinhas. Uma epidemia de glotoneria difundiu-se de aldeia em aldeia... Homens, mulheres e crianças fartavam-se, vomitavam e voltavam aos caldeirões... As pessoas sufocavam com o cheiro da carne em deterioração, com os vapores da vodca, com a fumaça dos incêndios e com seu próprio desespero. Era esse, frequentemente, o cenário encontrado pelas brigadas de coletivizadores que interrompiam a orgia com o matraquear da metralhadora: executavam no local, ou arrastavam presos, os intemperantes inimigos da coletivização e anunciavam que a partir daquele momento todos os aldeões que restassem lutariam apenas, como membros exemplares do *kolkhoz*, pela vitória do socialismo na agricultura.²⁸

²⁸ Isaac Deutscher. *Trotsky, O Profeta Banido*.

A expropriação do campesinato possibilitou a acumulação socialista primitiva, isto é, o fundo de acumulação indispensável para garantir o salto industrial dos anos seguintes. Essa expropriação dificilmente teria sido possível nos anos anteriores, quando a economia russa esforçava-se por sair dos dias de caos, de fome e canibalismo que se seguiram à Guerra Civil. Por outro lado, se houvesse esperado mais, talvez a Rússia Soviética não conseguisse a tempo dar o salto industrial que lhe permitiria enfrentar o exército nazista. Revendo a coletivização nessa perspectiva, não há como deixar de concluir que ela representou objetivamente a condição para a sobrevivência do socialismo na Rússia. Há de ter sido o preço para manter o socialismo numa sociedade atrasada e acossada pela reação mundial. Se essa interpretação estiver certa, não terá sido a primeira vez em que a violência terá agido, ela própria, como se fosse uma potência econômica, servindo de “parteira da História”. O fato é que, inspirados no materialismo histórico, somos levados a interpretar o passado pelo sentido imanente dos fatos objetivos, abstraindo os nomes de pessoas e os destinos individuais selados enquanto se desenrolava a tragédia.

5. REFLEXÕES SOBRE O PRAGMATISMO DE STALIN

Uma das mais primárias atitudes condicionadas pelo senso comum burguês é a de substituir, na análise histórica, as forças econômicas e sociais em marcha por esse ou aquele “vulto” individual. Dessa postura simplória às vezes não escapam alguns intelectuais que se autoproclamam marxistas e que voluntariosamente enveredam pelo estudo da História. Fato surpreendente, pois até mesmo os que se limitam às noções introdutórias ao pensamento marxista já são advertidos de que o materialismo histórico toma como instrumentos de aná-

lise categorias tais como classes, luta de classes, relações de produção, etc. É verdade que o marxismo não “proíbe” a análise sobre o papel de qualquer indivíduo na História: mas a ação dos indivíduos somente se torna compreensível se situada sobre a análise das forças motrizes objetivas. A título de exemplo, lembremo-nos de que Marx se propôs, numa análise clássica, a qualificar o papel individual exercido por Luís Bonaparte, o líder do golpe de Estado do 18 Brumário. Em páginas antológicas, Marx desmistifica as análises precedentes acerca do golpe de Estado que inadvertidamente caíam numa espécie de engrandecimento da força do indivíduo que o liderou. “Eu, pelo contrário” — disse Marx no prefácio ao *18 Brumário* — “demonstro como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar o papel de herói”.

Extraordinário que surjam análises, ditas marxistas, capazes de escolher não menos que um acontecimento da envergadura da Revolução Russa, especificamente os primeiros anos da Rússia Soviética, para apreciá-los a partir da ação de um indivíduo ou da luta entre dois indivíduos, ou a partir da ação de um partido político ou da luta entre facções de um partido político. Tais análises prestam tributos apenas formais a Marx; usam o nome de Marx contra o marxismo, pois olímpicamente se esquecem das categorias do materialismo histórico para voltar a interpretar a história de um período (e de um período revolucionário!) a partir da qualificação da ação de um “herói” (Stalin), um “vilão” (Trotsky), e seus respectivos séquitos.

Outro é o caminho que estamos seguindo neste trabalho. Partimos da análise das lutas de classes na Rússia Soviética e dos fatos consumados que alteraram profundamente a estrutura econômica daquele país nos anos que vão de 1917 à

coletivização forçada. São essas as questões centrais que o presente trabalho coloca para o debate. E se surgem questionamentos quanto ao papel do partido único nesse período, e do seu Secretário-Geral, só poderíamos responder seguindo a metodologia de Marx: somente conhecendo-se o desenrolar concreto das lutas de classes na Rússia Soviética, até os primeiros anos 1930, se compreenderá como foi possível que um personagem intelectualmente medíocre e afeito a atitudes truculentas pudesse firmar sua ditadura pessoal, ali onde se esperava ver a prática da democracia proletária.

Foi preciso a dispersão do operariado revolucionário e sua posterior substituição por homens do campo, resultando no desarmamento político do proletariado, para que a burocracia (e seu líder) pudesse firmar o poder tutelar. Mesmo assim, a burocracia não se consolidaria como tutora se não houvesse antes convencido a massa dos trabalhadores quanto ao seu papel na consolidação do socialismo. Nesse sentido, a coletivização foi fundamental.

A burocracia e seu representante máximo, Stalin, se colocaram ao lado da coletivização quando a coletivização se tornou mais que uma possibilidade prática: quando ela se colocou como uma necessidade premente. A luta de classes já então colocava o confronto na ordem do dia e, se não fosse a coletivização, tudo indica que “os camponeses apontariam contra os operários os fuzis de infantaria” (Preobrajensky, lucidamente, o havia previsto). O Secretário-Geral, que não era um teórico, que era um pragmático, sentiu o rumo dos ventos. Liderou a expropriação violenta dos camponeses num momento em que esse ato aparecia como alternativa necessária e exequível, tendo em vista a industrialização acelerada e a sobrevivência da Rússia Soviética. O hábito de praticar truculências acabou por habilitar o Secretário-Geral a liderar uma ação extrema-

mente violenta que no entanto fazia girar para a frente a roda da História.

A coletivização e o êxito do 1º Plano Quinquenal garantiram o prestígio de Stalin junto aos trabalhadores. Logo mais, o pragmático Secretário-Geral usaria desse prestígio para impor sua ditadura tutelar e para implantar o terror sobre um proletariado desorganizado e confuso.

Stalin nunca foi um teórico. É verdade que ilustrou seu poder pessoal com os famosos manuais de mecanismo antidialético — reproduzidos e reescritos em generosa abundância por admiradores seus, nos mais variados rincões. Mas não podem ser levados a sério. O pragmatismo consiste na atitude de responder a problemas imediatos com critérios igualmente imediatos: é a negação da teoria. Se num dado momento o pragmatismo de Stalin o levou a contribuir para a consolidação da Rússia Soviética, convém lembrar que simultaneamente o Secretário-Geral iniciava uma sinuosa trajetória de desastres para o movimento comunista no mundo.

Enquanto na Rússia se dava a coletivização forçada, o mesmo Stalin mobilizava (autocraticamente) a 3ª Internacional para uma política ultraesquerdista na Europa. Impediu, na Alemanha, a unidade das forças operárias, taxando os operários social-democratas de social-fascistas. Com o proletariado dividido, os bandos nazistas melhor puderam organizar sua ofensiva. Já a partir de 1935, o pragmatismo do mesmo Stalin levou-o a liderar a política do bom relacionamento com a burguesia, e para isso voltou a mobilizar a 3ª Internacional (que a essa altura já perdera autonomia e dinamismo interno) para uma guinada à direita. Foi a hora das “Frentes Populares”, isto é, a hora da subordinação do proletariado às “burguesias democratas”. Essa guinada à direita já foi chamada, com bastante propriedade, de “revanche póstumo da 2ª Internacional”.

Em outras palavras, Stalin fazia ressuscitar a ideologia e a prática de colaboração de classes, que anos antes havia motivado a cisão da 2ª Internacional entre reformistas — social-democratas — e revolucionários. Em seu sinuoso caminho, o pragmatismo stalinista trazia de volta o reformismo (que parecia morto desde a Primeira Guerra e desde a decomposição da 2ª Internacional). Mas Stalin operaria essa histórica guinada à direita mediante certos cuidados: já experimentado em tentativas de adulterar a História, suas “Frentes Populares”, com tudo que representavam em termos de uma volta prática ao reformismo, seriam encobertas pelo pesado manto do revolucionarismo verbal. No discurso, uma fraseologia radical; na prática, a subordinação do proletariado a uma ou outra facção burguesa, devidamente batizada de “progressista”.

6. BREVES CONCLUSÕES

A interpretação dos fatos que envolvem as duas primeiras décadas de história da Rússia Soviética não pode ater-se, como ainda hoje às vezes se tenta, à reconstituição da crônica das lutas de facção do Partido Bolchevique. Antes se faz necessário recorrer, aqui também, às categorias analíticas do materialismo histórico.

Um marxista não pode basear a análise de um período histórico partindo de uma avaliação sobre os papéis desempenhados por indivíduos, mesmo quando esses indivíduos são os líderes de uma revolução social. Também não cabe avaliar os fatos partindo-se da apreciação do que fez ou deixou de fazer um partido político, mesmo quando esse for o mais mitológico dentre os partidos políticos modernos — o Partido Bolchevique. Metodologicamente, a pergunta sobre os papéis de Trotsky e de Stalin (ou de Lenin), ou, mais ainda, sobre o papel

desempenhado pelo Partido Bolchevique, deve ser uma pergunta subordinada, obrigatoriamente, ao debate referencial e prioritário que situe as lutas de classes e as transformações econômicas e sociais pelas quais passou a Rússia Soviética.

Partimos das categorias do materialismo histórico. E lembramos que a teoria passa a contar, desde os primeiros anos 1920, com os aportes pioneiros a propósito do problema da transição para o socialismo. Indispensável levar em conta a contribuição de Eugênio Preobrajensky, notadamente sua obra máxima, *A Nova Econômica*, provavelmente o primeiro grande texto marxista sobre a transição. Partindo dessas categorias analíticas (e portanto incluindo o conceito de acumulação socialista primitiva), cabe dizer que a coletivização forçada tornou um fato consumado a acumulação socialista primitiva e alterou, favoravelmente ao setor socialista, as relações de forças dentro da economia de transição na Rússia Soviética. Em sua objetividade histórica, esse fato tem uma força que se impõe sobre outras considerações.

O socialismo nasceu, assim como o capitalismo, “gotejando sangue por todos os poros”. Mas nasceu. Recém-saído da velha sociedade, de uma das mais atrasadas sociedades de classes, o socialismo mostra em seus primeiros passos uma face grotesca. Mas foi esse “socialismo real”, com essa fisionomia degenerada, que bateu o nazismo a partir da batalha de Stalingrado. Finda a Segunda Guerra Mundial, a Rússia Soviética quebra seu isolamento: emerge um bloco socialista, diante do qual a sociedade burguesa é obrigada a curvar-se. Daí em diante, qualquer nova revolução socialista vitoriosa vai encontrar condições mais favoráveis para se firmar.

É evidente que as sociedades socialistas hoje existentes ainda são sociedades de transição. Sociedades mistas, dentro das quais persiste, como diria Preobrajensky, a luta entre a lei do

valor e a lei da planificação. É impossível escapar a essa limitação enquanto essas sociedades socialistas permanecerem como “ilhas” (mesmo que em expansão) envolvidas pelo mundo capitalista. A limitação continuará enquanto o socialismo não se generalizar no mundo. A luta entre as duas “leis” continua; mas a acumulação socialista primitiva, na Rússia Soviética, fez inverterem-se os pesos relativos entre o setor socialista e o setor capitalista, garantindo o salto qualitativo na história da transição naquele país, sendo por isso um marco de alcance mundial.

Porque existe um bloco socialista, os trabalhadores do mundo capitalista podem hoje alimentar a esperança de que farão suas revoluções de forma talvez muito menos violenta que a Revolução Russa. Cuba, que está tão perto de nós, está conseguindo: dificilmente seria possível à sociedade revolucionária cubana sustentar os seus êxitos, na forma como o tem feito, não fosse a colaboração ativa do bloco socialista. E à medida que a revolução avança no mundo, consolidam-se as premissas que haverão de permitir às sociedades socialistas existentes superarem suas deformações de nascença, recuperando os organismos da democracia operária.

As novas sociedades jamais nascem obedecendo a algum figurino onde se tenham traçado os seus modelos ideais. O socialismo está nascendo, como de um modo geral previu Marx, trazendo na sua face inicial o estigma e as marcas do ventre decadente que o gerou. Mas está nascendo. E o que se construiu até aqui representa uma conquista irreversível da humanidade.

BIBLIOGRAFIA

- CARR, E. H. *História da Rússia Soviética*. 2º vol. Porto: Afrontamento, 1979.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o Profeta Armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Trotsky, o Profeta Desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Trotsky, o Profeta Banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LENIN. *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. In *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. 2º vol. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- _____. *Guerra Civil na França*. In *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. 2º vol. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- PREOBRAJENSKY, Bukharin, Lenin et al. *A Nova Política Econômica*. São Paulo: Global, 1987.
- PREOBRAJENSKY, Eugênio. *A Nova Econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RIKOV. “Informe Sobre la Situación Económica de la Unión Soviética.” In “V Congresso de la Internacional Comunista”. *Cuadernos de Pasado y Presente*, nº 5. Córdoba. Ediciones Pasado y Presente, 1975.
- SACHS, Erico. *Qual a Herança da Revolução Russa e Outros Textos*. Belo Horizonte: Seprac, 1988.

O BLOQUEIO DA ACUMULAÇÃO SOCIALISTA²⁹

Victor Meyer

APRESENTAÇÃO

A crise atual do socialismo coloca muitas questões e deve ser analisada sob ângulos diversos.

Está colocada na ordem do dia, por exemplo, a discussão sobre as formas de controle da burocracia estatal pelos organismos representativos das massas, durante a transição para o socialismo, tendo em vista a construção efetiva de uma democracia dos trabalhadores. Está colocada também a discussão sobre a relação que deve existir entre os Estados operários e os movimentos dos trabalhadores que se desenvolvem dentro dos países capitalistas.

A pauta dos problemas propostos pela crise atual é ampla, envolvendo questões teóricas mais gerais, como a polêmica sobre a própria natureza das relações de produção existentes na União Soviética. Facilmente, poderíamos aqui alongar a relação dos temas correlatos, cuja discussão é necessária.

²⁹ Texto originalmente publicado pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Assessoria Sindical — CEPAS (Salvador/BA), jan. de 1991.

O texto que ora publicamos pretende contribuir para o debate dessa problemática sob um ângulo bem preciso: o da determinação econômica da crise atual do sistema, mais particularmente, da crise da União Soviética. Trata-se, assim, de uma abordagem que é parte de uma discussão maior. No entanto, talvez não estejamos exagerando se considerarmos que o problema aqui debatido tem importância fundamental.

O referido texto foi elaborado a partir de discussões realizadas pela Equipe CEPAS e está sendo publicado como documento preparatório de um seminário sobre a crise de socialismo, a ser realizado proximamente.

Salvador, janeiro de 1991
Equipe CEPAS

(...) e no túmulo de Lenin em Moscou parece que um coração enorme está batendo, batendo.

(Carlos Drummond de Andrade. *Alguma Poesia*. 1930)

NOTA PRELIMINAR

As primeiras reações frente aos movimentos de massas do Leste Europeu, em 1989, pareciam aproximar as mais distantes correntes ideológicas. Altos dignitários da direita e militantes de esquerda pareciam identificados no ato de aplaudir. Essa estranha confraternização, não programada e incômoda, levaria logo depois muitos quadros de esquerda a uma situação indesejada. Tão rápida foi a sucessão dos acontecimentos, especialmente na Alemanha, que alguns se deram conta um tanto tardiamente de estarem aplaudindo a restauração capitalista.

A armadilha em que muitos caíram tinha em parte suas origens nas análises correntes, em sua maioria tendentes a isolar os fatos políticos das suas bases econômicas. Haveria uma crise da burocracia, uma crise do stalinismo e, nesta medida, nada mais justo do que aplaudir. Passado mais de um ano desde a queda do muro de Berlim e diante do inequívoco processo de restauração da exploração capitalista naqueles países, é conveniente investigar com mais detalhe o pano de fundo do processo em marcha. É preciso concentrar atenções sobre a base material da crise do socialismo, tomando-se especialmente o caso da União Soviética.

Por trás da expressão aparente dos acontecimentos, tudo indica que a acumulação socialista encontra-se bloqueada. Tudo leva a crer que a crise não se limita ao invólucro burocrático, ela atinge as bases do sistema. (Embora certamente levando de roldão a burocracia e todos os dogmas mascarados do stalinismo.) A constatação de que a crise não advém apenas da degenerescência burocrática do Estado pode ser inferida, numa primeira aproximação com o problema, ao se observar uma circunstância que parece contrariar o senso comum: sob o jugo da mesma burocracia, o socialismo já viveu períodos de rápida expansão, enquanto, por outro lado, a reforma do velho regime (desde 1985) não atenuou a marcha da crise. As causas da presente crise econômica devem envolver, portanto, determinantes mais amplos.

A crise é do socialismo e não apenas da burocracia. Seus fundamentos, em última análise, estão na contradição mundial entre os dois blocos, entre os dois sistemas econômicos e sociais irreconciliáveis que dividem o mundo desde 1917. Essa é a discussão que pretendemos esboçar aqui, tomando como base da análise o que ocorre na União Soviética.

É verdade que, pelo menos em dois momentos, desde 1917, o socialismo já enfrentou situações muito próximas do colap-

so. A primeira delas ainda durante o comunismo de guerra, quando a economia russa chegou a um estágio abaixo dos níveis mínimos de civilização, com a população fragmentando-se em bandos errantes fugindo pelos campos, como nos conta Isaac Deutscher em suas páginas clássicas. Para reconstruir a nação, o Estado Soviético passou a assegurar o desenvolvimento das formas econômicas e sociais objetivamente existentes e nas quais os agentes sociais demonstravam destreza.

Essas formas econômicas, trazidas do passado pelas correntes da tradição, consistiam na economia camponesa patriarcal e comunal, na pequena produção mercantil, no capitalismo privado, no capitalismo de Estado, formas às quais se agregava, em pequena escala, uma “ilha” de socialismo. Liberando o desenvolvimento de todas essas formas sociais, o colapso foi superado e a economia do país voltou a se organizar. Ocorre que, ao mesmo tempo, essa convivência de diferentes relações sociais acendeu e aguçou os conflitos entre os camponeses e os operários. Enriquecidos durante a década de 1920, os camponeses passaram a agir segundo a lógica universal da acumulação mercantil: queriam acumular sempre mais e, por isso, fatalmente se chocavam com os operários. Sabotavam o abastecimento e radicalizavam agressões ao Estado Soviético. Pela segunda vez o socialismo chegava a uma situação crítica.

A “ilha” socialista dentro do mar de capitalismo estava em desvantagem em termos de desenvolvimento objetivo mas dispunha de meios extraeconômicos para reagir. O Estado Soviético chegou à conclusão de que, naquelas circunstâncias, não havia tempo para o crescimento pacífico do setor socialista, não se podia esperar pelo esvaziamento progressivo da economia mercantil. Optou pela reação violenta, pelo ataque campal e cruento aos camponeses. Os coletivizadores arrasa-

ram em poucos meses, com armas na mão, milhões de propriedades rurais.

O socialismo que emergiu da coletivização forçada tinha, pelas próprias condições de nascença, algo de comunismo de guerra. Esmagado por um ato de força, o camponês russo ainda tentaria ressurgir posteriormente, de dentro da própria fazenda coletiva, realimentando o terror do Estado. Destruídas por vias extraeconômicas, as forças do mercado não desapareceram, elas tentaram repetidamente se reerguer. Voltando a Isaac Deuser, “o individualismo camponês jamais se recuperaria do golpe mortal que lhe foi imposto, embora sua matraca mortuária continuasse soando nos ouvidos da Rússia por um quarto de século”.

O avanço da acumulação socialista nos anos seguintes, sobretudo logo após a Segunda Guerra, criou as bases para um apaziguamento relativo da sociedade soviética. Nas décadas de 1950, 1960 e até certo momento da década de 1970, não se fizeram sentir movimentos sociais importantes em oposição ao Estado, salvo as manifestações de dissidentes isolados. Com os primeiros sinais da crise da economia socialista, entretanto, aos poucos se foram reabrindo as velhas cicatrizes. Ecos dos antigos *kulaks*, da economia mercantil abafada pela força, paulatinamente voltaram à cena. O fenômeno se torna mais nítido ao longo dos anos 1980. A crise reabriu contradições mantidas latentes e fez vir à tona o cansaço das massas com os métodos autocráticos do Estado burocratizado.

Deve-se em primeiro lugar perguntar pelas causas da crise econômica. Ela já se prenuncia na década de 1970, com a desaceleração do crescimento da União Soviética. Deve-se perguntar por que o mesmo país que crescera a taxas tão altas durante mais de uma década, até conseguir, no imediato pós-guerra, marcar vários tentos na competição tecnológica com

o mundo capitalista mergulha depois numa marcha lenta e a seguir numa crise aberta. Deve-se investigar por que o mesmo país que conseguiu sustentar um empate estratégico na corrida armamentista com o imperialismo começa depois a perder terreno, a ver se enfraquecerem as condições materiais para a sustentação da corrida, até atingir um estágio de desagregação interna. Essa é a discussão que se pretende esboçar a seguir.

A “ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA”

Durante a década de 1920, o problema da política econômica a ser adotada pela nascente sociedade soviética marcou intensamente as discussões travadas pelo Partido. Estava em jogo o destino da NEP e os principais expoentes do debate, no plano teórico, foram Bukharin e Preobrajensky. Enquanto Bukharin defendia a continuidade da NEP, o desenvolvimento balanceado com base na Aliança Operário-Camponesa, fórmula que ficou conhecida como “socialismo a passo de lesma”, Preobrajensky argumentava que a aliança de classes que sustentava a NEP continha um antagonismo interno fadado à ruptura. Desenvolvendo sua visão sobre esse processo de transição (entre o capitalismo e o socialismo) Preobrajensky formulou a tese de que a acumulação socialista exige uma etapa prévia, por ele denominada de acumulação socialista primitiva.

A fórmula obviamente faz alusões à acumulação primitiva vivida pelo capitalismo, magistralmente descrita por Marx em *O Capital*. Precedendo à acumulação capitalista, há uma modalidade especial de acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida. Para Marx, a era do capitalismo começa no século XVI, mas

a produção “especificamente capitalista” vem com a divisão manufatureira do trabalho, com a subordinação real do trabalho ao capital e com a introdução da maquinaria, via Revolução Industrial. Entre os dois marcos citados medeiam pelo menos 200 anos, durante os quais transcorreu-se a acumulação primitiva.

A acumulação capitalista primitiva, levada a cabo com base no emprego de meios extraeconômicos, ou seja, da violência pura e simples, garantiu a acumulação prévia de tesouros e instrumentos de produção nas mãos da burguesia nascente. O processo tornou possível o encontro entre o dinheiro e a força de trabalho (formada pelos camponeses expropriados, despossuídos de qualquer meio de produção, “livres como pássaros”). Esse encontro assegura a criação do valor, a expansão e a reprodução ampliada do capital. A obra de Preobrajensky nos sugere que também no socialismo é necessária uma etapa assim, prévia, durante a qual a classe operária dirige a ampliação de um fundo de acumulação socialista. A condição desse processo é a coexistência do socialismo emergente com outras formas sociais, uma convivência conflituosa durante a qual o Estado operário usa de meios extraeconômicos para expropriar parte do produto social oriundo das formas não socialistas.

A acumulação socialista primitiva pressupõe, portanto, a coexistência num mesmo tempo e lugar de um núcleo inicial de produção socialista — uma ilha de socialismo — cercado por um mar de propriedades mercantis. Para sobreviver e depois expandir-se, o setor socialista precisa recorrer à autoridade do Estado revolucionário para taxar progressivamente a renda das classes mercantis, ou seja, precisa taxar parte da mais-valia extraída pelo setor capitalista da sociedade. O processo somente se encerra quando o conflito desaparecer,

quando o socialismo já não for apenas uma ilha cerceada em suas margens pelo mar de capitalismo. A acumulação primitiva se transcorre sobre um conflito entre duas forças por natureza expansivas, uma sempre ameaçando mortalmente a outra, uma sempre tendendo a suplantar e asfixiar a outra, pois são forças mundiais por natureza, são forças que precisam do mundo para se tornarem estáveis.

Na experiência soviética, esse processo teria se iniciado durante a NEP e se coroado num golpe súbito — a coletivização forçada. Não se trata aqui de retomar o debate russo daqueles anos, mas sim de recuperar o argumento chave de Preobrazhensky, que defendia a expropriação progressiva da economia mercantil em favor do setor socialista. Sem o que o “mar de capitalismo”, em condições materialmente vantajosas, por já ocupar o mundo e por se apoiar em tradições sólidas, terminaria por alastrar-se sobre a “ilha” socialista, arrasando-a.

O raciocínio pode e deve ser estendido ao âmbito mundial. Mesmo depois de consumado o ato da coletivização forçada do seu próprio campesinato, a União Soviética continuava uma “ilha” de socialismo no plano mundial, em desvantagem diante do mar de capitalismo monopolista. Para sobreviver, seria indispensável alastrar as relações socialistas sobre o campo das relações mercantis, francamente predominantes. A essa visão do processo se poderia objetar que durante décadas o socialismo pôde sobreviver e até se estabilizar na União Soviética como uma espécie de “socialismo num só país”. Não nos esqueçamos, porém, de que no longo período que vai da Revolução de 1917 até o final da Segunda Guerra, o mundo capitalista atravessou uma sucessão de abalos, dos quais a Grande Depressão é o símbolo maior. Seria bastante questionável imaginar a consolidação do “socialismo num só país” se durante o referido período o capitalismo houvesse se expandido com a pujança observada no pós-guerra.

Superado o período das grandes instabilidades, o capitalismo encontrou seus mecanismos de regulação e suas formas institucionais adequadas à era do capital monopolista. No entanto, simultaneamente, o socialismo soviético recebeu o reforço decorrente da Revolução Chinesa e mesmo das “revoluções” de cima para baixo, isto é, da anexação militar dos países do Leste Europeu, constituindo assim os esboços de um bloco mundial socialista. Mesmo considerando-se todas as limitações desses novos aportes, a expansão do “bloco” abriu uma cunha no mercado mundial capitalista, e foi possível ao socialismo um período de prosperidade relativa. Continuava, porém, uma ilha em desvantagem num mar de capitalismo monopolista. O cenário continuava sendo o da acumulação primitiva, encontrando fortes barreiras externas para a sua expansão.

AS FORÇAS BLOQUEADORAS

A fase das crises agudas e das guerras mundiais, que abalou o capitalismo na primeira metade do século, foi substituída pela forte expansão do pós-guerra. A consolidação do consumo de massas, das democracias burguesas na Europa, do keynesianismo como mecanismo de estabilização do sistema e a industrialização de vários países da periferia do sistema são os signos da prolongada prosperidade. Hoje é possível verificar que nem mesmo a crise de 1974 e as turbulências que se seguiram foram suficientes para deter o avanço do capital. Nem o declínio da força hegemônica dos EUA nem a desorganização do sistema financeiro mundial impediram que a década de 1980 marcasse a expansão do capital nos países centrais do capitalismo, enquanto uma revolução tecnológica despontava a partir do Japão e da

Europa Ocidental (Alemanha, principalmente). Ao longo das últimas quatro décadas avançou a internacionalização do capital e da produção, mudou a divisão internacional do trabalho e o comércio mundial se expandiu como nunca. O capital financeiro e as mercadorias de exportação avançaram, naturalmente, também sobre o campo socialista.

A relação entre esses fatos que envolviam o mundo capitalista e o que então acontecia na União Soviética é a chave para a compreensão do virtual xeque-mate em que o sistema socialista hoje se encontra. Primeiro, cabe considerar que todos os países que vieram a compor o bloco socialista no pós-guerra saíam de uma ordem anterior caracterizada pelo fraco desenvolvimento industrial. Essa limitação é o tributo pago à política externa stalinista, que no imediato pós-guerra negociou com o comando imperialista a deposição das armas pelo proletariado na Europa desenvolvida.

Neste ponto a análise econômica se cruza de forma muito aparente, muito direta, com a análise política. Sendo um momento de crise aguda, um ponto de viragem na história da Europa, não se pode deixar de ressaltar que aquele momento representou uma oportunidade perdida no curso da Revolução Mundial. Selado o compromisso entre a burocracia soviética e o comando imperialista numa espécie de Tordesilhas, ficou perigosamente delimitado o campo de expansão para as forças socialistas. O ato de traição promovido pela burocracia cerceava as possibilidades do socialismo no período seguinte. Simultaneamente, a burocracia conseguia prolongar sua posição no controle do Estado. O socialismo continuaria “subdesenvolvido” e, por isso, a burocracia se colocava a salvo de contestações maiores. Nem mesmo a morte de Stalin, as revoltas nos países anexados (Hungria etc.), o XX Congresso do PCUS e a “desestalinização” nas aparências, nada disso representaria

abalado decisivo para a posição dirigente da burocracia. Mas o que se deseja aqui ressaltar é que, excluída a revolução na Europa, o bloco socialista limitou-se a um certo número de países saídos da periferia atrasada do mundo.

O bloco assim constituído, com essas fraquezas congênicas, tinha que realizar um imenso esforço em termos de gastos militares. Para assegurar sua sobrevivência no contexto da Guerra Fria, isto é, num mundo cindido pela contradição entre os dois sistemas, o socialismo precisava destinar um percentual do PIB bem maior que o percentual gasto pelo bloco inimigo com a corrida armamentista. Os dois blocos chegaram a um empate nas relações de forças militares, mas o PIB dos EUA era mais que o dobro do PIB soviético. Para a União Soviética o preço do empate era incomparavelmente maior que o preço pago pelos EUA. À medida que prosseguia a corrida, ou seja, a luta entre os dois sistemas, crescia do lado socialista uma imensa sangria de recursos, um enorme desgaste do fundo de acumulação socialista. O capitalismo, em expansão, encontrava assim um meio de asfixiar lentamente a economia socialista. Do ponto de vista da União Soviética, a necessidade de sustentar o empate militar implicava crescer menos que os capitalistas nos investimentos produtivos e portanto no desenvolvimento tecnológico. Sem precisar detonar qualquer bomba atômica, o imperialismo começava a projetar no horizonte a perspectiva do estrangulamento da economia socialista. A não ser que o socialismo lograsse nesse ínterim se expandir sobre o mundo, retirando substância do âmbito das relações mercantis, fazendo crescer o peso do fundo socialista dentro do mundo, a não ser que a revolução lograsse novas e significativas vitórias, o cerco do capital se faria sentir cada vez mais fortemente.

Além disso, o campo socialista não podia dispor, com a mesma envergadura do que ocorria no campo capitalista, de uma

divisão internacional do trabalho. O comércio exterior com os países capitalistas substituía uma divisão do trabalho socialista em grande escala. Essa circunstância reduzia fortemente a faixa das questões econômicas passíveis de serem incluídas na planificação. O potencial revolucionário do mecanismo da planificação tinha que ser amortecido. Uma parte dos insumos necessários à acumulação socialista provinha do mundo capitalista, através do comércio exterior, e essa parte do produto social estava evidentemente fora do alcance da planificação.

Com esses dois tipos de freio, o primeiro reduzindo drasticamente os recursos efetivos e o outro embargando as forças potenciais, começa a haver, desde os anos 1970, uma desaceleração do crescimento do PIB da União Soviética. No período 1951–1973, o Produto Interno Bruto cresce 5%. No período 1974–1982 o crescimento é de 2,1% e, entre 1983 e 1988, apenas 1,9%. Os dados mostram claramente uma tendência. Há desaceleração e depois virtual estagnação (com tendência à queda) do PIB *per capita*. Se no período 1951–1973 o PIB *per capita* crescia à taxa anual de 3,6%, no período 1974–1982 cresce apenas 1,2% e, em 1983–1988, não mais que 1%.³⁰ Nessas condições seria de se esperar uma queda no padrão de vida do povo soviético. No entanto, a lógica do sistema leva à sustentação do poder aquisitivo das massas com a ampliação de investimentos em habitação, educação etc., com a liberação de recursos para socorrer flagelados, com a sustentação do nível de emprego via subsídios a empresas deficitárias etc. Foi também a lógica do sistema, num quadro de confrontação latente entre os blocos (socialista e capitalista) que levou à manutenção e à ampliação da ajuda a países socialistas ou a caminho do socialismo, como Cuba e Nicarágua. A sustentação desse

³⁰ FMI – *World Economic Outlook*, março de 1990.

quadro, num contexto de desaceleração do crescimento do produto social, passou a gerar um grande déficit público que, em 1988, já atingia 11% do PNB soviético. Não se pode estranhar, diante disso, fenômenos tais como uma inflação repentina e a deterioração da moeda nacional.

Note-se que há um encadeamento de contradições em última análise decorrentes da luta entre os dois sistemas mundiais. Se o sistema capitalista não estivesse se expandindo tão rapidamente, não poderia arcar tão facilmente com os elevados gastos militares. O armamento dos EUA, porém, obrigava a União Soviética a realizar um esforço incomparavelmente maior para assegurar o empate estratégico. Em 1978, os gastos militares dos EUA chegaram a 5% do seu PNB, enquanto a União Soviética precisava destinar de 11 a 14% do seu PNB para os mesmos fins.³¹ (A enorme diferença dos percentuais decorria do fato de ser o PNB dos EUA então mais do que o dobro do PNB soviético.) As despesas militares dos EUA continuam crescendo nos anos seguintes. Em 1980 representavam 22,6% do orçamento público, passando a 26,7% em 1984,³² correspondendo ao auge militarista do governo Reagan. Foi a lógica da sobrevivência do sistema, no contexto da contradição com o sistema capitalista, e não apenas a lógica particular da burocracia, que impôs à União Soviética a corrida armamentista e a ajuda a países como Cuba, Nicarágua e outros. O preço pago foi uma depauperação do fundo de acumulação socialista.

Não se pode estranhar o fraco desenvolvimento tecnológico do mais importante país do bloco socialista. O desenvolvimento tecnológico, em padrões equivalentes ao que ocorria no mundo capitalista, teria que estar incluído na planificação.

³¹ BEAUD, Michel. *História do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³² BEAUD, op. cit.

Mas a planificação não é um sonho, ela depende de recursos materiais. O fundo socialista estava no entanto sofrendo a ação redutora dos gastos impostos pela confrontação política com o imperialismo.

A produtividade do trabalho, medida em Produto Bruto por hora trabalhada, crescia na União Soviética a taxas anuais de 3,6% no período 1951–1973, passando a 1% no período 1978–1974. Simultaneamente, os países industrializados (16 países, agrupados segundo critérios do FMI) demonstravam, nos mesmos períodos, crescimento de 4,8 a 2,7%, respectivamente.³³ A vantagem dos países capitalistas vai aparecer mais claramente se, em vez dos 16 países agrupados nos dados acima, considerarmos especificamente Japão e CEE (ou o Japão e a Alemanha), onde vai ficar mais evidente o salto tecnológico, a nova revolução industrial em andamento na parte capitalista do mundo.

Os dois blocos que dividem o mundo são mutuamente excludentes. Somente à luz dessa contradição é possível compreender que, depois de um período de avanço, a acumulação socialista na União Soviética tenha se desacelerado e depois entrado em crise. Por trás do fenômeno está a expansão prolongada do capitalismo no pós-guerra e, mais recentemente, seus avanços rumo a uma tecnologia qualitativamente superior. A “ilha” socialista, já partindo de uma posição desvantajosa e sofrendo uma sangria crescente, começa a ver alcançar sobre si o “mar” capitalista. A atual crise do sistema socialista é consequência direta da contradição internacional entre os dois blocos, da luta ininterrupta travada entre eles.

³³ FMI – *World Economic Outlook*, maio de 1990.

Banco Mundial - Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial, 1989. FGV, 1989.

A *perestroika*, que guarda seus parentescos com a NEP, pode significar uma retomada de fôlego em termos imediatos, mas certamente colocará contradições maiores mais adiante. O restabelecimento de um setor capitalista forte ajuda a resolver o problema imediato do abastecimento. A redução dos subsídios e dos gastos externos ajuda a recompor as finanças públicas. Mas as consequências posteriores serão, por um lado, o crescimento material das forças internas frontalmente hostis ao socialismo e, por outro lado, a liquidação de conquistas sociais dos trabalhadores (como a garantia de emprego). Além disso, a suspensão dos gastos com os países socialistas pouco desenvolvidos, como Cuba, implicará, para estes, danos profundos.

Gorbachev costuma fazer alusões ao realismo de Lenin, numa explícita referência à NEP dos anos 1920. Com um revólver apontado contra a sua cabeça, é natural que o líder soviético tente um acordo contra o tempo, e o faça lembrando Lenin. Mas a analogia não vai longe. É verdade que Lenin tentou ganhar tempo com a NEP, assim como nos embates diplomáticos de Brest-Litovski, mas seu realismo era revolucionário. Sempre apostava ativamente nas possibilidades de logo adiante poder desarmar os seus algozes. Para isso o velho revolucionário russo não se contentava com frases de confiança no futuro, ele contava sobretudo com o partido revolucionário e com a confiança do proletariado. Hoje, a situação é completamente distinta. Para fazer o mesmo que Lenin, Gorbachev precisaria estar disposto a varrer o velho sistema burocrático e mobilizar os trabalhadores soviéticos para que eles próprios viessem a sustentar, através da democracia direta e com métodos revolucionários, a salvação imediata do sistema ameaçado. No entanto, depois de décadas de dominação burocrática, os trabalhadores associam o socialismo à burocracia que se incrustou e “degenerou” o aparelho do Estado.

Gorbachev não pode pretender nada disso. O seu realismo é o da burocracia, que deseja prolongar o seu sistema de mando, sua posição dentro da sociedade soviética. Mas a burocracia sobrevive exatamente porque e enquanto a classe operária não assume, ela própria, o controle da sociedade. Temos aí o nódulo dramático da crise. Enquanto reinou, a burocracia anestesiou politicamente as massas trabalhadoras soviéticas, manteve-as despolitizadas e à margem das decisões nacionais. Chegada a hora de uma crise aguda do sistema, o proletariado não demonstrou, até aqui, estar em condições de agir como classe. (Nos outros países do Leste Europeu, simplesmente serviu de massa de manobra na estratégia da reação mundial pela restauração do capitalismo.) O jugo burocrático é responsável pelo alcance mortal da ameaça que paira sobre o sistema: o Estado Soviético continua esvaziado da participação democrática das massas, continua ocupado pelas forças remanescentes do stalinismo, arrastando o extenso fardo dos crimes políticos praticados pela burocracia. A única força capaz de salvá-lo não demonstrou ainda a recuperação de uma consciência de classe. No entanto, é preciso reafirmar as esperanças. Somente os trabalhadores poderão dirigir a saída desse momento crítico. Embora fosse, nesse caso, ainda uma saída provisória. A solução duradoura para a crise do socialismo tem que ser colocada em sua dimensão internacional.

Digamos que a situação atual guarda alguma semelhança com o panorama Soviético de 1929. Naquela época, as forças capitalistas revigoradas pela experiência da NEP avançavam sobre os redutos socialistas. Mas o Estado Soviético pôde então reagir com um recurso típico da era da acumulação primitiva: apelou para os meios extraeconômicos, empregou as forças do Estado para esmagar a economia mercantil. Hoje, com que força extraeconômica poderia o bloco socialista jogar-se

contra o capitalismo monopolista, para novamente garantir um novo salto na acumulação socialista? Obviamente, a União Soviética não tem esses meios nas mãos, por isso o problema já não poder ser inteiramente resolvido no interior do próprio bloco. O socialismo atual pode e deve resistir, como propugna Fidel Castro, ao cerco da reação mundial. Mas a saída duradoura para a presente crise somente seria possível se uma força extraeconômica golpeasse as forças mercantis e assegurasse novos espaços para a acumulação primitiva socialista no mundo.

Essa saída nos leva de volta a antigas análises de Marx, Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky e tantos outros revolucionários: o socialismo precisa não menos que do mundo para existir. A crise hoje vivida pelo que resta do mundo socialista nos diz exatamente isto: a crise ganhou contornos agudos em última análise porque a Revolução Mundial não logrou êxitos maiores nas últimas décadas, e um socialismo “subdesenvolvido” não pode sozinho se sobrepôr ao ímpeto expansivo do capital. A única via de salvação, em termos duradouros, seria a expansão da revolução socialista. Para voltar a crescer, a acumulação socialista primitiva precisa de novas revoluções no mundo, para assim renovar seu oxigênio e reabrir possibilidades de êxito.

PÓS-ESCRITO

O futuro da União Soviética é e deve ser um ponto de preocupação para os trabalhadores e militantes de esquerda do Brasil. O que está em jogo no momento não é apenas o fim da burocracia, mas uma crise bem mais ampla no sistema socialista, cujas causas maiores precisam ser situadas claramente. Por enquanto, as tendências mais fortes indicam uma restauração do capitalismo, o que enfraquece globalmente

a luta pelo socialismo. Ao cerco material aos países do Leste Europeu, a exemplo dos fabulosos gastos do imperialismo com a unificação alemã, corresponde o cerco que a reação burguesa promove hoje no Brasil contra o PT e todas as formas de organização independente do proletariado brasileiro.

O fim da burocracia nos velhos satélites da URSS e a crise da própria burocracia soviética não estão se fazendo acompanhar pela almejada revitalização do socialismo. Por isso a reação mundial não se cansa de repetir salvas pirotécnicas ao que considera a morte do comunismo. Deixemos que a reação continue se ocupando em aplaudir. A nós interessa compreender as causas maiores da crise atual e sobretudo as perspectivas existentes quanto ao futuro do socialismo. Afinal, apesar de toda a poeira levantada pela propaganda reacionária, alardeando “o fim do socialismo e da Guerra Fria e o advento da paz”, sabemos perfeitamente que o mundo está colocado hoje, novamente, frente ao dilema referido por Engels: **socialismo ou barbárie**.

LEITURA RECOMENDADA:

- CARR, E. H. *História da Rússia Soviética*. Porto: Edições Apontamento, 1979.
- DEUTSCHER, Isaac. *A Revolução Inacabada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Trotsky, o Profeta Armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Trotsky, o Profeta Desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- _____. *Trotsky, o Profeta Banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- COHEN, Stephen. *Bukarin, uma Biografia Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LENIN. *O Estado e a Revolução*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.
- MARX. *Crítica ao Programa de Gotha*. In *Obras Escolhidas de Marx e Engels*. São Paulo: Alfa Omega, s/d.
- PREOBRAJENSKY, Bukharin et al. *A História Política Econômica*. São Paulo: Global, 1987.
- PREOBRAJENSKY, Eugênio. *A Nova Econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SACHS, Erico. *Qual a herança da Revolução Russa e outros textos*. Belo Horizonte: Segrac, 1988.

O ENIGMA DO CHAMADO “SOCIALISMO REAL”³⁴

Victor Meyer

Tornou-se de uso corrente, inclusive em textos analíticos, a expressão “socialismo real”. A simples repetição às vezes consagra o uso de certos nomes, mas neste caso não vemos mais do que duas possibilidades de interpretação do suposto conceito. Primeiro, como uma valoração ideológica e pejorativa, inspirada talvez na tradição anticomunista, pela qual se quer identificar com o sistema em crise, ou mais especificamente com a crônica do stalinismo, tudo que diga respeito ao socialismo. Segunda possibilidade, interpretar o conceito como mera redundância. “O socialismo existente é real” ou: o socialismo real é aquele que tem existido. Neste caso, caberia notar que um giro de 360° em torno de si próprio não permite qualquer elucidação do problema.

Um certo sistema social nasceu em 1917 e, ao longo de sete décadas, chegou a se alastrar por uma significativa parte do

³⁴ Texto originalmente publicado pelo Centro de Estudos, Pesquisas e Assessoria Sindical — CEPAS (Salvador/BA), jan. de 1991.

mundo. Seja qual for o desfecho da dramática crise que hoje o sacode, esse sistema já terá ganhado uma importância histórica suficientemente grande para merecer uma qualificação analítica. Historiadores franceses como Michel Beaud utilizaram o precedente conceito de “coletivismo de Estado”. Parece mais apropriado um conceito semelhante já usado anteriormente por August Thalheimer (líder da Oposição Comunista Alemã durante o stalinismo): o “socialismo de Estado”. O socialismo dito real foi e é de Estado não apenas porque depende de forças extraeconômicas para se alastrar e para se manter, mas também porque apoia a planificação num mecanismo tutelar, que passa por cima da sociedade, que advém pura e simplesmente do Estado, como uma antítese da planificação à base da autogestão.

A primeira pergunta a se fazer deve pôr em questão a natureza da crise atual desse sistema. A crise tem sido às vezes caracterizada como uma decorrência da falta de democracia, diagnóstico que, embora possa estar correto sob certo ponto de vista, tem a desvantagem elementar de originar alternativas diametralmente opostas, uma vez que não existe uma democracia em geral, mas sim formas concretas, socialmente determinadas e opostas de democracia. Em sua versão corrente, esse diagnóstico tem também o defeito de simplificar demais os problemas. Afinal, o sistema que está em crise na União Soviética é o mesmo que conheceu fases de expressivo crescimento, inclusive durante a plena vigência da ditadura stalinista, bem como durante o jugo do Estado burocrático reformado (era Khrushchev). Essas importantes nuances do problema ficam fora do campo de visão se nos limitamos à constatação generalizante de falta de democracia. Que ao final se chegue a conclusões semelhantes, mas não sem antes preenchê-las com uma maior riqueza de determinações. Começemos lembrando alguns dados.

Abel Aganbegyan, assessor de Gorbachev e crítico do sistema burocrático, que podemos portanto considerar isento da suspeita de adulterar estatísticas, dizia em um artigo de 1985 que, não obstante a desaceleração do crescimento da URSS durante os anos 1970, o desenvolvimento soviético nos três decênios que se seguiram ao final da guerra se dera a uma velocidade duas ou três vezes maior que os principais países capitalistas. “Basta dizer que, a partir de 1950, a renda nacional decuplicou-se, aproximadamente” (*In A estratégia da aceleração do desenvolvimento socioeconômico*). Dados mais completos são apresentados por Tatiana Zaslavskaja, destacada socióloga soviética, com largo currículo de críticas implacáveis ao sistema burocrático. Zaslavskaja argumenta que a sobrevivência do stalinismo no imediato pós-guerra deveu-se não apenas à repressão generalizada, mas também a um fator de consentimento da sociedade, frente ao rápido desenvolvimento da economia e à efetiva melhora das condições de vida da população soviética. Posteriormente, já sob as reformas de Nikita Khrushchev, “foram obtidos ritmos de crescimento da produção industrial e da renda nacional mais elevados do pós-guerra”. A mesma autora prossegue descrevendo o considerável progresso técnico-científico: “Não foi por acaso que em 1957 lançou-se o primeiro satélite artificial da Terra e em 1961 foi realizado o primeiro voo do homem ao cosmo”.

Esses dados nos colocam frente a um aspecto curioso da trajetória soviética: o período da desaceleração (anos 1970) é antecedido por pelo menos duas décadas de auge expansivo. Cresceram rapidamente a renda nacional, a produção industrial, a produção agrícola, a urbanização da URSS, o nível de vida das massas trabalhadoras (inclusive dos camponeses, antes mantidos em regime de virtual servidão), os salários e os direitos sociais. Por outro lado, deve-se levar em conta tam-

bém que a desaceleração posterior não foi brusca, e sim progressiva. Ainda segundo Tatiana Zaslaviskaia (1989), toda a história soviética do pós-guerra é marcada pelo desenvolvimento da base material da produção.

Embora os ritmos do progresso técnico-científico em curso na nossa economia estejam atrasados em relação às necessidades do país e aos ritmos de processos análogos em países mais desenvolvidos, esse progresso não só se verifica como exerce influência substancial no desenvolvimento social do país.

A estrutura da economia da URSS tornou-se complexa, desenvolveu-se intensamente a divisão do trabalho social.

Tendo esses dados em mente, façamos novas menções à discussão sobre as causas da crise. Interpretar a crise como mero resultado da inoperância da burocracia seria simplificar demais não apenas as causas, mas a própria envergadura da crise. Simplista é, também, a atribuição da crise ao esgotamento do desenvolvimento extensivo da economia. Os dados disponíveis mostram um avanço tecnológico tanto na indústria como na agricultura, pelo menos até o final dos anos 1960. Teodor Shanin, professor da Universidade de Manchester, num trabalho sobre a agricultura soviética, situa já nos anos de Khrushchev, com continuidade nos anos Brejnev, a combinação da agricultura extensiva com um sensível incremento dos investimentos em insumos. Ernest Mandel (*Além da Perestroika*) mostra em tabelas que a produtividade do trabalho industrial cresce em taxas altas até meados dos anos 1970. Parece simplismo interpretar a crise como esgotamento dos padrões extensivos. Um dos fatos que precisam ser explicados é precisamente o porquê da queda da produtividade da economia depois de um período longo no qual o seu avanço foi nítido.

Ernest Mandel chamava atenção para um importante aspecto da questão. Segundo ele, os três objetivos-chave perseguidos pela burocracia desde a morte de Stalin e que deveriam ser atingidos simultaneamente eram os seguintes: 1) aumento dos investimentos na industrialização e modernização do país; 2) aumento das despesas militares, de modo a atingir e depois manter a paridade militar com o imperialismo; 3) aumento, ainda que modesto, do nível de vida das massas. Prossequindo nesta argumentação, Mandel afirma que a sustentação simultânea desses três objetivos requeria um crescimento real da renda nacional a uma taxa igual ou superior a 4, 4,5% a cada ano. Quando a taxa de crescimento cai para 3% ou para níveis ainda menores, torna-se impossível prosseguir nos padrões acima referidos, e um ou mais de um entre os objetivos-chave teria ou teriam que ser sacrificados. Ora, embora os dados oficiais mostrem um crescimento da renda nacional desde 1970 e até 1985 a taxas levemente superiores a 4%, as estimativas da CIA mostram os seguintes números para o mesmo período: 3,7%, 3,0%, 1,5–2,5% (taxas para pequenos subperíodos entre 1970 e 1985). Com base em qualquer das duas fontes, tem-se que desde meados dos anos 1970 seria cada vez mais difícil sustentar os três pilares da estratégia pós-Stalin. Acontece que, precisamente na década de 1970 e no começo da seguinte, o imperialismo intensifica o armamentismo, obrigando a União Soviética a um esforço muitas vezes maior para segurar o empate militar. Essa sangria de recursos seria uma das causas para a queda dos investimentos em tecnologia e para a desaceleração no crescimento da renda.

Num boletim lançado em janeiro deste ano, o CEPAS³⁵ analisou o bloqueio da acumulação socialista a partir deste ân-

³⁵ Trata-se do texto “O bloqueio da acumulação socialista”, CEPAS, jan/1991.

gulo. O fundo de acumulação socialista estaria sofrendo uma redução crescente, em consequência da necessidade de desvio de recursos para fins improdutivos (a autodefesa), situação contudo incontornável no contexto da contradição entre os dois grandes sistemas sociais. O aprofundamento da discussão posterior, embora tenha trazido dados adicionais para comprovar a hipótese então lançada, tornou-a porém insuficiente. Digamos que, para entender a crise, é condição necessária, porém não suficiente, a localização desse desvio improdutivo de recursos. Tudo indica que o aumento da sangria com a autodefesa veio tornar agudo um outro problema que vinha de antes, envolvendo o coração do sistema, o cerne interior do socialismo de Estado.

Antes de passarmos a esse problema de fundo, ressaltamos que parece fora de dúvida que o aumento do desvio de fundos para os inevitáveis gastos em defesa reduziu o potencial de crescimento econômico da URSS. O objetivo de igualar poderios bélicos entre as economias desiguais, já que o PIB norte-americano é mais que o dobro do PIB soviético, seria duplamente danoso para a economia mais fraca (a economia da URSS). Os intelectuais da *perestroika*, cujos textos já foram publicados no Brasil, indiretamente reconhecem esse fato quando propõem, entre as primeiras medidas para a recuperação econômica, cortes drásticos nos gastos militares. A proposta poderia não ser politicamente realista, mas este já seria um outro problema. (Vejam-se, a propósito, Leonid Abalkin e também Nicolai Petrakov, ambos na coletânea organizada por Lenina Pomeranz.)

No entanto, é fato que além da referida redução do fundo de acumulação, em decorrência da sangria para a autodefesa, há um problema mais amplo a se considerar. Abel Aganbegyan, Tatiana Zaslavskaja e outros intelectuais da URSS oferecem infor-

mações preciosas que poderiam servir de referência para uma aproximação ao fenômeno.

OS LIMITES DA PLANIFICAÇÃO NO SOCIALISMO DE ESTADO

A “pista” para a discussão do problema de fundo está na constatação, muito enfatizada nos relatos sobre a evolução da economia soviética nas últimas décadas, quanto ao crescimento da economia paralela *vis-à-vis* a economia planificada. Abel Aganbegyan (em *Movendo a Montanha*) cita o exemplo de um distrito que planejou obras no valor de 60 milhões de rublos, mas efetivamente construiu bens no valor de 400 milhões de rublos. Nesse exemplo, o plano está sendo responsável apenas por um pequeno percentual da riqueza produzida. As proporções contidas nesse caso podem estar ilustrando uma situação limite, mas o crescimento da economia paralela é indicado como tendência em todas as estatísticas na bibliografia consultada.

Lenina Pomeranz, na introdução à sua coletânea sobre a *perestroika*, afirma que, em 1984, antes das reformas, havia entre 17 e 20 milhões de pessoas na União Soviética empregadas na “segunda” economia. Em 1990, somente as cooperativas legalizadas pela *perestroika* chegavam a abranger quase 5 milhões de trabalhadores, enquanto os arrendamentos urbanos abrangiam 7 milhões. Não aparecem dados quanto ao contingente empregado nos arrendamentos rurais e nas *joint ventures*, também legalizadas pela *perestroika*. Ora, todo esse pessoal está produzindo na faixa não alcançada pela planificação. O que muda com a *perestroika* são os parâmetros da legalidade e o nome das coisas: onde antes havia economia “subterrânea” agora há economia de mercado, assumidamente capitalista e consagrada pela lei.

Retrospectivamente podemos observar, ainda sem nos afastarmos dessa aproximação empírica com a realidade, que a economia subterrânea cresceu na razão inversa do encolhimento dos planos. Dando um passo rumo à teorização do fenômeno, se poderia dizer que a expansão da economia subterrânea antes da *perestroika* e da legalização das diversas formas de economia mercantil já reforçava o caráter misto da sociedade soviética. Portanto não é de hoje essa convivência entre formas socialistas com formas capitalistas, pois já conviviam antes, ao longo de décadas, desde a coletivização forçada, embora na superfície das coisas se pudesse cair na suposição enganosa de uma aparente socialização de tudo.

Antes da *perestroika*, o caráter “misto” da economia estava encoberto, pois à economia planificada juntava-se exclusivamente aquele outro tipo de economia que a literatura corrente contentava-se em batizar de “paralela” ou “subterrânea”, termos que nada diziam quanto ao conteúdo das referidas práticas econômicas, servindo muito mais para cultivar uma zona de sombra, ao abrigo do conhecimento. Porém, do ponto de vista teórico, as parcelas da economia não submetidas à lei da planificação devem ser conceituadas como formas econômicas capitalistas (ver Preobrajensky, entre outros teóricos), mesmo que subordinadas a um eixo coletivizado. Se a literatura soviética oficial preferia fazer a vista grossa para o conteúdo dessa chamada economia “paralela”, era provavelmente porque estava presa à lenda do socialismo avançado, proclamado festivamente por Stalin e por Brejnev.

Obviamente, essas constatações vão suscitar uma pergunta crucial: por que a planificação progressivamente perde terreno? Por que a economia dita paralela, ou seja, capitalista, vai ganhando espaços proporcionalmente crescentes? A pergunta é duplamente pertinente porque, afinal, aqui se

cria um paradoxo. Recordemos que, conforme citações feitas mais acima, Aganbegyan, Zaslavskaja e outros reconhecem o rápido crescimento da economia soviética desde a coletivização e sobretudo desde o final da guerra. Dados apresentados por Ernest Mandel permitem idêntica conclusão. Durante décadas o setor socialista da economia da URSS cresce em ritmo superior não apenas ao do setor capitalista doméstico (“paralelo”) mas a qualquer outra economia capitalista estrangeira, mesmo àquelas que festejavam os famosos milagres do pós-guerra.

Para tornar o quadro mais claro, acrescentemos os dados relativos ao crescimento do nível de instrução da população, o que novamente atesta o avanço generalizado das forças produtivas desde a consolidação da Revolução Russa (e pelo menos até a década de 1960). Tatiana Zaslavskaja nos informa:

em 1939, para cada 1.000 integrantes da população economicamente ativa da URSS, havia apenas 110 com instrução média e 13 com instrução superior. Em 1987, esses números constituíam, respectivamente, 764 e 125. O número de trabalhadores com instrução abaixo da sétima série caiu nesse período de 877 para 3 a cada 1.000.

A mesma autora situa em 20 milhões o número de tipos de produtos oriundos da atividade produtiva da URSS no final da década de 1980. (Lenina Pomeranz apresenta números ainda maiores.)

Temos, então, um paradoxo, pois os dados mostram uma perda de fôlego expansivo do setor socialista exatamente após um longo período de forte expansão. A primeira conclusão, que o raciocínio lógico nos leva a colocar como hipótese, na tentativa de explicação do (aparente) paradoxo, é que a causa da desaceleração teria sido a própria expansão havida.

Em que sentido uma expansão socialista poderia criar entraves para ela própria? A resposta, ainda como hipótese, estaria no próprio caráter peculiar do socialismo existente, isto é, no socialismo de Estado. O plano centralizado através de um mecanismo tutelar haveria de se transformar em algo de realização cada vez mais difícil, na medida em que a produção avançava e as demandas (produtivas e/ou de consumo individual) se tornavam mais dinâmicas. Ocorre que a expansão comandada pelos planos tutelares foi gerando uma sociedade complexa. Avançam a produção, a divisão do trabalho, o dinamismo das demandas, diante do que os planos “de cima” vão se tornando, por hipótese, um anacronismo.

Não somente em depoimentos de ideólogos da *perestroika*, mas também numa obra anterior sobre o assunto, *A Economia do Socialismo Possível*, de Alec Nove (professor da Universidade de Glasglow e especialista em história econômica da URSS), é discutido o problema da incapacidade dos planos para cobrir a crescente complexidade da sociedade soviética. As zonas não atingidas pelos planos se tornavam crescentes à medida que a sociedade avançava. Essas zonas não atingidas pela planificação, como discutido acima, eram preenchidas por formas capitalistas conseqüentemente crescentes. Assim sendo, o socialismo de Estado teria gerado um tipo muito especial de ciclo, que foi ascendente enquanto as demandas sociais eram relativamente simples, mas se torna declinante quando as demandas se dinamizam. Adiantando conclusões, parece fazer parte da própria natureza do socialismo de Estado sua vocação congênita para gerir economias mais simples.

Não nos esqueçamos de que o socialismo de Estado, aparentemente uma contradição em termos, se impôs como alternativa para assegurar o socialismo numa sociedade não apenas materialmente atrasada, mas semidestruída por su-

cessivas agressões, em que o proletariado revolucionário fora forçado pelas circunstâncias a se dispersar. Mesmo nos anos 1920, antes portanto do stalinismo, a URSS já não podia contar com massas trabalhadoras conscientes de si e organizadas para o exercício do poder, o que nos leva a situar desde então a emergência do socialismo tutelar, de Estado. A planificação, já assim desenvolvida no seu nascedouro, antes portanto do advento do stalinismo, não podia ser uma planificação baseada na autogestão, na democracia direta.

No entanto, esse mesmo socialismo de Estado, produto do atraso material e do cerco político das potências imperialistas contra a URSS, provocaria o desenvolvimento posterior da sociedade soviética e o faria em prazo recorde. A nova URSS, que ia nascendo em meio às condições as mais adversas (a invasão nazista, a Guerra Fria) passava gradativamente a ser uma sociedade complexa, onde a divisão do trabalho suplantava fortemente os padrões do período revolucionário, ou os padrões existentes ao advir o 1º Plano Quinquenal. Alec Nove ressalta um argumento muito procedente: os planos, na sua versão soviética, são além do mais conservadores, visto que se baseiam em estimativas passadas. Numa sociedade fracamente desenvolvida, cujas demandas apresentam fraco dinamismo, o conservadorismo das metas vai criar conflitos absorvíveis na esfera da produção, mas o mesmo não deve ocorrer numa sociedade cujas demandas avancem e mudem aceleradamente. O socialismo de Estado garantiu a expansão da URSS no prolongado pós-guerra, oferecendo ao mundo um modesto ensaio das potencialidades de uma economia planificada. Mas foi suplantado pela complexidade produtiva que ele próprio engendrou. Um novo tipo de socialismo teria que surgir para suplantiar as barreiras encontradas — o qual provisoriamente chamaremos de socialismo de autogestão.

Analisando a sociedade soviética dessa maneira, estamos seguindo um conhecido postulado do método de análise indicado por Marx: o presente é a chave do passado. As contradições sociais e a história econômica dos últimos anos da URSS lançam luzes bastantes elucidativas sobre o seu passado. Como se pode constatar pelas evidências postas às claras com as reformas recentes, a URSS era uma economia mista, de transição para o socialismo, em que as formas capitalistas (encobertas, subterrâneas) estavam subordinadas a um núcleo coletivizado e gerido por planos estatais. Os planos traçados “por cima”, através de um sistema tutelar (o socialismo de Estado), eram certamente um produto histórico do vazio inicialmente aberto com o colapso dos soviets revolucionários e preservados depois pelo sistema tutelar especial iniciado por volta de 1934 — o sistema stalinista. Eficaz enquanto a economia era simples, enquanto a sociedade era simples, o socialismo de Estado desenvolveu as forças produtivas, alterou a realidade social da URSS e, com isso, preparou o seu próprio esgotamento histórico (o esgotamento do socialismo de Estado). O crescimento da economia paralela, os sinais de exaustão dos planos estatais, a conseqüente desaceleração dos anos 1970 e 1980 eram sinais anunciadores de que uma importante mudança precisaria atingir o eixo central do sistema. O desvio improdutivo de recursos, crescente desde a guerra do Vietnã (para gastos com autodefesa) precipitou, acelerou a crise do sistema.

A burocracia reagiu. Pela segunda vez deu provas de uma relativa capacidade de rejuvenescimento, e desencadeou as reformas a partir do alto. A *perestroika* reeditava o precedente da reforma de Khrushchev, brevemente ensaiada também por Andropov. Mas a reforma no interior do socialismo de Estado não consegue alterar o seu caráter tutelar. A *perestroika* prolonga a vitalidade do sistema, enquanto somente a sua subs-

tituição por um “socialismo de autogestão” pode efetivamente salvar o socialismo. Mas o “socialismo de autogestão” exige massas trabalhadoras mobilizadas e conscientes de si, nas quais passariam a se embasar os planos.

O que se deve destacar aqui, no entanto, é a interpretação sobre as causas da crise, presente nas considerações feitas acima. A história da crise atual não é outra senão a história do progressivo comprometimento da planificação tutelar, à medida que a sociedade gerada por esse mesmo socialismo tutelar ia se tornando mais e mais desenvolvida. Especialmente depois da 2ª Guerra, quando se encerra a última agressão imperialista aberta contra a URSS, o socialismo soviético avança rapidamente e, desse modo, vai rapidamente esgotar as possibilidades de uma planificação “por cima”. Os sinais do esgotamento, ou seja, da crise do socialismo de Estado, aparecem com a progressiva redução do raio de alcance do plano, que passa a perder terreno para a economia paralela, subterrânea, capitalista.

AINDA A PROPÓSITO DO STALINISMO E DA “RESTALINIZAÇÃO”

A ideologia vanguardista parecia erradicada do pensamento socialista brasileiro, desde o malogro das diversas modalidades de estratégias políticas desvinculadas das lutas de classe. Uma curiosa revanche dessas concepções aparentemente mortas aparece agora, mas desta vez para reescrever à sua maneira uma história passada, a história da União Soviética. Pois já é consensual, há muitos anos, que as vanguardas não conseguem fazer a História caminhar segundo suas meras convicções. Bem: mas a se considerar o que se diz na maior parte das análises correntes sobre a trajetória da URSS, seria

preciso ressaltar que a regra geral teria exceção. A exceção, bem entendido, estaria na própria história do socialismo soviético, em especial nas décadas 1920 e 1930. Lá, o rumo tomado pela História teria seguido as concepções de Lenin e depois de Stalin, o que teria levado a Revolução a se perder. Pelo visto, o vanguardismo é ineficaz hoje, mas teria sido eficaz algum dia.

É preferível reconhecer que, com essas análises, o vanguardismo lança seus olhos e conceitos sobreviventes para o passado e reescreve a História. Temos no entanto a alternativa de nos basear nos grandes historiadores da Revolução Russa, especialmente Isaac Deutscher e E. H. Carr, pelos quais chegaremos a conclusões diametralmente opostas. Em vez de seguir a concepção dos seus líderes, o curso da Revolução desde 1917, e especialmente ao longo dos anos 1920, se fez contrariando sistematicamente as referidas concepções, atropelando-as, fazendo-as reaparecerem modificadas, contrariando-as novamente, até que o Partido, exaurido em sua capacidade de preservar suas próprias tradições frente às novas realidades, fosse golpeado e transformado num morto-vivo, trocando a teoria pela ausência de qualquer teoria, e encobrindo o vazio por uma suposta ortodoxia do tipo “para inglês ver”.

Aliás, um dos equívocos mais elementares que se cometem em algumas análises sobre o stalinismo é a sua conceituação como uma modalidade de dogmatismo. Como ver dogmatismo ali, se a política e a prática do stalinismo seguem o rumo dos ventos, operam guinadas, negam-se sucessivamente, de tal forma que precisam sempre falsear os fatos, encobri-los, disfarçá-los? No stalinismo não há dogmas reais. Há um simulacro de dogmas, ou seja, até os dogmas são falsos. Ele é antes de tudo pragmático. Um trabalho de um grupo de intelectuais na *perestroika* o reconhece:

Não seria lícito, no entanto, vincular diretamente à ideologia burocrática o dogmatismo e a conseqüente desfiguração do marxismo e do socialismo. Pois o dogmatismo inclina-se perante a “letra” da teoria, considera os textos escrituras sagradas, enquanto que o burocratismo utiliza qualquer texto (ou melhor, extratos deles) apenas para fins pragmáticos. (Pomeranz, 1990)

Voltemos, porém, a um momento anterior ao stalinismo. Voltemos à década de 1920. O partido liderado por Lenin pretendia limitar as nacionalizações das empresas a casos excepcionais, mas foi obrigado a admitir sua generalização como fato consumado. Pretendia manter a autonomia das minorias nacionais, mas foi obrigado a acatar a centralização sob o ultimato dos fatos. Pretendia defender o poder de fato dos soviets, mas teve que assistir ao seu esvaziamento, em decorrência da própria diáspora dos operários conscientes. Teve que admitir, subsequentemente, a centralização do poder no âmbito do Partido e o avanço do Partido sobre a alçada dos soviets já esvaziados. E. H. Carr descreve minuciosamente esse processo na sua *História da Rússia Soviética* (1º e 2º volumes). Lenin e seu partido inicialmente não imaginavam que seria possível sustentar o socialismo isolado numa sociedade atrasada como era a Rússia. Mas tiveram que engolir o fato consumado do refluxo da revolução na Europa. Restou em suas mãos uma sociedade isolada e, dentro do isolamento, voltada para a sobrevivência no sentido mais primitivo do termo. Roberto Linhart descreve, na Introdução ao seu *Lenin, os Camponeses, Taylor*, aquilo a que ficou reduzida a problemática prática da vida soviética nos seus primeiros anos. O proletariado russo estava disperso e nas fábricas restavam, segundo o próprio Lenin, “não a gente da classe trabalhadora, mas os vagabundos”. Claro, havia a alternativa da capitulação. Linhart coloca o dilema da seguinte forma:

Para os que abstraem as terríveis condições da formação do primeiro Estado proletário, condições impostas pela barbárie imperialista, e pretendem julgá-lo como uma encarnação da “concepção marxista” (ou da “concepção leninista”), imaginemos o seguinte diálogo: “O que vocês queriam que ele fizesse?” Resposta: “Que morresse.” (Linhart. Op. cit., p. 14).

Lenin e seu partido achavam que o socialismo numa sociedade como aquela somente seria possível se a Revolução Mundial atingisse os países capitalistas desenvolvidos e se a Aliança Operário-Camponesa fosse mantida. A Revolução Mundial refluíu, e os camponeses constantemente se voltaram contra o Estado de compromisso (a NEP), atacaram a própria Revolução, conduziram ao impasse do final dos anos 1920. O Partido, cujas concepções se baseavam na defesa da Aliança Operário-Camponesa, uniu-se em torno da alternativa emergencial, não desejada anteriormente, a alternativa da coletivização violenta. Completava-se, assim, a derrota das concepções frente aos fatos, ao contrário da versão hoje reescrita da história soviética.

Com a coletivização forçada, no contexto do esvaziamento dos soviets, completavam-se as condições históricas para a emergência do socialismo de Estado. Convém, no entanto, não identificá-lo com o stalinismo, como se fossem a mesma coisa. Não são a mesma coisa. Para se entender o stalinismo, é mais apropriado recorrer-se ao mesmo método que Marx usou para compreender o golpe de Luiz Bonaparte. Foram as condições criadas pelas lutas de classes (não as “concepções” do Partido) que explicam como um personagem medíocre pôde alçar-se ao comando do Estado Soviético. O stalinismo, a rigor, data de meados da década de 1930, quando Stalin pôde valer-se de pretextos para golpear o Partido e impor sua ditadura pessoal.

Assim como o bonapartismo representou uma modalidade específica, indireta, de Estado burguês, o stalinismo representou uma modalidade específica, indireta, de Estado operário. O stalinismo, antes de tudo, é um sistema, um sistema tutelar e desprovido de qualquer legalidade instituída, cuja ascensão só foi possível nas condições criadas na União Soviética dos primeiros anos 1930, depois das diversas catástrofes da década de 1920, depois da coletivização forçada, quando todas as classes da sociedade “jaziam sem forças”. O proletariado revolucionário era apenas uma lembrança. O novo proletariado era formado por gente do campo, dilacerada pelo conflito individual entre o ressentimento pela coletivização e a ascensão social representada pela sua nova condição; era apenas uma “classe em si”, politicamente inerte. Os camponeses, por outro lado, estavam lançados por terra desde fins de 1929, reduzidos a reações individuais. Stalin, fortalecido após o êxito da coletivização, frente aos primeiros sinais de recuperação da URSS, nos primeiros anos 1930, golpearia a única força organizada remanescente, isto é, o Partido, e sobre o vazio generalizado construiria os organismos fantasmas sobre os quais se apoiaria a sua ditadura.

Pretende-se agora esquecer tudo isso em nome da versão quase ingênua de que toda a História posterior à Revolução de Outubro teria seguido as concepções dos bolcheviques. Dizemos que a versão é quase ingênua, mas não integralmente ingênua, porque ela se apoia num recurso pouco defensável, o de omitir dados históricos para poder se tornar convincente. Curiosamente, foi Stalin quem pontificou nesse tipo de postura. Chegou a mandar remontar uma foto famosa, porque a presença de certa figura não corroborava a sua versão da história. Agora, os que jogam a “culpa” pela trajetória da Revolução nas concepções de Lenin precisam também omitir, não se

diria fotografias, mas com toda certeza um enorme manancial de fatos históricos.

Como fez Marx no *18 Brumário*, como fizeram Gramsci e Thalheimer em suas análises sobre o fascismo, cabe considerar que as lutas de classes às vezes desembocam em situações de “equilíbrio catastrófico” (Gramsci), propiciando a ascensão de um herói carismático que imporá sobre o vazio a sua ditadura, embora sempre o faça em nome de alguma classe real. Luiz Bonaparte e Mussolini o fizeram em nome da burguesia. Stalin o fez em nome da classe operária. Stalin se impôs, naquelas condições históricas, apesar das concepções dos bolcheviques e contra elas.

Não queremos identificar, como dizíamos mais acima, o socialismo de Estado com o stalinismo. O socialismo de Estado é anterior ao stalinismo, pois, ao longo dos anos 1920 e com toda a força a partir da coletivização, o socialismo (mais preciso seria dizer: o movimento de transição para o socialismo) já havia se feito “estatal”, ou seja, tutelar. Por outro lado, era também um sistema apoiado em expedientes extraeconômicos. É necessário, aqui, uma explicitação da terminologia e dos conceitos. A presença de medidas extraeconômicas não é uma exclusividade do stalinismo, nem mesmo do socialismo de Estado. Antes é inerente ao período de transição entre o capitalismo e o socialismo, isto é, ao período no qual o proletariado, alçado politicamente à condição de classe dominante, dirige o processo de acumulação socialista primitiva. Essa conceituação está em Preobrajensky, com indiscutível embasamento nas obras marxistas clássicas. A identificação entre stalinismo e socialismo de Estado, e ainda a sua identificação com o uso de medidas extraeconômicas (que preferimos considerar como uma identificação indevida), é consequência de circunstâncias históricas: não obstante sua especificidade, o stalinismo ab-

sorve o uso sistemático de medidas extraeconômicas, embora o faça num contexto de absolutismo. Na mesma medida, o stalinismo absorve o socialismo de Estado que o precede. A especificidade do stalinismo está, porém, no fato de ser um sistema político baseado numa ditadura pessoal, no colapso institucional de toda a superestrutura esboçada na fase revolucionária.

Convém por isso ressaltar que o socialismo de Estado antecede o stalinismo. Seria uma especulação, mas talvez uma especulação tolerável, considerar que, se não houvesse existido o stalinismo, o socialismo de Estado nascido nos anos 1920 poderia ter sido compreendido como uma solução de emergência, a ser progressivamente extinta à medida que se recuperassem a consciência de classe e as organizações diretas do proletariado. Por outro lado, parece claro que o socialismo de Estado sobreviveu ao stalinismo. O XX Congresso de PCUS representou uma primeira reação da burocracia contra o stalinismo, mas não foi uma reação contra o socialismo de Estado. Para tanto, precisaria ter ocorrido uma reação das próprias massas trabalhadoras, não apenas a institucionalização e reforma do sistema tutelar. A planificação continuou se processando “por cima” apesar da reforma de Khrushchev, do mesmo modo que assim continuaria durante a *perestroika*. Nos dois casos, restauraram-se alguns compromissos da NEP (o reconhecimento da necessidade da convivência entre socialismo e capitalismo durante a transição), mas não houve qualquer sinal de passagem ao “socialismo da autogestão”, já que os trabalhadores permaneciam inconscientes do seu papel, aliados do comando real da sociedade.

Entre as duas experiências de reformas, a de Khrushchev e a de Gorbachev, insere-se um longo intervalo de restauração de práticas do sistema stalinista, que Tatiana Zaslavskaja cha-

maria com muita propriedade de “restalinização”. Claro que, como qualquer experiência de “volta ao passado”, a era Brejnev copia apenas alguns aspectos do stalinismo. Entre elas, o desconhecimento da convivência entre a economia socialista e uma economia capitalista subordinada, inevitável durante a transição do capitalismo para o socialismo. Brejnev retomou o princípio da socialização aparente, embora saibamos que o capitalismo vicejava sob os seus tapetes.

Toda essa experiência encerra porém uma importante particularidade. Conquanto os tutores do socialismo de Estado hajam admitido em diversas situações, desde a NEP e passando por Khrushchev e pela *perestroika*, a inevitabilidade da convivência entre socialismo e capitalismo durante o período de transição, observa-se que as forças capitalistas não se demonstram dispostas ao mesmo reconhecimento. Quando conseguem se fortalecer, partem para o ataque frontal à Revolução e ao socialismo. Foi assim no final da NEP e está sendo assim atualmente, quando exigem com todas as letras o extermínio do socialismo. Parece que estamos diante de um círculo vicioso, que no entanto pode ser quebrado por duas vias: pela via da contrarrevolução, como sugerem os acontecimentos agora em curso, ou pela intervenção do proletariado na cena, de tal maneira que imponha a democracia das massas e obrigue os capitalistas a reconhecerem a revolução socialista como fato consumado e a aceitarem viver como força subordinada à economia socialista.

Uma última questão caberia ser levantada, a título de conclusão: afinal, o que entra em crise na atualidade? Apenas a burocracia? Caberia dizer que a crise está longe de ser apenas uma crise do stalinismo, que aliás perdeu seus últimos sinais de vitalidade no final da era Brejnev. A afirmação de que a crise é do sistema burocrático e decorre da falta de democracia, embora se aproxime da realidade, não deixa suficientemente

claro o problema. Quem entra em crise nos dias atuais é mesmo o socialismo, tal como resultou das lutas revolucionárias travadas no seu nascedouro, na Rússia atrasada e isolada, e cujo melhor nome parece ser socialismo de Estado. Tipo rudimentar de socialismo, liberou forças que não consegue mais controlar. A alternativa à crise do socialismo de Estado seria o “socialismo da autogestão” e da democracia operária direta. Embora um socialismo assim tivesse ainda que pagar tributos por continuar isolado em meio à barbárie imperialista, tributos no sentido literal, pois se obrigaria a manter gastos improdutivos com a autodefesa, além de ter que se conformar com o comércio exterior com os países capitalistas no lugar de uma divisão socialista do trabalho em âmbito mundial. Um socialismo assim, contudo, é possível, pois suas premissas foram construídas nessas sete décadas da História aberta pela Revolução de Outubro. O desafio está colocado em tese, mas, para chegar lá, a classe operária soviética precisa antes recuperar sua consciência de classe e fazer um acerto de contas interno com a contrarrevolução que avança.

BIBLIOGRAFIA

AGANBENGUIAN, Abel. A Estratégia da aceleração do desenvolvimento socioeconômico. In *Revista Problemas* nº 15, out/nov/dez. 1985.

_____. *Movendo a montanha*. São Paulo: Best Seller, 1990.

BAHRO, Rudolf. *A Alternativa para uma Crítica do Socialismo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUKHARIN. *O Problema do Programa* (discurso no 5º Congresso da IC). In *Cuadernos Pasado y Presente* nº 55. Córdoba, 1975.

_____. *Série Grandes Cientistas Sociais*. J. Gorender (org). São Paulo: Ática, 1990.

CARR, E. H. *História da Rússia Soviética*, 1º vol. Porto: Afrontamento, 1977.

_____. *História da Rússia Soviética*, 2º vol. *A Ordem econômica*. Porto: Afrontamento, 1979.

_____. *História da Rússia Soviética*, 3º vol. *A Rússia Soviética e o Mundo*. Porto: Afrontamento, 1984.

_____. *Historia de la Rusia Sovietica*, 4º vol. *El Interregno*. Madri: Alianza Editorial, 1977.

DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o Profeta Armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Trotsky, o Profeta Desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Trotsky, o Profeta Banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *A Revolução Inacabada*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IAKOVLEV, Alexander. *O que queremos fazer da União Soviética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KHRUSHCHEV, Nikita. *As Fitas da Glasnost: memória de Krushev*. São Paulo: Siciliano, 1991.

- LENIN, Vladimir I. *O Estado e a Revolução*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.
- _____. *As Tarefas Imediatas do Poder Soviético*. Obras Escolhidas em 2 tomos, tomo 2. Lisboa: Edições Avante, 1984.
- LENIN, Bukharin, Trotsky et al. *A Nova Política Econômica*. São Paulo: Global, 1987.
- LINHART, Robert. *Lenin, os Camponeses*, Taylor. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- MANDEL, Ernest. *Além da Perestroika*. São Paulo: Busca Vida, 1989.
- MARX, Karl. *Crítica ao Programa de Gotha*. In *Obras Escolhidas Marx/Engels*. 2ºvol. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.
- _____. *A Guerra Civil na França*. In *Obras Escolhidas Marx/Engels*. 2ºvol. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.
- _____. *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte e Cartas a Kugelman*. Série Rumos da Cultura Moderna, vol. 19. São Paulo: Paz e Terra, 1969.
- NOVE, Alec. *A Economia do Socialismo Possível*. São Paulo: Ática, 1989.
- POMERANZ, Lenina (org.). *Perestroika*. (Aganbeguian, Abalkin, Petrakov, Borozdin, Nikiforov, Zaslaviskaia, Karpink, Gudkov, Levada, Levinson, Sedov, Kon, Popov, Starovoitova). São Paulo: EdUSP, 1990.
- PREOBRAJENSKY, Eugênio. *A Nova Econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SACHS, Erico. *Qual a herança da Revolução Russa e outros textos*. Belo Horizonte: Cegrac, 1988.
- SHANIN, Teodor. A Agricultura Soviética e a Perestroika. In *Revista Lua Nova*, nº 23, Março de 1991.
- THALHEIMER, A. *O Problema do Programa* (discurso no 5º Congresso da IC). In *Cuadernos Pasado y Presente*, nº 55, Córdoba, 1975.
- _____. Sobre o Fascismo. In *Revista Política Operária — Exterior*, 19...
- ZAZLAVISCAIA, Tatiana. *A Estratégia Social da Perestroika*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

BASES HISTÓRICAS DA INSTABILIDADE DA ECONOMIA SOVIÉTICA: UM RETORNO AOS ANOS 1930³⁶

Victor Meyer

APRESENTAÇÃO

Passados mais de dez anos desde a queda do Muro de Berlim, acontecimentos tão importantes como o colapso do socialismo do Leste Europeu e, especialmente, a derrocada da União Soviética não foram ainda suficientemente estudados. Não se quer reduzir aqui a importância das discussões já desenvolvidas e das obras publicadas desde então, mas apenas assinalar que nem todos os ângulos da questão figuram com a ênfase necessária nas abordagens mais difundidas.

³⁶ Adaptação de parte da dissertação de mestrado do autor, *Determinações Históricas da Crise da Economia Soviética*, publicada pela Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 1995.

As considerações presentes neste trabalho justificam-se nesse contexto, ainda que estejam limitadas a um escopo bastante específico: o de discutir, *na sua fase formativa*, na confluência das décadas de 1920 e 1930, sobretudo nos anos 1930 — portanto, já naquele momento primordial de sua gênese —, a fragilidade do sistema soviético e a sua dependência face a um sistema extraeconômico de coação.

Pretende-se argumentar que, durante aquele período crítico, já se configuraram as bases mantidas pelo sistema ao longo de toda sua existência. Isso se deu quando a dinâmica da planificação socialista emergia sob a ação de forças hostis originárias do resto do mundo, e de dentro do próprio mundo soviético, caracterizando uma incidência simultaneamente geral de relações preexistentes, que mal permitem a visualização das bases econômicas originais e especificamente vinculadas à URSS. E também que, naquelas condições, a economia soviética já se projetava como um socialismo de Estado, incapaz de se movimentar sem ser sustentado por uma malha coercitiva onipresente, cercando todos os níveis da produção econômica.

UM DEBATE PRELIMINAR

A configuração das bases da economia soviética, consolidadas nos primeiros Planos Quinquenais, na culminância imediata das lutas de classes travadas durante a NEP,³⁷ foi antecipada por um tenso debate teórico. Interna ao Partido Bolchevique, a polêmica teórica tornou-se muito enfática desde as vésperas da NEP, ganhou espaços na segunda metade da década de 1920 e refluíu depois, silenciando com a posterior ascensão

³⁷ NEP: Nova Política Econômica.

do stalinismo. Introdutoriamente, vale a pena fazer aqui uma breve apresentação das questões então debatidas.

Finda a Guerra Civil, e com ela a experiência do comunismo de guerra, coube a Lenin (*Obras Escogidas*, 1948) sistematizar os principais argumentos para uma revisão das disposições econômicas e sociais instituídas pelo Estado Soviético. Advertindo que o comunismo de guerra vinculara-se a excepcionalidades de natureza militar, e que o caos econômico mostrara dramaticamente a inviabilidade de um socialismo implantado por decreto, Lenin defendia uma prioridade imediata para a recuperação da capacidade produtiva da economia em seu conjunto, e cujo primeiro passo seria o aumento da força produtiva da economia camponesa. A passagem para o socialismo haveria de ser um processo cujos primeiros passos estariam associados ao reconhecimento dos diferentes tipos de economia social existentes na URSS, em decorrência da sua história anterior. No campo, cabia estimular o desenvolvimento das formas econômicas nas quais os camponeses já demonstravam destreza, admitindo o direito ao arrendamento das terras, embora estabelecendo limites, sobretudo para a utilização da mão de obra assalariada pelos camponeses mais ricos. Na cidade, cabia estimular o capitalismo de Estado — isto é, uma *trustificação* da indústria sob a vigilância do poder soviético.

Nos quadros dessa nova economia, e diante das evidências quanto às forças sociais que ela desencadeava, o debate prosseguiu em termos crescentemente acirrados. Após a morte de Lenin, em 1924, a controvérsia manteve-se em variadas matizes que, no entanto, tendiam a polarizar-se em torno de duas concepções opostas, cujos principais formuladores teóricos foram, respectivamente: Preobrajensky e Bukharin.

Para Preobrajensky (1979), um conflito fundamental lavrava na base da sociedade soviética: o conflito entre operários

e camponeses. Os camponeses seriam os agentes do desenvolvimento da produção mercantil, a qual forçosamente os conduziria a uma diferenciação entre ricos e pobres. Os camponeses ricos (os *kulaks*), enriqueceriam cada vez mais rapidamente com a NEP e exigiriam crescentes concessões ao poder soviético. Também o pequeno comerciante agiria dessa forma e entraria em conflito com o Estado revolucionário. O capital estrangeiro, inicialmente sob controle, caminharia no sentido do açambarcamento da grande indústria e logo seria um aliado das forças burguesas assim renascentes na URSS. Esse sentido geral do desenvolvimento era previsível, segundo Preobrazhensky, porque tal havia sido e continuava sendo a lógica (já conhecida) da expansão do capital. Nesse contexto, entendia ele que conviviam na URSS duas realidades antagônicas: uma *ilha* socialista, subordinada à *lei da planificação*, e um *mar* de relações capitalistas, subordinado à *lei do valor*. Para que a *ilha socialista* pudesse assegurar seus espaços e expandir-se, teria que fazê-lo às expensas das forças tradicionais; seria necessária uma progressiva expropriação dos camponeses, bem como dos arrendatários capitalistas instalados na indústria e no comércio, mediante taxações sistemáticas que alimentariam *o fundo de acumulação socialista*. Em linhas gerais, este seria, segundo ele, o processo da “acumulação socialista primitiva”.

Bukharin (1987), por seu lado, partia de outras premissas e chegava a conclusões opostas. Em primeiro lugar, não admitia que a pequena exploração camponesa, sem o emprego do trabalho assalariado, fosse considerada capitalista; seria uma economia privada, mas não capitalista.

A nacionalização da terra, já decretada por ato do poder soviético, impediria o seu desenvolvimento rumo ao capitalismo. Vendo o Estado em condições de sobrepor-se à lógica expansiva das forças potencialmente contrarrevolucionárias,

Bukharin concluía que a pequena exploração camponesa deveria crescer livremente e, de acordo com essa convicção, defendia a consigna “Enriquecei!”, a ser lançada no campo, para preservar a Aliança Operário-Camponesa. Haveria um desenvolvimento equilibrado das economias rural e urbana, e o ônus desse caminho seria um avanço lento da economia socialista. Por isso, seus opositores taxariam essa alternativa de “socialismo em passo de lesma” (Sachs, 1988).

Contudo, enquanto prosseguia o debate, a dinâmica das lutas sociais criava novos fatos consumados. Relembre-se que, na URSS da década de 1920, a velha comuna camponesa ainda sobrevivia, impondo periódicas redivisões de terra entre as famílias envolvidas, opondo-se às aspirações bolcheviques no sentido da constituição de grandes unidades produtivas. Outrora, a chamada “reação de Stolipyn”, em pleno czarismo, já tentara golpear essa comuna, mas conseguira, no máximo, desencadear lentos movimentos de ruptura por parte dos camponeses mais dinâmicos, que se retiravam das velhas comunidades para fundar polos alternativos independentes. Esse processo, iniciado, portanto, bem antes da Revolução, mantinha-se em marcha lenta inclusive ao longo dos anos 1920.

Com a Revolução, a expectativa dos bolcheviques, longamente maturada nos seus documentos programáticos anteriores, alimentava uma esperada participação dos camponeses num processo revolucionário operado de baixo para cima. Efetivamente, até certo ponto as mudanças corresponderam a tais expectativas, pois os próprios camponeses encarregaram-se de “desenraizar” o feudalismo, controlado, em grandes propriedades, pela velha nobreza russa. No entanto, eles resistiam ao prosseguimento das transformações — que se dirigiam rumo à reconcentração das propriedades sob a nova forma coletivizada. Se é verdade que a ação revolucionária dos

camponeses *derrubou as cercas* dos latifúndios, é igualmente certo que ela se recusou a prosseguir, derrubando *as cercas* que protegiam as velhas propriedades comunais. Os camponeses detiveram-se diante das suas pequenas propriedades (as velhas e as novas, recém-conquistadas), recusando a lógica coletivista apresentada pelo poder bolchevique.

Além disso, o camponês rico, em suas ambições de enriquecimento sempre maior, partiu para a formação de estoques especulativos, comprometendo o abastecimento urbano e, com isso, afetando duramente as condições de vida dos operários. Assim, progressivamente, no decorrer dos anos 1920, abriu-se um fosso entre forças sociais que estiveram unidas na derrubada da velha ordem. O movimento revolucionário que venceu em 1917 dividia-se abertamente em suas bases de sustentação: crescia um foco de antagonismo no seio de uma aliança que abrigava, simultaneamente, expectativas coletivistas e privatistas (cf. Carr & Davies, 1980a). Isso se manteve até que, em 1929, adveio a coletivização forçada, encerrando a NEP e os dilemas por ela colocados, e inaugurando a era das transformações radicais na base econômica da URSS.

Retornemos, porém, ao debate teórico dos tempos da NEP para ressaltar o seguinte: a tese da *acumulação socialista primitiva*, desenvolvida por Preobrajensky desde a primeira metade da década de 1920, constitui um testemunho de que, em datas tão distantes, já se manifestava em certas alas do partido dirigente uma noção quanto à inevitabilidade do recurso à coação extraeconômica na construção das bases do socialismo, dentro das condições particulares vividas pela URSS. Aos olhos de Preobrajensky, o recurso à coação decorria do atraso econômico da URSS, cuja indústria tendia a ser facilmente esmagada pelas forças maiores da produção capitalista no plano mundial. Por essa razão, a URSS precisava defender-se da con-

corrência, deixando de enfrentá-la em campo aberto, e assumindo a necessidade de alguma forma de muro protecionista.

Ainda sob essa ótica, como já foi lembrado acima, a economia coletivizada defrontava-se com um obstáculo interno, a produção camponesa privada, que pressionava de dentro pela expansão das velhas relações de produção e limitava os diversos ensaios de planificação da economia. A ulterior evolução dos fatos mostraria, porém, que uma outra fonte alimentadora da coação extraeconômica provinha das relações entre o Estado e a classe operária, ou, mais amplamente, entre o Estado e os trabalhadores urbanos, fato que se constituiria num paradoxo se confrontado com as teorizações sobre o socialismo até então pensadas no campo do marxismo.

PRESSÕES DE “FORA PARA DENTRO”: O MERCADO MUNDIAL CAPITALISTA

Durante os anos 1920, mais especificamente a partir de 1925, a cúpula bolchevique legislou sobre o problema das suas relações econômicas com o mundo capitalista, fixando objetivos situados em direções opostas. Por um lado, impôs como meta a redução das importações por meio da produção interna de similares, mesmo considerando o alto ônus acarretado pela renúncia aos produtos mais baratos e de melhor qualidade ofertados pelo mercado mundial; por outro, tentou elevar as importações de insumos industriais, em função do que passou a estimular a acumulação de divisas via exportações.

Esse último aspecto da política oficial não poderia ir longe, em decorrência da queda dos preços dos produtos de exportação da URSS, nos últimos anos da década de 1920 — uma circunstância posteriormente agravada pela depressão mundial.

Note-se que o comportamento bastante específico do mercado mundial no período, sobretudo durante a Grande Depressão dos anos 1930, teve o efeito (não esperado) de reduzir as pressões das forças econômicas do capitalismo sobre a produção soviética, embora implicando um relativo fracasso da estratégia de importação de tecnologia avançada.

No entanto, nas fronteiras iria configurar-se simultaneamente um outro tipo de tensão. O cenário de assédio econômico foi substituído por um cenário de ameaças militares, já antecipado em 1927 pela iniciativa da Grã-Bretanha em romper relações com a URSS — uma situação agravada com a ascensão dos fascismos na Europa. O colapso das democracias burguesas europeias e o crescimento das tensões entre os próprios países capitalistas prenunciavam a guerra, de modo que, sob um ou outro tipo de cerco — primeiro, o cerco exercido por um sistema econômico superior, depois, um cerco militar latente (logo tornado real), exercido por potências em posição superior também neste terreno —, a URSS fosse levada a apelar para mecanismos políticos, ou político-militares, de defesa.

Sob qualquer aspecto a partir do qual se enfoquem as relações entre o novo sistema e o resto do mundo, depreende-se que se impunha a criação de um muro. O sistema soviético não conseguiria sobreviver aos diversos tipos de assédio externo senão através de recursos extraeconômicos, compensatórios, de uma inferioridade produtiva básica, bastante evidente.

Em consequência, cresciam os gastos militares. Comparadas com as destinações orçamentárias para a economia nacional, as destinações para a defesa representavam apenas 8% daquela rubrica em 1931, passando virtualmente a igualá-la (98%) em 1940. Esse avanço relativo dos gastos militares tornou-se maior a partir do 2º Plano Quinquenal, com o ano de 1934 aparecendo como divisor de águas (cálculos a partir de Bay-

kov, 1948, p. 406).³⁸ Essa viragem coincide, grosso modo, com o aumento das tensões mundiais em consequência da ascensão do nazismo na Alemanha. (Observe-se que o crescimento relativo dos gastos militares implicava, imediatamente, a redução do fundo destinado à economia nacional).

Não fosse a crise mundial do capitalismo e a concomitante depressão do comércio internacional, associada à ascensão dos fascismos, a URSS eventualmente poderia ter se livrado das ameaças militares, para no entanto recair num “cerco” econômico proveniente de um circundante capitalismo bastante superior no que se refere aos padrões tecnológicos praticados na produção econômica. À época dos primeiros planos quinquenais, a inferioridade dos produtos da indústria soviética continuava bastante visível. A publicação *Planovoe Kozyaistvo* (Economia Planificada), afirmava que:

(...) 1929–1930, comparado com o primeiro ano do Plano e com o ano precedente, mostra uma baixa na qualidade dos produtos, nos ramos básicos da indústria... Esta piora, particularmente nos ramos-chave (carvão, metais, construção de máquinas, têxteis etc.) conduz, devido aos laços internos e à interdependência, à diminuição da qualidade e à desorganização do trabalho em outros ramos da indústria (*apud* Baykov, 1948, p. 169).

Em 2 de dezembro de 1931, testemunho semelhante aparecia no periódico *Za Industrializatsiu*:

³⁸ Várias vezes citada no presente trabalho, conquanto não seja aqui tomada como referencial teórico, essa obra de Baykov contém importante documentação sobre o período em análise. O mesmo se deve dizer da monumental *História da Rússia Soviética*, de E. H. Carr.

Informes recolhidos por brigadas do *Vesenkha*³⁹ que inspecionaram certo número de empresas nas indústrias de carvão, de coque e metalúrgica, revelam que, quanto à qualidade, a situação não era satisfatória nessas indústrias. (...) A produção de metal em padrões abaixo da norma e que não se ajusta à prova analítica estabelecida, aumenta ano a ano, mês a mês (*apud* Baykov, 1948, p. 171).

Apesar da corrida frenética iniciada pelo 1º Plano Quinquenal, cujos resultados maiores foram a consolidação e expansão do setor de bens de produção, a indústria soviética continuava pagando tributos ao baixo nível das suas bases iniciais. Anos antes da implantação do 1º Plano Quinquenal, Trotsky havia publicado um estudo comparativo entre as condições de produção na Rússia e no exterior. Essa pesquisa mostrara que a produtividade do trabalho russo representava apenas um décimo da produtividade norte-americana (cf. Deutscher, 1984, p. 227–228).

Os sucessivos êxitos obtidos no transcurso da década de 1930 promoveram avanços consideráveis, especialmente através da formação e da especialização da mão de obra. Mas o atraso tecnológico relativo, ao iniciar-se a industrialização forçada, ampliou-se diante das dificuldades de importar tecnologia dos países mais desenvolvidos. As circunstâncias especiais da década de 1930, o abalo da produção capitalista sob a depressão mundial e os preparativos de guerra apenas adiaram para datas posteriores a confrontação entre a indústria soviética e a indústria capitalista, marcadas respectivamente por diferentes relações entre a utilização de máquinas e a utilização da força de trabalho (na terminologia marxista: diferentes *composições*

³⁹ *Vesenkha* — Conselho Supremo da Economia Nacional.

orgânicas do capital). Enquanto isso, o sistema soviético vinculava a sua sobrevivência ao crescimento da sua força militar.

Preobrajensky estudou esse aspecto do desenvolvimento da sociedade soviética e apresentou suas conclusões com o habitual rigor teórico da sua obra. Para ele, no seu período inicial, a forma socialista não poderia desenvolver todas as vantagens inerentes ao sistema que representa, de modo a torná-lo efetivamente superior ao capitalismo. A inferioridade inicial do socialismo devia-se à ausência das premissas materiais necessárias para a estruturação da sua base técnica, e também à ausência das premissas necessárias à educação socialista dos trabalhadores (cf. Preobrajensky, 1979, p. 144). Por causa disso,

Para a economia estatal do proletariado, seria um suicídio completo (e dos mais estúpidos) tentar vencer o capitalismo na arena da livre concorrência a partir do estado atual do desenvolvimento da economia socialista. Esta seria desintegrada e, finalmente, vencida. É preciso não esquecer que toda nossa economia estatal, sendo todas as coisas iguais, é mais fraca do que a economia capitalista, e uma empresa estatal igualmente mais fraca do que uma empresa capitalista... Com relação à indústria capitalista estrangeira, isto se revela no fato de que os produtos industriais soviéticos são, em sua maioria, mais caros e piores do que os produtos estrangeiros, e não poderia ser de outro modo. (A técnica da nossa indústria têxtil, por exemplo, estava, depois da Revolução, 15 anos atrasada com a relação técnica inglesa). (Preobrajensky, 1979, p. 144-145)

Note-se que essa abordagem não pode ser generalizada, não se propõe como uma teoria geral, sendo mais precisamente um estudo sobre a construção do socialismo na URSS, consideradas as suas particularidades históricas. Dessas mes-

mas considerações, Preobrajensky concluía que as formas socialistas iniciais não poderiam concorrer em campo aberto com um capitalismo francamente superior.

PRESSÕES DE “BAIXO PARA CIMA”: O MERCADO DOS CAMPONESES

A sobrevivência do sistema, no entanto, jogava-se em mais de uma frente. Internamente, as tendências coletivistas e pró-plano, seguindo os impulsos iniciais da Revolução de Outubro e prosseguindo sob o movimento de concentração do capital dos anos 1920, chocavam-se com a resistência de um campesinato hostil à coletivização. O movimento da economia em direção ao Plano, revolucionário em sua origem e em suas potencialidades, passou por cima da resistência camponesa.

Este ato de força protagonizado pelo Estado não se limitaria ao próprio momento da coletivização: teria que ser constantemente reproduzido mais tarde, por meio de um cerco permanente aos camponeses. Ao decidir atacar os camponeses em 1929–1930, o Estado Soviético naturalmente estava decidindo mantê-los sob ataque ininterrupto nos anos e nas décadas seguintes. Isaac Deutscher (1968, p. 114) fala em um quarto de século de resistência camponesa aos atos de força do poder central (“sua matraca mortuária continuaria soando aos ouvidos da Rússia por um quarto de século...”), embora hoje saibamos que os camponeses resistiram até a crise final do sistema, 50 a 60 anos depois da coletivização.

Na retórica oficial do Estado, o *kulak* como classe havia deixado de existir, razão pela qual a determinação inicial do poder central se fazia no sentido de abolir todo o comércio privado. Na realidade, porém, o Estado teve que admitir, em decreto de 6 de maio de 1932, uma modalidade de mercado livre, o co-

mércio *kolkhoziano*⁴⁰ (cf. Baykov, 1948, p. 245), reconhecendo veladamente a sobrevivência dos camponeses como classe. O próprio produtor coletivizado transformava-se, em algum momento da sua jornada, em produtor privado. Essa dupla personalidade social só podia existir nas aparências, para atender às exigências do discurso oficial.

Na prática, existiam os camponeses, como sempre interessados na economia privada e dispostos a preservá-la, embora submetidos ao tacão do Estado — e somente sob essas condições convencidos a destinar parte das suas jornadas às práticas coletivistas. Logicamente, essa forma de coletivismo não encontrava meios de se reproduzir, a não ser sob a constante ação de uma força coatora. Se a burocracia estatal continuava caracterizando as relações cidade-campo como uma “Aliança Operário-Camponesa”, eis um detalhe que apenas ilustra o esvaziamento de todo o esquema interpretativo oficial.

O caráter compulsório da produção agrícola coletivizada aparecia na comercialização dos respectivos produtos. O Estado passou a selar contratos de compra de altos percentuais da produção agrícola, mas o termo “contrato de compra” apenas encobria o caráter da transação — na verdade, um imposto em produtos. Tratava-se de uma apropriação forçada dos produtos agrícolas, não apenas porque os contratos de compra tinham um caráter impositivo, mas também porque os preços fixados pelo Estado situavam-se em geral bem abaixo dos preços praticados nas vendas para o consumidor. Baykov menciona o seguinte exemplo:

Em 1932, o órgão estatal de compra de grãos pagava 6 rublos e 33 *kopeks* por cem quilos de centeio, e cobrava pelo mesmo centeio

⁴⁰ *Kolkhoz* – Fazenda Coletiva.

para fazer farinha um preço no atacado de 22 rublos e 20 *kopeks*. Para o trigo, os preços correspondentes eram de 8 rublos e 52 *kopeks*, e 27 rublos e 75 *kopeks* respectivamente (Baykov, 1948, p. 244).

Durante os anos 1934–1935, frequentes atos de sabotagem e roubo de bens *kolkhozianos* levaram ao recrudescimento das medidas de vigilância e coerção dos camponeses. Formaram-se seções especiais nas *Estações de Máquinas e Tratores*, com a participação de milhares de bolcheviques enviados das cidades para cumprir funções que permitiam, indiretamente, fiscalizar e controlar a produção camponesa. Além disso as disposições da lei de defesa da propriedade pública, de 7 de agosto de 1932, instauravam pesadas penas para coibir a sabotagem.

É verdade que a consolidação do sistema provocou lentamente uma adaptação relativa dos camponeses, que passaram a disputar possibilidades de melhora das suas condições de vida dentro da nova ordem. Isaac Deutscher refere-se ao fenômeno que, no entanto, não deixaria de representar uma forma de “submissão a contragosto”:

O instinto de propriedade era frequentemente tão forte entre os mais pobres quanto nos mais ricos, e esse instinto e o bom senso se chocavam e revoltavam com a arbitrariedade e desumanidade da coletivização. Não obstante, esses sentimentos foram perturbados e enfraquecidos pela fria reflexão dos camponeses, segundo a qual eles poderiam, afinal de contas, beneficiar-se com as desapropriações dos ricos e a fusão das fazendas. E quando já não havia dúvida sobre quem venceria, muitos acorreram para o lado do vencedor (...) Assim, os impulsos e influências que determinaram o comportamento do camponês eram com-

plicados e contraditórios... alimentando seu ressentimento numa submissão a contragosto (Deutscher, 1968, p. 125).

O fim do racionamento, em meados da década de 1930, marcou a consolidação do sistema inaugurado com a coletivização forçada em 1929–1930. A maior fatia da produção ficou nas mãos do Estado, cabendo um baixo percentual para ser repartido entre os muitos trabalhadores da fazenda coletiva. Por isso mesmo, a sobrevivência dos camponeses passou a depender, virtualmente, das suas atividades privadas, nos respectivos lotes. Esse sistema levou Alec Nove a caracterizar os camponeses coletivizados como “legatários residuais” (Nove, 1963, p. 166), no sentido de que o rateio entre eles da renda do *kolkhoz* se fazia sobre o que sobrava — depois que o Estado ficava com sua parte.

As “vendas” dos produtos coletivizados ao Estado na verdade reduziam a renda dos *kolkhozes*, como iria posteriormente revelar Nikita Khrushchev, numa de suas rumorosas intervenções, na reunião do Comitê Central do Partido, em novembro de 1958, portanto já depois do desaparecimento de Stalin. Khrushchev ilustrou a situação vivida pelos camponeses até então e durante as duas décadas precedentes, relatando o exemplo da venda das batatas *kolkhozianas*, pelas quais a fazenda coletiva recebia “menos que nada”.

Relato semelhante foi feito por Tatiana Zaslavskaia, lembrando um relatório anual geral da região da *Quirguízia*, onde se lia que o camponês coletivizado recebia por ano o equivalente a não mais que um quilo de cereais. Conquanto o episódio relatado (Zaslavakaia, 1989, p. 24) esteja datado de 1951, a autora o menciona no contexto de uma caracterização geral do período stalinista. Observe-se que a situação dos camponeses demonstrava certas semelhanças formais com o regi-

me de servidão, não apenas porque estavam sujeitos a receber apenas os “legados residuais” acima referidos, mas também porque estavam proibidos de abandonar seus respectivos *kolkhozes* e de se transferir por vontade própria.

Uma situação desse tipo obviamente exigia o emprego de meios extraeconômicos. Não apenas para assegurar a obrigatoriedade das atividades nas fazendas coletivas, como também para evitar que as atividades privadas ultrapassassem os limites permitidos. Em 1939, foi adaptada uma legislação punitiva visando impedir que os camponeses esvaziassem o *kolkhoz* em troca das atividades de subsistência. A nova legislação obrigava o granjeiro coletivizado a dedicar um certo mínimo de dias de trabalho ao *kolkhoz*. Na mesma linha, estabelecia que as tentativas de ampliação dos lotes individuais seriam passíveis de enquadramento judicial. Ainda assim, uma inspeção de lotes individuais, realizada em 1939, revelou que o excesso sobre os limites legais atingia nacionalmente uma área equivalente a 2,5 milhões de hectares. Reformas posteriores, realizadas ainda antes da Segunda Guerra Mundial, visaram aumentar os atrativos dos *kolkhozes* de modo a assegurar a funcionalidade do sistema. Prevalciam, porém, os mecanismos de coação.

PRESSÕES DE “BAIXO PARA CIMA”: O MERCADO DE TRABALHO INDUSTRIAL

A atitude dos camponeses, que, mesmo antes da investida estatal de 1929, já se haviam declarado inimigos do coletivismo, foi um dos fatores originários do emprego da coação para assegurar a reprodução do sistema. A previsão desses antagonismos estava presente na consciência doutrinária dos bolcheviques, embora fosse interpretada segundo diversos enfoques.

O que, porém, não encontrava respaldo na tradição era a necessidade do uso sistemático da coação contra os trabalhadores urbanos, que, em outubro de 1917, haviam atuado como força hegemônica da Revolução. O seu uso eventual já integrava a experiência dos bolcheviques, especialmente depois do levante de Kronstadt, nos primeiros anos da década de 1920. Mas a experiência seguinte passaria a exibir o uso sistemático da coação contra trabalhadores urbanos, não por motivos meramente eventuais ou localizados, mas também para viabilizar a reprodução do sistema produtivo.

A recuperação econômica dos anos 1920 (o ano de 1925 pode ser tomado como marco, ao recuperar os níveis do produto bruto alcançado em 1913, às vésperas da Primeira Guerra Mundial) culminou numa situação de pleno emprego e fez emergir um típico jogo de forças do mercado de trabalho. Uma elevada rotatividade voluntária, num contexto de escassez de mão de obra especializada, e o crescimento do absentismo minavam as condições básicas para a expansão industrial sob a planificação. As teorias precedentes jamais haviam suposto qualquer restrição para a mobilidade dos trabalhadores durante a construção do socialismo, embora seja certo que aquelas teorias não haviam considerado a hipótese de que o referido processo viesse a ocorrer em meio à escassez de recursos básicos e num baixo nível de civilização das forças produtivas — muito menos num ambiente marcado pela ruptura entre os objetivos do Estado e a consciência prática dos trabalhadores. Chegou-se a uma situação totalmente imprevista: os trabalhadores se faziam agentes das forças mercantis, em vez de controlá-las, ou ao menos esboçar passos nesse sentido.

Mudanças diversas, inclusive na composição social dos trabalhadores urbanos, davam sequência às transformações vividas pelo proletariado no começo dos anos 1920. De acordo

com Carr e Davies (1980a, p. 493), em 1929, era a seguinte a fisionomia dos trabalhadores urbanos: 61,6% dos mineiros, 40% dos metalúrgicos e 36,1% dos operários têxteis eram de origem camponesa. Era também crescente o número de trabalhadores industriais que, ao mesmo tempo, mantinham-se como proprietários de terras: entre os que ingressaram entre 1926 e 1929 nas minas de *Donbass*, 37,4% conservavam terras de sua propriedade. Nessa mesma época, entre os recém-recrutados para trabalhar como metalúrgicos em Moscou e na Ucrânia, 28,4% e 27,3%, respectivamente, também mantinham terras. Os mesmos autores citam o periódico *Puti Industrializatsii*, número 7, 1929 (Carr e Davies, 1980a, p. 494) segundo o qual, na empresa do *Yuogostal*, um observador registrara que um autêntico membro do proletariado industrial trabalhava ao lado de um patrão rural, transferido do campo para a cidade.

Baykov (1948, p. 223) menciona os seguintes dados: no censo operário de 1929, constatou-se que somente a metade dos trabalhadores ocupados na indústria havia tido experiência industrial antes da Revolução. No censo de 1930, essa faixa já havia caído para 42%. Em certas regiões industriais, esses operários perfaziam apenas 19,6% do total. Por outro lado, as levas oriundas do campo continuavam afluindo: a expansão industrial operada sob os primeiros Planos Quinquenais fez com que o número de operários triplicasse no decorrer da década de 1930.

A mudança na composição social dos trabalhadores urbanos, nesses anos, contribuiu para levar a extremos os processos iniciados durante o comunismo de guerra, tendentes à desagregação do proletariado como classe. A burocratização do Estado ganhava novos espaços e criava mecanismos de perpetuação, na medida em que se demarcava uma ruptura entre

a nova classe operária e aquela que fizera a Revolução. Isaac Deutscher fez o seguinte comentário sobre este fenômeno, cujos desdobramentos e consequências marcariam profundamente a sociedade soviética:

Em sua fragmentação, confusão e falta de identidade política, a nova classe operária assemelhava-se, em parte, ao proletariado do início da era capitalista, que Marx descreveu como uma “classe em si”, mas não “por si”. (...) Os marxistas supõem tacitamente que uma vez conseguida pela classe operária a integração social e a consciência política que fazem dela uma “classe por si”, manter-se-ia indefinidamente em tal posição e não voltaria à imaturidade. Em lugar disso, a classe operária da Rússia, tendo derrubado o czar, os donos de terra e os capitalistas, recaiu na condição inferior de uma classe inconsciente do seu interesse e sem capacidade de expressar-se (Deutscher, 1968, p. 124).

Esses novos trabalhadores iriam agir inicialmente como figuras estranhas nos respectivos lugares de trabalho, alheios às tradições industriais e avessos à disciplina. A cúpula bolchevique enfrentou o problema da capacitação profissional dos novos trabalhadores fomentando a ampliação de escolas e universidades. Mas, o grande número de escolas fundadas esteve longe de atender à demanda potencial criada com o crescimento do emprego. Durante a vigência do 1º Plano Quinquenal, essas escolas prepararam 450 mil trabalhadores qualificados, mas o número total de trabalhadores, somente na indústria em grande escala, subiu de 2,7 milhões em 1928, para 5,1 milhões em 1932 (cf. Baykov, 1948, p. 223).

No plano político, porém, nenhum progresso foi alcançado, haja vista a decadência das organizações operárias: sovietes, sindicatos e conselhos de empresa, todas mantidas ape-

nas como fachadas destituídas de vida própria. E, no entanto, apesar dos esforços centrados no desenvolvimento técnico-profissional dos novos trabalhadores, as dificuldades enfrentadas ao nível da produção se fizeram críticas.

A imprensa especializada em temas econômicos trazia, a essa época, notícias do tipo:

De muitas fábricas e empresas chegam notícias de que a disciplina do trabalho piora. Os casos de operários que saem cedo do trabalho, que chegam bêbados ao trabalho, que não rendem a produção normal ou que se comportam com grosseria frente ao pessoal técnico são cada vez mais frequentes (Baykov, 1948, p. 159).

O periódico *Za Industrializatsiu* de 12 de setembro de 1930 (Baykov, 1948, p. 220) comentava:

A circulação da mão de obra aumenta sem cessar... As empresas, especialmente as obras de construção, são como lugares de trânsito onde se contratam diariamente centenas de novos trabalhadores e outros tantos, se não mais, se demitem.

O mesmo periódico, em 1º de junho de 1930, afirmava:

O pior é que não é possível conseguir suficiente mão de obra para as novas plantas que começam a produzir neste ano e no próximo. De uma maneira ou outra chegar-se-ia ao número de trabalhadores necessário, mas suas condições de habilidade não corresponderiam às necessidades da produção. (...) Além das perdas naturais, enfrentamos uma diminuição de operários qualificados devido às promoções e transferências ao trabalho em áreas rurais (*apud* Baykov, 1948, p. 222-223).

As forças do mercado de trabalho, nas condições de pleno emprego e de baixa qualificação profissional dos trabalhadores — e, dada como pano de fundo, a ruptura da consciência de classe do proletariado — atuavam em sentido contrário ao Plano. Para controlá-las, o Poder Central determinou uma legislação coercitiva rígida. A partir de 1930, uma nova legislação ampliava o conceito de crime político, considerando passíveis de julgamento em tribunais os seguintes atos: demanda excessiva de força de trabalho pelas empresas, contratação de operários acima dos níveis estabelecidos pelo Plano, fracasso na tarefa de qualificar tecnicamente os operários, violação das normas salariais etc. (Baykov, 1948, p. 222). Por outro lado, o trabalhador não podia ser admitido em uma empresa sem apresentar certificado emitido pelo seu emprego anterior, explicando as causas da demissão.

A legislação punitiva iria incorporar novos dispositivos de coerção em 1931, em 1932 e em anos posteriores. Em 28 de dezembro de 1938, o *Sovnarkom*⁴¹ da União tornava mais precisas as punições para os casos de atraso na chegada ao trabalho, prolongamentos dos intervalos das refeições ou saídas do trabalho antes do horário estabelecido. Os operários que se demitissem sem autorização perdiam automaticamente as vantagens acumuladas em virtude do tempo de serviço, tanto no que se refere ao salário quanto em relação às vantagens sociais do tipo habitação e outras. Em julho de 1940, a legislação se tornaria ainda mais severa, se bem que já em consequência do cenário de guerra: o abandono de um emprego sem autorização poderia ser punido com penas de dois a quatro meses de reclusão e o absenteísmo poderia resultar em penas de trabalhos forçados durante um período que poderia chegar a seis

⁴¹ *Sovnarkom* – Conselho de Comissários do Povo.

meses, nos quais o salário ficaria reduzido em 25%. Em todos esses casos, os gerentes se obrigavam a esclarecer sua atuação no enfrentamento da indisciplina, podendo eles também incorrer em prisões.

A intervenção do Estado no mercado de trabalho já vinha envolvendo também medidas restritivas para o aproveitamento dos técnicos qualificados. Desde 1933, e mais ainda a partir de 1938, os estudantes graduados em universidades obrigavam-se a trabalhar durante cinco anos em lugares de trabalho fixados pelo respectivo Comissariado do Povo. Qualquer recusa ao cumprimento da determinação do Poder Central implicaria julgamento em tribunais. De um modo geral, os Comissariados do Povo dispunham, desde 1938, do “registro pessoal de todos especialistas com instrução superior... [de modo a controlar] qualquer traslado desses especialistas a outro emprego” (*apud* Baykov, 1948, p. 359).

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

O controle do mercado de trabalho com base em medidas coercitivas completava, assim, um cenário no qual todos os aspectos básicos do sistema produtivo passaram a depender da coerção para manter-se e reproduzir-se. Lembrando que no capitalismo as conexões entre os Departamentos I e II desencadeiam o autodesenvolvimento da economia, sob a ação corretiva do mercado, cabendo às legislações coercitivas um papel meramente disciplinador e auxiliar, encontramos aqui face a uma nova situação. Deixando para discussões posteriores o problema das semelhanças formais com os mecanismos de reprodução existentes nas formações pré-capitalistas, ou com o processo de acumulação capitalista primitiva, interessa nesta altura nos fixarmos na discussão

sobre a função precípua que a violência ocupava na reprodução do sistema soviético.

Em todos os níveis do sistema, desde as relações internas entre o Estado e o campesinato, ou entre o Estado e os trabalhadores urbanos, às relações entre o sistema em seu conjunto e o resto do mundo, a coação parecia estar tentando conter o avanço de relações sociais dominadas pela revolução, mas portadoras de potencialidades relativas superiores naquele contexto histórico específico.

Ao conter a superioridade tecnológica das mercadorias colocadas no mercado mundial pelos países capitalistas mais avançados, assim como ao conter os camponeses, ao evitar que os agricultores coletivizados ampliassem as pequenas faixas de terras reservadas à produção privada, ou ainda ao reprimir os impulsos do mercado de trabalho urbano, em todas essas situações o uso da força tacitamente reconhecia a superioridade das pressões capitalistas advindas de todos os lados: de fora para dentro, via pressões do mercado mundial, ou de baixo para cima, a partir das forças mercantis ou mercantís-capitalistas em ação ao nível das bases produtivas da URSS. Tão fortes eram essas pressões econômicas e sociais (e, obviamente, políticas) que uma eventual desmobilização do sistema coator faria a economia soviética provavelmente submergir frente ao avanço, geral e simultâneo, de fora para dentro e de cima para baixo, do “mar” de relações capitalistas.

Essa contínua pressão de forças econômicas superiores poderia soar como uma sentença de morte, indicando a inviabilidade objetiva do socialismo, sempre que cercado (como na URSS) nos limites de um país atrasado. No entanto, uma análise mais exaustiva desses mesmos fenômenos até aqui descritos permite-nos observar que, pelo menos em um dos seus pontos de ataque, o sistema coator não enfrentava pressões inevitavel-

mente originadas do atraso da sociedade, muito menos do cerco sob o qual tinha que viver. O referido ponto de exceção estava no mercado de trabalho, que merece ser mais uma vez reavaliado, agora considerando-se outras determinações.

Estamos nos referindo, em particular, ao mercado de trabalho urbano. O que ocorreria se o proletariado recuperasse sua consciência de classe e retomasse, na linha dos acontecimentos de outubro de 1917, o controle direto do Estado? Logicamente essa mudança não provocaria, por si mesma, o levantamento das pressões do mercado mundial sobre a URSS, nem o levantamento das pressões internas exercidas pelo mercado dos camponeses. Mas, o mercado de trabalho urbano necessariamente assumiria uma tendência ao definhamento já que suas forças centrífugas, suas tendências individualistas, estariam sobredeterminadas pelo autocontrole exercido pelos próprios trabalhadores.

A sobredeterminação das forças do mercado pelo controle consciente apareceria ao nível da História como uma tendência, mas uma tendência gerando efeitos concretos. Seria a expressão básica, primordial, da planificação, pois significaria a planificação pelos trabalhadores do seu próprio papel na produção. Esse gênero de planificação, também tendencialmente, não dependeria da violência extraeconômica para reproduzir-se, e nesta medida indicaria a possibilidade do seu avanço em todas as áreas da sociedade, viabilizando uma planificação em seu conjunto desligada do aparelho de repressão.

Levantamos essa hipótese não tanto como exercício de cenários alternativos, mas para demonstrar, por oposição ou por contraste, as consequências econômicas da ruptura da consciência de classe do proletariado. Isso porque, com os trabalhadores transformados em agentes de forças mercantis e alvo da coerção, fechava-se absolutamente a única via possível para

que o sistema pudesse indicar, ao menos como uma tendência, uma via de autodesenvolvimento sem o recurso à violência extraeconômica. Assim sendo, consolidou-se um sistema umbilicalmente dependente da coerção estatal, sem a qual emergiriam imediatamente e de forma geral as relações capitalistas. Estamos discorrendo aqui sobre as determinações do socialismo de Estado.

A dependência do sistema soviético face aos mecanismos estatais de vigilância e repressão trouxe uma outra implicação. Todos os processos e todas as tendências econômicas em marcha levavam a um reforço do papel do Estado, sem cuja presença o sistema não poderia sobreviver. O socialismo soviético não poderia, por isso, realizar o processo tendencial de extinção do Estado, previsto pelo marxismo clássico para o socialismo em geral. Tendencialmente, o que se verificava era exatamente a expansão e a hipertrofia do Estado.

A essa altura, o esforço interpretativo sobre o sistema soviético parece avançar sob a pressão de aparências enganadoras, uma vez que o enrijecimento da superestrutura coatora, conquanto sugira no plano das aparências um fortalecimento do sistema, estava de fato demonstrando a sobrevivência apenas “por um fio” das novas relações de produção. E, onde a superestrutura repressiva aparecia mais sistemática, mais densa, precisamente nesses pontos as relações mercantis e mercantil-capitalistas estavam na verdade muito próximas da superfície. Ao estender o cerco da coerção aos trabalhadores urbanos, criando para o pensamento conceitual uma situação eivada de paradoxos, o sistema demonstrava de fato, *in extremis*, dificuldades generalizadas para seguir reproduzindo-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAYKOV, Alexander. *Historia de la Economía Soviética*. México (D.F.): Fondo de Cultura Económica, 1948.
- BUKHARIN, Nikolai. Teoría Económica del Período de Transición. *In Cuadernos Pasado y Presente*, Córdoba, nº 29, 1974.
- _____. O Partido e o Bloco da Oposição. *In Trotsky, Bukharin et al. A Nova Política Econômica: Capitalismo de Estado, Transição, Socialismo*. São Paulo: Global, 1987.
- CARR, E. H. *Historia de la Rusia Soviética*. vol. 3: *El socialismo en un solo país (1924-1926)*. Madrid: Alianza, 1974.
- _____. *Historia de la Rusia Soviética*. vol. 2: *El Interregno (1923-1924)*. Madrid: Alianza, 1977.
- CARR, E. H., Davies, R. H. *Historia de la Rusia Soviética*. vol. 4: *Las Bases de una Economía Planificada (1926-1929)*. *El Orden Económico, pt. 1: Agricultura e Industria*. Madrid: Alianza, 1980a.
- _____. *Historia de la Rusia Soviética*. vol. 4: *Las Bases de una Economía Planificada (1926-1929)*. *El Orden Económico, pt.2: Trabajo, Comercio y Distribución, Hacienda, Planificación*. Madrid: Alianza, 1980b.
- DEUTSCHER, Isaac. *Trotsky, o Profeta Banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Trotsky, o Profeta Desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- LENIN. *Obras Escogidas*. Tomo 2: *Sobre el Impuesto en Especie - Significación de la Nueva Política Económica y sus Condiciones*, p. 878-916. Moscú: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1948.
- _____. O Programa Agrário da Social-Democracia Russa. *In Lenin. Aliança Operário Camponesa*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. p. 59-96.
- MEYER, Victor. *Determinações Históricas da Crise da Economia Soviética*. Salvador: EDUFBA, 1995.
- NOVE, Alec. *A Economia Soviética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- PREOBRAJENSKY, Eugênio. *A Nova Econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SACHS, Erico. *Qual a Herança da Revolução Russa e Outros Escritos*. Belo Horizonte: Segrac, 1988.

THALHEIMER, August. *Vinte anos após a Revolução de Outubro*. Tradução de Sérgio Paiva. Rio de Janeiro, 1991. mimeogr.

ZASLAVSKAIA, Tatiana. *A Estratégia Social da Perestroika*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

NOVAS TECNOLOGIAS E DIVISÃO DO TRABALHO: RELENDO A IDEOLOGIA ALEMÃ⁴²

Victor Meyer

Em sua notável caracterização do capitalismo, o *Manifesto Comunista* de 1848 já assinalava a vocação desse sistema para revolucionar constantemente as forças produtivas. “Tudo que é sólido se desmancha no ar”. A concorrência entre capitalistas e a permanente contradição com o trabalho coloca o capital em ininterrupta tensão, obriga-o a transformar métodos, técnicas, máquinas e processos industriais, produzindo mais-valia relativa.

Durante parte do século XX chegou-se a pensar, contudo, que o sistema capitalista poderia afinal ter encontrado, ao menos sob certo ângulo, uma espécie de platô no qual permaneceria estabilizado. O conjunto de procedimentos industriais enquadráveis sob a denominação de taylorismo parecia corresponder ao modo de organização do trabalho inerente ao ca-

⁴² Texto originalmente publicado em *O Olho da História* (Revista de História Contemporânea), v.1, nº 4, jul. de 1997.

pitalismo e, na condição de ponto de chegada de uma evolução, passaria a acompanhar a existência do capitalismo como uma marca definitiva.

No entanto, não seriam necessárias mais que duas décadas, desde o final da Segunda Guerra Mundial, para que surgissem sinais de que o capitalismo começava a produzir modificações também nesse campo. O Japão, premido pela concorrência com os EUA, impossibilitado de obter vantagens pela via da ampliação da produção em escala, começou a elaborar certas inovações, inicialmente sob a forma de novas tecnologias organizacionais. Produzindo preferencialmente sob encomenda e com baixa formação de estoques, foi possível alcançar vantagens na concorrência pela via da diversificação dos produtos.

Posteriormente, uma inovação bem mais marcante iria incidir sobre o rumo dessas mudanças. O uso da microeletrônica criaria a base técnica para o desenvolvimento desses novos padrões de produção. As tecnologias organizacionais (“ilhas” de produção, qualidade total etc.) iriam encontrar uma base técnica mais adequada nas *tecnologias de automação flexíveis*: máquinas reconversíveis à base do complexo microeletrônico, anunciando para o velho taylorismo, já numa faixa visível do horizonte, a sentença da sua superação.

Essa flexibilização abre sobre o nosso tempo novas possibilidades para o avanço das forças produtivas: primeiro, porque permite encerrar os tempos mortos na utilização das máquinas, transformando-os em tempos produtivos; segundo, porque viabiliza a reprogramação da maquinaria com enorme rapidez, elevando a novas dimensões a diversificação da produção e a possibilidade de atendimento imediato às demandas mais específicas e mais individualizadas: algo inimaginável dentro dos padrões rígidos que caracterizaram

durante um longo tempo histórico a produção em bases eletromecânicas.⁴³

Com os equipamentos de automação flexível, uma instalação básica elementar passa a admitir incontáveis alternativas de reprogramação. A produção sob encomendas ganha um novo significado, gerando-se a possibilidade de uma integração muito estreita entre o demandante (até individual) e a capacidade de pronto atendimento por parte do complexo produtivo.

Tendencialmente, vislumbra-se a necessidade de um outro tipo de formação ou capacitação técnica dos trabalhadores, à medida que venham a disseminar-se as exigências de um preparo mínimo para operar as instalações básicas, e de uma simultânea capacidade para operar as adaptações subsequentes.

Em síntese, a chamada terceira revolução industrial, em curso nos países capitalistas centrais na atualidade, traz pelo menos duas consequências, se analisada sob o ângulo aqui proposto:

- 1) introduz tecnologias flexíveis e, nessa medida, aproxima de tal forma a estrutura da produção das demandas sociais (e individuais) que torna realista admitir-se a possibilidade de uma futura “volta” (num sentido dialético, como *superação*) ao sistema de encomendas dos tempos em que predominava o artesanato;
- 2) combina instalações básicas com a prerrogativa de sua reconversão ou reprogramação, tendo em vista a elaboração dos mais diversos produtos; em consequência, passa a exigir trabalhadores com preparo bastante distinto do trabalhador

⁴³ TAUILÉ, J. R. “Novos padrões tecnológicos, competitividade industrial e bem-estar social: perspectivas brasileiras”. In VELLOSO, J. P. R. (Coord.). *A nova estratégia industrial e tecnológica: o Brasil e o mundo da III Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990. p. 142–50.

taylorista. Enquanto tendência, introduz a exigência de uma formação básica generalista associada a uma capacidade de criar adaptações especialistas de modo a viabilizar a diversificação produtiva.

UMA RELEITURA DE TEXTO CLÁSSICO DE MARX E ENGELS

Deixemos de lado, agora, o terreno no qual nascem essas transformações, quer dizer, a sociedade capitalista, e coloquemos a discussão no terreno abstrato de uma futura sociedade socialista avançada. Questionemos, assim, as repercussões que tais mudanças já em curso nas forças produtivas da sociedade podem provocar sobre certos axiomas marxistas relativos à futura sociedade.

Por exemplo: uma das passagens da obra *A Ideologia Alemã* de mais forte apelo utópico é aquela na qual Marx e Engels associam o comunismo ao fim da divisão natural do trabalho. Esta última (a divisão natural do trabalho) seria produto da sociedade de classes, permaneceria durante o socialismo apenas como herança em extinção, mas seria definitivamente superada na etapa superior do comunismo. Textualmente:

Com efeito, desde o momento em que o trabalho começa a ser repartido, cada indivíduo tem uma esfera de atividade exclusiva que lhe é imposta e da qual não pode sair; é caçador, pescador, pastor ou crítico e não pode deixar de sê-lo se não quiser perder os seus meios de subsistência. Na sociedade comunista, porém, onde cada indivíduo pode aperfeiçoar-se no campo que lhe aprouver, não tendo por isso uma esfera de atividade exclusiva, é a sociedade que regula a produção geral e me possibilita fazer hoje uma coisa, amanhã outra, caçar de manhã, pescar à tarde,

pastorear à noite, fazer crítica depois da refeição, tudo isto a meu bel prazer, sem por isso me tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico.⁴⁴

Mesmo em momentos nos quais os escritos de Marx eram assimilados incondicionalmente, essa passagem de *A Ideologia Alemã* era aceita com alguma dificuldade. Dado o próprio método materialista, que vincula as visões do futuro às tendências já visíveis no presente, uma previsão como essa podia sugerir uma mera ficção. Marx, por certo, pôde sentenciar essa caracterização do futuro porque discorria em alto grau de abstração, projetando para a futura sociedade sem classes aquilo que, em níveis baixíssimos de condições materiais, teria existido nas precedentes comunas primitivas. Sua base de sustentação era, aparentemente, as formas econômicas rudimentares do passado e não o presente concreto do capitalismo, uma vez que, em meados do século XIX, não se encontrariam fatos para respaldar semelhante incursão sobre o futuro.

Porém, 150 anos depois de escrita *A Ideologia Alemã*, as transformações em curso no interior da sociedade capitalista nos permitem reavaliar o problema, considerando as forças produtivas hoje disponíveis e os respectivos horizontes por elas abertos. O extraordinário desenvolvimento tecnológico havido no decorrer desse século e meio nos coloca num patamar de tal modo elevado que, já ao se observarem as tendências em andamento diante de nós, pode se tornar intuitivamente admissível, como perspectiva, a utopia comunista da divisão voluntária do trabalho.

Está óbvio que as tecnologias de automação flexível estão ainda nascendo e imensas mudanças ainda precisariam ocor-

⁴⁴ MARX, K., ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1974. p. 40-41.

rer para tornar a divisão voluntária do trabalho algo concreto. O que importa ressaltar, no entanto, é que a possibilidade do referido cenário futuro passa a encontrar respaldo embrionário (concreto) nos fatos atuais. O domínio coletivo sobre os conhecimentos básicos e a possibilidade de desenvolvimento desses conhecimentos para atender às necessidades das reconversões tecnológicas rápidas abre, em tese, um cenário para a realização da utopia comunista: quando a sociedade regulará a produção geral e permitirá ao trabalhador individual variar suas atividades ao seu bel prazer.

ENSEJA A REDISCUSSÃO DE TEORIAS SOBRE A PLANIFICAÇÃO E O COMUNISMO

O fracasso do socialismo soviético deu grande impulso a um questionamento da própria viabilidade da planificação econômica. A disfunção generalizada da planificação soviética estava diretamente ligada à burocratização do Estado, ao estabelecimento de um centro tutelar que interpretava as necessidades sociais e, pela via da estimativa, ou sob a inspiração de interesses particulares da própria burocracia, as traduzia no Plano.

Uma das vertentes de crítica à experiência soviética, apoiada no marxismo clássico, contrapunha à planificação burocrática e tutelar a planificação social.⁴⁵ Mas, no embate com os áulicos do capitalismo, a defesa da eficácia da planificação social parecia perder argumentos capazes de aceitação intuitiva sempre que esses críticos levantavam uma tese inspirada no senso comum: o atendimento às demandas sociais pelo Plano Econômico seria impraticável exatamente pelo fato de serem

⁴⁵ MEYER, V. *Determinações históricas da crise da economia soviética*. Salvador: EDUFBA, 1995, *passim*.

essas demandas, por natureza, mutáveis e inúmeras (portanto não enquadráveis em qualquer plano prévio).

O debate esteve, pelo menos até os últimos anos da década de 1970, às vésperas da crise final da URSS, cerceado por força de uma circunstância histórica: não havia, então, evidências concretas que pudessem ilustrar de forma convincente a operacionalidade da planificação social. A defesa da planificação alternativa aparecia muito mais como postulado ideológico, como credo, sem no entanto encontrar bases empíricas de fácil demonstração. Embora parecesse óbvio que o Plano deveria ser traçado a partir das necessidades sociais e não a partir das estimativas da burocracia, restava esclarecer de que modo as necessidades sociais poderiam revelar-se a tempo para lograr sensibilizar a parafernália produtiva e promover com eficiência os efeitos esperados.

Oskar Lange observou certa vez⁴⁶ que cabia ao computador fazer no socialismo aquilo que o mercado faz na sociedade capitalista: a informática daria consistência à *mão visível* dos planejadores, cruzando as inúmeras demandas sociais com os insumos produtivos disponíveis. Ainda assim, permanecia um cenário complicado para a planificação socialista, dada a rigidez do aparato da produção. Cada mudança na demanda social exigiria tempo até que o complexo de máquinas disponíveis pudesse receber os sinais indicadores das novas demandas e, o que é mais importante, até que pudesse reaparelhar-se para atendê-las, superando o obstáculo decorrente do caráter mutante e do dinamismo das necessidades humanas.

As inovações que o capitalismo cria na atualidade, ao introduzir na cena as tecnologias de automação flexível, *admitem*

⁴⁶ LANGE, O. "The computer and the market". In NOVE, A., NUTTI, D. M. (Ed.). *Socialist economics: selected reading*. Middlesex: Penguin Book, 1974, *passim*.

(em tese), no entanto, uma recuperação, em nível altamente superior, dos antigos processos de produção artesanal. O atendimento às encomendas *pode* atingir o nível de personificação que, no passado, marcava os produtos dos artesãos. Uma imagem algo fantástica de um futuro possível insinua-se no horizonte, em que um complexo industrial altamente desenvolvido poderá ser capaz de atender rapidamente às mais detalhadas e variadas demandas individuais.

Concluimos com a consideração de que a planificação social ganha novas condições de eficácia por conta dos embriões atuais das novas tecnologias, fato que atribui mais um toque de realismo a diversas teses marxistas acerca do comunismo: sobretudo, as tendências em desenvolvimento dão nova base material às teses sobre a planificação econômica e — para retomarmos *A Ideologia Alemã* — permitem um novo ângulo através do qual se pode reler a clássica passagem de Marx e Engels quanto à futura divisão voluntária do trabalho.

Assim sendo, nesse momento, nesse final de século, 150 anos depois de escrita, nada mais adequado do que reafirmar a inteligência daquela célebre evocação do futuro: no comunismo, é a sociedade que regula a produção geral; e a divisão voluntária do trabalho permite a cada um escolher o que fazer hoje ou amanhã, caçando pela manhã, pescando à tarde e fazendo crítica depois da refeição, sem por isso se tornar exclusivamente caçador, pescador ou crítico...

UM OLHAR SOBRE CUBA⁴⁷

Victor Meyer

A recente participação de um grupo de professores da UEFS no *II Taller Internacional de Ciências Políticas*, na Universidade de Havana, enseja algumas reflexões sobre a sociedade cubana. A primeira impressão que se tem de Cuba, na perspectiva de quem chega como turista, é negativa: uma bizarra frota de carros com predominância de modelos dos anos 1940, 1950 e 1960, a fachada deteriorada dos casarões da Havana Velha, um fervilhante mercado negro de charutos e uma intensa movimentação de prostitutas nas proximidades dos grandes hotéis — tudo isso sugere um mundo em decomposição. Essa impressão inicial, no entanto, é apenas indicadora de uma espuma de superfície que flutua sobre a capital da Ilha, subproduto indesejado das mais recentes disposições econômicas.

Para ter-se uma ideia aproximada do que se passa em Cuba, é preciso antes atravessar essa camada episódica que a envolve. É necessário ir além, acercando-se à lógica do *Período Es-*

⁴⁷ Texto originalmente publicado na *Gazeta Mercantil* de 20 de julho de 1998, Salvador, BA.

pecial, denominação oficial da política posterior à queda do bloco socialista. Efetivamente, a derrocada da URSS parecia ter ferido irremediavelmente a frágil economia cubana. As exportações caíram em 75%, as importações, em 70%. O fundo do poço foi alcançado em 1993, quando a produção interna de mercadorias desceu à metade, comparativamente ao final dos anos 1980. Os observadores mais esquemáticos diziam: Cuba não resistirá, cairá com as sociedades do Leste Europeu. Contudo, desde então se passaram cinco anos e a economia cubana se recupera. O movimento é lento, porém claramente ascendente. Os desequilíbrios na balança comercial e de pagamentos e o déficit público caíram, a produção cresceu. O racionamento de emergência, embora continue, foi relaxado.

As reformas em curso buscam substituir a *planificação material* anterior pela *planificação financeira*. Hoje, várias moedas circulam em Cuba: o peso cubano, o peso conversível e o dólar dos Estados Unidos. Com a redução dos desequilíbrios financeiros fundamentais, dramaticamente acelerada com a intensificação do turismo internacional, as autoridades monetárias pretendem criar condições para a sustentação de reservas em dólar, de modo a permitir o saneamento monetário com vistas à circulação exclusiva do peso conversível. Simultaneamente, está em andamento uma reforma do sistema bancário, com a introdução maciça de computadores e redução do pessoal empregado, com os excedentes realocados em outras atividades.

Na indústria, a modernização está sendo promovida em meio à diversificação dos tipos de propriedade: das empresas estatais, que continuam majoritárias, às empresas mistas e híbridas, algumas com a participação do capital estrangeiro. O grande objetivo é a elevação da produtividade da mão de obra, em que os avanços alcançados ainda são considerados modestos, como nos informa o economista Fernández Font, profes-

sor da Universidade de Havana. Os incentivos materiais à produtividade preveem pagamentos de adicionais sobre o salário básico e a redução relativa do pessoal empregado na indústria.

Essas medidas provocarão, inevitavelmente, uma diferenciação social, quebrando até certo ponto o igualitarismo radical das décadas anteriores. Ganharão mais os trabalhadores mais eficientes, assim como todo o pessoal envolvido nas atividades de infraestrutura turística, onde circula o dólar e onde é permitido um sem número de transações privadas: aluguéis de quartos a turistas, abertura de restaurantes privados etc.

Mas essa diferenciação social vem sendo monitorada pelo Estado por meio de uma severa taxaço sobre as rendas privadas — um dos pilares da política de elevação da poupança interna. O controle sobre a diferenciação social corresponde a uma opção básica da sociedade cubana: a decisão de preservar as conquistas fundamentais do Estado fundado em 1959–1961, isto é, a educação e a assistência médica para todos, o direito à habitação e a uma quota básica de alimentos também para todos. Enquanto esses direitos básicos forem respeitados, a diferenciação social será limitada. É matemático: numa sociedade de escassez, se grande parte da riqueza social é canalizada para os direitos comuns, não sobra muito para o consumo dos estratos superiores. Aí parece estar o cerne do enigma cubano.

Um dos lugares comuns mais difundidos acerca de Cuba é aquele que assegura que a Ilha aguarda pelo período pós-Castro, para então mergulhar na diferenciação social aberta. Esse raciocínio elude um dado essencial: o fato de que a manutenção das conquistas sociais já referidas corresponde aos interesses imediatos de milhões de cubanos, muito ciosos da sua importância e dispostos a defendê-las. Aliás, se Cuba estivesse na dependência apenas do carisma de uma liderança, se fosse tão vulnerável, já teria caído.

Afinal, Cuba vive uma guerra velada, mas real, com os Estados Unidos. O bloqueio econômico, radicalizado quando a economia cubana batia no fundo do poço, é um implacável mecanismo de estrangulamento somente contornável via um hábil aproveitamento de brechas diplomáticas, por onde fluem — a preços mais altos — os insumos necessários à reprodução da economia da Ilha. Situada a dois passos do seu poderoso inimigo, Cuba se equilibra sobre uma lâmina inexorável. Explicar sua sobrevivência é quase como explicar um milagre. Atribuir-se tal façanha à mera longevidade de um líder seria afastar-se do raciocínio analítico para mergulhar-se no universo das lendas.

A atual sociedade cubana sobrevive porque suas realizações básicas atendem aos interesses de milhões de pessoas. A lógica parece simples: todas as crianças estão na escola, a universidade realiza pesquisas de vanguarda e todos os cubanos têm assistência médica de primeira linha. Logo, dados os limites da riqueza nacional, a renovação da frota de carros tem que esperar; a restauração da fachada dos prédios também tem que ficar na lista de espera. Se a fórmula se invertesse, então muitos meninos — mais uma vez considerando-se os limites da renda nacional — teriam que sair das escolas e frequentar as ruas, a universidade recuaria à indigência terceiro-mundista, a saúde pública desceria aos níveis do submundo e muitos mergulhariam na miséria absoluta. A maioria do povo parece entender que essa é uma lógica cruel, mas aposta no futuro.

Uma das mais hábeis realizações da moderna sociedade cubana, no plano ideológico, foi a vinculação entre a ordem social vigente e os ideais nacionais, profundamente enraizados na consciência coletiva. O cubano médio percebe que o desmoronamento do atual *status quo* redundaria na renúncia à nacionalidade. Não por acaso, respira-se por toda parte a presença de José Martí.

Essa fronteira viva entre jacobinismo e socialismo é, nesse final de século, um monumento à persistência humana. Cuba é hoje um desses raros exemplos de vitória da improbabilidade.

AUTORES E ORGANIZADORES

EDUARDO NAVARRO STOTZ é sociólogo, pesquisador em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e membro do Centro de Estudos Víctor Meyer.

SAMUEL WARTH é médico sanitaria, auditor do Ministério da Saúde e membro do Centro de Estudos Víctor Meyer.

ERICO CZACZKES SACHS nasceu em Viena, em 11 de março de 1922, filho único de uma família judia, no meio da qual entrou em contato precocemente com as ideias socialistas. Em 1934 acompanhou sua mãe, Sina Ida Czaczkes, na emigração para a Rússia, em razão da perseguição aos judeus na Áustria e da repressão à esquerda. Estudou o marxismo pela primeira vez na Escola Karl Liebknecht, em Moscou. Os contatos com a Oposição ao stalinismo valeram a sua expulsão da Rússia em 1937. O retorno à Áustria foi breve, em decorrência da nazistificação oficial do país e do antisemitismo. Permaneceram durante um ano na França, onde se tornou o mais jovem militante da Oposição Comunista Alemã, à frente da qual se destacava, entre outros, August Thalheimer. Em maio de 1939, pouco antes do início da II Guerra Mundial, emigrou com sua mãe para o Brasil, aos quais se juntou logo depois o pai, David Czaczkes, que morreu pouco depois. Aqui trabalhou como gráfico e depois

como jornalista. Na década de 1950, exerceu grande influência na preparação ideológica e política da corrente de pensamento que culminou na fundação da Organização Revolucionária Marxista — Política Operária, em 1961. Principal formulador das teses dessa organização, que se opunha à política de colaboração de classes liderada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), definia o Brasil como país capitalista e fazia defesa do caráter socialista da revolução, cuja força motriz teria de ser o proletariado industrial. Erico empenhou-se imediatamente após o golpe de 1964 em desenvolver e tirar consequência prática das posições revolucionárias, com destaque para a estratégia da mobilização independente e oposta, política e ideologicamente, do proletariado em relação à burguesia e, nesse processo, da organização do partido revolucionário. Preso pelo DOPS do Rio de Janeiro em 1969, conseguiu fugir da prisão e retomou o caminho do exílio, inicialmente no México e depois na Alemanha, em 1970. Na sua volta ao Brasil, em 1980, integrou-se ao Partido dos Trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro, onde veio a falecer, em 9 de maio de 1986.

AUGUST THALHEIMER nasceu em Affaltrach (Württemberg), Alemanha, em 18 de março de 1884, filho de um comerciante de origem judaica. Ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade de Munique (1903), transferindo-se depois para a Faculdade de Filosofia, onde se dedicou aos estudos linguísticos e etnológicos. De 1903 a 1904, estudou em Oxford e Londres; de 1904 a 1905, na Universidade de Berlim; e, de 1906 a 1907, na Universidade de Estrasburgo, onde obteve o título de Doutor em Filosofia com a tese “Contribuição ao Conhecimento dos Pronomes Possessivos das Línguas da Micronésia”.

Manteve contato e colaboração com a esquerda radical do Württemberg reunida em torno de Fritz Westmeyer. Foi redator-chefe do jornal do Partido Social-Democrata (SPD) em Göppingen, o “Freie Volkszeitung Göppingen”. Manteve relações políticas com Karl Radek, de quem publicou artigos antinacionalistas radicais. Foi retirado da redação após a fusão do periódico com o jornal revisionista

do Partido, em 1912. Dirigiu a redação do órgão do SPD em Braunschweig, o “Volksfreund”. A partir de 1914, pertenceu ao núcleo do grupo formado por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e colaborou com a revista “Internationale” desde seu primeiro número (1915). Participou da 1ª Conferência Nacional da Liga Espartaquista, em 1916. Nesse ano, foi convocado para a guerra.

Após o retorno, iniciou a publicação do “Rote Fahne” em Stuttgart, em 1918, tendo sido preso. Em novembro de 1918, sem o seu conhecimento, foi nomeado Ministro das Finanças do governo provisório do Württemberg, como representante do USP (Partido Social-Democrata Independente), tendo recusado o cargo assim que saiu da prisão, por não querer participar de um governo com a ala direitista do SDP. Desenvolveu atividades em Conselhos de Operários e Soldados. Pertenceu à direção da Liga Espartaquista até o Congresso de fundação do KPD (Partido Comunista Alemão) e da direção deste último, de 1919 a 1924, tendo dirigido a redação do “Rote Fahne” e editado a revista “Internationale”.

Após a morte de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, tornou-se o teórico principal do início do KPD e ideólogo da política de Frente Única do Partido, mas, de 1921 até o III Congresso da Internacional, foi o principal defensor da “Teoria da Ofensiva”. Foi delegado aos III e IV Congressos da Internacional Comunista (IC) e membro do Comitê Executivo da entidade. Até 1928, foi integrante da Comissão do Programa da IC e, até 1929, membro da Academia Comunista, em Moscou.

Em 19 de fevereiro de 1924 foi retirado de suas funções dirigentes do KPD por ser um dos principais representantes da “direita” do Partido. Emigrou para a URSS e tornou-se membro do PCUS. Professor na Universidade Sun-Yat-Sem, em Moscou, publicou trabalhos teóricos sobre Materialismo Dialético, História da Filosofia e da Dialética. Em 1926, foi reabilitado parcialmente pelo Comitê Executivo da Internacional. Acusado de “divergências de direita”, retorna à Alemanha em maio de 1928.

A partir de 31 de dezembro de 1928, tornou-se membro da direção nacional do KPO (Partido Comunista Alemão — Oposição) e

seu teórico principal. Excluído da IC e do PCUS em janeiro de 1929, tornou-se membro da direção e do Burô Político da IVKO (Associação Internacional da Oposição Comunista) em 1930. Em 1933, com a ascensão do nazismo, emigrou para Estrasburgo e, depois, para Paris. Com o início da guerra, em 1939, foi confinado pelas autoridades em Paris e no sul da França. Em 1941, emigrou para Cuba. Após o fim da guerra, foram infrutíferas suas tentativas de retorno à Alemanha. Escreveu trabalhos de crítica ideológica e político-teóricos.

Morreu em 19 de setembro de 1948, em Havana.

(Adaptado da biografia existente no livro “Struktur und Funktion der KPD- Opposition (KPO)”, de K. H. Tjaden. Tradução e adaptação: Sérgio Antão Paiva, fev 2011).

VICTOR AUGUSTO MEYER NASCIMENTO, mais conhecido na militância política e no mundo acadêmico como Victor Meyer, nasceu em Salvador/BA, em 16 de julho de 1948, e faleceu na mesma cidade, em 17 de abril de 2001.

Ingressou em 1967 no curso de Geologia da Universidade Federal da Bahia — UFBA, onde atuou intensamente na militância estudantil. Em 1968 entrou para a POLOP. Foi eleito presidente do Diretório Acadêmico de Geologia em 1969, cargo logo abandonado em face da repressão política que se abateu sobre as organizações de esquerda. Foi para São Paulo e, em seguida, para o Rio de Janeiro, mantendo-se na militância política sempre na clandestinidade, condição de que só viria a sair em 1976, absolvido pelo Superior Tribunal Militar.

Reabilitada a sua condição de cidadão livre, entrou para o curso de Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, graduando-se em 1980. Continuou atuando na POLOP até a sua dissolução, em 1985. Posteriormente, dedicou-se à pesquisa das razões históricas e econômicas do colapso do Bloco Soviético, direcionando os seus estudos acadêmicos para esse objetivo, que resultou em sua tese de Mestrado, intitulada “Determinações Históricas da Crise da Economia Soviética”.

Entre a segunda metade da década de 1980 e início da década seguinte, Victor elaborou vários artigos políticos e ensaios teóricos, como os que estão publicados nesta obra, e manteve um contínuo ativismo político no meio sindical, onde ministrou cursos de formação para operários. Dedicou-se à preservação e divulgação da POLOP, recuperando documentos da organização e promovendo a publicação de textos de Erico Sachs, através do CEPAS (Centro de Estudos, Pesquisas e Assessoria Sindical) entidade que ajudou a fundar em 1986.

Em 1988 ingressou na UEFS — Universidade Estadual de Feira de Santana, onde lecionou as disciplinas de Economia, Economia Brasileira e Monografia, Também foi professor da Universidade Católica de Salvador.

Em 2000 defendeu sua tese de doutorado sob o título “Cadeias organizatórias operárias dentro das multinacionais: um fenômeno internacional emergente”, na Escola de Administração da UFBA.

Victor buscou subsídios para seu trabalho em contatos com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e na Europa, onde realizou estágio na Universidade Paris-8, Saint-Denis, sob a orientação do Professor Michael Lowy. Sua pesquisa o aproximou da CFDT (Confédération Française Démocratique du Travail) em Paris, e com as CC.OO. (Comisiones Obreras) em Madri, bem como das Comissões de Fábrica no complexo automotivo de São Bernardo do Campo. Sua tese foi publicada pela Casa da Qualidade Editora, sob o título “REAÇÃO — Articulação e organização internacional dos trabalhadores ante a globalização — um fenômeno emergente“, lançado *in memoriam*, no dia 13 de setembro de 2001, em Salvador, Bahia.

(Extraído do texto de autoria de Eliza Tiekko Yonezo, em jan/2010)

Este livro foi impresso em março de 2011, no Armazém das Letras
Gráfica e Editora, no Rio de Janeiro. O papel do miolo é o offset 75g/m² e
o da capa é o cartão 250g/m².